

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

“Contexto Socioeducativo e a Promoção de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Judicial de Internação no Amazonas”

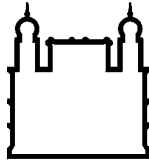
por

Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa

Tese apresentada com vistas à obtenção do título de Doutor em Ciências na área de Saúde Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Gonçalves de Assis

Rio de Janeiro, junho de 2007.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Esta tese, intitulada

“Contexto Socioeducativo e a Promoção de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Judicial de Internação no Amazonas”

apresentada por

Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Silvia Helena Koller

Prof.^a Dr.^a Leila Maria Torraca de Brito

Prof.^a Dr.^a Maria Cecília de Souza Minayo

Prof.^a Dr.^a Patricia Constantino

Prof.^a Dr.^a Simone Gonçalves de Assis – Orientadora

Tese defendida e aprovada em 13 de junho de 2007.

Catálogo na fonte

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica

Biblioteca de Saúde Pública

C837 Costa, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da
Contexto socioeducativo e a promoção de proteção a adolescentes
em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas. /
Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa. Rio de
Janeiro: s.n., 2007.
234 f., tab.

Orientadora: Assis, Simone Gonçalves de
Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio
Arouca, Rio de Janeiro, 2007

1. Adolescente Institucionalizado -educação. 2. Defesa da Criança e do
Adolescente. 3. Delinquência Juvenil . 4. Pesquisa Qualitativa
5. Brasil. I. Título.

CDD - 22.ed. – 364.36098113

DEDICATÓRIA

Para meu filho Samuel,
pelo amor imenso, que tanto me fortalece e
me inspira à luta cotidiana.

Para João Hélio e Alexandre Magno,
cujas mortes, assim como a de tantos outros,
revelaram quão distante estamos de assegurar
proteção à infância e à adolescência em nosso
país.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pelas bênçãos e recursos incontáveis que disponibiliza à mim, nessa trajetória.

A Profa. Dra. Simone Gonçalves de Assis, cuja orientação transcendeu em muito as funções acadêmico-científicas, alcançando as dimensões mais significativas do que pode ser convertido um encontro entre as pessoas, ocorrido durante o movimento contínuo da existência o qual chamamos *viver*. As palavras serão sempre inexatas para abarcar a força que o exemplo profissional e humano por ela deixados, desde a acolhida e ao longo de todo o processo de realização deste trabalho, marcado pelo confiança, respeito, tolerância e competência, produziram em meu ser.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional desde que “o mundo é mundo” para mim, pelo afeto protetivo, pelos exemplos de luta.

Aos professores Dra. Leila Torraca de Brito (Instituto de Psicologia/UERJ), Dr. Alberto Oliva (IFICS/UFRJ), Dra. Bárbara Scandroglio e Jorge López (Universidad Autónoma de Madrid), pela disponibilidade e grande contribuição em meu percurso através dos ricos diálogos estabelecidos.

Aos colegas de jornada (do doutorado e da vida) – Ana Maria, Regina Guimarães e Rodrigo Siqueira-Batista - pelas imensas contribuições e carinho, em especial nos momentos de dificuldade.

Às amigas e colegas de profissão Nazaré Hayasida e Rosângela Moraes, pelo carinho, torcida fervorosa e acolhida, sempre que necessário, não por este momento, mas por todos os já vividos e ainda por vivenciar, em nossa trajetória comum.

Aos moradores do meu coração - amigos de vida - que mesmo fisicamente distante, estiveram muito próximos emocionalmente, dividindo comigo a tensão de cada momento. Em especial à Ângela Patrícia, Weyder, Marcelo Mamed, Juremir e Larissa, cuja amizade e carinho consistiram em verdadeiras vigas de sustentação da vida.

À Lúcia Helena e Heider César, pelo competente apoio profissional em todas as horas as quais busquei suporte. E pude encontrar.

Ao Prof. Dr. Hindembergue Ordozgoith da Frota, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Amazonas, pelo incentivo à qualificação docente junto aos professores do Curso de Psicologia.

Aos colegas do DEPSI/FACED/UFAM, pela dedicação ao trabalho de condução do Curso de Psicologia, em tempos de “sol” ou “chuva”, durante minha licença de afastamento para cursar o doutorado.

À Assistente Social Graça Prola, pelo admirável e incansável trabalho na histórica jornada de promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes no Amazonas. Pela sensibilidade e apoio prestados para a execução desta pesquisa.

Ao colega psicólogo Luís Sampaio, cujo trabalho, mais que uma inspiração, renova as esperanças na formação de quadros éticos e competentes, técnica e emocionalmente, para o trabalho junto às populações em situação de vulnerabilidade.

Ao Zacarias, pela tensão vivida e pelo apoio prestado na reta final deste trabalho.

Aos adolescentes e profissionais das instituições pesquisadas, os quais, através das suas falas e do convívio estabelecido comigo, concordaram em tornar-se 'parceiros' na reflexão e na busca por melhores condições de atendimento ao adolescente em conflito com a lei em nosso país.

Sentados à beira do rio, dois pescadores seguram suas varas à espera de um peixe. De repente, gritos de crianças trincam o silêncio. Assustam-se. Olham para a frente, olham para trás. Nada. Os berros continuam e vêm de onde menos esperam. A correnteza trazia duas crianças, pedindo socorro. Os pescadores pulam na água. Mal conseguem salvá-las com muito esforço, eles ouvem mais berros e notam mais quatro crianças debatendo-se na água. Desta vez, oito seres vindo correnteza abaixo.

Um dos pescadores vira as costas ao rio e começa a ir embora. O amigo exclama:

- Você está louco? Não vai me ajudar?

Sem deter o passo, ele responde:

- Faça o que puder. Vou tentar descobrir quem está jogando as crianças no rio.

(Lenda indiana de autor desconhecido)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o potencial de promoção de proteção contra o envolvimento em atos infracionais existente no contexto socioeducativo de unidades masculinas de internação a adolescentes na cidade de Manaus. Considera o quadro de vulnerabilidade do jovem frente ao mundo do crime, bem com as dificuldades atuais do sistema socioeducativo em modificar positivamente a vida dos adolescentes atendidos. Contudo, a existência de boas práticas em contraposição ao fracasso, sugere a possibilidade do contexto socioeducativo fornecer subsídios importantes na diminuição da vulnerabilidade, favorecendo a novas trajetórias não ligadas à infração. O método de investigação e análise utilizado foi a *Grounded Theory*, num enfoque essencialmente qualitativo. Este método propõe, entre outras coisas, a geração de categorias e hipóteses acerca de um fenômeno sobre o qual pouco se conhece. Tomaram parte do estudo onze adolescentes vistos como bem-sucedidos em suas unidades de internação. Foram ouvidos também dez profissionais das mesmas instituições, sendo seis deles membros do corpo técnico e quatro monitores identificados com a proposta socioeducativa. O principal instrumento de coleta de dados consistiu em uma entrevista individual semi-estruturada, sendo as análises complementadas com notas em diários de campo e dados sociodemográficos dos internos das instituições. Três categorias a priori foram consideradas no sentido de qualificar a vulnerabilidade, proteção geral ao longo do desenvolvimento e a proteção específica do contexto socioeducativo contra o envolvimento com atos infracionais, a saber – dimensão individual, afetivo-relacional e socioestrutural. A partir das falas dos sujeitos, outras categorias emergiram, sendo classificadas segundo as categorias prévias. Concluiu-se que os contextos pesquisados mostraram-se potencialmente capazes de promover proteção aos socioeducandos nas três dimensões investigadas, sendo que a ênfase atribuída por adolescentes e profissionais revelou-se diferente. Entre os jovens, a dimensão afetivo-relacional e individual foram mais valorizadas. Entre os profissionais, destaque maior foi conferido à dimensão afetivo-relacional e socioestrutural. Foram citados como potencialmente protetores contra envolvimento com atos infracionais e passíveis de serem promovidos no contexto das instituições os seguintes aspectos: vínculos afetivos positivos com familiares, adultos de referência e pares não envolvidos com

crime; convivência com adultos cuidadores/orientadores do aprendizado de regras pró-sociais; sentimento de valorização; autocuidado; autodeterminação; construção de um projeto de vida não relacionado à infrações; desenvolvimento de habilidades; apoio às famílias e acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, profissionalização. Atividades em meio aberto, autonomia dos técnicos e integração entre os profissionais revelou-se favorável à promoção de proteção, a qual tende a ser otimizada se combinada a mudanças positivas na estrutura social e a um programa efetivo de acompanhamento do egresso.

Palavras-chave: adolescentes em conflito com a lei – fatores de proteção – medidas socioeducativas

ABSTRACT

The purpose of this present study was to investigate the potential of promoting protection against involvement in illegal acts within the socio-educational context of male youth offenders' detention center in the city of Manaus. The study considers the state of vulnerability of the young person in relation to the crime underworld as well as current difficulties of the socio-educational system in positively modifying the lives of adolescents counseled. Nevertheless, the existence of good practices in contrast to failure suggest the possibility of the socio-educational context providing important inputs towards decreasing vulnerability and thus favoring new trajectories not linked to crime. The research method and analysis used was the Grounded Theory, using an essentially qualitative focus. Among its assumptions, this method uses the generation of categories and hypotheses regarding a phenomenon about which little is known. Eleven adolescents who were seen as success stories in their institutions took part in this study. Moreover, ten professionals who work in the same institutions were heard, six of them members of the technical staff and four monitors who identified with the socio-educational proposal. The main data collection instrument was an individual, semi-structured interview, with the analyses complemented by field log notes and socio-demographic data on the adolescents in the institutions. Three categories were considered beforehand in order to qualify vulnerability, general protection throughout development and specific protection from the socio-educational context against involvement in illegal acts. These were: the individual dimension, the affection-relational dimension and the socio-structural dimension. Other categories emerged from the interviews, being classified according to the initial categories. The conclusion was that the contexts studied displayed potential capability to promote protection to the subjects in the three dimensions investigated, although the emphasis given by adolescents and that given by the professionals was different. Among the youth, the affection-relational and individual dimensions were more highly appreciated. Among professionals, greater emphasis was placed on the affection-relational and socio-structural dimensions. The following were mentioned as potentially protecting youth against involvement in illegal acts and possible to promote within the context of the institutions: positive bonds of affection with relatives, preferred adults and peers not involved in crime; fellowship with caretaking adults/advisors in learning pro-social

rules; a feeling of worth; self-determination; construction of a life project unrelated to crime; skills development; support from families and access to basic rights such as health, education and vocational training. Semi-open activities, autonomy of technicians and integration among professionals were observed as favoring protection promotion, which tends to be optimized when combined with positive changes in the social structure and an effective follow-up program upon return to society.

Keywords: adolescents in conflict with the law – protection factors – social-educational context

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO/ OBJETIVOS.....	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	31
2.1 Risco e Vulnerabilidade do adolescente e o envolvimento com o ato infracional	32
2.2 Fatores de proteção ao adolescente em conflito com a lei: contribuições do paradigma da Promoção da Saúde e da Doutrina da Proteção Integral	37
2.3 Fatores de Proteção no contexto de atenção ao adolescente em conflito com a lei	42
2.4 Experiências exitosas no atendimento ao adolescente autor de ato infracional	45
3. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	57
3.1. Tipo de estudo.....	57
3.2. Locais do estudo e preparação do trabalho de campo.....	59
3.3. Sujeitos da pesquisa.....	66
3.4. Estratégias e Técnicas de Coleta de dados.....	69
3.5. Estratégias e Técnicas de Análise dos dados.....	72
3.6. Categorias de Análise	76
3.7. Aspectos éticos.....	78
4. CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO E VULNERABILIDADE DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NO AMAZONAS.....	80
4.1. Perfil sociodemográfico	80
4.2. Vulnerabilidade Individual	90
4.3. Vulnerabilidade afetivo-relacional	99
4.4. Vulnerabilidade Sócio-estrutural	105
5. FATORES DE PROTEÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE EM ATOS INFRACIONAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTO-JUVENIL....	109
5.1. Escutando os jovens	109
5.1.1. Dimensão da proteção individual para os adolescentes	110
5.1.2. Fatores de proteção mencionados pelos adolescentes, relacionados ao nível afetivo-relacional	113

5.1.3. Fatores de proteção sócio-estrutural mencionados pelos adolescentes	116
5.2. Escutando os profissionais	120
5.2.1. Fatores de proteção da dimensão individual, mencionadas pelos monitores/técnicos	121
5.2.2. Fatores de proteção na dimensão afetivo-relacional, apontados pelos técnicos/monitores	123
5.2.3 Fatores de proteção na dimensão socio-estrutural presentes nas falas dos técnicos/monitores	125
5.3 Adolescentes e Profissionais: “dialogando” sobre a proteção ao adolescente contra envolvimento com atos infracionais	128
6. FATORES DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO	132
6.1 “O que mudou para mim aqui”? As vozes dos adolescentes bem-sucedidos acerca da proteção contra o envolvimento com ato infracional no contexto da medida socioeducativa de internação	132
6.1.1. Fatores de proteção do nível individual existentes no contexto socioeducativo, na fala dos adolescentes.	133
6.1.2. Fatores de proteção do nível afetivo-relacional existentes no contexto socioeducativo, na fala dos adolescentes.	138
6.1.3. Fatores de proteção do nível sócio-estrutural existentes no contexto socioeducativo, na fala dos adolescentes.	144
6.2 Pensando a Proteção contra o ato infracional ao adolescente em cumprimento de medida de internação. Visões dos técnicos e monitores	152
6.2.1 Proteção na dimensão individual contra o envolvimento com ato infracional no contexto da medida socioeducativa de internação, sob a perspectiva dos monitores/técnicos	155
6.2.2. Fatores de proteção do nível afetivo-relacional existentes no contexto socioeducativo, na fala dos monitores/técnicos	157
6.2.3. Fatores de proteção do nível sócio-estrutural existentes no contexto socioeducativo, na fala dos monitores/técnicos	160
6.3 Articulando as falas: Adolescentes e Profissionais identificando o potencial de proteção existente no contexto socioeducativo	169
6.4. “ <i>Por incrível que pareça!</i> ” – Qualificando o potencial de proteção existente nos contextos socioeducativos estudados	172
6.4.1 Mergulhando no contexto socioeducativo da instituição A - “ <i>mande notícias do mundo de lá</i> ”	172

6.4.2 – Contexto socioeducativo na Instituição B – Monitores em ação	177
7. “ROBÔS-DE-AÇO” OU ADOLESCÊNCIA PROTEGIDA? CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	180
7.1 Conclusões	180
7.2 Recomendações	192
REFERÊNCIAS	201
ANEXOS	211
I. Formulário de dados sociodemográficos dos adolescentes em cumprimento de medida de internação	211
II. Roteiro de entrevista semi-estruturada para adolescentes	212
III. Roteiro de entrevista semi-estruturada para monitores/técnicos	214
IV. Quadro de Hipóteses de Proteção Geral, segundo adolescentes	216
V. Quadro de Hipóteses de Proteção geral, segundo profissionais	218
VI. Quadro de Hipóteses de Proteção no Contexto, segundo adolescentes	220
VII. Quadro de Hipóteses de Proteção no Contexto, segundo profissionais	223
VIII. Tabela das Categorias e sub-categorias emergentes no estudo	227
IX. Pedido de Autorização ao Juiz da Infância e Juventude de Manaus/AM	229
X. Autorização do Juiz	230
XI. Rapoort (para ser lido aos adolescentes)	231
XII. Termo de consentimento livre e esclarecido	232
XIII. Carta de apresentação da pesquisadora à direção do DASE e Diretores das Unidades	233
XIV. Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa da ENSP/FIOCRUZ	234

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Distribuição dos adolescentes e profissionais lotados nas instituições sócioeducativas de Manaus	60
Tabela 2-Distribuição dos Adolescentes, segundo ato que deu origem à medida socioeducativa	85
Quadro 1 - Categorias empregadas no estudo	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade dos adolescentes segundo instituição	81
Gráfico 2 – Distribuição dos adolescentes por zona de moradia	82
Gráfico 3 – Escolaridade dos adolescentes segundo instituição	83
Gráfico 4 - Distribuição dos adolescentes por instituição, segundo o ato infracional cometido	85
Gráfico 5 – Tempo de internação dos adolescentes segundo instituição	86
Gráfico 6 – Número de ações socioeducativas recebidas pelos adolescentes	86
Gráfico 7 – Número de adolescentes que recebem visita na instituição	87
Gráfico 8 – Parentes que visitam os adolescentes nas instituições	88
Gráfico 9 – Frequência das visitas recebidas pelos adolescentes nas instituições	88

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – “Robô de aço”. Desenho feito por socioeducando da Instituição B 191

CAPÍTULO 1

Introdução

A violência é um fenômeno que tem desafiado cada vez mais à produção de novos conhecimentos e estratégias de enfrentamento. Tema de estudo recorrente em diversas áreas, sobretudo nas ciências sociais, passou a receber significativa atenção no campo da Saúde Pública, sobretudo a partir da década de 1970, quando profissionais norte-americanos iniciam um movimento de preocupação com o impacto da violência sobre a saúde de indivíduos, de comunidades e do próprio Sistema de Saúde¹.

Os estudos epidemiológicos desempenharam importante papel ao descreverem a transição do perfil de morbi-mortalidade, situando as causas externas – classificação da CID na qual se inserem os eventos violentos - entre os problemas de maior gravidade no âmbito da saúde das populações. Tais estudos, além de terem contribuído para a compreensão da violência enquanto fenômeno complexo, demonstraram também que o mesmo atinge de modo mais intenso alguns segmentos populacionais, os quais revelam-se, assim, mais vulneráveis à sua manifestação. Sua incidência e impacto sofrem influência da dinâmica relação entre fatores individuais, sócio-culturais e macro-estruturais. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que, diante dessa combinação de fatores, os jovens têm sido grandemente afetados pela violência².

A preocupação referente aos danos associados aos jovens e à violência pode ser justificada tanto pelo aumento nas mortes por homicídio entre a população de 15 a 24 anos, identificada sobretudo a partir dos anos 90, quanto pela participação dos mesmos como autores destes atos³. Isto implica que a violência afeta a vida dos jovens tanto pela via da vitimização como da perpetração². Assim, as consistentes fontes que alertam para o fato das condições de vida tornarem os jovens – em especial os de sexo masculino que vivem em condições sócio-econômicas mais desfavoráveis - mais suscetíveis à questão^{2,3,4}, impõem desafios no âmbito da produção de conhecimento científico e na proposição de ações e políticas públicas visando modificação de tal quadro.

Entre os alvos das reflexões acerca da violência afetando diretamente a vida de jovens, encontra-se o adolescente autor de ato infracional. Tanto no Brasil quanto em outros cenários, o envolvimento de adolescentes com o crime revela a condição de vulnerabilidade em que se encontram^{1,2,5,6}. Tradicionalmente a atenção dispensada a esta questão partia mais de interesses no âmbito da segurança pública ou da justiça⁷, centrando as discussões mais em estratégias de contenção, repressão e punição dos transgressores. A exemplo de tal situação, observa-se no Brasil o recrudescimento de propostas de redução da maioria penal como resposta ao fenômeno. Contudo, o avanço já obtido nos estudos sobre a violência tem permitido o alcance de relativo consenso entre os estudiosos acerca de sua multideterminação e, portanto, da impossibilidade de reduzi-lo a modelos explicativos ou interventivos ancorados em uma perspectiva linear/causal⁵, revelando quão simplistas e equivocados consistem os argumentos que sustentam propostas de redução da maioria penal como estratégia eficaz.

Segundo as leis nacionais, infração é o nome atribuído à conduta descrita como crime ou contravenção penal, quando cometida por adolescente⁸. Ao cometer um ato infracional, o adolescente situa-se em conflito com a lei, sujeito, portanto, às ações previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Como disposição geral, o ECA assegura a toda criança e adolescente, a “proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam (...) o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”. Tal princípio não deve ser descumprido, ainda que mediante a autoria de um ato infracional.

O adolescente, mesmo que inimputável, é responsabilizado pelos seus atos, sendo aplicada a ele – e não à sua família ou outrem – uma medida socioeducativa a qual deverá ter cunho ressocializante⁸. Das medidas, é esperado que transcendam a dimensão sancionadora ou o caráter meramente punitivo/retributivo. Em conformidade com a Doutrina da Proteção Integral que atravessa o ECA, devem compreender as dimensões do cuidado, da orientação, visando, através da ação socioeducativa, contribuir para a base estruturante do desenvolvimento pleno do adolescente, auxiliando-o, entre outras coisas, à compreensão e convívio adequado com as normas da sociedade.

As medidas socioeducativas devem ser aplicadas observando-se: gravidade do ato cometido; se agente primário ou reincidente, condições efetivas para o cumprimento da medida; e, sobretudo, a capacidade da medida promover uma dimensão socioeducativa na vida do adolescente. As medidas em meio aberto são preferíveis àquelas a serem cumpridas em meio fechado, as quais devem ser aplicadas guardando o princípio da excepcionalidade e da brevidade⁸.

Dentre as medidas socioeducativas existentes no ECA, a de **advertência** é a mais branda, consistindo em uma admoestação de caráter informativo, formativo e imediata, executada por Juiz da Infância e Juventude. A **obrigação de reparar danos** implica na restituição do bem, ressarcimento ou compensação da vítima, tendo como efeito pedagógico desejado o reconhecimento da impropriedade do ato infracional. A essência da medida de **prestação de serviço à comunidade** é o caráter de implicação do jovem com a sociedade, auxiliando-o a perceber-se enquanto um protagonista, dotado de valor humano, colaborador da coletividade. A **liberdade assistida** – medida de difícil sistematização e operacionalização – parece ser a que melhor expressa, em termos conceptuais, a essência socioeducativa. Implica na imposição de condições ao estilo de vida, redimensionando atividades, valores, convivência familiar, social, escolar e profissional do adolescente através de acompanhamento por um orientador. A **semi-liberdade** envolve a institucionalização do adolescente e constitui modalidade intermediária entre liberdade assistida e internação, com atividades em meio aberto, em estreita relação com a comunidade. A **internação**, por sua vez, é a medida de maior impacto na vida do adolescente por privá-lo da liberdade, absorvendo todas as dimensões da sua vida para o contexto institucional. Busca-se minimizar os efeitos danosos advindos do processo de institucionalização de indivíduos^{9,10,11}, observando, além do princípio da brevidade e excepcionalidade em sua aplicação, aspectos como incompletude institucional e funcional, implicando a sociedade ampla no processo de ressocialização do socioeducando^{8,11,12}.

A despeito de quase dezessete anos de promulgação do ECA, o quadro geral do atendimento ao adolescente autor de ato infracional no Brasil deflagra a precariedade das condições sob as quais tem sido aplicada as medidas. A modificação das leis não assegura a transformação imediata da realidade, servindo, antes, para expor as limitações

das políticas sociais destinadas a esta população^{9,11,13,14}. Sob a ótica da Saúde Pública, por exemplo, percebe-se quão prejudicados encontram-se os jovens autores de atos infracionais, se considerados o paradigma de promoção e o conceito ampliado de saúde. As instituições socioeducativas vêem-se confrontadas constantemente no desempenho de seu papel, não somente em relação à eficácia na diminuição do envolvimento de adolescentes em práticas infracionais, mas também no alcance de suas propostas.

Mesmo tendo sido concebidas como estratégias de reconduzir o adolescente à condição de não-infrator, tendo em vista sua condição de sujeito em momento singular do seu desenvolvimento, a literatura existente aponta muito mais para o fracasso dos propósitos dessas instituições ditas socioeducativas do que para o êxito alcançado. Estudos como os Oliveira¹⁰, Rocha¹⁵, Murad & Silva¹⁴, Brito⁹, entre outros, revelam que as reais condições de aplicação das medidas descaracterizam seus propósitos socioeducativos e intensificam processos de exclusão, comprometendo mais ainda a condição de desenvolvimento e dignidade do adolescente.

A medida de **internação**, dentre todas, é a que apresenta o quadro mais caótico. Esta, – a mais severa e restritiva de direitos – reserva em si críticas consistentes e inquestionáveis. Os modelos pedagógicos de atenção e desenvolvimento de potencialidades que derivam da doutrina da proteção integral não fazem frente às práticas conservadoras e punitivas das instituições de internação que pouco ou nada têm colaborado à efetiva na promoção de qualidade de vida, saúde mental, cidadania dos jovens inseridos no sistema, ressocialização e redução da reincidência a estes sujeitos^{10,16}.

Dados referentes à questão no ano de 2002 revelaram um número em torno de 39 mil adolescentes cumprindo medida socioeducativa no país, sendo 24% destes – aproximadamente 10 mil - em medida de internação, o que não representa um contingente numericamente expressivo se comparado aos 33 milhões de indivíduos entre 12 e 21 anos no país e o quadro geral da violência no país. Contudo, é importante registrar que, ao lado do injustificado superdimensionamento dado à participação no quadro da violência atual, é de suma importância observar as condições sob as quais tem sido executada a medida socioeducativa de internação, destinada aos autores de atos infracionais mais graves. Os dados concretos revelam quão pouca atenção tem sido

conferida ao atendimento inadequado ao adolescente em condição de internação, considerando sua vulnerabilidade à prática infracional⁷.

O *Mapeamento Nacional sobre as Instituições que aplicam medida socioeducativa de privação de liberdade ao adolescente em conflito com a lei no Brasil* mostra que 90% destes são do sexo masculino, têm entre 16 e 18 anos (76%) e são da raça negra (mais de 60%). Não trabalhavam (49%) e não freqüentavam a escola (51%), mas viviam junto às suas famílias (81%) quando praticaram o delito. Quase 90% deste contingente não concluiu o ensino fundamental, usa drogas (85%) e cumpre medida por roubo (29,5%), homicídio (18,6%), furto (14,8%) e tráfico (8,7%)⁷.

As instituições de internação, além dos prejuízos ao desenvolvimento de projetos pedagógicos devido à inadequada estrutura física das mesmas, têm falhado mesmo quando cumprem a oferta (obrigatória) da escolarização e da profissionalização. Questiona-se a capacitação dos profissionais - técnicos, professores e instrutores - para atuar junto a esta população. A falta de parceria, o caráter assistemático das oficinas/cursos, a não-inserção das atividades numa política de profissionalização e a adoção de critérios de premiação/punição para definir o “direito” à participação do adolescente nas atividades são algumas das impropriedades verificadas⁷.

Os serviços de saúde são oferecidos através das redes públicas locais, implicando que este segmento sofre das mesmas dificuldades que a população em geral. Dentre as outras atividades oferecidas, o esporte é a mais comum, embora muitas vezes descolado de uma proposta educativa. As poucas formas de inserção da família no processo socioeducativo e a inexistência de programa de acompanhamento de egressos na maior parte das instituições mostram que a visão da medida enquanto meio potencial de redução da vulnerabilidade dos adolescentes à prática infracional e outros agravos, ainda não é uma realidade concreta.

No estado do Amazonas, de modo bastante próximo ao cenário nacional, o sistema socioeducativo como um todo tem sido alvo de críticas devido às dificuldades de implementar ações genuinamente capazes de contribuir para transformações na vida dos adolescentes que praticaram atos infracionais. Segundo um levantamento realizado em 2006 em todas as regiões brasileiras, a medida de internação no Amazonas caracterizava-se pelo não atendimento de condições adequadas sob o ponto de vista dos Direitos

Humanos, reservando proximidade com o modelo prisional e com o atendimento dispensado aos jovens no modelo anterior, vinculado ao Código de Menores¹⁷. As condições de precariedade na estrutura das Unidades de Internação no Amazonas refletem grandemente o quadro caótico de outros estados. Contudo, como um ponto de diferenciação entre estas e outras unidades no país, tem-se o fato de consistirem em instituições de pequeno porte, abrigando em média um número reduzido de adolescentes - entre 13 e 31 meninos - sugerindo a possibilidade de se investigar nestes locais, de modo diferente do que vem sendo feito, os aspectos menos observados no contexto socioeducativo, a saber, a eficácia ou positividade das ações empreendidas.

A despeito das dificuldades inerentes à própria natureza do fenômeno - atos violentos cometidos por adolescentes - vê-se no momento atual um aumento de sensibilidade de diversos setores ao problema¹, mas igualmente, compreende-se a dificuldade em estabelecer estratégias claras e eficazes à sua diminuição. A Saúde Pública tem contribuído para novos rumos na intervenção ao conferir destaque ao quadro de vulnerabilidade dos jovens à violência e outros agravos. Sob este enfoque emergem reflexões acerca do **risco e proteção** existentes no contexto geral de desenvolvimento dos jovens face à possibilidade de envolvimento com atos infracionais.

De modo geral, as propostas de intervenção junto a adolescentes em condição de vulnerabilidade - a quase totalidade dos que cumprem medida de internação - visam, em sua maioria, à redução de riscos mais do que a promoção de fatores protetivos^{18,19}, estabelecem diferenças entre as estratégias de redução de risco e as que visam à diminuição da vulnerabilidade, argumentando que as últimas são menos frequentes nas intervenções em saúde.

Prevenir a violência no Brasil implica pensar na melhoria das condições para a ressocialização do adolescente infrator, sobretudo o que se encontra privado de liberdade, afastado de sua família e da comunidade e da família¹. Reduzir a vulnerabilidade é entendido enquanto uma das modalidades preventivas de ação em saúde¹⁹. É factível pensá-la aplicada à questão do adolescente em conflito com a lei, ainda que em meio fechado - ambiente de difícil condição de “reaprendizado social”. Maior alcance das estratégias preventivas potencialmente ocorreria entre adolescentes que não estão institucionalizados¹⁸. Vicente²⁰, ainda que considere as amplas dificuldades do sistema,

destaca a importância de promover oportunidades de desenvolvimento ao jovem que levem à prevenção da reincidência e melhoria das condições de vida, através de experiências no contexto socioeducativo.

O conceito de resiliência, relativamente novo e ainda em processo de construção^{21,22,23,24,25,26}, tem contribuído para alguns avanços em relação ao tema, sobretudo no que diz respeito à importância dos **fatores de proteção** para o desenvolvimento de condições mais favoráveis ao enfrentamento de adversidades. Há relativo consenso entre os autores de que a resiliência consiste na “capacidade que denotam certas pessoas, grupos ou comunidades para evitar, fazer face ou mesmo ultrapassar os efeitos desestruturantes que seriam muito prováveis em consequência da exposição a certas experiências”²³. Na questão do adolescente em conflito com a lei, revela-se de grande importância compreender, a partir das teorias psicológicas desenvolvimentais, o papel dos **fatores de proteção** e seu valor ao longo do desenvolvimento, contribuindo para que o jovem possa construir novos e melhores caminhos de vida.

O contexto em que se aplica a medida socioeducativa, ao entendermos esta enquanto experiência humana na qual se constrói sentidos – pode ser visto como um momento/condição favorável à promoção de proteção, ao desenvolvimento de potencialidades, na perspectiva da Promoção da Saúde. Feijó¹⁸, Assis²⁷, Burt⁵ e Vicente²⁰ argumentam que, no tocante ao adolescente envolvido com práticas infracionais, a promoção de resiliência consiste numa possibilidade de contribuir para uma mudança efetiva das condições de enfrentamento do cotidiano por estes jovens, situando-os em um outro patamar/perspectiva. A proteção, quesito indispensável à resiliência, pode ser vista enquanto algo a ser perseguido na aplicação das medidas judiciais, em consonância ao próprio ECA.

Experiências bem-sucedidas na prevenção da delinquência e na aplicação de medidas socioeducativas têm sido registradas. Contudo, não têm sido comuns associações integrando os conceitos de fatores de proteção ou de promoção da saúde às mudanças positivas identificadas, nem mesmo em termos de identificação do que se constitui verdadeiramente enquanto protetivo ou não, no tocante à redução do quadro de vulnerabilidade à prática infracional.

Ainda que restritos, alguns relatos traduzem experiências nas quais adolescentes infratores puderam beneficiar-se do período vivenciado junto às instituições ressocializadoras. Referem-se a mudanças positivas na auto-estima dos jovens, capacidade de formulação de projetos de vida, desvinculação da prática infracional, fortalecimento de vínculos afetivos, promoção social e autonomia, inserção em contextos sociais mais positivos como escola, mercado de trabalho, modificando sua relação com o mundo^{20,28,29,30,31,32,33}. Tais mudanças podem ser analisadas sob a ótica da promoção da saúde e dos fatores de proteção, pois, segundo Bock³⁴, a saúde psicológica consiste na “possibilidade de enfrentar cotidianamente o mundo, de modo a interferir nele, construindo soluções para dificuldades e problemas que se apresentem”³⁴. Desse modo, potencializar a medida convertendo-a em momento no qual o adolescente constrói, junto com outras pessoas, modos de enfrentar e relacionar-se com o mundo, é promover proteção e saúde.

Os achados de Pesce et al.²⁵ apresentam importante contribuição, mostrando que, na associação entre fatores de risco e proteção e a resiliência em adolescentes, esta última encontra-se fortemente associada aos fatores protetivos e não aos de risco. Assis²⁷, estudando as trajetórias de adolescentes infratores e seus irmãos/primos não infratores identificou que, a despeito da presença de fatores de risco nas vidas dos dois grupos, a presença de alguns fatores parecia funcionar como “protetores” contra o envolvimento com o crime, sugerindo a importância destes na vida dos jovens. A importância atribuída neste sentido aos fatores de proteção é que estes, além de sua dinamicidade, instabilidade e complexidade, são passíveis de promoção e contribuem para novos arranjos de dispositivos para modos de enfrentamento mais saudáveis da vida cotidiana³⁵. Articulando conceitos como vulnerabilidade, promoção do desenvolvimento e fatores de proteção, torna-se possível pensar as intervenções dirigidas ao adolescente autor de ato infracional numa perspectiva de promoção, tomando a medida de internação como um possível **contexto de promoção**. O presente projeto situa-se, portanto, no âmbito de uma proposta de investigação da possibilidade do contexto socioeducativo vir a contribuir para mudanças positivas na vida dos adolescentes infratores, tomando parte efetiva do processo de promoção de fatores de proteção.

É fato que a literatura sobre o tema aponte para maior número de intervenções centradas nos fatores de risco^{18,19,36}, daí Feijó¹⁸ sugerir que sejam feitos maiores investimentos em estudos sobre **fatores de proteção** na área do adolescente infrator. Mesmo diante da falha do sistema socioeducativo em promover experiências estruturantes ao adolescente em conflito com a lei, faz-se necessário atentar para o movimento de oposição e contradição existente no cotidiano da vida destas instituições, expresso através dos bons resultados evidenciados em algumas experiências^{11,13,30,31,37}. As experiências diferenciadas, as quais desafiam a lógica negativa do atendimento ao adolescente infrator, situam-se na “contra-mão” do sistema, sugerindo o potencial existente neste contexto para a promoção de processos de proteção ao adolescente.

Tendo como pano de fundo a Doutrina da Proteção Integral, o paradigma da promoção da saúde e a promoção de fatores de proteção como resposta à vulnerabilidade dos adolescentes, pretende-se desenvolver um estudo no sistema socioeducativo do Estado do Amazonas que considere a seguinte questão: **Há um potencial promotor de proteção existente no contexto da medida de internação na cidade de Manaus, segundo as experiências dos adolescentes que as vivenciam e dos profissionais que as aplicam?** Essa indagação se baseia no pressuposto de que a aplicação de medida socioeducativa se volta não apenas para desvinculação do adolescente da prática infracional, mas especialmente para prover condições adequadas de desenvolvimento e saúde do adolescente em conflito com a lei.

Objeto e objetivos

A presente pesquisa teve como **objeto** o potencial promotor de proteção existente em duas unidades de internação para adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa da cidade de Manaus.

Como **objetivo geral**, investigou o potencial de promoção de proteção no contexto socioeducativo de unidades masculinas de internação da cidade de Manaus, a partir do ponto de vista dos adolescentes em conflito com a lei e dos profissionais que com eles convivem no cotidiano dessas instituições.

Visou ainda os seguintes **objetivos específicos**:

- Identificar e analisar os fatores de proteção existentes na vida dos adolescentes que dificultariam sua inserção infracional, segundo a visão dos dois grupos de sujeitos pesquisados;
- Conhecer o quadro de vulnerabilidade ao ato infracional existente na vida dos adolescentes, segundo a visão dos sujeitos pesquisados;
- Identificar e qualificar os fatores de proteção passíveis de serem promovidos no contexto socioeducativo aos adolescentes em cumprimento de medida de internação, segundo os sujeitos pesquisados;
- Identificar e analisar, a partir do relato dos sujeitos, possíveis mudanças no quadro de vulnerabilidade à prática infracional dos adolescentes internos, ocorridas no decorrer do cumprimento da medida;
- Identificar e analisar diferenças passíveis entre os discursos gerados a partir das diferentes categorias de sujeitos.

Como forma de alcançar tais objetivos, foram consideradas as seguintes questões norteadoras:

- 1) Como os sujeitos entrevistados percebem o quadro de vulnerabilidade dos adolescentes em conflito com a lei à prática infracional?
- 2) Quais os fatores/processos de proteção necessários/eficazes contra o envolvimento dos adolescentes à prática infracional?
- 3) Quais dos fatores de proteção contra a prática infracional são percebidos pelos sujeitos entrevistados como passíveis de serem promovidos na MSE de internação?
- 4) Qual(is) hipótese(s) possível(is) vincularia(m) o contexto socioeducativo ao potencial promotor de fatores de proteção contra a prática infracional junto a adolescentes em conflito com a lei?

Tendo em vista abordar o problema exposto e cumprir os objetivos propostos, o presente trabalho distribui-se em três capítulos iniciais de reflexões teórico e metodológicas – Introdução, Referencial Teórico e Metodologia. Seguem três capítulos de apresentação e discussão de resultados, um capítulo voltado à conclusões e recomendações e, por fim, as referências bibliográficas utilizadas. De modo mais detalhado, os capítulos compreendem:

- **Introdução**, com a apresentação do tema, problema, justificativa e objetivos;
- **Referencial teórico**, abarcando uma revisão de literatura acerca dos conceitos de risco, vulnerabilidade, fatores de proteção e vinculação destes conceitos à questão do adolescente envolvido com a prática infracional. São abordadas as bases da Doutrina da Proteção Integral proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e as contribuições do paradigma da Promoção da Saúde ao tema proposto. Registros de experiências exitosas junto a autores de atos infracionais são também apresentados neste capítulo;
- **Metodologia** explicitando o caminho de construção e estratégias adotadas para a realização do estudo, considerando o tipo de estudo, local de realização, sujeitos, estratégias de coleta e análise de dados, aspectos éticos adotados.
- **Contexto de desenvolvimento e vulnerabilidade dos adolescentes em cumprimento de medida de internação no Amazonas** apresenta o perfil sociodemográfico dos jovens em internação nas unidades estudadas e a vulnerabilidade nas dimensões individual, afetivo-relacional e socioestrutural, segundo os sujeitos entrevistados;
- **Fatores de proteção ao envolvimento do adolescente em atos infracionais no contexto do desenvolvimento infanto-juvenil** apresenta e discute a dimensão da proteção individual, afetivo-relacional e socioestrutural em dois blocos principais, segundo a fala dos jovens e monitores/técnicos. Apresenta-se uma hipótese de proteção geral segundo cada grupo e busca-se estabelecer um “diálogo”, articulando os dados obtidos junto aos adolescentes e junto aos profissionais.
- **Fatores de proteção ao adolescente no contexto socioeducativo** consiste no capítulo que aborda a questão principal do presente estudo. Divide-se também em dois momentos – segundo os adolescentes e segundo os profissionais – que

abordam a dimensão da proteção individual, afetivo-relacional e socioestrutural existente no contexto de aplicação da medida socioeducativa de internação. Articulam-se os dados obtidos a partir dos dois grupos estudados e, por fim, qualifica-se cada um dos contextos socioeducativos investigados.

- Nas **conclusões e recomendações** verifica-se o alcance dos objetivos do presente estudo, numa síntese de seus resultados, sugerindo alguns direcionamentos a partir das análises efetuadas.

CAPÍTULO 2

Referencial Teórico

O presente capítulo tem por finalidade explicitar as categorias teóricas segundo os conceitos adotados como balizadores deste estudo. Antes de discorrer acerca dos conceitos norteadores, torna-se necessário apresentar a concepção de homem e de mundo que atravessa todo o estudo, ancorada na abordagem sócio-histórica da psicologia. Esta escolha deu-se pelo fato da mesma situar-se no contexto das abordagens críticas, valorizando os processos intersubjetivos de constituição do homem e do mundo, atrelado às condições concretas de vida sob as quais são construídas, coletivamente, as possibilidades de “ser”.

Segundo esta abordagem, é no contexto da cultura que os indivíduos - sujeitos coletivos - operam na construção de si e do mundo. Na perspectiva do desenvolvimento humano, abordagens críticas como a sócio-histórica, têm surgido objetivando superar as dimensões teórico-conceituais aprisionantes oriundas de algumas concepções tradicionais.

Os aspectos “naturais” e “universais” preconizados pela ciência “tradicional” da adolescência contribuíram para que esta fosse entendida pela ótica do distúrbio e do transtorno, associando uma série de eventos negativos aos sujeitos nessa faixa etária. A concepção patologizante e estigmatizante que resultou destas abordagens atingiu mais forte e negativamente jovens em condição de vulnerabilidade. Ao serem pegos em práticas infracionais, ficam enredados na crônica de uma “sócio-psicopatia” anunciada por tais concepções - a-críticas e excludentes – revelando grandes dificuldades em empreender outras trajetórias⁷. Deste modo, a “adolescência em perigo” converteu-se em “adolescência perigosa”, desconsiderando o processo de construção histórico-social que conduziu a tal associação³⁸.

Segundo a abordagem sócio-histórica, a adolescência corresponde a um período que abriga, além das mudanças biológicas, construções sócio-culturais que conferem ao sujeito as possibilidades de constituir-se *adolescente*³⁹. A associação comum feita entre adolescência e ato infracional é vista, portanto, enquanto fenômeno marcado pelas significações sociais e históricas do seu tempo. A “delinqüência” passa a ser

compreendida enquanto possibilidade de expressão dos indivíduos a partir de sua inserção na cultura, assim como outras ações humanas, superando a noção de ‘sintoma individual’ que afeta a ordem social^{31,38,39,40,41}. A medida socioeducativa proposta no Estatuto da Criança e do Adolescente, nesta perspectiva, consiste igualmente em uma construção sócio-histórica, em resposta ao fenômeno do envolvimento do adolescente em atos infracionais.

O sistema socioeducativo seria, portanto, um instrumento social voltado à promoção de mudanças positivas, as quais derivariam de processos de construção de novas possibilidades ao adolescente. Identificar o potencial promotor de proteção no contexto socioeducativo é adentrar no campo das novas possibilidades, construído no período de aplicação destas medidas. Para tal, faz-se necessário deslocar o foco do indivíduo enquanto suposto proprietário de seus sintomas e dificuldades, para o processo interacionista e dialético, entendendo o sujeito a partir de sua inserção no contexto amplo que, ao mesmo tempo o modifica e é, por ele, modificado^{39,42}. Vislumbrar mudanças nas trajetórias do adolescente sob essa perspectiva implica, necessariamente, em identificar movimentos de mudança em seus grupos de inserção⁴³. Buscar a *virtualidade* ou a *potencialidade* dos contextos para novos arranjos da interação humana é um modo de pensar as perspectivas da intervenção, incluindo aí as ações de saúde. É neste aspecto, portanto, que se atrelam ao referencial sócio-histórico as contribuições advindas dos estudos sobre *fatores de proteção*, *fatores de risco* e *vulnerabilidade*, além do *paradigma da promoção da saúde* e da *Doutrina da Proteção Integral* como bases que fundamentam a ênfase nas ações que privilegiam o desenvolvimento de aspectos positivos visando ao alcance da melhoria da qualidade de vida para grupos e indivíduos.

Apresenta-se, a seguir, o desenvolvimento dos referidos conceitos, norteadores da presente investigação.

2.1. Risco e Vulnerabilidade do adolescente e o envolvimento com o ato infracional

Uma das grandes preocupações da Saúde Pública no que se refere à adolescência diz respeito aos *riscos* que a envolvem. Não apenas no cenário nacional como mundial este período - de crucial importância ao desenvolvimento da personalidade – revela-se marcado por muitos agravos, dentre os quais a violência se destaca. Apesar da

terminologia adotada - **fatores de risco** - a literatura sobre o assunto adverte que estes não devem ser tomados a partir de numa perspectiva estática, mas sim enquanto *processos* dotados de complexidade e dinamicidade. Correspondem aos eventos negativos que, quando presentes na vida das pessoas, aumentam as probabilidades do indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais²¹.

Perseguir os fatores de risco enquanto determinantes dos agravos é uma estratégia necessária, porém insuficiente na modificação da vida dos sujeitos expostos a tais fatores. Segundo Yunes & Szymanski²¹ uma ‘condição de risco’ não pode ser entendida de modo absoluto, pois as variações nas respostas individuais diante do risco indicam que situações onde os mesmos fatores estão presentes, podem gerar resultados positivos ou negativos, considerando outros aspectos relacionados. O risco implica em “alta probabilidade de conseqüências negativas”²¹. Violência, álcool, drogas e DST’s têm sido grandes ameaças à saúde dos adolescentes na atualidade. Alguns estudos longitudinais apontam para muitos fatores preditivos de risco ao longo do desenvolvimento dos jovens predispondo à emergência dos agravos. Rolf & Johnson⁴⁴ destacam como fatores de risco que predispõem jovens ao uso do álcool e drogas: déficits cognitivos, baixa auto-estima, problemas de conduta, atitude positiva às drogas, baixa motivação acadêmica, distúrbios psicológicos (ansiedade e depressão) e rejeição de valores pró-sociais. Em relação ao crime e à violência são vistos como fatores de risco: pobreza, desemprego, marginalização e exclusão social e cultural; exposição ao crime, à violência e à discriminação; deterioração física e desorganização do espaço social com falta de infraestrutura urbana, falta de oportunidades de habitação, educação, trabalho, lazer, esporte e cultura e de participação política; presença de gangues e grupos ou organizações envolvidas com o crime e disponibilidade de drogas, álcool e armas⁴⁵. Outros fatores como baixa escolaridade, estrutura de personalidade, modelos parentais, padrões culturais, falta de diálogo, ausência dos pais, ausência de redes de apoio, gênero (pertencer ao sexo masculino), a própria transição da infância para adolescência são fatores de risco que se relacionam com violência entre jovens².

Várias terminologias têm sido utilizadas para classificar os fatores de risco. Blum et al.³⁶ consideram três grupos de fatores de risco: predisponentes (individuais), familiares (destacando o contexto das relações e vínculos sócio-afetivos) e externos (com destaque

às condições estruturais, econômicas, etc.). Rolf & Johnson⁴⁴ utilizam classificação referente aos níveis de risco individual, familiar, das interações e do contexto comunitário. De um modo geral, as classificações abarcam dimensões equivalentes, correspondendo a uma dimensão individual/psicológica, outra afetivo/relacional e outra sócio-estrutural. Todavia, apesar dos avanços que os estudos sobre risco têm proporcionado à questão do adolescente e da saúde de modo geral, há ressalvas acerca do alcance deste conceito como balizador das ações preventivas, sobretudo por alguns vieses que a assunção de tal conceito tende a gerar. Observando o rumo das reflexões sobre os fatores de risco no âmbito da saúde, Ayres et al.¹⁹ apresentam como o conceito de *vulnerabilidade* figura enquanto uma alternativa para nortear as ações.

Vulnerabilidade torna-se conceito de suma importância para compreensão e enfrentamento do problema que envolve agravos relativos a determinados segmentos da população. Nas análises de vulnerabilidade não são considerados apenas dados objetivos e concretos acerca dos fatores de risco, ou seu contraponto - a proteção. A *percepção* de risco e proteção também é dotada de relevância, pois incorpora uma dimensão complexa e subjetiva que produz efeitos diferenciados em grupos expostos aos mesmos fatores. Silva & Pereira⁴⁶ mostram que entre infratores essa percepção é marcada pela crença de que o destino determinou o rumo de suas vidas, lidando com riscos potenciais de modo bastante distinto, dificultando a possibilidade de planejamento de novos projetos de vida. De acordo com Assis²⁷, os projetos de vida destes jovens e o modo como interpretam o futuro estão diretamente influenciados pelas experiências vivenciadas por eles no presente, o que implica também em suas percepções sobre o risco à vida e à saúde.

O conceito de *vulnerabilidade* é especialmente caro à Saúde Pública. Tem sido muitas vezes confundido com o risco, ainda que não sejam equivalentes. Estudos sobre risco tendem a remeter-se a uma dimensão “individual”, daí gerar insatisfação nos resultados das ações preventivas. As terminologias *indivíduo de risco*, *grupo de risco*, *comportamento de risco* – associadas a programas de pouca resolubilidade na área da prevenção - mostram o aspecto restrito que a adoção estrita do conceito traz. Já a adoção do conceito de vulnerabilidade retira o foco do indivíduo, transpondo para a dimensão social, ou seja, do risco “individual” à “vulnerabilidade social”¹⁹.

Risco é uma categoria analítica que remete a um raciocínio linear-causal, não aplicável em muitos estudos e intervenções voltadas para agravos complexos junto às populações. Já a *vulnerabilidade* é vista, e de acordo com Ayres et al.¹⁹, enquanto movimento de considerar a chance de exposição das pessoas a eventos negativos. Resulta de um conjunto de aspectos não apenas individuais (constitucionais), mas também coletivos e contextuais (ambientais), que acarretam maior suscetibilidade aos processos de adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade e recursos de todas as ordens para sua evitação¹⁹. Nos estudos sobre resiliência, o conceito de vulnerabilidade corresponde a “um fenômeno perceptível no qual certo nível de estresse resulta em condutas desadaptativas”⁴⁷. Sob um ou outro aporte, trata-se de algo multidimensional e complexo.

Pensar no adolescente infrator como um “indivíduo de risco” patologiza o fenômeno da delinquência juvenil. Referir-se aos mesmos enquanto “grupo de risco” gera outros complicadores, pois, a exemplo da epidemia da AIDS, o grupo passa a ser visto enquanto categoria ontológica, dotado de uma “identidade concreta”, alvos de estigmatização. A prevenção não deve, segundo Ayres et al.¹⁹, gravitar em torno de “grupos específicos”. O conceito de “comportamento de risco” mostra-se mais oportuno, pois retira o peso do estigma dos grupos, universaliza a preocupação com o problema e estimula um ativo envolvimento individual com a prevenção. Contudo, tem como desvantagem a tendência à culpabilização individual¹⁹.

A co-ocorrência de fatores de risco à situação de autoria de ato infracional mostra que o fenômeno da infração juvenil não pode ser visto descolado de outros aspectos, mas sim em associação a fatores como abandono escolar, abuso e dependência de drogas, incidência de doenças sexualmente transmissíveis, desordens psicológicas e comportamentais, dificuldades diversas no contexto familiar e comunitário, pobreza, etc.^{2,5,16,27,48,49}. Tão pouco pode ser considerado um problema que afeta um grupo em particular, ainda que o problema possua forte vínculo com a pobreza e a desigualdade sócio-econômica¹⁹. Os chamados “comportamentos de risco” são, segundo Ayres et al.¹⁹ uma expressão da falta de alternativa destes grupos, que terminam por ser os mais atingidos. Assim, as condições e estilo de vida que incidem na constituição do sujeito

adolescente no mundo contemporâneo os tornam vulneráveis à violência e outros agravos^{4,48,50}.

A despeito do conceito de vulnerabilidade mostrar-se mais útil à compreensão dinâmica dos contextos que predisõem as populações a agravos, este não substitui o conceito de risco. O cuidado necessário ao uso do conceito de risco diz respeito à interpretação dinâmica de seus significados sociais concretos, sendo necessário, para tal, a incorporação mais ampla quanto possível das múltiplas interferências dos fatores envolvidos. Para a saúde pública, risco refere-se a um conceito epidemiológico, de identidade bastante sólida, cujo caráter eminentemente analítico remete a resultados probabilísticos. A vulnerabilidade, por sua vez traz elementos mais abstratos associados e associáveis aos processos não saudáveis - como o envolvimento com violência - para planos de elaboração teórica mais concretos e particularizados. Neste aspecto, os **nexos** e as **mediações** entre os fenômenos é que são importantes. A co-presença, a mutualidade, a interferência, a relatividade, a inconstância, o não-unívoco, o não-constante, o não-permanente, passam a ser de interesse da análise das vulnerabilidades¹⁹.

A vulnerabilidade infanto-juvenil à violência e ao ato infracional abrange tendências individuais, fatores biogenéticos, o ambiente no qual o sujeito está inserido, a ausência de suporte social, fatores de ordem sócio-econômica, o acesso a informações, entre outros fatores. Graus diferentes de vulnerabilidade são possíveis, em inúmeras formas de arranjos, podendo ser encontrados indivíduos vulneráveis a alguns agravos, mas não a outros em uma mesma situação, entre outras variações. Uma vez que dimensões e graus de vulnerabilidade mudam constantemente, torna-se mais apropriado referir-se a pessoas não enquanto ‘vulneráveis’, mas em ‘estado’ ou ‘condição’ de vulnerabilidade a algo, em algum grau e forma, e num certo ponto do tempo e do espaço. Este enfoque recusa o tecnicismo ao mesmo tempo em que assume a dinamicidade de seus objetos, “ampliando do plano individual ao plano das suscetibilidades socialmente configuradas o alvo de suas intervenções”¹⁹.

A emergência do conceito da vulnerabilidade no campo da saúde abre horizontes e perspectivas de desenvolvimento de ações e instrumentos tecnológicos, planejamento e avaliação de programas e serviços de saúde, e, sobretudo, na disciplina do pensamento. Ainda que estratégias de redução da vulnerabilidade não sejam muito difundidas se

comparadas às de redução de risco¹⁹, é importante destacar a importância do conceito nas modalidades preventivas, por sua ênfase relacional. É necessário que sujeitos sociais sejam alertados e possam responder positivamente superando obstáculos materiais, culturais e políticos que os mantêm vulneráveis. As mudanças mais profundas e interessantes ocorrem quando se vislumbra e constrói possibilidades de tornar a saúde de todos satisfatória, implicando os indivíduos uns com os outros em seu entorno. Ayres et al.¹⁹ atribuem importância fundamental ao conceito no âmbito da transformação do contexto, assumindo o caráter “inexoravelmente intersubjetivo da construção de nossas identidades.”

2.2. Fatores de proteção ao adolescente em conflito com a lei: contribuições do paradigma da Promoção da Saúde e da Doutrina da Proteção Integral

A despeito da inadequação do modelo punitivo-repressivo de atenção ao adolescente em conflito com a lei no cenário nacional, a superação deste modelo ainda não tem se mostrado possível. Todavia, as críticas a este modelo não são recentes.

A história dos serviços de atenção ao jovem autor de infração no país e no exterior registra movimentos ora punitivos, ora voltados à reabilitação dos adolescentes e pautados no tratamento e na reeducação. Desde o início do século XX já se desqualifica a punição enquanto estratégia para evitar a reincidência. Contudo, estas propostas centravam-se na idéia de que a infração estaria associada a uma disfunção a ser “tratada”⁵¹. Assim, o “advento da ideologia da reabilitação marca igualmente uma *medicalização* da delinqüência”, não resultando em mudanças positivas para o adolescente⁵¹. Segundo Negreiros⁵¹, os ideais da reabilitação feneceram na segunda metade do século XX, sendo retomados apenas nos anos 90, sob o enfoque da prevenção.

A prevenção contempla mais que a desvinculação dos jovens com o ato infracional: remete a um olhar que o percebe como indivíduo de elevada vulnerabilidade e sujeito a múltiplas situações de risco⁵⁰. Estudos mostram a adolescência atual como período de vulnerabilidade a vários problemas, como o conflito com a lei, a violência, gravidez/paternidade precoce, a dependência química e as doenças sexualmente transmissíveis^{5,27,48,49}. De acordo com Garbarino⁴⁸, o elevado risco vivenciado por esse

grupo deve-se exatamente a essa combinação de fatores. Portanto a reabilitação com enfoque preventivo não se restringe à prática infracional, mas estende-se às condições que predispõem aos demais agravos, exigindo intervenções de maior impacto na vida dos adolescentes.

A Saúde Pública, embora tradicionalmente ancorada no modelo médico-curativo e no binômio saúde-doença, tem avançado em outras perspectivas a partir da necessidade de investir na promoção de aspectos positivos dos grupos vulneráveis. Grande destaque tem sido dado à integralidade do cuidado e da prevenção e o compromisso com a qualidade de vida, através da participação fundamental da comunidade no projeto de saúde⁵². Estas perspectivas vinculam-se de modo direto ao *paradigma da promoção da saúde*, cuja ênfase recai sobre o desenvolvimento de aspectos positivos da população, visando ao alcance de melhores condições de vida, em especial dos grupos e indivíduos mais vulneráveis.

Como dito, os agravos que envolvem a adolescência têm gerado preocupações no campo da saúde, levando ao desenvolvimento de estudos e ações de intervenção. Programas que visam estratégias de fortalecimento da capacidade de adolescentes para resistir aos problemas que envolvem esse período têm sido desenvolvidos e analisados no contexto da *promoção da saúde*³⁶.

A *promoção da saúde* é vista como a modalidade mais completa de prevenção. De caráter multidisciplinar e intersetorial, transcende o setor sanitário, integrando a saúde ao ambiente social em que o indivíduo vive. Além de prevenir e tratar os casos, promove fatores protetores, evitando o surgimento de riscos ou novos casos, estimulando a capacidade do indivíduo tomar controle da situação, cuidar de si e dos outros que estão no seu entorno¹⁸. No campo da prevenção da violência, ainda são recentes os estudos e pesquisas sobre a eficácia e eficiência de programas orientados por esse paradigma, havendo poucas conclusões definitivas na área. Contudo, entende-se este conceito como de suma importância para a questão do adolescente autor de ato infracional.

O paradigma da **promoção da saúde** enfatiza a integralidade do cuidado e da prevenção, intensificando o compromisso com a qualidade de vida e a fundamental participação comunitária no planejamento e avaliação de serviços. Neste sentido, pode ser tomada como balizamento para o pensamento das medidas socioeducativas⁵². Na

saúde pública trabalha-se com o conceito positivo de saúde, que incorpora as condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso aos serviços de saúde, valores e perspectivas das pessoas como aspectos que implicam para a vida saudável⁴⁹. Ter saúde vai além da ausência de doenças ou da satisfação de necessidades básicas. Implica na clara percepção de que a vida tem sentido (Spink, *apud* Silva⁵³).

A atenção ao adolescente infrator demanda, além de ações que visem à não-reincidência, novos patamares de vida e diminuição do quadro de vulnerabilidade destes jovens. Deter-se na adoção estrita de padrões de correção de condutas, apenas corrigindo ou restabelecendo um bem-estar físico, psíquico ou social, não alcança as dimensões do *cuidado*, termo que sintetiza a proposta da promoção. “Reparar”, “corrigir” ou “controlar” corresponde a conceitos negativos, à falta de saúde, à falta de ajustamento. Promover e “cuidar” correspondem a uma aspiração que transcende o mal que se deve evitar em termos de riscos e agravos: implica em aquisições positivas que caracterizem uma boa qualidade de vida em todos os sentidos possíveis.

O enfoque patologizante da adolescência e as ações terapêuticas centradas na “cura” do indivíduo¹³ não têm alcançado o sentido socioeducativo de *promoção*, em substituição à *punição* ou *adestramento*.

Uma vez que os modelos correccional-repressivo e assistencial não dão conta de auxiliar o adolescente no enfrentamento das situações que corroboraram com seu envolvimento na prática infracional e que comprometeram amplas dimensões do seu desenvolvimento, faz-se necessário partir em busca de outros referenciais que orientem propostas de atendimento mais estruturantes.

A promoção de saúde estabelece “patamares a serem alcançados, em termos de aquisições positivas que caracterizem uma boa qualidade de vida do ponto de vista físico, mental e social”⁵². Trazendo o conceito para a reflexão em torno das medidas socioeducativas, perdem espaço as propostas de atenção que privilegiam a condição “desviante”, focalizando as ações para o potencial que a medida socioeducativa possui de promover, juntamente com o adolescente, melhores condições de vida e saúde.

Apesar da aplicação de medidas socioeducativas ser melhor entendida enquanto prevenção de nível secundário e/ou terciário por ocorrer após o ‘dano’, não deve

prescindir da essência da promoção da saúde. Santos & Costa⁵⁴ vêem o conflito com a lei como apenas mais um conflito que tais adolescentes têm com a vida, expressando o quadro de vulnerabilidade que afeta sobremaneira seu desenvolvimento. Assim, apropriar-se do paradigma da promoção da saúde junto à questão do adolescente infrator vem a ser dispositivo particularmente útil na re-orientação das ações destinadas a este sujeito.

O adolescente em conflito com a lei demanda novos patamares de vida que não somente o da não-reincidência. Fixar-se no ato infracional corresponde ao olhar estrito do “sintoma” ou da “infecção” e remete à adoção de intervenções predominantemente terapêutico-curativas para suprimir o “mal”. Esta perspectiva, a qual Diniz⁵⁵ avalia como sendo a tendência da atuação de grande parte dos psicólogos no sistema, não tem sido adequada para modificar circunstâncias que predispõem o jovem a novos riscos. Tampouco compromete os profissionais com a construção de novos modos de vida para o adolescente. Deter-se na adoção de padrões de correção de condutas, não alcança as dimensões do *cuidado* - termo que sintetiza a proposta da promoção.

A atenção ao adolescente em conflito com a lei ancorada sob o paradigma da saúde, contempla um sentido formativo, de desenvolvimento integral e positivo, tal como preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), relativo ao papel das *medidas socioeducativas*⁸.

As grandes mudanças resultantes do movimento internacional impulsionaram mudanças no eixo legal, conceptual, bem como nas políticas e nas práticas interventivas, transcendendo o olhar restrito ao ato infracional às condições mais ampliadas de vida dos jovens em conflito com a lei^{9,11,56}. No Brasil, o campo relativo ao ato infracional é, reconhecidamente, o que tem processado mudanças de modo mais lento. Ainda assim, avanços significativos foram alcançados em face da legislação anterior revogada. A substituição do eixo doutrinário da *situação irregular* à *proteção integral* implica em profundas diferenças, ainda que de difícil substituição ao longo dos dezesseis anos de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente⁸. A partir da mudança da lei, as ações destinadas ao adolescente autor de ato infracional são simultaneamente sancionadoras, já que algumas implicam restrição ao exercício de determinados direitos, mas preservam a finalidade de “recuperar” e “proteger”. Assim os aspectos relativos ao

desenvolvimento, saúde, qualidade de vida e cidadania destes encontram assegurados, deslocando-se, assim, o foco da **punição** para a **promoção** do indivíduo no que se refere às condições adequadas de desenvolvimento.

O quadro nacional revela o grande distanciamento das medidas socioeducativas aos seus propósitos de promoção do desenvolvimento destes jovens^{7,9,10,13,16,27,56,57}. As críticas ao modelo hegemônico de atenção ao adolescente infrator no Brasil e em outros países – o correccional-repressivo - não são necessariamente fruto de reflexão atual. O esforço de superação deste modelo e das conseqüentes intervenções centradas no ‘indivíduo’, resultou em reflexões significativas acerca de outros aspectos atuantes no envolvimento com a prática infracional e dos programas institucionais inadequados à ressocialização dos adolescentes.

No caso brasileiro, observa-se que tanto o adolescente infrator quanto sua família vivem sob precárias condições de habitação, educação, renda, meio ambiente, transporte, emprego, lazer e acesso aos serviços de saúde, antes e depois do envolvimento com o ato infracional^{7,27}. Estudos têm mostrado a importância em empreender ações que, mesmo visando mudanças comportamentais numa dimensão individual, possam transcender essa esfera, de modo a promover mudanças numa perspectiva ecológica, instaurando um novo equilíbrio pela modificação de um conjunto de fatores⁵⁸. Promover condições adequadas de desenvolvimento, vida e saúde passam a ser possibilidades na atenção ao adolescente em conflito com a lei. Dentre os avanços teóricos observados nas duas últimas décadas, destaca-se a emergência dos conceitos de promoção de saúde e resiliência, passíveis de serem incorporados enquanto ferramentas-chave na atenção ao adolescente infrator.

O paradigma da promoção da saúde pode, na reflexão acerca da efetividade das medidas socioeducativas, contribuir para a construção de novos arranjos, deslocando o eixo das ações que privilegiavam a condição “desviante” para o potencial promotor de condições necessárias ao adolescente para um melhor enfrentamento de seu cotidiano. A Carta de Ottawa⁵⁹ define *promoção da saúde* enquanto “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de sua vida e saúde incluindo maior controle desse processo”. Tomando-se a situação do adolescente em conflito com a lei como resultante de processos de vulnerabilidade que afetam sobremaneira sua vida e saúde, torna-se factível apropriar-se desta Carta como referencial útil na re-orientação das

ações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei, considerando as direções apontadas pela *Doutrina da Proteção Integral*.

2.3. Fatores de Proteção e o desenvolvimento do adolescente face à vulnerabilidade

O desenvolvimento de aspectos positivos que se contraponham aos riscos e agravos associados aos adolescentes infratores enquanto segmento populacional vulnerável, remete ao conceito de *resiliência* enquanto a capacidade expressa por indivíduos ou grupos de superar fatores de risco aos quais são expostos. Este tema reveste-se de grande importância à Saúde Pública por revelar a possibilidade de pessoas e grupos que passam por situações adversas e experiências estressantes seguirem trajetórias de vida saudáveis. Ralha-Simões²³ surpreende-se como os casos típicos de resiliência consistem em “verdadeiros mistérios de dignidade pessoal, responsabilidade e mesmo de sucesso educativo, apesar da existência objetiva de numerosos obstáculos”²³. A autora, citando Gotberg, ressalta o interesse “não só por procurar reconstituir as circunstâncias em que se verifica o pôr em ação dessa capacidade potencial associada à redução da vulnerabilidade, mas, igualmente, por averiguar em que condições é possível implementá-la e reforçá-la, a partir de intervenções externas deliberadas nesse sentido, nomeadamente as de tipo terapêutico ou educativo” (Gotberg *apud* Ralha-Simões²³). Todavia, ressaltada a importância do conceito para o âmbito da saúde, o mesmo não consiste em objeto do presente estudo, exceto pela relação estreita deste com os *fatores de proteção*.

Dentre os autores que afirmam que os *fatores de proteção* estão diretamente relacionados ao processo de resiliência, encontram-se Yunes & Szymanski²¹, Pereira²², Garmezy⁶⁰ e Assis et al.³⁵. Ainda que haja divergência acerca da real possibilidade dos fatores de proteção predizerem-na, é aceito o fato de que estes fatores correspondem aos recursos internos e externos disponíveis aos indivíduos capazes de provocar modificação catalítica das respostas do sujeito aos processos de risco²⁵. Também chamados de *buffers* ou *processos protetivos*, são entendidos enquanto influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta dos indivíduos a algum perigo que predispõe um estado de não adaptação²¹. Funcionam na redução do impacto do risco e na conseqüente cadeia de reações negativas diante do risco, promovem a auto-estima e a auto-eficácia, além de

abrir oportunidades. Torna-se, pois, conceito da maior relevância à questão do adolescente e a prática infracional.

Sanchez et al.⁶¹ dizem que, mesmo em ambientes caracterizados pela abundância de fatores de risco, eventos negativos como consumo e dependência de substâncias psicotrópicas por adolescentes, podem ser evitados pela presença de fatores protetores na vida do indivíduo. Burt⁵ e Garmezy⁶⁰ defendem que fatores de proteção reduzem o efeito dos fatores do risco na vida dos adolescentes. Pesce et al.²⁵ apontam para os fatores de proteção como “facilitadores no processo individual de perceber e enfrentar o risco”. Feijó¹⁸ faz semelhante afirmação, referindo-se especificamente ao adolescente infrator, remetendo à importância de maior investimento na promoção de fatores de proteção como estratégia para a promoção de mudanças nas populações vulneráveis. Proteger, na perspectiva da saúde, implica em promover recursos disponíveis para o controle do ‘adoecimento’¹⁹, ajudando a redimensionar o risco²⁵.

A perspectiva ecológica do desenvolvimento proposta por Bronfenbrenner⁶² permite pensar em níveis ou dimensões de proteção diferenciadas, ainda que não estanques, considerando variações do microssistema, mesossistema e macrosistema⁶². Sapienza & Pedromônico⁶³ corroboram a idéia de autores como Haggerty et al.⁶⁴ e Masten & Coastworth⁶⁵ no que diz respeito à distinção entre mecanismos de proteção individuais e sociais. Estes mecanismos dizem respeito tanto a dimensões subjetiva/psicológica, afetivo/relacional (socioemocional) e decorrente da estrutura social. Ainda que distintamente descritas, relacionam-se de modo dinâmico. Como exemplo, Sapienza & Pedromônico⁶³ assinalam o quanto a dimensão socioemocional é significativamente afetada pela condição de pobreza, sobretudo na infância. Deste modo, há prejuízos significativos no desenvolvimento de fatores protetivos individuais, associados ao déficit de proteção socioemocional e socioestrutural.

Tomados em sua dimensão processual, complexa e dinâmica e não enquanto variável fixa⁶⁶, os fatores de proteção revelam a possibilidade de comportarem diferentes arranjos, o que possui implicação prática para a intervenção. As interações complexas entre os fatores constitucionais e as circunstâncias de vida favoráveis e adversas, dificultam conhecer ao certo exatamente o que precisa ser feito e quais os resultados das ações aos indivíduos e grupos fragilizados. Contudo, sabe-se que “um único elemento

novo pode mudar radicalmente o rumo dos fatos”¹⁹. Rutter *apud* Ralha-Simões²³ diz que “muitos dos processos ligados com a vulnerabilidade ou à proteção dizem respeito a pontos-chave de virada no percurso pessoal das nossas vidas em que o que acontece a curto prazo na resolução de certas situações conflituais vai determinar significativamente a nossa trajetória individual nos anos seguintes”.

Assis²⁷ verificou no estudo da vida de jovens infratores e seus irmãos/primos não-infratores que, apesar de expostos aos mesmos riscos, alguns irmãos/primos conseguiram manter-se fora do meio infracional, denotando um processo diferenciado de enfrentamento das adversidades. A possibilidade de tornar factível vidas saudáveis, apesar dos contextos antagônicos e destrutivos que envolvem o percurso de muitos adolescentes, constitui-se no fator diferencial de preservação da estrutura psicológica no decurso das mudanças enfrentadas e da complexificação progressiva que caracterizam o desenvolvimento psicológico humano²³.

Entre os diferentes fatores de proteção contra os riscos que envolvem a adolescência, destacam-se: vínculos sócio-afetivos significativos; influência de amigos, comunidade e da sociedade; experiências escolares positivas; auto-estima, auto-eficácia, segurança, autonomia e criatividade^{5,22}. Inclusão social e cultural; religiosidade; valorização de atitudes e comportamentos não-criminosos, não-violentos e não-discriminatórios, desde os primeiros anos de desenvolvimento da criança e do adolescente; desenvolvimento urbano e social; presença de famílias, grupos e redes de supervisão e apoio para crianças, adolescentes e jovens; limitação e controle do acesso a drogas, álcool e armas de fogo são vistos como fatores de proteção, inclusive contra o crime e a violência^{61,67}. Entre os fatores citados, o apoio social revela-se útil à compreensão da importância das redes de ligações sociais, pares e família contra adversidades. Sendo a família, o grupo de pares e a escola as principais bases onde os adolescentes desenvolvem as suas características pessoais e sociais, podem ser alvos de programas compreensivos de intervenção visando à prevenção da delinquência e à promoção de habilidades.

Autores como Morrison et al.⁶⁸ e Haggerty et al.⁶⁴ identificam a presença de protetores individuais (autoconceito positivo, habilidade para solução de problemas) e sociais (suporte social, supervisão parental, qualidade do relacionamento com pares e

adultos, identificação com modelos competentes) como recursos fundamentais para atenuar ou neutralizar o impacto de risco, incluindo aí às condutas anti-sociais. O domínio das relações interpessoais constitui uma área privilegiada para identificar e promover fatores que concorrem para o processo de resiliência. Assim, o contexto de aplicação das medidas socioeducativas revela-se como *locus* potencial na promoção de fatores de proteção aos adolescentes em conflito com a lei.

2.4. Experiências exitosas no atendimento ao adolescente autor de ato infracional

Tem se assistido no país a um aumento no número de projetos voltados pra jovens, tendo a violência enquanto tema presente em suas vidas, focalizando a capacitação destes para melhor enfrentamento de sua realidade, distanciando-os da vida infracional e dos sérios prejuízos que esta acarreta à vida e à saúde^{1,37,69}. Risco, proteção e vulnerabilidade são conceitos que implícita ou explicitamente estão vinculados nestes projetos. Como exemplo desta tendência, Sherman et al.⁴⁵ apontam para a importância de que os programas voltados para a redução do envolvimento com crime e violência sejam compreensivos e direcionados para redução dos fatores de risco e aumento dos fatores de proteção.

A despeito das condições inadequadas de aplicação de medidas socioeducativas no Brasil, ‘boas práticas’ vêm ocorrendo e contribuem para mudanças significativas na vida de adolescentes que possuem trajetória infracional. As “boas práticas”, embora ainda raras em nosso meio, permitem gerar perspectivas diferenciadas aos adolescentes e à sociedade, através da promoção de aspectos como auto-estima e autonomia do adolescente, responsabilidade individual e coletiva, habilidades sociais, fortalecimento de vínculos afetivos, autocuidado e projetos de vida diferenciados entre outros^{28,29,30,32,33,37}. Não tão amplamente divulgadas, pouco sistematizadas e, muitas vezes, fadadas à descontinuidade, as “boas práticas” não têm sido suficientemente avaliadas em seus resultados, mas ainda assim apontam para um futuro promissor em que será possível fazer valer os princípios dispostos no ECA.

Teixeira³¹ considera que a identidade de cada indivíduo se constrói ao longo de sua história de vida - grupos, pessoas e acontecimentos participam de modo mais ou menos significativo na construção dessa biografia. As trajetórias de vida e identidades

comportam rearranjos dinâmicos, que ocorrem em momentos singulares para os indivíduos. A medida socioeducativa pode representar um momento dotado deste potencial.

O entendimento de que a passagem do jovem pela justiça necessita ser estruturante em seu processo de crescimento e desenvolvimento é um consenso, mesmo entre os que partilham perspectivas diferenciadas. A convicção racional que muitos têm que as medidas socioeducativas podem efetivamente operar mudanças significativas, não está arraigada de fato na realidade dos serviços. Contudo, as ‘boas práticas’ remetem à possibilidade do contexto socioeducativo instituir-se enquanto *locus* de experiências bem sucedidas, encorajando novas formas de atendimento. Se atos violentos realizados por jovens em situação de vulnerabilidade revelam “sintomas graves dos erros cometidos na formação e socialização destes”⁷⁰, a construção de perspectivas de inserção mais dignas a estes jovens revela a gradual capacitação da sociedade à reversão do quadro negativo atual, por meio da potencialização da experiência humana.

Teixeira³¹ diz que as boas experiências na aplicação de medida socioeducativa derivam de um adequado plano de atendimento que considere os fatores de risco presentes, os recursos disponíveis e fatores de proteção a serem promovidos. Os fatores de proteção, enquanto influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta de uma pessoa a algum perigo, constitui importante aspecto na redução da vulnerabilidade do adolescente.

Como as demais experiências vivenciadas na adolescência, o período da medida é dotado de significativa importância para o desenvolvimento, sobretudo por ser esta uma fase em que as mudanças - biológicas, cognitivas, emocionais e sociais - são vivenciadas de modo bastante intenso. Na adolescência ocorre um aumento da variabilidade de experiências de vida e de demandas sem que haja equivalente incremento de suportes sociais e recursos disponíveis para lidar com tantas situações⁷¹. Este aspecto torna ainda mais urgente que as medidas socioeducativas desempenhem papel protetivo num projeto ético e coletivo de produção de sentidos renovadores aos adolescentes atendidos pelo sistema.

A relevância do contexto sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes tem sido confirmada através de vários estudos^{71,72,73}. Pesquisando adolescentes em risco

social, Neiva-Silva & Koller⁷³ verificam aspectos singulares da dinâmica da rua como contexto de desenvolvimento. Riscos e oportunidades foram abordados por Yunes et al.⁷², considerando as condições do contexto de institucionalização. Segundo as autoras, as instituições podem “influenciar a trajetória de vida das crianças e adolescentes, de maneira a inibir ou incentivar o desenvolvimento psicológico sadio”. De modo semelhante, Siqueira & Dell’Aglío⁷⁴ abordam estudos que vislumbram os efeitos negativos da institucionalização, bem como outros nos quais as instituições puderam prover apoio social a crianças e adolescentes, favorecendo o desenvolvimento de aspectos saudáveis mesmo diante de adversidades.

Face à necessidade de que o período da medida judicial favoreça não apenas a desvinculação do jovem com o ato infracional, mas também de outros agravos, Vicente²⁰ sugere adoção de práticas que estimulem o potencial para o desenvolvimento dos mesmos, auxiliando-os a contraporem-se às adversidades as quais estão expostos. Para a autora, um modo possível de promover experiências renovadoras de sentido e aquisição de novas potencialidades seria estimulando o potencial de *resiliência* no contexto socioeducativo.

Embora a literatura investigada não se refira especificamente a experiências de promoção de fatores de proteção a adolescentes autores de atos infracionais, é possível analisar os benefícios de boas práticas, inferindo acerca da promoção do desenvolvimento, como através dos estudos apresentados por Celia & Souza²⁶, Burt⁵, Munist et al.⁷⁵, Huebner⁷⁶, Haggerty et al.⁶⁴, Rutter²⁴ e Assis²⁷. Promover o desenvolvimento de resiliência é sugerido nos estudos citados, como eficaz para obtenção de mudanças em aspectos importantes que tornam jovens suscetíveis ao cometimento de infrações.

Ao estudar diferentes trajetórias de irmãos e primos no que se refere ao envolvimento com a lei, Assis²⁷ chama atenção para a presença de aspectos que funcionaram como proteção ao longo da vida dos jovens; Shoemaker⁵⁰ afirmou que o enfrentamento do cotidiano face aos agravos diferencia-se basicamente pelo potencial de resistir e não sucumbir às dificuldades, o qual está associado à presença de fatores ou mecanismos de proteção.

Em um esforço de reunir conhecimento teórico e experiências obtidas em torno da prevenção da violência, Hampton et al.⁷⁷ reuniram importantes trabalhos na América, entre os quais, alguns voltados especificamente para a questão que envolve adolescentes e jovens. Nesta coletânea, Bloom⁷⁸ reforça a eficácia de programas que envolvam prevenção, proteção e promoção, baseado em prevenção primária e resiliência. O autor cita o termo *salutogenesis*⁷⁷ referindo-se à necessária mudança de ênfase dos aspectos ‘patológicos’ produtores de eventos e condições negativas, centrando ações na promoção de comportamentos pro-ativos. Neste processo, o autor alerta para a observação da correlação existente entre aspectos individuais, familiares e sociais e o desenvolvimento da *resiliência* para uma necessária mudança de paradigma nos programas cuja proposta seja modificação de perspectivas de vida.

Na mesma perspectiva, Meyer & Lausell (*apud* Hampton et al.⁷⁷). Duas categorias de programas são citadas pelos autores como freqüentes no trabalho específico junto a adolescentes visando a superação de problemas relacionados à violência: aqueles designados à prevenção de problemas de comportamento e aqueles voltados à promoção de comportamentos de competência. Uma importância significativa é atribuída a programas que contam com adultos que atuem junto aos jovens de modo a favorecer oportunidade positiva de vivenciar a transição da juventude à idade adulta. Oportunizar espaços dialógicos onde jovens possam trazer à tona, organizar e avaliar conjunto de crenças e valores promove mudanças significativas nos indivíduos. As respostas positivas seriam o desenvolvimento de jovens mais reflexivos, cidadãos inseridos social e positivamente tanto numa perspectiva local quanto global, indivíduos éticos e cuidadores, jovens mais saudáveis.

De modo mais pontual, mas igualmente significativo por abordar a importância do balanço dos fatores protetivos face ao risco oferecido pelo uso de álcool e outras drogas no envolvimento com a violência, Gardner & Resnik (*apud* Hampton et al.⁷⁷) trazem o exemplo dos CSAP's (Center for Substance Abuse Prevention), voltados para o desenvolvimento da resiliência entre jovens, visando à habilidade de resistir ao stress e outras influências que tendem a levar à adoção de comportamentos auto-destrutivos⁷⁷. A despeito de citar um programa diretamente voltado ao desenvolvimento de competências individuais, os autores destacam que além da necessidade de reduzir riscos e fortalecer

fatores protetivos, a importância da aprendizagem social, modelos significativos, o papel dos pais e familiares na configuração de um quadro de experiências infantis de suporte positivo e o importante papel na transmissão social de uma cultura não ligada à violência.

Um modelo de educação e treinamento em prevenção da violência oriundo do campo da Saúde Pública é apresentado por Lapidus & Braddock (*apud* Hampton et al.⁷⁷). Ainda que não especificamente relacionada ao adolescente autor de ato infracional (mas visivelmente ligado à questão da violência e juventude), um Workshop foi citado como experiência positiva no enfrentamento da questão, sob um viés preventivo, visando à formação de profissionais da saúde diretamente envolvidos com grupos comunitários. A conclusão apresentada pelos autores é de que a formação profissional diretamente voltada à questão do jovem e a violência como grande problema que o envolve, bem como o envolvimento destes profissionais com o contexto concreto de vida destes jovens, é de extrema utilidade na obtenção de resultados exitosos de redução de prevenção da violência.

Fortalecimento e envolvimento comunitário como estratégias de Saúde Pública em programas de prevenção da violência são citados por Weiss⁷⁹ como cruciais para obtenção de resultados eficazes. O restabelecimento de um senso de comunidade seria, segundo o autor, dotado da capacidade de incidir sobre grupos, no sentido de produzir forças capazes de gerar mudanças no entorno em que vivem, tornando os ambientes mais saudáveis e, por conseguinte, de menor exposição de risco aos jovens. Esta experiência, bem como a anterior relacionada à formação dos profissionais, possui valor de relacionar dados de ordem socioestrutural mais amplos, permitindo identificar dimensões além da esfera individual, a saber, ações diretas sobre os adolescentes, como medidas necessárias à obtenção de quadros mais favoráveis na mudança de perspectiva dos jovens envolvidos ou sujeitos ao envolvimento com atos infracionais.

Há relatos no cenário internacional que remontam a experiências ou estudos especificamente desenvolvidos junto a adolescentes autores de atos infracionais, com resultados que apontam para o sentido oposto do fracasso usualmente denunciado²⁸. Algumas vivências ocorridas no período da medida judicial foram vistas enquanto fundamentais para o desenvolvimento de competências que ajudaram a superar dificuldades na vida de jovens que haviam cometido delitos. No Brasil, o programa

CrerSendo e o atendimento em privação de liberdade desenvolvido pelo **Centro Educacional Marista Marcelino Champagnat - CEMMAC**, ambos em Belo Horizonte, mostraram resultados positivos a partir do desenvolvimento de potencialidades que auxiliaram adolescentes a prosseguir modos de vida mais favoráveis⁸⁰.

No Rio Grande do Sul, o **PEMSEIS** (Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e de Semiliberdade) propôs mudanças expressivas no atendimento ao adolescente, em uma aproximação ao que se propõe as perspectivas do ECA. Apesar de apresentar uma concepção mais tradicional da adolescência, caracterizada mais por uma leitura da mesma a partir dos conflitos internos, sem considerar de modo mais contundente o adolescente e a adolescência enquanto categorias dotadas de significados sociais e, por conseguinte, fortemente imbricados a fenômenos de ordem social, o PEMSEIS reuniu em sua proposta princípios importantes para a execução da medida de internação. Destacam-se: unidade de internação constituindo um contexto positivo a uma proposta emancipatória, em que as regras são construídas participativamente por adultos e adolescentes com papéis claros e definidos; ação socioeducativa entendida enquanto um processo de construção coletiva, coordenada por adultos que consideram a experiência sócio-cultural dos adolescentes; o envolvimento de todos os funcionários da Unidade como co-responsáveis pela efetivação do programa e de relações institucionais que visem à construção coletiva de direitos e deveres norteados em valores pro-sociais e envolvimento da família no processo socioeducativo, promovendo o resgate de sua função protetiva e de referência ao adolescente.

Desdobrando os princípios em ações, o PEMSEIS propõe que o acompanhamento do jovem transcenda o momento da internação ou o contato restrito com técnicos e funcionários, se estendendo à família, a outras instituições, bem como o acompanhamento do egresso. Estas seriam formas de efetivação da execução de medida socioeducativa. É importante reconhecer que, apesar dos avanços na proposta do PEMSEIS, levantamento recente das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei no Brasil mostra o predomínio de quadros negativos, mesmo nestas unidades, revelando ainda o distanciamento existente entre proposta e realidade objetiva¹⁷.

Experiências concretas ou estudos teóricos apontam para a importância da proteção e da resiliência, ainda que não explicitamente abordadas nas experiências citadas. Indicam possibilidades importantes, sobretudo por vincularem-se à perspectiva do *cuidado*, ao *conceito positivo de saúde*⁵², à *psicologia positiva*⁸¹ e à convivência com *fatores de proteção*²⁴. De um modo geral, todas estas perspectivas enfatizam os aspectos positivos e saudáveis dos indivíduos, tal como o ECA também, em sua propositura de *proteção integral*. As medidas socioeducativas devem desempenhar, portanto, um papel de *apoio social* ao adolescente em conflito com a lei, oferecendo um efeito protetivo que remeta ao desenvolvimento da capacidade de enfrentamento de adversidades^{24,74}. Contudo, tal afirmação remete ao seguinte questionamento: de quais fatores de proteção necessita um adolescente para se desenvolver, tendo em vista um melhor enfrentamento de suas condições de vida? O esforço em selecionar alguns, dentre vários fatores passíveis de serem promovidos, não deriva de uma análise conclusiva acerca da prioridade ou relevância de uns em detrimento de outros, mesmo porque a complexidade dos fenômenos envolvidos impede a adoção de fórmulas simplistas. A proposta aqui apresentada resulta de uma revisão de literatura, a qual contribuiu com elementos norteadores na identificação de fatores necessários – porém não suficientes e exclusivos – ao desenvolvimento da resiliência.

É importante diferenciar fatores protetivos de experiências positivas ou acontecimentos agradáveis, tal como alertam Yunes & Szymanski²¹. Os fatores de proteção atuam como processos desde a infância e adolescência, a partir de três tipos principais: um relaciona-se à família, na provisão de apoio, suporte e respeito mútuo; outro está vinculado à própria capacidade individual de se desenvolver autonomamente, com auto-estima positiva, autocontrole e características de temperamento afetuoso e flexível; o terceiro corresponde ao apoio oferecido pelo ambiente social, relacionamento com amigos e outras pessoas significativas (Garmezy, 1985 *apud* Assis et al.³⁵).

Ao investigar a resiliência entre adolescentes do município de São Gonçalo (RJ), Assis et al.³⁵ identificaram fatores de proteção fortemente associados a este potencial. Adolescentes mais resilientes mostraram-se significativamente mais capazes de: levar seus planos até o fim; lidar com os problemas; ser autoconfiantes; disciplinados, independentes; autônomos; persistentes e determinados; ser pessoas em quem se pode

contar e amigos de si mesmos; flexíveis e criativos ao enfrentarem problemas; ter otimismo na vida e encontrar um sentido para ela e aprender com experiências difíceis. Em suas trajetórias de vida relacionaram autodeterminação, apoio social, vínculos afetivos de qualidade com figuras significativas, auto-estima e perspectiva de realizar projetos futuros.

Considerações sobre experiências junto a adolescentes em risco social têm mostrado a importância da promoção de auto-estima positiva, auto-eficácia e da relevância do suporte de adultos para estabelecimento de vínculos de confiança com o adolescente^{20,29,31,53,80}. Os fatores de proteção extraídos da literatura como sendo os mais significativos ao desenvolvimento do adolescente são: vínculos familiares fortes; êxito escolar; estabilidade; apoio mútuo; capacidade de tomar decisões; rotinas organizadas; compartilhamento de sentimentos; responsabilidade; auto-estima; competência; religiosidade^{27,28,48,61,75}.

Em termos ideais, seria importante que a proteção alcançasse não apenas o adolescente, mas seu contexto relacional próximo, de modo a aumentar as possibilidades do adolescente, sua família e comunidade lidarem com os riscos potenciais^{5,64}. Contudo, considerando os limites do alcance das medidas socioeducativas, optou-se por aprofundar reflexão em torno de três fatores, a saber: *fortalecimento de vínculos, autonomia e projeto de vida*. Sugerir sua promoção no contexto socioeducativo consiste no fato de que estes envolvem processos de construção coletiva e não constituem um fim em si mesmo. Antes, revelam-se fluidos e dotados de uma interconexão, fortalecendo a idéia de *processos de proteção*, na medida em que se implicam mutuamente. Promovê-los, tal como se propõe, não deve constituir numa tarefa de transferência e aquisição de conteúdos, mas sim a resultante de um autêntico encontro de pessoas onde “inalienáveis interesses de compreensão e simultânea construção de si mesmo e do outro estejam presentes”⁵².

Fortalecimento de vínculos

A existência de relacionamentos emocionais positivos é vista como primeiro fator de promoção da resiliência⁴⁸. Todavia, a realidade de muitos adolescentes em conflito

com a lei evidencia a ausência de figuras representativas ou vínculos consistentes¹⁶. A fragilidade de vínculos é vista por Paugam⁸³ como uma etapa decisiva no processo da desqualificação pela qual passam os indivíduos em exclusão social. Este fato remete a instituição promotora da medida à importante tarefa de auxiliar os adolescentes no estabelecimento de relações sócio-afetivas dotadas de mais qualidade. A instituição responsável pela aplicação da medida constitui, muitas vezes, a fonte de apoio social mais próxima e organizada na vida do jovem, podendo, portanto favorecer uma vinculação mais positiva entre o adolescente e seus familiares, pares e comunidade.

Um modo de promover este fator de proteção é através da vinculação de adolescentes com os adultos envolvidos no processo socioeducativo. Todis *et al.*²⁸ verificaram o efeito positivo resultante da vinculação de jovens privados de liberdade com pelo menos um adulto significativo. Experiências envolvendo tutoria de adolescentes na aplicação da medida de Liberdade Assistida favoreceram a formação e a qualidade dos vínculos na vida dos mesmos, nas cidades de Belo Horizonte e São Paulo³¹. Analisando aspectos positivos na aplicação da medida de internação em Boa Vista (RR), Xaud¹¹ destacou a importância de todos os adultos do contexto – do cozinheiro aos técnicos – reconhecerem-se a si próprios como educadores na relação com os jovens. Siqueira & Dell’Aglia⁷⁴ ressaltam que em instituições desta natureza, os monitores, mais que outros adultos, funcionam como modelos identificatórios, devido à proximidade e permanência junto aos sujeitos atendidos.

A possibilidade de desenvolver confiança básica em si e no meio demanda qualidade nos vínculos que se possui. Os vínculos afetivos constituem a base do apoio social, a qual confere sensação de segurança ao adolescente, fortalecendo-o para o enfrentamento das adversidades. A valorização da qualidade dos vínculos como fator de proteção a adolescentes, portanto, deve ser estendida a todas as circunstâncias em que a aplicação da medida socioeducativa se dá.

Autonomia

Definida por Freitas⁸⁴ enquanto a capacidade do sujeito dar-se suas próprias leis, compartilhá-las com os seus semelhantes e conduzir-se de acordo com as mesmas, a autonomia implica, simultaneamente na autodeterminação e no comportamento pró-

social. A autonomia não resulta do isolamento e ruptura com a coletividade. Ao contrário, deriva das relações de cooperação e reciprocidade e provê capacidade para a compreensão e resolução de conflitos que envolvem a participação do sujeito no mundo^{51,84}.

A introjeção de normas é a condição primeira para o desenvolvimento da autonomia moral^{84,85}. Antes de conseguir ser autônomo, o indivíduo depende mais de dispositivos externos de controle, é menos capaz de perceber o mundo a partir da perspectiva do outro e as normas costumam ser seguidas por imposição. Quando essa etapa é superada, torna-se possível estabelecer e manter um projeto de vida estruturando sua própria existência, percebendo-se parte de uma coletividade. É através do desenvolvimento da autonomia que o adolescente assume a responsabilidade pelas decisões que envolvem seu projeto pessoal, na medida em que afeta os outros^{86,87,88}.

Tem se observado uma dificuldade expressa por adolescentes em assumir posições autônomas diante das demandas cotidianas. Pesquisando adolescentes em risco social, Rosa⁸⁹ destacou quão freqüentemente utilizavam termos como “conduziram-me” ou “levaram-me”, referindo-se às suas ações e atividades nos programas. Muitos desafios demandam que os adolescentes se posicionem frente a questões como uso de drogas e comportamento sexual de risco. Adolescentes que cometeram atos infracionais não são necessariamente mais autônomos que outros por terem transgredido a lei. O próprio envolvimento com o ato infracional pode resultar da dificuldade no exercício da autonomia.

A resiliência está associada à autodeterminação, como demonstram Assis et al.³⁵. Todis et al.²⁸ mostram que após a saída do sistema judicial, adolescentes resilientes optaram pelo não-uso de drogas e pela continuidade dos estudos, de modo autônomo, ainda que a situação favorecesse o oposto. A capacidade de ponderar sobre a consequência de seus atos, tomando atitudes autônomas e comprometidas com o bem comum, foi vista como resultante das aquisições positivas em termos de uma autonomia moral, na aplicação de medida socioeducativa em Brasília²⁹ e em Belo Horizonte⁸⁰.

Experiências de compartilhamento e de alteridade confrontam o princípio da “liberdade”, operando na superação do egocentrismo. Esta superação permite o ingresso a um programa existencial que tem regras, que exige adaptações, mas que é, sobretudo,

coletivo⁸⁸. Adolescentes autônomos compartilham regras de conduta comuns e engajam-se em propostas de auto-cuidado mais do que os que não apresentam autonomia. Experiências de respeito mútuo possibilitam vivenciar a reciprocidade⁸⁴. Estimular atividades de compartilhamento, reciprocidade e a responsabilidade social através de tomada de decisão e comprometimento com o bem estar individual e coletivo seria um modo positivo de promover a autonomia, visando a resiliência.

Projeto de vida

A ausência de um projeto de vida pessoal relaciona-se à vulnerabilidade dos adolescentes diante do mundo. A perenidade dos corpos, a exposição a riscos, a falta de confiança na proteção adulta parecem obstaculizar os jovens ao aprendizado de projetar-se no futuro. Vislumbrar o futuro e planejá-lo pode ser visto como fator de proteção por estimular a preservação e o interesse na conquista da felicidade. Riscos frequentes na vida dos adolescentes vinculam-se a uma perspectiva pessoal de futuro frágil ou inexistente, como se a vida não valesse a pena.

Refletir acerca de *projeto de vida* enquanto fator de proteção remete à questão da *temporalidade e cuidado*. A lógica do cuidado prescinde de uma perspectiva temporal, pois a idéia central que move um projeto só adquire sentido se tomada a partir de uma dimensão temporal definida. O tempo é a condição de um projeto, e o projeto é *conteúdo* que especifica o que é presente, passado e futuro. O projeto é, pois, o desejo, que se põe em movimento construindo a história⁵².

O desafio dos jovens é integrar a perspectiva temporal da própria existência, inaugurando a possibilidade de reinventar permanentemente o seu futuro. No contexto socioeducativo, a valorização de atividades que envolvam a dimensão do cuidado, do tempo e do desejo, a partir da rotina ordinária, pode favorecer a elaboração de projetos. Estes visam ao fortalecimento do senso de identidade pessoal, conferindo maior nitidez sobre quem se é e o que se deseja, tanto no momento presente quanto no porvir.

O período de aplicação da medida deve constituir um momento para estruturação de projeto de vida. As atividades educacionais, de lazer e de formação profissional destinadas aos jovens, têm o potencial de despertar para a construção de si, o que, em geral, representa uma experiência nova na vida dos mesmos. Em estudo realizado junto a

adolescente em situação de risco social, Bardagi et al.⁸² mostram que a escolha profissional e a saída para o trabalho - importante marco desenvolvimental em nossa sociedade - nem sempre ocorre de modo favorável ou organizador. Os autores mostram que historicamente o trabalho só entra na vida de jovens carentes como função moral disciplinadora ou de subsistência, e não como projeto de vida, o que seria fundamental no processo de construção da identidade.

Fomentar a construção de projetos de vida protege porque disponibiliza maior conhecimento da realidade, dos próprios limites e possibilidades, atrelados ao desejo pessoal. Faz-se necessário investir no tempo e aspirar à felicidade, mesmo diante de perdas sucessivas e histórias marcadas por eventos negativos. Em adolescentes resilientes, percebe-se a capacidade de integrar perdas e perspectivas na busca de novos sentidos que levem a construção de projetos auxiliares no enfrentamento das dificuldades. No processo de construção de um projeto pessoal, adolescentes em conflito com a lei demandam apoio de figuras representativas para encorajá-los a vislumbrar trajetórias mais saudáveis e felizes.

CAPÍTULO 3

Pressupostos metodológicos

Este capítulo apresenta os pressupostos metodológicos que orientaram este estudo. O processo de investigação constitui situação na qual o pesquisador depara-se com a necessidade de responder a determinadas perguntas, devendo fazê-lo no contexto da cientificidade. Não havendo univocidade acerca dos meios para responder determinado problema, há que se fazer escolhas levando em conta as características do objeto de estudo (pressuposto ontológico), os posicionamentos do investigador (pressuposto epistemológico) e recursos operacionais disponíveis para o alcance dos objetivos propostos (pressuposto metodológico). Para tal, faz-se necessário explicitar os caminhos percorridos neste percurso. Visando tornar claros os princípios que orientaram a escolha metodológica do presente estudo, apresentar-se-á este capítulo sob a seguinte organização: 1) Tipo de estudo, explicitando a escolha a partir do sistema básico de crenças - os paradigmas do pesquisador – que orientaram o percurso; 2) descrição do local do estudo e procedimentos adotados para realização do trabalho de campo; 3) sujeitos envolvidos no estudo e critérios para composição da amostra; 4) estratégias e técnicas de coleta de dados; 5) estratégias de análise de dados; 6) categorias utilizadas e 7) aspectos éticos adotados.

3.1. Tipo de estudo

Estudos sobre fatores de risco e proteção, vulnerabilidade e violência têm sido freqüentemente abordados a partir da epidemiologia, visando o estabelecimento de relações causais lineares, bem como o isolamento, tanto quanto possível, das variáveis implicadas. No presente estudo aborda-se a **promoção de proteção nas unidades de internação para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em Manaus** como um fenômeno social. Uma das possibilidades de construção do conhecimento sobre os chamados fenômenos sociais considera o paradigma interpretativista como adequado para ampliar conhecimento sobre os mesmos. Segundo

Denzin & Lincoln⁹⁰ não existem “observações objetivas, apenas observações socialmente situadas nos mundos do observador e do observado”. O que se busca é a compreensão dos processos pelos quais os significados são criados, sustentados e transformados pelos sujeitos, levando-se em consideração o contexto específico em que estão inseridos⁹¹.

Como não constituiu objetivo do presente estudo apresentar o potencial promotor de proteção ao adolescente infrator em termos probabilísticos ou causais, buscou-se analisá-lo em sua plausibilidade, privilegiando a fala dos sujeitos envolvidos no contexto da pesquisa. O entendimento de que o uso da linguagem transcende o ato de expressão, sendo é participante do processo de construção dos fenômenos, é um pressuposto das ciências sociais que confere a possibilidade de, através de análise de dados lingüísticos, identificar redes de significações e sentidos, estabelecer nexos plausíveis, inteligíveis e compreensíveis no contexto do estudo realizado. A prioridade que se estabelece, tal como propõe Minayo⁹² é a compreensão da realidade humana vivida socialmente, ao invés da quantificação ou explicação causal dos fenômenos.

Propôs-se, portanto, privilegiar as falas dos sujeitos interpretando-as por meio da indução analítica, permitindo emergir categorias geradoras de enunciados, hipóteses ou teorias, sustentadas prioritariamente pela qualidade das vivências reportadas pelos atores sociais e pela plausibilidade das mesmas. A ênfase do presente estudo recai sobre aspectos do fenômeno social que não se revelam, por ora, significativos para serem medidos em termos de quantidade, frequência e intensidade, mas sim em termos de possibilidades de trazer ao palco das análises, categorias acerca de um fenômeno o qual não se tem conhecimento suficiente – a existência de proteção ao adolescente no contexto socioeducativo de internação.

Assim, optou-se por uma metodologia de cunho qualitativo, embasada nos princípios norteadores da pesquisa social, objetivando manter uma inter-relação coerente entre os pressupostos citados e os objetivos propostos de capturar o ponto de vista destes atores sociais acerca da realidade a investigar (a partir dos discursos em torno do qual estruturam suas vivências cotidianas) e, a partir dos mesmos gerar hipótese ou conjunto integrado de hipóteses que permitam ampliar o conhecimento acerca do problema substantivo em questão. Como estratégia de alcance a estes propósitos, identificou-se na Teoria Fundamentada, ou *Grounded Theory*, conjunto de métodos de tratamento e análise

de dados que permite a emergência de teorias, conceitos, hipóteses e proposições, os quais serão posteriormente descritos.

3.2. Locais do estudo e preparação do trabalho de campo

A pesquisa foi desenvolvida em dois centros socioeducativos destinados à aplicação de medida de internação masculina, situados na cidade de Manaus, Amazonas. Justifica-se o recorte efetuado em relação ao tipo de medida por ser esta a de maior impacto na vida dos jovens, que são retirados de sua família, grupo de pares e localidade, tendo impedida sua liberdade de ir e vir. Optou-se pelo recorte de gênero não apenas pela superioridade numérica dos adolescentes de sexo masculino em situação de cumprimento de medida judicial, mas também para reduzir a diversidade de atravessamentos que a variável em questão poderia produzir no tratamento e análise dos dados. A escolha da cidade deriva tanto da facilidade de acesso ao campo pela pesquisadora, residente no local, quanto da importância de desenvolver estudos sobre o tema em contextos pouco investigados.

O Sistema Socioeducativo do Amazonas vincula-se administrativamente à Secretaria de Estado da Assistência Social e do Trabalho (SETRAB). Como nas demais localidades do país, destina-se à aplicação das medidas socioeducativas a adolescentes autores de atos infracionais, após o devido processo legal. Tem como órgão gerenciador o Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) responsável pela execução de todas as medidas, à exceção da Advertência e Obrigação de Reparar Danos. Alguns municípios do estado já aplicam as medidas a serem cumpridas em meio aberto. Contudo, medidas de semi-liberdade e internação só podem ser cumpridas na capital do estado.

O Amazonas possui 2.812.557 habitantes em 58 municípios distribuídos em 1.570.745,680 km² de área: 1.405.835 vivem em Manaus. A população entre 12 e 18 anos de idade no estado é de 475.494 adolescentes⁹³. No quadro nacional, o Amazonas possui 0,9% do total dos adolescentes no sistema socioeducativo. Diferente de outras realidades no país, as unidades de internação no local possuem excedentes de vagas, ainda que tal fato não implique necessariamente em melhores condições de atendimento. Dispõe de três unidades: 1) Centro Socioeducativo Marise Mendes (CSMM), destinado à população feminina em cumprimento de semi-liberdade e internação; 2) Centro

Socioeducativo Senador Raimundo Parente (CSSRP), para adolescentes entre 12 e 15 anos de idade; e 3) Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitosa (CSASDF), atendendo adolescentes de 16 a 18 anos e, excepcionalmente até 21 incompletos.

Todas as unidades são estruturas remanescentes do período anterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, possuindo, portanto, estrutura inadequada aos princípios socioeducativos que norteiam a nova doutrina. Ainda assim, as unidades vêm sofrendo reformas graduais a partir das exigências decorrentes da mudança da normativa, na década de 1990. Apesar das mudanças, a estrutura física mantém semelhança com as instituições penais, ainda que atenuados alguns aspectos. Há presença de quadro técnico específico e permanente em cada unidade, tais como monitores, técnicos, auxiliares gerais e administrativos. A distribuição de adolescentes, técnicos e monitores (agentes socioeducativos) nas unidades de internação por ocasião do período de coleta de dados deu-se, segundo relatório local, de acordo com a tabela 1.

Tabela 1: Distribuição dos adolescentes e profissionais lotados nas instituições sócioeducativas de Manaus

INSTITUIÇÕES	Adolescentes em atendimento	Capacidade de atendimento	Técnicos	Monitores
Unidade A (masculina)	31	70	3	16
Unidade B (masculina)	13	30	3	12
Unidade C (feminina)	2	20	2	13

A entrada no campo para realização da coleta de dados nas duas unidades masculinas deu-se através de mecanismos formais e informais, que exigiram grande investimento da pesquisadora. No âmbito das pesquisas em ciências sociais de cunho qualitativo, o pesquisador não fica à margem da realidade investigada. Ao contrário, é necessário que o mesmo mergulhe no contexto a investigar, de modo a conhecer suas peculiaridades e compreender os significados que o mesmo tem para cada sujeito ali participante⁹⁴. De acordo com Minayo⁹² “(...) a visão de mundo do pesquisador e dos atores sociais estão implicadas em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho”. Portanto, a relação que se estabelece no processo de construção da pesquisa é fundamental para a compreensão dos rumos e resultados para qual aponta.

Procedimentos éticos, legais e administrativos foram realizados objetivando a pesquisadora tornar-se, tanto quanto possível, participante do contexto cotidiano das instituições. Obteve-se, para tal, autorização expressa pelo Juiz da Infância e Juventude responsável pela vara infracional no Estado do Amazonas para realizar investigação na instituição, entrevistando os sujeitos presentes, inclusive os adolescentes, sob tutela do Estado.

Autorização semelhante foi solicitada junto à direção do Departamento da Criança e do Adolescente, a qual viabilizou, a pedido da pesquisadora, uma reunião geral, envolvendo os técnicos e responsáveis pelos dois centros socioeducativos. Na ocasião a pesquisa foi apresentada, expondo os objetivos e metodologia a ser empregada, visando oportunizar aos sujeitos o esclarecimento de dúvidas e tornarem-se participantes informados e esclarecidos do processo em questão. Foram dirimidas dúvidas referentes ao processo da pesquisa, procedimento de coleta de dados, sendo resguardado à pesquisadora o direito de não tecer comentários acerca dos dados coletados ou análises parciais e final antes da divulgação dos resultados.

Houve representantes das unidades previstas, além de profissionais de outros setores responsáveis pela aplicação das demais medidas socioeducativas. O conhecimento prévio da pesquisadora com alguns dos técnicos que atuam nas instituições favoreceu um ambiente de proximidade, que permaneceu o tempo todo de realização do trabalho como elemento significativo, tanto na coleta quanto na análise dos dados.

Considerando a opção por realizar o trabalho nas duas instituições masculinas existentes, ponderou-se sobre a pertinência de realizar a coleta em momentos distintos, de modo a favorecer maior apropriação do clima institucional e da dinâmica local existente em cada uma das instituições. O fato de não ser objetivo da pesquisa comparar ações realizadas pelos dois centros socioeducativos permitiu que o momento de coleta de dados em cada local ocorresse em momentos distintos, sem que esta variável representasse riscos à qualidade da investigação.

UNIDADE A

O centro socioeducativo referido enquanto UNIDADE A no presente estudo é a unidade de internação aos adolescentes entre 16 e 18 anos (ou 21 anos,

excepcionalmente), autores de infrações consideradas graves, segundo o código penal, reincidentes ou que retornam ao sistema por descumprimento de medida anterior. O tempo de permanência nesta unidade compreendeu o período entre 9 de setembro e 27 de dezembro de 2005. A presença da pesquisadora em campo não era diária, nem em tempo integral. As visitas eram programadas segundo atividades desenvolvidas e disponibilidade dos sujeitos em atender a solicitação para participar. As visitas iniciais consistiram da apresentação da pesquisadora a todos os presentes no cotidiano institucional, bem como da delimitação dos espaços a circular e regras a seguir. O estabelecimento de regras por parte da direção e a cobrança/exigência eventual de que eu - como pesquisadora externa - as tivesse cumprido, são sinais de minha aceitação como “sujeito pertencente à instituição”, ainda que num outro *status*.

O acesso à instituição era livre nos dias usuais, incluindo todas as atividades existentes na unidade. Nos dias com atividades que envolviam maior controle de visitantes (dia de visita dos familiares ou festas comemorativas), a autorização para meu acesso dava-se por escrito, da direção à segurança da unidade.

A instituição possui aspectos próprios das unidades de reclusão – muros altos, guarita de segurança, controle no acesso de visitantes, porém revela aparente esforço em minimizar tais características. A presença de um jardim na área intermediária – entre o muro e os blocos da instituição – atenua a idéia de uma instituição de reclusão. O bloco destinado às atividades técnico-administrativas é a porta de acesso da instituição, onde se pode ver eventualmente, mas não regularmente, alguns dos internos circulando, falando com os funcionários presentes. A estrutura administrativa é bastante simples, funcional, sem sofisticação. Possui sala de recepção/secretaria, direção, enfermaria, sala de pedagogia, sala do serviço social, sala de psicologia e sala de informática, além dos banheiros para servidores e um quarto que abriga um jovem portador de deficiência mental, de etnia indígena, residente na instituição há mais ou menos 16 anos, (SIC) sem nenhuma implicação com atos infracionais. Ainda neste bloco situam-se as oficinas de artes e a sala da monitoria.

No segundo bloco localizam-se as salas de aula, pela parte externa do mesmo e os alojamentos do tipo “C”. Os banheiros – coletivos e sem divisórias sanitárias ou de chuveiros – também se situam neste bloco. Percebeu-se que no bloco “C” estavam

abrigados adolescentes que apresentavam comportamentos ligeiramente conflituosos, segundo as normas da casa. O bloco “B” conecta-se com o bloco “A” através de um corredor dividido por uma grade, abrigando adolescentes menores, em termos de compleição física, e com histórico institucional mais positivo, segundo a percepção dos funcionários. O bloco “A” é o mais distante do bloco administrativo e de acesso mais controlado. Destina-se à contenção de adolescentes privados de qualquer atividade, ou por encontrarem-se em cumprimento do período de adaptação à instituição (primeiras semanas na casa) ou por estarem em cumprimento de medida disciplinar. Trata-se de um bloco mais confinado, cujos alojamentos individuais estão em pior estado de conservação. Todos os alojamentos têm como característica o modelo de “celas”, dispostas, sempre que possível, para apenas um adolescente. Em seu interior há presença de peças de artesanato produzidas por eles, rádios e aparelhos de *CD-players*, desenhos e gravuras afixados nas paredes, colchões, além de outros pertences pessoais dos jovens. A cozinha e o refeitório localizam-se também na mesma estrutura física dos blocos.

A área externa da unidade é bastante ampla e dispõe ainda de uma quadra poliesportiva coberta, onde os jovens realizam atividades de lazer e de educação física. As visitas dos familiares também acontecem neste espaço, que possui grades de segurança e arquibancadas, por onde se distribuem jovens e família.

Não é freqüente a liberação de um aparelho de TV para os adolescentes nos alojamentos. Outrora essa prática era cotidiana, tendo sido perdido o direito a usufruí-la devido a questões disciplinares. (SIC) Na sala destinada a atividades terapêuticas de grupo, junto ao setor de psicologia no bloco administrativo, há um aparelho de televisão com DVD onde atividades específicas são realizadas com os jovens.

A circulação dos adolescentes pela unidade é bastante restrita. Segundo a direção, o número restrito de monitores para acompanhá-los às atividades justifica o fato de que os jovens passam maior parte do tempo recolhidos nos alojamentos, por motivo de segurança. A rotina institucional básica inclui o despertar dos jovens para banho e café da manhã, aulas regulares, retorno para almoço e repouso. Pelo período da tarde são realizadas as demais atividades: oficinas de arte (serigrafia, vime, violão, artes plásticas) e cursos (informática, panificação), atendimento com os técnicos (psicoterapia, orientação pedagógica, atendimento social), além de atividade de lazer e desportiva

(jogos, futebol, educação física sob orientação). Após as atividades regulares, os jovens são encaminhados aos alojamentos para banho, jantar e ceia. Todas as atividades exigem a presença dos monitores – agentes socioeducativos - para encaminhá-los e lá permanecerem até o retorno do jovem ao local de reclusão, por medida de segurança. Por este motivo, algumas atividades são suspensas, tais como aula ou atendimento, devido à insuficiência de monitores para suprir o acompanhamento na unidade. Algumas entrevistas foram interrompidas ou transferidas por este motivo.

O DCA disponibiliza um veículo do tipo Kombi à unidade, para realização de trabalhos externos, inclusive transporte de adolescentes a centro médico ou outro órgão, bem como visitas domiciliares do serviço social aos familiares dos jovens. Contudo, há registro de que o recurso não atende satisfatoriamente à demanda existente.

A unidade situa-se em um bairro populoso de baixo poder aquisitivo na zona Centro-Oeste na cidade de Manaus, em frente a uma escola da rede pública e próxima a um Serviço de Pronto Atendimento do estado, dotado de boa estrutura para atendimento médico-odontológico. A unidade encontra-se localizada próxima à sede do Departamento da Criança e do Adolescente, da Delegacia Especializada à Criança e ao Adolescente e ao Juizado da Infância e Juventude, Centro de Custódia, Unidade de Semi-liberdade e Unidade Socioeducativa Feminina.

De modo geral todos os sujeitos da instituição demonstraram assimilar a presença da pesquisadora como algo constante, integrando-a a rotina da casa, ainda que certamente as representações de cada um pudessem elaborar formas bem distintas a respeito da mesma. As relações construídas entre pesquisadora e pesquisados foram bastante variadas, como também distintos foram os contatos com os mesmos. Pela própria característica da instituição, eram favorecidos contatos mais freqüentes e fluidos com os técnicos e administrativos da unidade do que com os jovens, uma vez que os mesmos tendiam a ficar a maior parte do tempo reclusos. A alternativa encontrada a este viés foi a solicitação de participar, sempre que possível, das aulas e demais atividades que envolvessem os adolescentes, atitude esta que favoreceu maior aproximação dos internos para com a pesquisadora. A participação da mesma nos eventos comemorativos - oficiais (apresentações artísticas, etc.) e não-oficiais (aniversário de pessoas do contexto) - ocorridos na instituição, era freqüente e incentivada por todos os seguimentos de sujeitos.

UNIDADE B

A UNIDADE B destina-se à internação de adolescentes autores de atos infracionais graves, reincidentes ou que descumpriram medida anterior entre 12 e 15 anos de idade. O critério de compleição física é aplicado também no caso de adolescentes de menor porte, ainda que em idade superior a 15 anos, que cumprem medida nesta unidade. O oposto também se confirma, no caso de alguns adolescentes mais novos mas de maior compleição ou, mesmo, devido à natureza da infração, serem transferidos à Unidade A. A entrada no campo deu-se posterior ao encerramento da coleta de dados na Unidade A, ainda que algumas eventuais visitas à Unidade B tenham ocorrido concomitantemente às observações da Unidade A, por ocasião da festa de encerramento do ano letivo intitulada “Vitrine Cultural”, em dezembro de 2005. O início dos trabalhos de observação participante no campo deu-se em 21 de março de 2006, sendo seguida do momento de entrevista e registro dos prontuários, finalizando essencialmente em Agosto do mesmo ano. Devido à impossibilidade de ter realizado entrevista com duas das técnicas da instituição no período citado, retornou-se à unidade em novembro de 2006 especificamente para este fim, encerrando, dessa forma, o trabalho de campo.

A unidade B apresenta características de instituição de reclusão, com muros altos e unidades que abrigam celas, tal qual a unidade A. Contudo, sua estrutura, disposição e dinâmica cotidiana em muito diferem da outra instituição. As medidas de segurança adotadas para o acesso à instituição são praticamente inexistentes, conforme percebido nos dias de visita. Independente da troca freqüente do corpo policial situado na guarita, não havia por parte dos mesmos, ação no sentido de identificar a mim e mesmo outros visitantes observados no período, para adentrar a instituição.

A área externa de acesso à estrutura dos blocos era agradável, incluindo pátios cimentados, quadra esportiva e jardins. O primeiro bloco da estrutura destinava-se à cozinha, refeitório e sala para atividades como teatro e oficina de música. O bloco em seguida consistia no alojamento: um único pavilhão com “celas” de ambos os lados, cujo banheiro, coletivo e sem divisórias, situava-se ao fundo da estrutura. O acesso a este bloco de celas dá-se exclusivamente por uma passagem com grade de ferro. O alojamento

dos adolescentes situa-se à frente do alojamento administrativo, no qual encontram-se: sala de monitoria, sala de TV, salas de aula, sala de informática, enfermaria, sala de psicologia, sala de pedagogia, sala da assistente social, diretoria e secretaria.

A estrutura física e recursos materiais da unidade são bastante simples. As salas de aula são ambientes sem nenhum dispositivo atrativo, possuindo apenas carteiras em estado ruim de conservação, mesa do professor, quadro negro e ventiladores. A sala de informática, por ser parte de um projeto sócio-cultural financiado por convênio com o Banco do Brasil, possui muito boa estrutura e aparência. Tem ar-refrigerado, pôsteres ilustrativos e material impresso produzido pelos alunos. As salas de atendimento assemelham-se a escritórios usuais, com mesas funcionais e cadeiras simples. Pouco material é percebido. Na sala de pedagogia há presença de livros, sendo que os mesmos não podem ser retirados de lá para leitura. Junto à direção são guardados os instrumentos musicais utilizados nos cursos. Os espaços são mantidos abertos e a circulação de alguns adolescentes livremente pelo espaço interno da instituição é freqüente. Contudo, apenas alguns adolescentes obtêm o privilégio de passarem o dia quase todo fora dos alojamentos.

A rotina institucional inclui o despertar dos jovens, asseio e preparação para as atividades escolares. Após as aulas regulares os mesmos lancham e realizam atividades de educação física sob orientação. Almoço, repouso e encaminhamento às atividades (oficinas de arte, música) e cursos (auxiliar administrativo, panificação, pizzaiolo, auxiliar de lanchonete, informática) ocorrem no período da tarde. Durante todo o período de permanência da pesquisadora na instituição não foi observado atendimento sistemático aos adolescentes por parte dos técnicos da instituição.

3.3. Sujeitos da pesquisa

A pesquisa qualitativa de cunho interpretativo privilegia a experiência de vida cotidiana dos sujeitos. Estes organizam os significados dados às suas experiências de modo histórico e processual. A tarefa do pesquisador passa a ser produzir registros e avaliações ‘ricamente detalhados’ de tais experiências⁹⁰. No presente estudo, interessa conhecer o potencial de proteção de duas unidades, as quais congregam uma variedade de sujeitos. Um programa ou serviço envolve um “processo que possui movimento, uma

dinâmica própria”, devendo-se levar em conta a ação dos diferentes atores sociais em suas alianças e contraposições, visando compreender-lhes os antagonismos e consensos⁹⁵. Conhecer o potencial de um serviço para determinado fim implica no “entendimento da cultura institucional e da prática dos agentes que o serviço ou programa envolve” em relação ao tema estudado⁹⁵. Decodificar os conflitos, divergências e convergências nos discursos é uma via através da qual se pretende alcançar os objetivos. Para tal, fez-se necessário acessar sujeitos-chave que agregassem experiências significativas, passíveis de contribuir para a compreensão do fenômeno investigado. Um dos critérios mais utilizados para determinar os participantes do estudo em pesquisas qualitativas é o método de amostragem **proposital** ou **intencional**. Trata-se de um critério não-numérico, baseado no princípio que permita abranger a maior amplitude do problema, investigando suas múltiplas dimensões, considerando seus objetivos. A amostra proposital ou intencional, característica dos desenhos qualitativos - permite que sejam convidados a participar como informantes, os sujeitos cujas características apresentem-se mais relevantes ao estudo em questão^{92,96}.

Deste modo, buscou-se configurar uma amostra que permitisse acesso à construção discursiva de três categorias de atores vistos como os mais implicados no cotidiano da medida socioeducativa de internação: adolescentes – sujeitos-alvo da medida; técnicos - responsáveis pela organização das atividades desenvolvidas e pela avaliação socioeducativa; monitores – funcionários que vivenciam o cotidiano dos jovens de modo mais intenso.

A composição da amostra deu-se da seguinte forma:

- adolescentes: foram coletados dados sociodemográficos de todos os adolescentes do sexo masculino em situação de internação durante o período da coleta de dados no campo, a fim de obter uma caracterização geral acerca da população em cumprimento de medida socioeducativa de internação nestas duas unidades. Posteriormente, a amostra para o estudo em profundidade abrangeu 11 adolescentes, sendo 7 da instituição A e 4 da instituição B que, segundo avaliação dos técnicos e indicação dos monitores, apresentaram mudanças significativas, vistas como experiências exitosas no período de internação. Para este fim, foi solicitado aos técnicos e monitores que indicassem quais os adolescentes que,

tendo cumprido o período mínimo de seis meses de internação e, portanto, tendo sido avaliado durante o cumprimento da medida, apresentavam uma trajetória institucional considerada exitosa, na aquisição de requisitos ou desenvolvimento de aspectos no processo socioeducativo. Um dos critérios, portanto, foi haver sido positivamente avaliado no parecer técnico. Foi organizada uma lista com as indicações dos jovens em cada instituição, a qual foi checada quanto à pertinência ou não de cada nome, durante o período de observação no campo. Através da técnica de observação participante obteve-se acesso a outras vias de informação, tais como: falas de outros funcionários, conversas informais, observação da rotina institucional, manifestações espontâneas por parte dos professores da escola e das oficinas, além dos próprios adolescentes. Este recurso, característico de alguns desenhos metodológicos das ciências sociais⁹⁷, foi complementado com a pergunta dirigida ao jovem previamente indicado, sobre o fato dele próprio considerar estar vivenciando mudanças positivas na instituição. Apenas duas exclusões foram feitas: uma devido ao fato do adolescente indicado ter sido remido pelo juiz para residir junto à sua mãe na Suíça. A outra exclusão deveu-se a discordância de opiniões, tendo sido um adolescente indicado por apenas um único técnico. Estes critérios permitiram reunir os adolescentes para segunda etapa, onde foram entrevistados em dois momentos. Face à extensão do roteiro e à necessidade de se estabelecer um relacionamento de maior confiança entre pesquisadora e sujeitos, eram abordadas questões acerca da história de vida, vulnerabilidade e envolvimento com o ato infracional no primeiro dia. No segundo encontro eram abordadas questões relativas à proteção.

- técnicos: foram convidados a participar da pesquisa 6 técnicos, sendo 3 de cada uma das instituições em questão. Este número corresponde à totalidade dos técnicos que atuam nas unidades, sendo 1 pedagogo, 1 psicólogo e 1 assistente social de cada centro socioeducativo. Uma vez que os mesmos desempenham papel central na proposta socioeducativa desenvolvida junto aos adolescentes, as informações atreladas à competência setorial e à experiência particular de cada técnico na instituição é fundamental à compreensão da proteção ao adolescente na medida de internação.

- monitores: participaram da pesquisa 4 monitores, sendo 2 de cada instituição. O critério de inclusão foi indicação por parte dos técnicos e dos adolescentes, bem como o olhar da pesquisadora ao longo do trabalho no campo, de quais monitores estariam mais diretamente identificados com a proposta socioeducativa. O princípio metodológico que sustenta tal decisão consiste no mesmo adotado em relação à escolha dos adolescentes: sujeitos cujas vivências ou participação no contexto socioeducativo apontassem para a possibilidade de alcançar os objetivos do estudo, constituindo “casos de maior relevância”. Buscou-se alcançar, tanto quanto possível, a maior abrangência e profundidade do objeto em estudo, através da inclusão de sujeitos cujas vinculações mostravam-se mais significativas para o problema.

3.4. Estratégias e técnicas de coleta de dados

A escolha das técnicas de coleta de dados está diretamente relacionada aos objetivos propostos e ao modo como o pesquisador concebe seu objeto. A chamada triangulação pelo uso de diferentes estratégias tem como objetivo aumentar a qualidade do processo e seus resultados. Optou-se por uma triangulação do tipo sincrônica, ou seja, a conciliação dos dados levantados a partir de diferentes estratégias e/ou diferentes grupos de sujeitos, favorecendo um amálgama de concepções extraídas dos dados. As técnicas adotadas foram as que privilegiam análise de resultados essencialmente qualitativos. A triangulação teve como finalidade qualificar de modo adequado o relato das vivências, percepções e valores os quais se pretendeu investigar. As técnicas adotadas - observação participante, entrevista e formulário sociodemográfico - variam entre si segundo seus objetivos, limites e alcance, tornando-se, portanto, complementares, conferindo ao ato de investigar um fazer semelhante ao do artesão, ao tecer fios que se enredam e configuram paisagens, na composição de um todo compreensível³².

A entrada do pesquisador no campo deu-se através da observação das estratégias utilizadas em pesquisa social qualitativa, a exemplo dos estudos etnográficos. A presença do observador no campo não ocorreu de forma indiferente à dinâmica das instituições. Ao contrário, trouxe interferências esperadas na dinâmica das relações e mesmo na rotina

institucional, ainda que estes não fossem objetivos deliberados. Contudo, compreende-se que tais alterações da configuração da rede de relações que constitui o lócus de estudo é, também, objeto da pesquisa social. Procedimentos adequados foram utilizados, efetuando registros das impressões geradas ao pesquisador a partir dos contatos iniciais no campo, procurando clarificar mudanças referentes ao lugar atribuído pelos sujeitos ao pesquisador, alterações percebidas na rotina institucional pela continuidade do estudo, aproximações, a colaboração e a resistência oferecida por parte dos sujeitos, etc.⁹⁷.

A despeito da pesquisadora já ser conhecida entre os técnicos da instituição (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos) no desempenho de tarefas comuns em contextos acadêmicos, a coleta de dados com todos os sujeitos não evidenciou ter sido prejudicada pelo conhecimento prévio estabelecido. Ao contrário, a familiaridade demonstrou permitir maior abertura entre entrevistador e entrevistados ao longo de todo o processo.

INSTRUMENTOS

a) Observação participante.

A observação participante como técnica privilegiada das ciências sociais prestou-se ao recolhimento de informação a partir do contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado, no contexto das relações⁹⁸. Este instrumento, privilegiado nos estudos etnográficos, implica em perceber a permanência no campo como dotada de sentidos, que são construídos e reconstruídos no processo de interação – em maior ou menor proporção – entre pesquisador e o campo⁹⁷. Os dados da observação foram registrados sob forma de “notas de diário de campo”, abrigando as percepções do pesquisador, expressões verbais e ações dos entrevistados. Sua sistematização teve como objetivo subsidiar a configuração do campo da pesquisa para a análise dos dados obtidos pelo conjunto das técnicas de coleta^{92,99}, sendo fundamentalmente importante para qualificar o contexto socioeducativo e as experiências e relatos apresentados pelos entrevistados.

b) Formulário de dados sociodemográficos:

Este formulário foi preenchido a partir dos dados constantes nos prontuários de todos os adolescentes que estavam cumprindo medida de internação durante o tempo em que a pesquisadora esteve presente na unidade (ANEXO I). Teve como objetivo reunir dados que serviram para o estabelecimento de um perfil geral da população interna. Os obstáculos encontrados em relação aos dados levantados através deste instrumento, dizem respeito às inconsistências reveladas nos documentos dos adolescentes, tais como número de ações socioeducativas, informações familiares, dados de escolarização, entre outros. Além da inconsistência dos dados, verificou-se também a ausência de informações relevantes ao próprio conhecimento das condições objetivas de vida de alguns adolescentes.

c) Entrevista individual em profundidade

A entrevista individual apresenta como possibilidade trazer dados da reflexão do subjetivo (biográfico) para o fenômeno social³¹. Visou à obtenção de informações a partir de uma interação comunicativa dialógica entre o investigador e o sujeito. A entrevista realizada foi do tipo semi-estruturado, tendo sido o informante estimulado a produzir sua fala com amplitude de liberdade, seguindo, contudo, um roteiro atrelado aos objetivos da pesquisa e às categorias de análise¹⁰⁰.

Os roteiros das entrevistas em profundidade dos adolescentes, técnicos e monitores constam de eixos ou blocos temáticos comuns, comportando, todavia, a especificidade relativa a cada segmento, permitindo contextualizar cada sujeito em seu lugar na dinâmica institucional. Os eixos/blocos temáticos comuns consistiram em:

- questões acerca da vulnerabilidade ao envolvimento com ato infracional;
- proteção contra o envolvimento com ato infracional no contexto do crescimento e desenvolvimento do jovem;
- proteção contra o envolvimento com o ato infracional no contexto de aplicação da medida de internação.

Além destes eixos comuns, foram obtidas informações acerca da história pessoal do adolescente, dados familiares e trajetória de ingresso às atividades infracionais, bem como da trajetória profissional dos técnicos e monitores, vinculando-os ao trabalho com os adolescentes em conflito com a lei.

Foi realizado um estudo-piloto com adolescentes em medida de semiliberdade e com monitores de outra instituição socioeducativa, de modo a identificar possíveis necessidades de reformulação de questões do instrumento. Após o estudo-piloto foi feito ajuste referente aos termos lingüísticos de maior acessibilidade e compreensão aos sujeitos. As entrevistas foram realizadas diretamente pela pesquisadora e gravadas a partir do consentimento do sujeito, em suas próprias unidades (ANEXOS II e III). Algumas das dificuldades encontradas na realização das entrevistas referiram-se a: falta de local adequado, em algumas ocasiões e a interrupções ocasionadas pela necessidade de integrar o entrevistado aos horários estabelecidos pela rotina institucional. O material gravado foi transcrito para posterior análise.

3.5. Estratégia e técnicas de análise dos dados

Como outras metodologias qualitativas, a Teoria Fundamentada – ou *Grounded Theory* – busca compreender os fenômenos sociais através do conhecimento das pessoas envolvidas, centrando ênfase na análise dos significados subjetivos dos sujeitos estudados, seus valores, crenças, hábitos, interações e das emoções dentro de um contexto cultural, entendendo por cultura um sistema de significados que servem de guia para a ação, para a experiência e para a conduta social. O que diferencia essencialmente a Teoria Fundamentada de outros métodos de análise e justifica sua escolha neste trabalho, dentre os demais métodos de análise, é que a mesma se propõe a apresentar, como produto final, a geração de hipóteses ou de uma teoria substantiva diretamente obtida dos dados. Resulta, portanto numa metodologia que possibilita a emergência de uma teoria derivada de dados compilados de maneira sistemática e analisados por meio de um processo de investigação¹⁰¹. Contudo, ainda que o objetivo não seja necessariamente a emergência de uma teoria, este método permite um alcance valioso na investigação de fenômenos sociais: por favorecer a emergência de categorias múltiplas e de diálogos constantes e comparações sucessivas entre as diversas hipóteses levantadas a partir dos dados, permite manejo científico e consistente de fenômenos multideterminados, por considerar o espectro de todas as possibilidades de sua expressão expressas no material obtido.

De modo mais rigoroso, a teoria fundamentada utiliza-se do método que dispensa categorias classificatórias a priori, uma vez que possibilita a emergência das mesmas

durante o processo de tratamento dos dados. Todavia, é possível lançar mão de algumas categorias prévias, já antecipadas pela literatura como pertinentes à natureza do fenômeno. Neste sentido, a proposta metodológica deste trabalho visa, diferentemente de gerar uma teoria nova, a ampliação de dados de uma teoria já existente. O ceticismo predominante no contexto científico e no senso comum a respeito da eficácia do sistema socioeducativo na promoção dos adolescentes atendidos sugeriu o aprofundamento do olhar sobre o campo desconhecido acerca do que poderia consistir em ‘proteção’ efetiva neste contexto. A escolha metodológica possibilitou, assim, ainda que orientada pelas categorias apriorísticas, a emergência de sub-categorias novas, levando à maior compreensão dos processos subjacentes ao fenômeno em tela.

Do modelo da *Grounded Theory* adotou-se, além do método de amostragem proposital e da indução analítica, as técnicas de organização de análise dos dados. Um dos grandes desafios da pesquisa qualitativa consiste na organização sistemática dos mesmos, visando ao aumento da capacidade de compreensão e à interpretação da informação. Nas pesquisas qualitativas, o substrato dos dados é o símbolo lingüístico, expresso em uma base textual. Como tais processos são mediados por uma ampla gama de influências de caráter subjetivo, devem ser empreendidos esforços para obter um nível desejável de cientificidade da análise e seus resultados.

Alguns aspectos da *Grounded Theory* guardam semelhança com a técnica de Análise de Conteúdo, no tocante a lidar com o grande volume de dados que em geral se obtém nas pesquisas qualitativas. A análise de conteúdo consiste em uma técnica que permite inferências a partir de um texto concreto ao seu contexto social através de procedimentos de análise sistemáticos, explicitáveis e replicáveis, reduzindo a complexidade dos textos através de uma classificação sistemática. Permite estabelecer unidades textuais, convertendo grande quantidade de material em dados manejáveis, permitindo alcançar uma representação simbólica¹⁰², permitindo ir além de formalismos estatísticos sobre o material qualitativo⁹². Esta técnica tem possibilidade especial na apreensão de tipos, qualidades e distinções a partir de dados textuais complexos¹⁰³, favorecendo a construção de indicadores de visão de mundo, valores, atitudes, preconceitos, estereótipos, juízos, impressões. Tem sido útil, igualmente, por permitir efetuar comparações entre grupos, comunidades, etc.

Segundo a técnica de análise de conteúdo, a sistematização sobre os dados é possível a partir de diferentes unidades lingüísticas. Entre as unidades físicas, sintáticas, semânticas ou temáticas, entende-se que esta última revela-se enquanto mais adequada aos objetivos do presente estudo. Por meio desta modalidade, busca-se detectar padrões ou temas, os quais sofrerão processo de codificação. O desenvolvimento de uma análise de conteúdo culminando em um eficiente sistema de codificação envolve vários passos, tal como sugere Bardin¹⁰²:

- pré-análise: 1) organização dos dados através de exaustivo processo de leitura e checagem do material em termos de saturação, representatividade, homogeneidade e pertinência; 2) revisão dos objetivos da pesquisa pós coleta do material; 3) elaboração dos indicadores que orientarão o trabalho interpretativo (temas) articulando o dado gerado ao referencial teórico.
- exploração dos dados: 1) processo de transformação dos dados brutos em núcleos compreensivos; 2) classificação e agrupamento dos dados, segundo os temas emergentes.
- tratamento dos resultados/interpretação: estabelecimento de nexos interpretativos ao conteúdo, visando dimensões subjacentes ao dado manifesto, de modo a ampliar a compreensão do fenômeno estudado.

Segundo Bauer¹⁰³, a análise de conteúdo é útil na reconstrução de “mapas de conhecimento” à medida que eles estão corporificados em textos. As pessoas usam a linguagem para representar o mundo como conhecimento e autoconhecimento. Para reconstruir esse conhecimento, a análise de conteúdo pode necessitar ir além da classificação das unidades do texto, e orientar-se na direção de construção de redes de unidades de análise para representar o conhecimento e não apenas por elementos, mas também em suas relações¹⁰³. A *Grounded Theory* ou *Teoria fundamentada*, por sua vez, avança na possibilidade de estabelecer comparações constantes entre as hipóteses que vão se delineando ao longo das análises parciais, de modo a gerar uma teoria a partir da análise comparativa e sistemática dos eventos (dados) relacionados, sendo, portanto, o avanço esperado via utilização desta.

Glaser & Strauss¹⁰⁴ afirmam que a utilização do método comparativo constante, característico da *grounded theory*, parte da combinação do procedimento de codificação próprio da análise de conteúdo e da geração de teoria, própria do modo investigativo. O método de comparação constante não constitui uma prova de hipótese, posto que o que se pretende é gerar categorias conceituais e propriedades, no caso o potencial promotor de proteção existente no contexto de internação, segundo a visão dos entrevistados. Portanto, mais que buscar generalização dos resultados, buscou-se identificar dimensões não conhecidas do fenômeno estudado.

O método de comparação constante utilizado permitiu, a partir das categorias prévias, perseguir semelhanças e diferenças através da análise dos dados, comparando continuamente o conteúdo emergente da fala dos sujeitos de grupos distintos (adolescentes e profissionais das instituições A e B). Assim, foi possível gerar subcategorias e nexos explicativos sobre o que protege o adolescente contra o envolvimento com o ato infracional, segundo as diferentes visões coletadas.

Em termos práticos, a correspondência e/ou complementaridade dos métodos de análise ocorrem do seguinte modo: mantém-se a estrutura básica da análise de conteúdo, como modo inicial de aproximação e ordenação dos dados, introduzindo aspectos do método de comparação constante da *Grounded Theory*, visando à formulação de hipóteses, segundo explicitado abaixo:

- pré-análise: seguiu os mesmos princípios da análise de conteúdo, objetivando ao que se intitula “ambientação” ao material;
- exploração dos dados: nesta etapa característica da análise de conteúdo procede-se a leitura que gera a estruturação dos dados, segundo as categorizações que emergem nesse momento, o que também ocorre na proposta da *grounded theory*;
- tratamento dos resultados/interpretação: nesta etapa verifica-se que a *grounded theory* acrescentando a etapa de “geração e verificação de hipóteses”, diferenciando-se da Análise de Conteúdo. No presente estudo, sendo a tônica o potencial de proteção, foram geradas hipóteses a partir da fala dos jovens e dos profissionais. Estas hipóteses, segundo a proposta metodológica, teriam caráter invariante e universal, se todos os sujeitos apresentassem opiniões semelhantes,

ou, ainda, agregar discrepância de opiniões, no caso da existência de múltiplas percepções.

O processo de tratamento dos dados permitiu, após sucessivas comparações, geração de quatro hipóteses capazes de enunciar um conhecimento válido e consistente acerca da realidade comunicada pelos informantes, segundo a singularidade de suas falas.

As quatro hipóteses geradas – duas de proteção geral na vida do adolescente (uma dos jovens e outra dos profissionais) e duas vinculando a proteção no contexto socioeducativo de internação (segundo os jovens e outra dos profissionais), possuem correspondência entre si, ainda que as ênfases nas categorias destacadas diferenciem-se, optando-se, portanto, na permanência de hipóteses distintas (ANEXO IV).

A fim de lidar com os dados de modo a facilitar o manejo e atender princípios éticos, convencionou-se adotar nomes próprios iniciados com a letra A aos adolescentes da Instituição A e iniciados com a letra B aos jovens da Instituição B. Aos técnicos e monitores, sendo estes em menor número e de fácil identificação, optou-se por adotar a letra P, referindo-se à condição de profissional que atua junto aos adolescentes, seguido de um número. Os códigos P1 a P10 correspondem, assim, aos profissionais – técnicos e monitores entrevistados, sem distinção quanto a Instituição na qual atuam. Aspectos que suscitaram diferenciar matizes entre posturas e concepções dos profissionais das instituições distintas, foram abordados de modo impessoal, enfatizando o contexto institucional em si, dispensando identificação pessoal do informante.

3.6. Categorias de Análise

Como dito, ainda que o modelo da *Grounded Theory* seja mais comumente utilizado em estudos onde não existem, a priori, categorias relativas ao fenômeno, é possível lançar mão do mesmo, estabelecendo algumas categorias prévias. A existência de tais categorias, obtidas a partir de estudos, não deve, contudo, impedir o processo de codificação aberta que garantirá, ao longo do processo de análise, a emergência de novas categorias e a confirmação ou não das categorias prévias⁹⁸.

Um primeiro grupo de categorias foi estabelecido a priori no presente estudo, constituindo-se nos eixos temáticos dos instrumentos de coleta, visando ao alcance dos objetivos propostos. São elas:

- **vulnerabilidade** do adolescente ao cometimento de atos infracionais;
- **fatores de proteção** existentes na vida do adolescente;
- **fatores de proteção existentes no contexto da medida socioeducativa de internação.**

Além deste grupo de categorias, a literatura revisada aponta para três dimensões que emergem das primeiras, dado que tanto o quadro de vulnerabilidade quanto os fatores de proteção são passíveis de análise sob uma dimensão **individual, afetivo-relacional e sócio-estrutural**, torna-se possível considerá-las categorias de estudo que informem acerca do potencial promotor de fatores de proteção ao adolescente infrator, adentrando no nível das relações dinâmicas que se estabelecem entre estas dimensões^{2,19,21,23,24,25,54,75,105}.

A **dimensão individual** relaciona-se aos aspectos ou atributos disposicionais ou de natureza singular/particular. São as características biológicas e psicológicas, tais como impulsividade, problemas de atenção, desordens cognitivas, abuso de drogas, auto-estima, autonomia, nível de atividade e sociabilidade, orientação social positiva, possuir inteligência de nível médio, competência em comunicação, lócus interno de controle.

A **dimensão afetivo/relacional** corresponde aos aspectos intersubjetivos, vinculados aos relacionamentos interpessoais e vivências afetivas implicadas nestes vínculos. Refere-se aos dados acerca da relação com familiares, influência dos pares, influências da cultura familiar, número de irmãos, suporte sócio-afetivo, presença/ausência de cuidadores, vínculos afetivos significativos, familiares, suporte emocional em momento de estresse, coesão familiar, ausência de conflitos, de negligência, rede de apoio social com recursos institucionais e pessoais, sistema de crenças e valores.

A **dimensão sócio-estrutural** envolve os aspectos tais como recursos sócio-econômicos, escolaridade, recursos existentes na comunidade, condições de moradia, acesso a informações e serviços, emprego, etc.

Considerando que os dados foram obtidos a partir das entrevistas individuais fornecidas por diferentes sujeitos de duas instituições distintas, a classificação do informante implica, em si, em uma categoria, consistindo, juntamente com as categorias anteriormente citadas, em critério de agrupamento das variáveis. Tal procedimento permitirá o estabelecimento de nexos e comparações entre as falas produzidas pelos sujeitos de cada segmento.

Desta forma, as categorias a priori estabelecidas no presente estudo organizaram-se segundo a matriz evidenciada no quadro 1.

Quadro 1: Categorias empregadas no estudo

Unidades/ Entrevistados	Vulnerabilidade			Fatores de Proteção			Fatores de Proteção no Contexto Socioeducativo		
	Ind. ¹	Afe/Rel. ²	Soc/Est. ³	Ind. ¹	Afe/Rel. ²	Soc/Est. ³	Ind. ¹	Afe/Rel. ²	Soc/Est. ³
A	Adolescente								
	Monitor								
	Técnico								
B	Adolescente								
	Monitor								
	Técnico								

1 – Dimensão individual; 2 – Dimensão afetivo/relacional; 3 – Dimensão sócio-estrutural

Ao longo do processo de análise, tal como esperado na codificação dos dados emergentes, obteve-se um quadro mais complexo gerado a partir das falas produzidas pelos entrevistados. Tais categorias foram agrupadas nas dimensões propostas, como sub-categorias ou desdobramentos, especificações da proteção nos níveis individual, afetivo relacional e socioestrutural, segundo as falas dos adolescentes e dos técnicos.

O quadro das sub-categorias que emergiram no estudo a partir das falas dos sujeitos, estão apresentados no Anexo V, enriquecendo a compreensão das categorias previamente estabelecidas.

3.7. Aspectos Éticos

A Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que trata das “Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos” norteou todas as

etapas do presente projeto de pesquisa quanto à dimensão ética da mesma¹⁰⁶. Entendendo-se que a população vista como beneficiária direta dos investimentos da presente pesquisa constitui uma parcela estigmatizada e vulnerável, torna-se imprescindível refletir acerca dos desdobramentos possíveis deste trabalho, de modo a não por em risco a integridade, dignidade e bem-estar humanos.

Observou-se durante todo o processo, a incluir também o período de divulgação dos achados – os cuidados necessários para que a categoria dos sujeitos representados pela amostra não venha a ser vítima de exclusão e outros danos. Com vistas a atender estes cuidados observou-se:

- solicitação de autorização junto ao Juizado da Infância e Juventude antes do início das atividades, para que os adolescentes privados de liberdade possam participar como sujeitos da pesquisa (ANEXO VI);
- estabelecimento de *rapport* com os adolescentes integrantes da amostra, explicitando os objetivos da pesquisa, bem como sobre sua participação, ausência de risco derivada do processo da pesquisa e benefícios da mesma à população em estudo;
- privacidade aos sujeitos informantes no momento de realização das entrevistas;
- leitura e obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido junto aos entrevistados maiores de idade (ANEXO VII);
- sigilo e garantia de não-identificação de material de coleta/registo de dado, evitando, assim o reconhecimento de qualquer sujeito participante, assegurado o anonimato;
- impossibilidade de acesso aos dados da pesquisa a qualquer membro da instituição ou familiar, exceto quando do tratamento, organização e análise dos dados junto a pessoas relativas à execução do estudo, até sua apresentação final.

CAPÍTULO 4

Contexto de desenvolvimento e vulnerabilidade dos adolescentes em cumprimento de medida de internação no Amazonas

Neste capítulo apresenta-se uma caracterização dos adolescentes que cumpriam medida de internação nas duas unidades investigadas na cidade de Manaus. Inclui dados obtidos nos prontuários dos jovens e nos registros subjetivos (falas) dos entrevistados – adolescentes, monitores e técnicos.

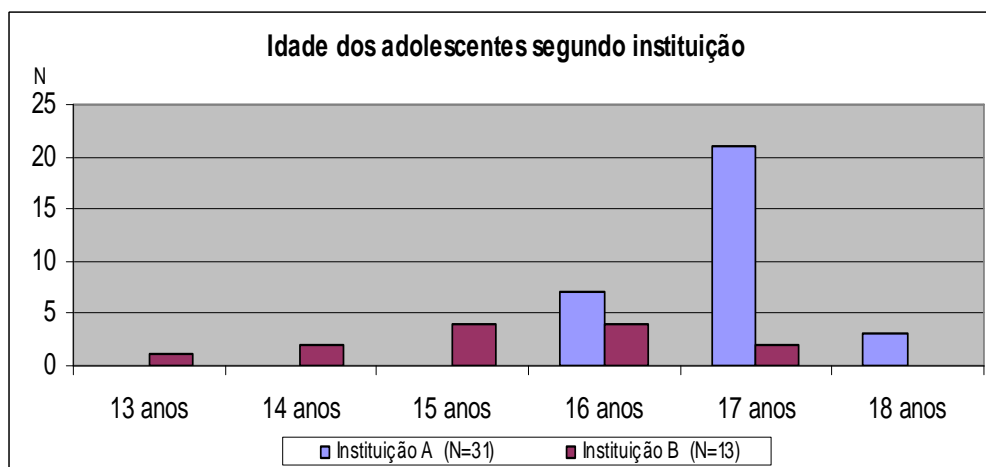
A caracterização abrange dados sociodemográficos, familiares e outros aspectos que apontam para a configuração do quadro de vulnerabilidade segundo o qual o desenvolvimento dos jovens se deu. Cabe destacar a dificuldade em compilar informações diretamente dos prontuários dos jovens nas instituições que os abrigam ou em outras instâncias, como a Vara da Infância e Juventude. Muitos prontuários continham informações inconsistentes com documentos complementares ao histórico dos sujeitos; outros mostravam-se incompletos. Esses problemas dificultaram efetuar uma caracterização que corresponda integralmente ao conjunto dos jovens. A falta ou a má qualidade das informações existentes nos prontuários constitui, em si, um fator de vulnerabilidade, uma vez que os adolescentes passam pelas instituições e estas não conseguem obter e sistematizar dados consistentes acerca de sua história atual ou pregressa. A insuficiência ou inconsistência de dados torna complexa a tarefa de desenvolver um plano de ação individual eficiente junto aos adolescentes.

4.1. Perfil sociodemográfico

O perfil dos adolescentes internados nos Centros Socioeducativos em Manaus assemelha-se a outros descritos em estudos no Brasil^{3,27}.

A **idade** dos adolescentes varia de 16 a 18 anos na Instituição A e de 13 a 17 anos na Instituição B (gráfico 1), com predomínio das idades de 15, 16 e 17 anos.

Gráfico 1



No que se refere ao **local de nascimento**, 58,8% nasceram em Manaus. De outra localidade do estado ou de estados próximos (Pará, Acre e Maranhão), o percentual informado foi 35,2%. Por ocasião do cometimento do ato infracional, 88,2% dos jovens residiam em Manaus, sendo que apenas 5,9% cometeram infrações em outros municípios, onde residiam. É possível articular o processo migratório dos jovens e suas famílias ao aumento da vulnerabilidade para envolvimento com ato infracional.

Os adolescentes viviam, até o momento da internação, predominantemente com familiares. A mãe é a figura mais freqüente entre as que residem com os jovens (64,7%), confirmando dados de outros estudos. Segue-se a presença de irmãos (47%), pai (41,2%), tios/tias (14,7%) e avós (11,8%). Padrasto/Madrasta, cunhados(as) foram registrados na vida de 5,9% dos adolescentes, havendo também registro da presença de namorada, tutor ou “parceiro do crime”, em 2,9% dos casos cada. Os dados referentes às pessoas com quem o adolescente residia permitem ver quais parentes/cuidadores estão mais diretamente em contato com o adolescente. São personagens que necessitariam maior suporte para que possam auxiliar efetivamente no processo de reintegração do adolescente após a saída da internação, a saber, mães, irmãos e pais dos jovens. Registrou-se uma variação entre 2 e 11 moradores no domicílio dos jovens.

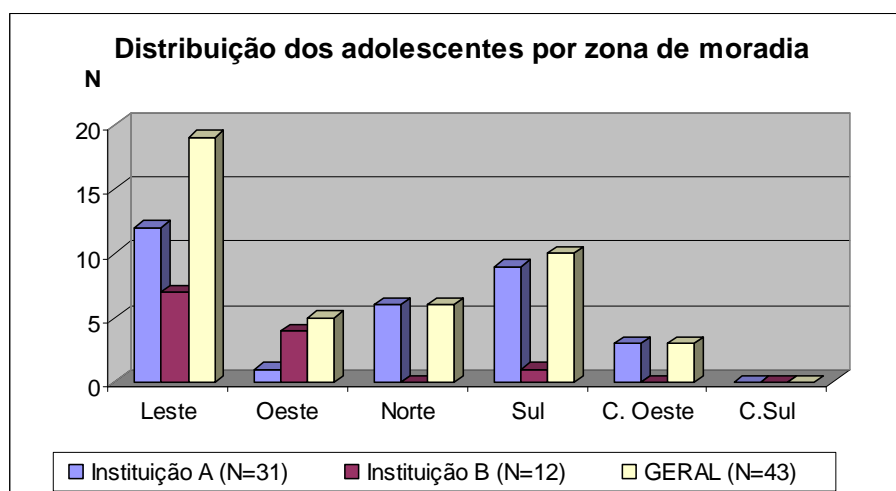
Dentre o **tipo de trabalho** que os familiares realizam, observou-se o predomínio de trabalhos de remuneração baixa e não-qualificados, como domésticas, feirantes, ambulantes, pedreiros. Observou-se também registro expressivo de trabalhos informais e

desemprego dos pais/cuidadores. Algumas exceções apontam para empregos formais no Distrito Industrial de Manaus.

Segundo os dados existentes, 76,5% dos adolescentes residem em casa de propriedade de seus pais/responsáveis; 8,8% residem em casa alugada, 5,9% em casa cedida por algum familiar. Dentre as casas próprias, 65,4% são de madeira, 27% de alvenaria e 7,7% são construções mistas. Cabe observar que o processo de expansão dos bairros em Manaus através das invasões possibilitou que muitas famílias possuíssem residência própria (ainda que em condições precárias), em especial aquelas oriundas do interior ou de outros estados. Segundo os registros das visitas aos domicílios realizadas pelo Serviço Social de ambas as Instituições, as casas dos adolescentes tendem a ser simples, precárias e caracterizadas pela pobreza.

Os adolescentes e seus familiares residem em bairros pobres, com predomínio em zonas de maior índice de criminalidade na cidade: zonas Leste, Sul e Norte, conforme gráfico 2:

Gráfico 2

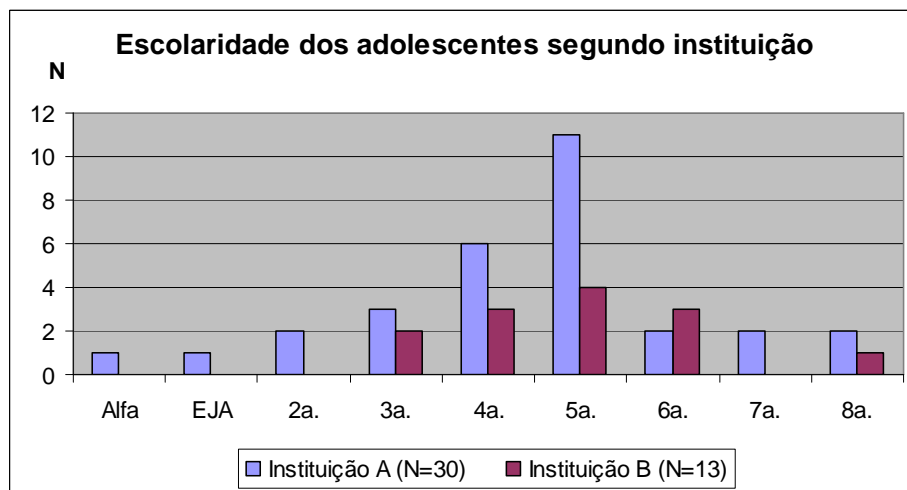


A distribuição de frequência dos adolescentes por **zona de moradia** sugere associar a exposição dos jovens à violência e/ou envolvimento com o crime a locais de estrutura urbana precária e condições sócio-econômicas menos favorecidas. O oposto parece confirmar-se, pelo registro de nenhum adolescente da zona centro-sul, cumprindo

medida socioeducativa de internação, região econômica e estruturalmente mais favorecida da cidade.

A **escolaridade** dos adolescentes também revela a fragilidade dos mesmos no usufruto diante de direitos fundamentais assegurados pelo ECA. Todos os jovens, sem exceção, apresentam distorção idade X série (gráfico 3). Grande parte ainda não concluiu o primeiro segmento do ensino fundamental e nenhum havia ingressado no ensino médio. Alguns encontravam-se cursando Programa de Alfabetização (Alfa) e outros inseridos no Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Observou-se que este dado possui lacunas, ainda que seja um dos mais completos nos prontuários nas instituições, certamente devido à obrigatoriedade de inserção do socioeducando na escola formal. Há um registro “não-informado” acerca da vida escolar do jovem. Ao questionar a instituição acerca da ausência de dado tão relevante, apresentou-se como justificativa a ausência da documentação pertinente e o não-acompanhamento familiar da vida escolar do jovem.

Gráfico 3



Apenas 35% dos jovens possuíam **namoradas**. Um total de 41% não tinham e os 24% restante não apresentou informação sobre o dado. Observou-se que mais jovens da Instituição B tinham namoradas, destinada aos meninos mais novos ou mais recentemente

ingressos na prática infracional. É possível que o maior envolvimento com o ato infracional e as conseqüências advindas disto relacionem-se negativamente com ligações afetivas como o namoro. Dentre os jovens da Instituição A, 11,8% possuem um filho, enquanto o percentual para o mesmo dado na Instituição B, destinada aos mais jovens, é de 7,8%.

As principais **atividades de lazer** dos jovens fora da instituição eram: festas (clubes noturnos), futebol, passeio a balneários e empinar papagaio (pipa). Apenas 5,9% dos adolescentes não são usuários de drogas (maconha, cola ou pasta de cocaína), ainda que 100% seja usuário de álcool.

Os registros referentes às **atividades de trabalho realizadas pelos adolescentes** antes da internação são precários. Contudo, observou-se que serviços de baixa remuneração, pouca qualificação e nenhuma formalidade eram os mais desempenhados pelos jovens que desenvolviam alguma prática laboral. Ajudante de pedreiro, ajudante em barracas de feiras e guardadores de veículos foram algumas das atividades mencionadas pelos jovens, ainda que algumas atividades como auxiliar de mecânico de autos e auxiliar de eletricista tenham sido também mencionadas. No que diz respeito à participação dos jovens em algum programa ou projeto social, apenas 20,4% dos prontuários apresentavam tal registro, a saber o Bolsa-escola, PET, Agente-jovem, Projeto-cidadão, Aldeias SOS e Criança Urgente, todos associados a entidades governamentais.

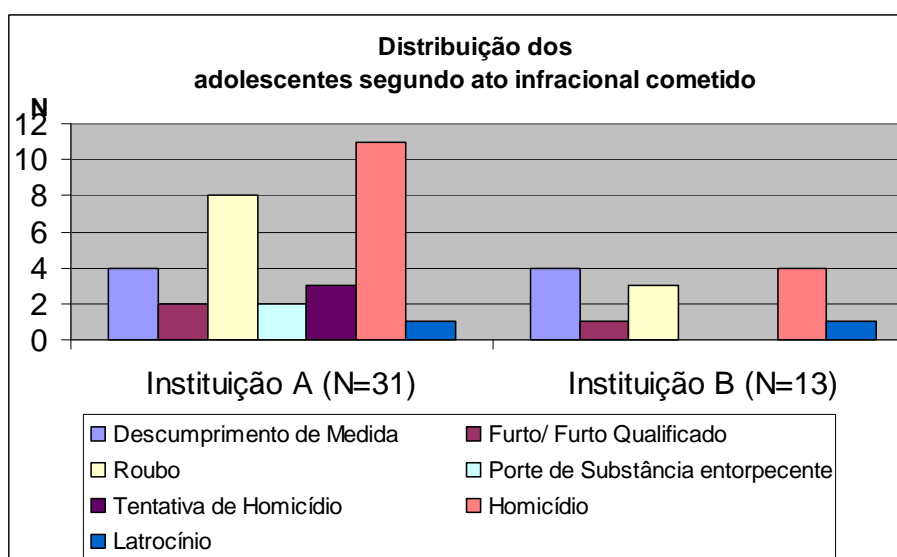
Quanto ao à **vinculação do adolescente com o ato infracional** (tabela 2), observa-se que a maior parte dos jovens cometeu delitos que atentaram contra a vida e/ou a integridade física de outrem. Apesar da observação do ECA, de que a medida de internação deva ser aplicada em casos excepcionais (considerando, entre outros fatores, a gravidade do ato cometido), observou-se registro de jovens cujo processo resultou de furto, o que, a princípio, não deveria resultar na aplicação de medida privativa de liberdade. Todavia, observaram-se falas no contexto das instituições, que as medidas também são determinadas visando a segurança do adolescente e o envolvimento com outros níveis de infração, ainda que o processo legal não aponte para tal.

Tabela 2: Distribuição dos Adolescentes, segundo ato que deu origem à medida socioeducativa

Instituição	Quebra de Medida	Furto	Roubo	Porte de substância entorpecente	Tentativa de Homicídio	Homicídio	Latrocínio	Total
A	4	2	8	2	3	11	1	31
B	4	1	3	0	0	4	1	13
Total	8	3	11	2	3	15	2	44

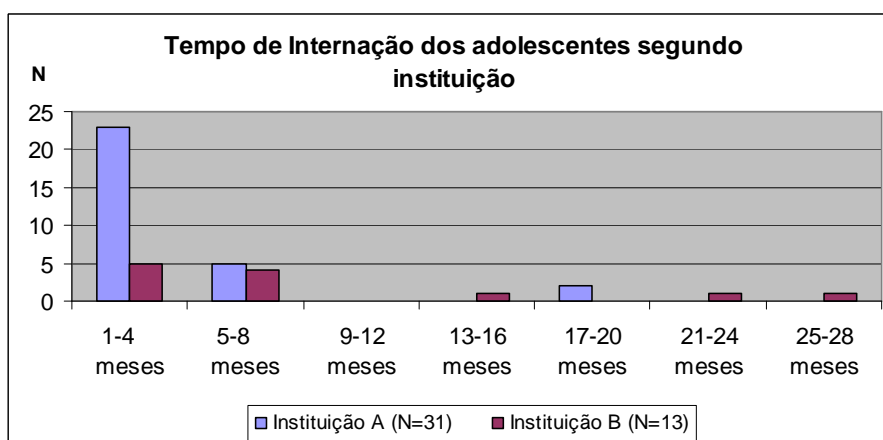
O gráfico 4 representa a distribuição dos adolescentes por instituição, segundo o ato infracional cometido.

Gráfico 4



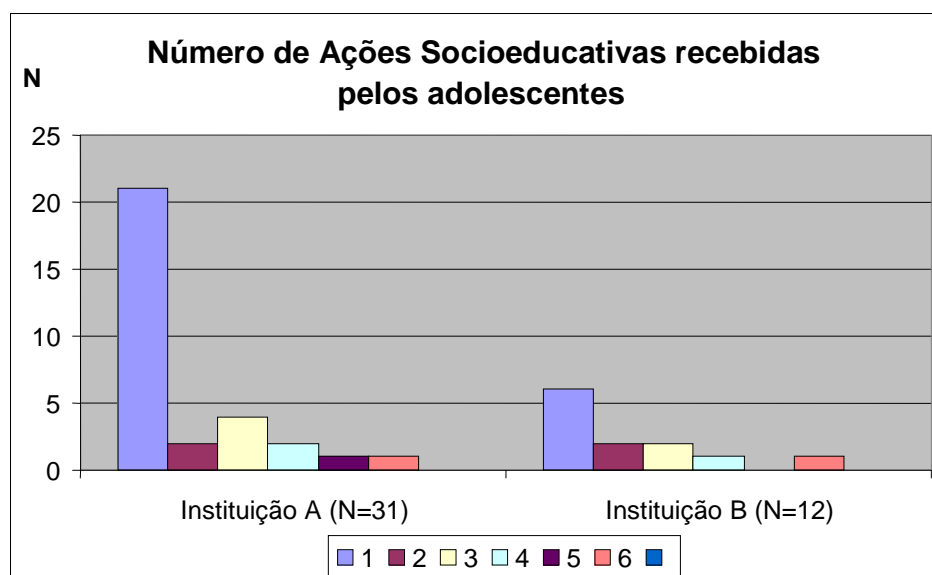
O tempo de internação transcorrido desde a chegada do jovem na instituição até o momento da coleta de dados nos prontuários variou de 1 a 24 meses. Mesmo referente a este item tão fundamental, foram encontrados prontuários cujas informações discordantes impediram precisar o período total de permanência do jovem na instituição. No gráfico 5 apresenta-se o tempo de internação vivido pelos jovens durante a pesquisa em meses, até o momento da coleta de dados.

Gráfico 5



No gráfico 6, verifica-se a variação de 1 a 6 medidas socioeducativas aplicadas aos jovens, incluindo a atual medida de internação. Em 36,4% dos casos os jovens eram reincidentes no sistema. Alguns, inclusive, já haviam cumprido medida de internação prévia. Um total de 61,4% estava cumprindo a primeira medida, não tendo sido apanhado em ato infracional ou sofrido processo judicial anteriormente, segundo os prontuários.

Gráfico 6

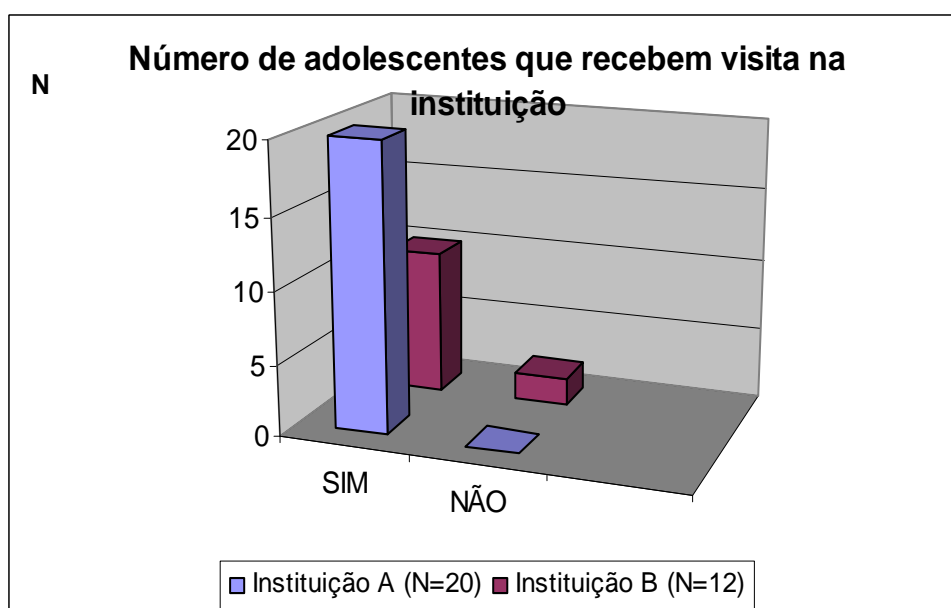


Dentre as principais medidas já aplicadas junto aos adolescentes em situação de internação, observou-se que em maior número os jovens haviam sido indicados ao cumprimento da Liberdade Assistida (1), seguida da Semiliberdade (3) e outras

Internações (2), sobretudo pelo descumprimento das medidas mais brandas. Houve registro também de cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade, mas em menor expressão. É importante observar a falta de compreensão linear da trajetória do jovem tanto na vida infracional quanto no sistema socioeducativo. A fragilidade dos dados e ausência de acompanhamento profundo da passagem do adolescente por outras instâncias – ou mesmo nas próprias unidades de internação – fragmentam o histórico pessoal do jovem, dificultando, inclusive, avaliar a eficácia das ações socioeducativas a ele dirigidas. Este dado encontra-se profundamente prejudicado em seu conteúdo, devido a fragilidade dos mesmos em termos de prontuários ou outras vias de informação, seja na instância do judiciário ou das próprias unidades.

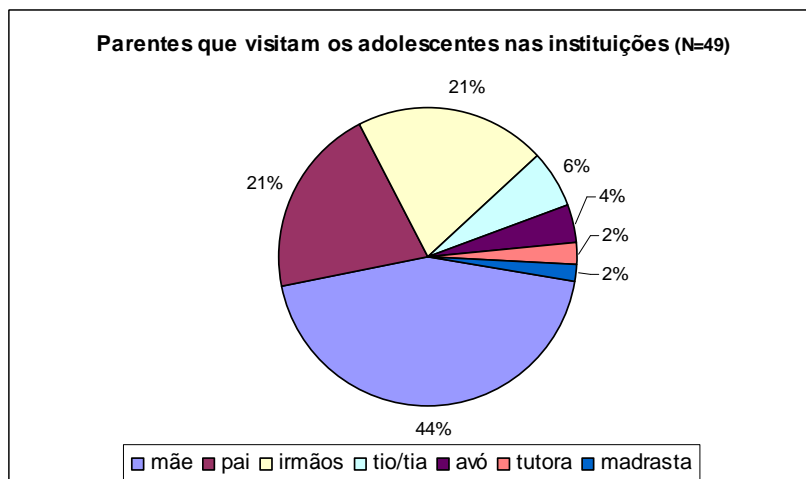
Coletou-se também dados referentes às visitas que os adolescentes recebem durante o cumprimento da medida (gráfico 7). O percentual de casos não informados também se revelou expressivo (27,3%), uma vez que tal dado é de grande importância ao acompanhamento das condições do jovem e sua família durante a medida; 64,5% dos jovens da Instituição A recebem visitas, sendo que na Instituição B o percentual é de 76,9% visitados.

Gráfico 7



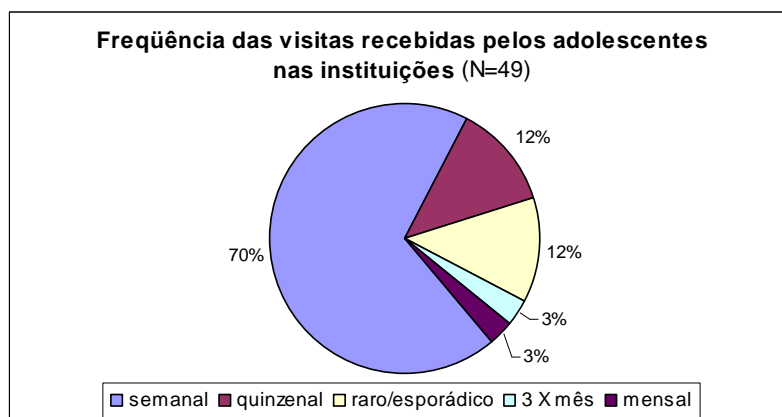
Os familiares que mais realizam visitas aos jovens internados são: mãe (44%), pai e irmãos(ãs), seguidos dos tios/tias, avós, tutora e madrasta/padrasto (gráfico 8).

Gráfico 8



A frequência/periodicidade das visitas realizadas aos jovens, apresentada no gráfico 9, é predominantemente semanal (70%) e quinzenal (12%), denotando que há presença dos familiares em período constante junto ao adolescente na instituição. Contudo, há jovens que nunca recebem visitas ou as recebem muito raramente.

Gráfico 9



Relativo às visitas, nas duas unidades os dias destinados a este fim compreendem os sábados e domingos. Há uma organização dos jovens que recebem visita em um dia ou

em outro, sendo, ainda, vetado o direito de receber visita aos jovens que se encontram em medida disciplinar de contenção. Há também distribuição de grupos pelos períodos matutino e vespertino, com duração média de três horas e meia para a permanência dos visitantes.

Os dados sociodemográficos possibilitaram vislumbrar a presença de variáveis consideradas como fatores de risco, que contribuem para um quadro de vulnerabilidade na vida dos adolescentes. Aspectos relacionados às condições materiais de vida do jovem e sua família, ao precário acesso a serviços que favoreçam um desenvolvimento menos suscetível aos agravos decorrentes da vulnerabilidade, destacando-se o cometimento de atos infracionais, figuram indubitavelmente no perfil apresentado.

Apesar da proposta de esboçar um perfil sugerir certa “uniformidade” ou “regularidade” entre os sujeitos representados, é necessário atentar para a complexidade do próprio fenômeno *vulnerabilidade*. A combinação dos fatores resulta em tipos de vulnerabilidades distintas. No grupo observado, por exemplo, a despeito de semelhanças sociodemográficas e relacionais, alguns adolescentes se encontram visivelmente mais vulneráveis que outros, portanto, mais suscetíveis à continuidade na trajetória infracional que os demais. O grau de comprometimento com o crime, o número de reincidências, a participação restrita ou inexistente da família, dificultam que as ações desenvolvidas no contexto socioeducativo ou além deste possam resultar em benefícios ao jovem ou à sociedade.

A ausência de dados nos registros institucionais denota uma vulnerabilidade a mais na vida dos jovens. A passagem pelas instituições, sejam elas socioeducativas ou não, apresenta-se frágil de dotada de inconsistências no sentido de promover mudanças positivas para crianças e adolescentes. Dentro do próprio sistema socioeducativo, o fato de que vários adolescentes em situação de internação já haviam cumprido medidas anteriores, mais brandas ou mesmo de internação, seria justificativa para que informações importantes acerca da constituição familiar dos mesmos e outros aspectos como escolaridade, condições de moradia, etc., constassem de seu prontuário. O desconhecimento ou ausência de registro indica, assim, uma falta de alcance institucional no que diz respeito às condições de vida do adolescente a quem se pretende incidir ações capazes de modificar positivamente dimensões de sua vida.

Os programas sociais existentes parecem não alcançar os jovens que vão parar nas instituições socioeducativas ou não puderam exercer a eficácia de suas propostas àqueles que foram captados pelas redes de apoio social. A outra possibilidade vislumbrada é de que os prontuários falham em muitos aspectos onde poderiam prover informações importantes que permitissem contemplar quadros mais realistas acerca dos riscos e suportes presentes na vida dos adolescentes, de modo a identificar áreas de maior fragilidade e quais as maiores potencialidades. Brito⁹ e Diniz⁵⁵ alertam sobre a problemática que envolve a produção de documentos por parte dos técnicos, em especial dos psicólogos, na avaliação exigida pelo juizado acerca dos documentos gerados pelos técnicos. Segundo as autoras, tais documentos acabam por corroborar a construção de uma ‘realidade’ sobre os adolescentes, nas quais são desconsideradas as condições circundantes. Por não apontarem um contexto mais amplo, acabam por localizar numa dimensão restrita e individualizada toda as ‘falhas’ do jovem. Os relatórios e pareceres, documentos que poderiam constituir instrumentos úteis para obtenção de mudanças favoráveis na vida do jovem, tornam-se não apenas inúteis, mas perniciosos por contribuir para reforçar estigmas.

Por outro lado, verificou-se que mesmo diante de um quadro evidentemente desfavorável, existem aspectos positivos que, se observados e fortalecidos, podem ser úteis na redução dos prováveis danos na vida dos adolescentes no que toca ao envolvimento com a prática infracional, a serem abordados em capítulos posteriores dirigidos à proteção. A seguir, serão destacados aspectos que contribuem para a vulnerabilidade dos jovens ao ato infracional através da visão dos adolescentes, monitores e técnicos entrevistados. A apresentação a partir das dimensões individual, afetivo-relacional e sócio-estrutural segue a lógica da literatura de referência, ainda que tais dimensões sejam compreendidas em sua dinamicidade, interagindo em uma complexa rede de implicações mútuas.

4.2. Vulnerabilidade Individual

Não se observaram diferenças significativas entre os **relatos dos adolescentes** internados na Instituição A e na Instituição B quando perguntados sobre o que acontece na vida de um jovem que explica sua trajetória vinculada ao ato infracional.

Dos fatores individuais que compõem o quadro de vulnerabilidade, o uso de drogas foi praticamente unanimidade nas falas recolhidas, favorecendo o ingresso na prática infracional. Um único adolescente referiu não fazer uso de drogas como cola, maconha e pasta de cocaína, dizendo ter feito opção por não consumir drogas pesadas. Contudo, o mesmo admitiu consumir álcool e cigarros, considerando-os menos destrutivos à saúde. Todos os demais associam a vinculação com atos infracionais ao envolvimento com drogas, quer pela necessidade de manter o vício, quer pelos danos que as mesmas produzem, tais como desinteresse pela escola, troca gradual de grupos de amizade, ser reconhecido como “viciado” pela vizinhança, perda da capacidade de fazer escolhas mais orientadas. Relatos surgiram sobre a dificuldade de largar o vício, mesmo submetendo-se a alguns (poucos) tratamentos.

Outro aspecto bastante apresentado pelos jovens tornando-os mais suscetíveis ao cometimento de infrações foi a ascendência que os companheiros do crime têm sobre eles. Os acordos gerados e as parcerias estabelecidas entre estes pares apóiam-se em argumentos frágeis e contraditórios, servindo como justificativas para cometimento dos atos contra a lei. “Obedecer” ao parceiro, não “deixa-lo na mão” diante de solicitações feitas, assumir autoria de infrações, cometer um ato infracional simplesmente porque foi convocado para tal, foram alguns exemplos citados, que demonstram, tal qual Piaget explicita, que a condição de heteronomia associa-se ao repertório de recursos cognitivos que denotam um grau de desenvolvimento moral no qual o sujeito não realiza escolhas baseado em sua própria avaliação. Ao contrário, lançam mão de uma orientação externa, alheia^{85,87}. O estágio de heteronomia no que se refere às escolhas, tomada de decisão, foi visto como persistente nos argumentos apresentados pelos jovens. Revela, portanto, uma vulnerabilidade a realização de atos sem reflexão prévia, movidos unicamente pelo sentido de acatar um código de conduta estabelecido por um grupo ou por pessoas de referência.

Em contrapartida à condição de heteronomia identificada na fala dos jovens, observou-se que estes assimilam e reproduzem com grande intensidade um discurso no qual responsabilizam-se integralmente por suas ações, dizendo estas resultarem de uma “escolha pessoal” ou “opção” por ter ingressado no mundo infracional. Em outras palavras, não raro os jovens disseram que a prática dos atos contra a lei era escolha

própria, e que, portanto, envolver-se ou não com a prática infracional seria uma questão de opção – decisões autônomas. A esse respeito, recorre-se a psicologia sócio-histórica que percebe que as ideologias - sobretudo o ideal liberal tão marcante das sociedades ocidentais e, mais ainda no início do novo século, no mundo globalizado – tende a individualizar processos que são, antes, coletivos³⁴. O que pode ser compreendido a partir de uma dimensão intersubjetiva e, posteriormente intrasubjetiva, do inter-psíquico para o intra-psíquico, acaba sendo colocado numa perspectiva pessoal, onde o indivíduo, por esforços próprios seria resultado pelo seu fracasso ou sucesso. Observou-se a assimilação de tal pensamento ideológico no discurso dos adolescentes.

Outro aspecto que surgiu na fala dos adolescentes, além da “escolha”, refere-se ao pensamento de que alguns jovens enveredam pelo caminho da infração - “do mal” - por terem nascido assim, terem “instinto ruim”. Esta perspectiva acompanha historicamente classificações de Lombroso, que identificava tipos criminógenos a partir de constituições psicofisiológicas. Quando perguntados sobre as possíveis diferenças na vida de um jovem que comete infração e o que não comete, dois adolescentes apresentaram os seguintes argumentos:

... essa pessoa que apronta ela tem o instinto do mau e essa outra aqui é todo tempo na dele e tal, curte, mas não se envolve no meio dessas ondas que nem nós, que nem eu?(Armando)

A diferença é que um gosta de uma coisa, de seguir o ritmo contra-lei, e um que gosta mesmo de seguir, do ritmo que a lei manda. De num não fazer uma coisa errada... (Adriano)

Alguns aspectos relacionados ao ingresso à prática infracional estão ligados diretamente a conflitos de ordem psico-emocional mencionados pelos jovens. A sensação/percepção de abandono, o difícil controle das emoções negativas e um desejo de destruir/agredir surgiram como aspectos subjetivos que incitam práticas delitivas.

É... revolta, acho que por causa que a mamãe me deixou. Bem, a minha vó falava que ela tinha me abandonado, cresci com aquilo... cresci com aquilo na cabeça, aí de vez em quando, quando ela... eu fazia uma ratada, ela vinha querendo me corrigir, aí vinha aquele negocio na cabeça. (Alberto)

Eventos de vida traumáticos são potencialmente danosos à estrutura psicológica, podendo resultar em dificuldades adaptativas diversas, como uma “cicatriz” emocional de difícil superação, que impõe mudança no estilo de vida de modo súbito ao adolescente. A

perda de parentes significativos por morte ou separação dos pais ou o afastamento de irmãos foi mencionada como fator importante na construção de trajetórias infracionais.

Aí meu irmão casou, meu irmão mais velho. Aí ficou só eu e meu outro irmão. Aí já começou, num era como era antes, aí comecei a estranhar. Sentia falta sim. Porque a gente brincava, assistia televisão. Um chegava emprestava as coisas do outro, era muito unida a nossa família. [...] Depois que todo mundo se afastou o meu irmão casou, o outro também casou, eu comecei e o meu irmão começou a entrar nas drogas. (Benício)

Quando eu era criança eu queria matar esse cara aí, pô, tirou o meu pai de mim, aí. Mas, como e tal, tudo que mata, tudo que mata morre, né? Um dia, aí esse cara morreu, morreu muito feio diz (...) Deixei isso pra lá, desde aí eu comecei a aprontar e tal, deixei de estudar, parei na quarta série e até hoje, fiquei só aprontando, aprontando, aprontando. Chegou um tempo que, eu não sei se era alguém que falava pra mim e tal: “sai dessa vida, essa vida não é pra ti” e tal. Escapei de tiro, de facada e tal. (...) Eu sentia que era o meu pai, (...), sentia que era alguém que me protegia assim de tudo assim. (Augusto)

Certamente que a perda por si só não pode ser considerada como determinante para o ingresso no crime. Contudo, combinada com outros fatores como período do desenvolvimento em que a perda ocorreu, demais suportes de transmissão de segurança e apoio, dentre outros, resultarão em melhor ou pior chance de enfrentamento da situação.

Em geral os jovens convidados a participarem das entrevistas demonstravam satisfação com os encontros resultantes entre eles e a pesquisadora. Ainda que nenhum instrumento de aferição da auto-estima tenha sido utilizado, o encontro com estes sugeria que os mesmos possuíam uma imagem positiva de si. Tal fato pode estar associado à avaliação positiva que a instituição, através de seus técnicos e demais funcionários, fazem dos mesmos. Sabendo-se bem avaliados, compreendem que isto implica em relatórios favoráveis encaminhados ao juiz, resultando em possível progressão de medida, diminuição do tempo de internação ou aquisição de algum benefício na “casa”.

Referindo-se especificamente a questão da auto-imagem, alguns jovens relataram o incômodo de serem associados a animais, bandidos, “pessoas do mal”. Um argumento apresentado afirmava que, uma vez que já se encontrava associado aos ‘bandidos’, iria se sujar mais com eles. Ainda assim compreendemos que auto-estima é um importante aspecto a ser observado nos quadros de vulnerabilidade. O desejo de possuir uma estima positiva por si só representa um indício de saúde. A impossibilidade de construção de

uma imagem positiva de si pode ocasionar quadros complexos na estrutura psicológica que, por sua vez, poderiam gerar condutas não-adaptativas, além de frágil desempenho nas habilidades sociais. Em outras palavras, poderiam impelir à realização de atos delitivos, contribuindo, assim para reforçar a identidade negativa. Outra possibilidade seria ter a auto-estima fortalecida, justamente por realizar atos valorizados pelo grupo de pertença, como atos de ousadia, conquistas ou poder. Ainda que de difícil compreensão, tal variável não deve ser desconsiderada, sobretudo neste período significativo do desenvolvimento e solidificação da auto-imagem.

A moda por ali é ser mulher de bandido, por ali naquela área onde eu moro. As mulheres são mais ligadas no cara e tal. [...] “essa mulher é daquele cara lá e ele é folgado” num vou mexer com ela. (...) Pô quando a mulher é bonita o cara fica o importante.” (Ângelo)

Ser adolescente, por si só pode ser considerado fator de risco, colocando o indivíduo em condição de vulnerabilidade. Todavia, tem que se ter cautela com esta assertiva sob pena de rotular, estigmatizar e patologizar a adolescência enquanto um período de crise. Em países como o Brasil, a crise maior que se instala nesse período reflete mais diretamente as condições de negligência e impossibilidade de cuidar das especificidades relacionadas a esse período que propriamente às características bio-psico-sociais da adolescência em si.

Não apenas estudos epidemiológicos e relatórios mundiais sobre infância e adolescência apresentam este período como marcado por vulnerabilidades, mas a própria Psicologia do Desenvolvimento tende a associar esta fase como de difícil vivência. Todavia, teorias mais críticas, mesmo sem desconsiderar a realidade de que a adolescência atual está sujeita a inúmeros agravos, argumentam que não são as características deste período bio-psico-social em si que determina ser a adolescência um período de vulnerabilidade³⁹. Tal fato deve-se mais à complexa vinculação entre os fatores, a precária sustentabilidade da “rede” ou “malha” social pouco sólida para um enfrentamento de situações adversas.

A vulnerabilidade surge, então, como resultante da combinação – ou sobreposição – de fatores. A infância e a adolescência são períodos do desenvolvimento onde maiores prejuízos (danos são computados) diante das condições de pobreza. Isso é observado no relato dos meninos, que evidenciam a suscetibilidade ao uso de drogas, a partir de oferta

de meninos mais velhos ou mesmo de busca pessoal devido à curiosidade. Estes fatores, mesmo revelando um nível de vulnerabilidade individual, vinculam-se aos demais níveis, como afetivo-relacional (fragilidade dos vínculos com familiares/cuidadores, e associação com pares vinculados ao crime e/ou práticas infracionais) e sócio-estrutural.

por causa de influencia de colega, chama ele, muitos falam: “não, não, não quero não, num sei o quê”, tira de tempo, num quer aceitar aquela droga do cara. Porque, tem um colega que chama. Ele tá com uns 5 papalotes; “mel” na mão dele. Chama pra fumar, aí depois que tu acaba de fumar, aquele mel, eles ficam na fissura. Fica agoniado querendo fumar mais, fumando o último já pensando no outro: “como, como eu vou depois e tal?”. Quando eles chamam por influência desse colega dele, “bora roubar”, tu forma um parceiro e vai roubar. (Adriano)

A oposição à autoridade parental tomada de um ponto de vista simplificador, poderia ser vista apenas como uma característica da “adolescência normal” descrita por Aberastury & Knobel¹⁰⁷. Contudo, no contexto do desenvolvimento dos jovens estudados, tal oposição parece refletir mais as relações fragilizadas entre os adolescentes e as figuras adultas cuidadoras que propriamente um desejo subjetivo de contrapor-se às autoridades, como no exemplo abaixo, onde o adolescente recusava a autoridade materna, tendo vivido muitos anos distante da mãe.

...com 13 anos de idade eu comecei a fumar droga. Ai já quando a mamãe ia me corrigir eu saía de casa passava um, dois, três dias... depois voltava [...]... quando eu era menor, tipo eu ir pra rua ficar na rua, soltar papagaio o dia todo [...] aí ela ia brigar comigo... Ficava mordido eu, às vezes eu até chegava a dizer pra ela: “a senhora não é a minha mãe não”. (Alberto)

Outro aspecto mencionado pelos jovens foi a ‘curiosidade’ para experimentar drogas. Do mesmo modo, a curiosidade não corresponde somente a uma característica própria do adolescente, mas, também pode ser associada à falta de alternativas que os jovens possuem, desde a infância - período relatado por muitos como sendo o início da drogadição (para vivenciar emoções positivas condizentes à energia e interesses próprios do período do desenvolvimento e identificar-se com pares).

...eu via os outros cheirando cola ali, queria fazer. Eu via eles mexendo a mão no saco, saco de cola na... no nariz e mexendo a mão. Eles viam, falavam e eu ‘num’ via nada, eles, eles tavam vendo. Eu num saía, eu ‘num’ tava ouvindo nada. Quando eu comecei, aí eu ficava olhando assim, aí eu pegava os saco, ia lá com eles, “ei, bota um pouquinho pra mim aí”. (...) Quando eles botavam um pouco, aí eu ia pra um canto assim, e começava a cheirar, começava depois ali também aí, aquele negócio. Aí começamos a levar... (Adriano)

Alguns adolescentes mencionaram vivenciar emoções positivas relacionadas à prática infracional. Para alguns adolescentes, o prazer se manifesta acoplado a várias etapas do cometimento do ato: ser protagonista da história que resulta na aplicação da medida socioeducativa; ser apreendido, sobreviver e resistir à violência policial; ir à delegacia, (um adolescente chegou a ficar preso em penitenciária, confundido com maior de idade), enfrentar custódia, juiz, internações, várias medidas, fugas, rebeliões; “meter bronca” e “puxar o veneno” (cumprir a medida de internação).

...veio tipo uma emoção na hora que eu entrei na viatura assim, sempre quis conhecer a delegacia ficar preso. (...) A emoção só no meu pensamento: “conhecer a delegacia, como é bacana!” Tava todo emocionado. (Bento)

É importante destacar que os registros subjetivos que possibilitam que tais histórias de violação de direitos e falta de cidadania sejam vivenciados como positivos pelos jovens, distorcem a condição de sujeito de direito, transmutada em história de ousadia e aventura. Revela a falta de alternativa de outras fontes de experiências gratificantes aos jovens, que oportunizem diversão adequada sem comprometimento da saúde, vida e dignidade, e sem colocá-los em conflito com a ordem social.

... nós fomos presos, ficamos lá domingo todinho aí o (...) foi lá. Ia lá com o delegado, pegava umas porrada, desmaiavam ele, aí voltava. Ele ia lá de novo. Sei que desmaiaram ele três vez de tanta porrada. Eu só na minha.(...) Aí a gente ficou lá, aí tentamos fugir só que lá é três vez mas alto que isso aqui (...) Não deu. “Vam’bora desistir”. Ficamos lá mesmo quando foi assim uma hora da madrugada chamaram a gente, aí levaram a gente lá pra “de menor”. (...) Fomos pra cela tinha uns cinco, os moleques todos acordado, aí fiquei só de cueca. “Aí, qual a bronca de vocês?” A gente falou (rindo) “Foi homicídio.” Se o cara cai por homicídio é considerado. (...) Considerado assim... se o cara cair assim por roubo bater relógio, cordão aí eles (outros meninos) pegam ainda dão porrada. Se for por assalto, homicídio assim eles não dão porrada tratam o cara numa boa. (...) É respeitar, assim... (Bento)

Por fim, a impossibilidade de fazer diferente, como que confinados a um darwinismo social, a um determinismo social que impõe o que os mesmos serão. “Tanto faz como tanto fez, costume de roubar, ajoelhou tem que rezar”. Com isso associa-se a “falta de projeto de vida”, falta de perspectiva de futuro (“o destino é cadeia ou caixão”), como um fator que torna os adolescentes mais vulneráveis, por não vislumbrarem outras possibilidades. Com isso, não mobilizam recursos pessoais ou sociais para modificação das condições atuais de vida e envolvimento com o crime.

Comecei a roubar as mínimas coisas e foi aumentando, aumentando. Porque,

tipo assim, no lugar onde eu morava lá era um... uma malandragem do pessoal assim, até dos pequenos, grandes e tinha muito... aí quando eu roubava assim, é... as mínimas coisas, aí vinha outro e "pô, tu tá se sujando com isso, tu tá roubando isso, tem que roubar ... mais alto e tal", aí pô, já fui, já fui pensando, eu já fui aumentando (...) por exemplo... quando eu era pequeno, molequinho, ficava roubando alumínio, eu roubava fios, esses negócios assim, aí depois comecei a assaltar ônibus, aí foi... a roubar carro, a assaltar mercado, aí já foi aumentando. (Alberto)

Alguns jovens referiram-se à necessidade de consumo – drogas, roupas, bebidas - e do custeio das atividades de lazer preferidas como associado ao envolvimento com ato infracional. O desejo de consumo foi também associado à noção de que diante das circunstâncias em que vivem, não há possibilidade de obter o que gostariam. A opção de estudar, trabalhar e não cometer infrações é vista como caminho mais longo e de retorno menos gratificante. O cometimento de atos infracionais levaria à satisfação imediata das necessidades de consumo, além de respeito e poder, mesmo considerando as adversidades que tal caminho impõe.

O malandro já pensa assim “Pô eu vou estudar pra porra e tal e, vou trabalhar e um dia eu vou, eu num vou deixar nada, trabalhar e curtir a vida”. O cara pega e vai (...)a vida mansa que eu digo assim: num lado eu vou passar do horário, com bronca de patrão, (...) esperar um mês todinho pra receber uma merreca aí que o governo dá. Na hora que o cara quiser, até numa “fita” que o cara faz, o cara tira muito mais do que, 2 salário, 3 salário, 5 salário no mês. (Ângelo)

Porque antes assim de eu, de eu fazer essas coisas, eu andava com aquela roupa que tava, que a mãe faz em casa costurada. Daqui a pouco rapaz, eu andava no meio dos cara que tinha todas essas, essas coisas e tal, entendeu? Aí foi... eu fui vendo e tal, o cara fazer isso. (...) Esse, o caminho errado, ele tem na hora. Ele tem na hora ali, se ele entrou nessa vida ele tá tendo agora. O que ‘num’ tá [envolvido com infração], ele tá estudando primeiro pra mais tarde ele ter (...) É só assim. Enquanto ele tá vivo ele tá tendo.(...) D’uma hora pra outra o cara vai pro... (risos.) Ninguém sabe enquanto tá vivo nessa terra. (Ângelo)

O cara ter paciência estudar, estudar, estudar até, daqui uns anos o cara, consegui, porque, hoje um cara com a 8ª série, 2º grau dá pro cara arrumar um emprego melhorzinho assim, como eu poderia dizer, mesmo o cara ganhando aquele pouco, ele ia conseguir, até um pouco ter as coisas e tal. (...) Aí seria melhor só que o, cara, como eu sempre pensava assim, pensava logo em ter logo. (Ângelo)

As falas dos **técnicos e monitores** que atuam junto aos jovens nas duas instituições possuem semelhanças entre si, no que diz respeito à dimensão da vulnerabilidade individual dos adolescentes, não variando segundo a unidade de vinculação dos entrevistados.

Observou-se que as falas não refletiam grande aprofundamento reflexivo ou postura crítica dos técnicos e monitores em relação ao contexto de vulnerabilidade que marca a vida dos meninos. A semelhança entre as falas de adolescentes e adultos das instituições no que se refere aos aspectos individuais foi a drogadição, também apontada por estes últimos como um dos principais fatores que predis põem ao crime e a permanência no jovem ali.

Positivamente, percebeu-se que o discurso comum em outras décadas de que o adolescente era responsabilizado fortemente pela sua própria situação de vulnerabilidade, não foi reforçado pelo grupo de entrevistados. A questão da autonomia foi mencionada por um técnico, justificando que a não-introjeção das regras resulta em dificuldades emocionais e comportamentais, tornando os jovens suscetíveis ao envolvimento com atos infracionais e comportamentos auto-destrutivos. Poucas falas sugeriram que o adolescente fosse inteiramente responsabilizado por suas escolhas, por seus atos, o que pode refletir maior sensibilidade e avanço na cultura de atendimento ao adolescente em conflito com a lei ou uma assimilação de discursos consonantes com a nova Doutrina do ECA.

Um monitor entrevistado mencionou que o envolvimento com o tráfico possibilita acesso “fácil” às coisas que o adolescente deseja, obtendo, assim ganhos no envolvimento com o crime. Tal fala corresponde às falas de alguns adolescentes na mesma direção. Um dos técnicos mencionou que a construção do “hábito” de roubar e infracionar justificaria a permanência dos mesmos na trajetória infracional. Aspectos mais ligados à estrutura psico-fisiológica como difícil controle da agressividade, comprometimento neurológico, dispersividade e desenvolvimento insuficiente das habilidades sociais foram associados mais ao uso de drogas que à constituição do indivíduo. Ainda assim, fatores como “estrutura de personalidade” e “nascer com inclinações” também foram mencionados, mesmo que com menos ênfase.

Um dos técnicos comentou da grande dificuldade de reversão dos quadros dos jovens, face ao contexto de vulnerabilidade que praticamente impregna o jovem com pensamentos ligados à vida infracional. Repete a fala de alguns dos jovens em atendimento, resistindo às possíveis mudanças geradas, mostrando o quanto a identidade de criminoso já está arraigada na vida do jovem:

*Ontem, teve um adolescente o (...), que disse: “só tá mexendo com o meu psicológico, tô começando a perceber que eu tô virando bom. Não quero virar ..” Olha a postura dele: “não quero ser bom não. Eu não quero, eu não quero ir pra casa e começar a pensar em trabalhar, em fazer alguma coisa. Não quero ser bom não, eu quero ser bandidão, eu quero trabalhar na “Band” eu quero ir pra **bandidagem**, eu quero trabalhar na “Vivo”, porque a vivo é vivo, é esperto, eu vivo roubando, eu vivo matando, eu vivo assaltando”. Todo o tempo assim a postura dele: “a senhora tá mexendo com o meu psicológico mas eu não quero porque vou ficar fraco”. Olha o simbólico dele: ser bandido pra se defender. (P10)*

Segundo os profissionais entrevistados, a vulnerabilidade do adolescente na dimensão individual estaria associada basicamente ao uso de drogas e assimilação da identidade de infrator, o que corresponderia à auto-imagem que o jovem possui, construída ao longo de suas vivências. A vontade pessoal não foi mencionada, exceto para referir-se às vantagens de obter satisfação imediata de alguma necessidade ou desejo, através dos atos infracionais.

4.3. Vulnerabilidade afetivo-relacional

Os dados identificados nas **falas dos jovens** como relacionados à dimensão afetivo-relacional foram aqueles que apresentaram os vínculos com familiares, adultos ou pares significativos e outras pessoas cujo relacionamento com o jovem possuiu papel significativo ao longo de seu desenvolvimento, positiva ou negativamente.

A família é o primeiro agente socializador da criança. Também é a provedora inicial das necessidades afetivas e garante a sobrevivência de seus membros. Contextos relacionais posteriores são acrescidos na vida dos indivíduos à medida que crescem, complexificando a teia social. Deste modo, outros personagens passam a figurar como fontes importantes de transmissão de valores, apoio e gratificação. A vulnerabilidade neste aspecto revela-se na qualidade das relações estabelecidas nos contextos de ligação afetiva dos jovens desde seu nascimento até o momento atual. A dimensão afetivo-relacional, assim como a individual e sócio-estrutural, não possui fronteiras nítidas. Contudo, é possível identificar nesta dimensão aspectos que contribuiriam para maior suscetibilidade dos jovens ao envolvimento com ato infracional, entre outros agravos.

As histórias de vida relatadas pelos jovens apontam para existência de vínculos frágeis com figuras parentais, ainda que dados sócio-demográficos tenham demonstrado a presença destes, em especial da figura materna, como adultos com os quais os

adolescentes residiam antes da internação. Os relacionamentos com figura parentais (pai, mãe ou padrasto) foram comumente referidos como sendo conflituosos, associados comumente ao rigor disciplinar e ao excesso de liberdade, com falta de supervisão de um adulto responsável.

O cotidiano narrado pelos jovens aborda fatos que evidenciam uma trajetória de desenvolvimento - desde a infância à adolescência - marcada pela falta de acompanhamento ou supervisão de um cuidador.

“Não tinha ali todo tempo o apoio do pai, da mãe...” (Bruno)

A ‘ausência’ de um cuidador ou adulto de referência foi um dos aspectos afetivo-relacionais mais mencionados entre os jovens entrevistados como fator que os tornou mais vulneráveis a agravos. Os motivos alegados pelos jovens vão desde o abandono por parte de pai ou mãe, passando pela separação dos mesmos ou, ainda, a necessidade de trabalharem fora. O ‘trabalho materno’ foi referido por alguns jovens como tendo sido um fator que gerou sua vulnerabilidade, uma vez que na ausência da mãe o menino passava horas na rua, sem regras ou orientação adequada. Ao referirem-se deste modo, atribuem ao emprego materno um valor negativo que contribuiu para sua vulnerabilidade. Não comentaram que a inexistência de trabalho remunerado também constitui um grave fator de vulnerabilidade para as famílias. A crítica ao trabalho materno feita pelos adolescentes não esteve associada à falta de equipamentos sociais – creches, escolas de tempo integral ou outros dispositivos – que pudessem suprir a ausência das figuras parentais. Estes equipamentos poderiam atender necessidades de crianças e jovens em desenvolvimento. Percebe-se este raciocínio na fala de um dos adolescentes, quando perguntado sobre o que o levou a vender drogas:

Por causa que minha mãe trabalha muito e não vive muito em casa. (Bernardo)

A falta de supervisão parental foi destacada como motivo da permanência nas ruas, envolvimento com atividades inadequadas ou falta de regras:

Rebelde sim, porque eu sentia falta do carinho que eu nunca tive. A minha mãe trabalhava e não tinha esse tempo disponível. Meu pai trabalhava de todo jeito e minhas irmãs não tava aí pro que eu queria. Aí... saía pra rua ,comecei... ela começou, tipo assim, a perder o controle. Comecei a sair pra rua assim, direto... tanta revolta (...) às vezes começava a passar de dez e meia pra dez e quarenta, assim foi passando, dez, onze horas, onze e meia, chegando 2 horas

[da manhã], *teve um tempo que eu falei assim: “Já passei, vou apanhar do mesmo jeito, vou quando amanhecer”*. (Bruno)

Outro jovem referiu-se ao fato de passar longos períodos de permanência nas ruas, desde a infância:

Dormia pela rua, dormia na rua não, porque assim, porque eu arrombava uma casa, eu arrombava uma casa, lá... (Alberto)

Configuração familiar, dificuldade em administrar conflitos familiares e possível dificuldade no exercício da parentalidade foram listados como fatores que tornaram difícil o cotidiano dos meninos. Os novos arranjos familiares vivenciados pelos jovens foram vividos por alguns como experiência em que se sentiram preteridos por outros irmãos em momentos de separação dos pais ou presença de outro cônjuge junto à figura parental. A alternância de domicílio desde a infância – ora com pai, ora com mãe, avó, tios ou irmãos mais velhos – também foi vista como fator que evidenciou certa fragilidade nos vínculos familiares.

A nossa família, assim eu morava um tempo com minha mãe, um tempo com meu pai, porque os dois são separados há 11 anos. Aí passou um tempo com meu pai um tempo com minha mãe, aí eu passei o tempo mais com minha mãe [...] A gente ‘vimos’ embora para Manaus, aí [...] fomos morar no Bairro de Jorge Teixeira [...] mas o papai encontrou, [...] aí pegou, levou a gente, aí nós ‘passemo’ um tempo com ele, aí foi de volta pra casa da mamãe. ‘Moramo’ com a mamãe, passava um tempo com ele, morava mais tempo com ela, ia lá passava um mês com ele, aí eu voltava pra casa da mamãe. Eu que queria. A mamãe não queria nem que eu fosse, mas assim: é meu papai eu gostava de ir. (...) E aí eu passava um tempo lá um mês dois meses. O máximo que fiquei lá foi assim uns dois meses, aí eu voltava pra casa da mamãe de novo. (Bento)

Segundo o adolescente em questão, a mudança constante de domicílio envolvia inclusive mudança de cidade, comprometendo sua vida escolar, levando à evasão.

Ao citar Bandura, Davis¹⁰⁸ destaca o pensamento deste, que é um dos teóricos que ressalta a importância da aprendizagem social através da imitação de modelos. A vinculação com figuras significativas também é fortemente amparada por outros referenciais teóricos da psicologia do desenvolvimento, no sentido de prover repertório de valores, condutas, modelos de vinculação afetiva. Na fala dos jovens foi destacada a importância da ligação dos mesmos com pessoas vinculadas ao crime, como sendo fator predisponente para a prática de atos infracionais. Contexto de desenvolvimento marcado pelo convívio dos adolescentes com familiares próximos (irmãos, pai, padrasto)

envolvidos com o crime também se revelou significativo em alguns relatos, favorecendo a exposição e suscetibilidade dos jovens no mundo infracional.

De um modo bastante expressivo a influência dos **pares** foi citada como forte fator constitutivo de vulnerabilidade. Como figuras de referência no contexto relacional dos jovens, os pares foram várias vezes referidos como risco de envolvimento no crime.

(...) por causa que eu via os outros fazendo e curiosidade, aí eu mesmo fazia e eu (...) aí curiosidade de vê os outros fazendo, as curiosidades, só que (...) aí eu comecei a aprontar, aprontar. (Bernardo)

A separação comum feita entre amigos “do bem” e “do mal”, sinalizou, no discurso dos jovens, a percepção sobre uma linha que separaria a trajetória não-infracional e a infracional. As falas mostram o poder da influência dos pares determinando a utilização de drogas, a participação em assaltos e homicídios. As “más companhias” levariam, segundo os jovens, ao mundo da malandragem, da infração, enquanto as boas companhias os manteriam afastados destas possibilidades, como se fossem universos incompatíveis.

*Esses meus colegas são, colega mesmo, de tráfico mesmo, que a gente fica, a noite ali traficando junto comigo. Eu tinha outros colegas também que, eu brincava, também, mas num era aquela, aquele ritmo que eu levava. (...) Do tráfico ficava ali. Nós **tinha, tinha** que ficar alerta, com eles. Podiam armar alguma coisa, que é assim, andava com muito dinheiro ali, vendendo ali andava muito com dinheiro, mandar alguém ali assim armado, queria tomar, o que agente tinha, que tava ali comigo. (Adriano)*

O (...), ele é da mesma idade que eu. Desde pequeno nós crescemos (...), ele não foi pra esse caminho. Eu fui pra esse caminho por causa que eu andava com os meninos lá de baixo e ele ficava na casa dele. (...) Até hoje ele não anda nesse caminho (Bernardo)

Apenas um dos adolescentes demonstrou transitar pelos dois “mundos”, revelando que a separação não é nítida, e que os contextos se interpenetram, administrando parcerias tanto ligadas às infrações como outras que não se associavam aos delitos.

Eu tenho os meus amigos que são dessa vida também, mas tem também os outros que ‘num’ são. Eu também num chamo pra ir não porque eu sei que, não é brincadeira não (Ângelo)

A maioria dos adolescentes demonstrou que a necessidade de vinculação – já conhecida pela literatura – impele à associação com grupos de identificação. O grupo usuário de drogas tende a reunir-se, diminuindo as possibilidades de outras associações.

Pares do narcotráfico ou parceiros de assalto também se reúnem especificamente para este fim. Momentos de lazer são relatados junto a estes pares no tocante a festas onde consomem álcool e drogas.

Nós ia roubar. Nós ia roubar e nós ia beber cerveja e fumar droga lá.(Alberto)

As relações com os pares ligados à infração tendem a não ser valorizadas no sentido afetivo: são vistas com reservas, desconfiança, inclusive sendo classificadas como coleguismo, e não como amizade. Valores positivos são agregados aos parceiros do crime, ainda que não na dimensão afetiva, à exceção de dois jovens que perderam respectivamente o irmão e um parceiro de crime com os quais mantinham forte vínculo de amizade. Os valores positivos atribuídos aos parceiros do crime são esperteza e ousadia, em contraposição à falta de esperteza identificada no grupo de conhecidos não-infratores. Os valores negativos atribuídos aos parceiros do crime são traição e falsidade, indicando que os adolescentes, apesar de passarem parte significativa do seu tempo com estes colegas, temem por suas vidas, considerando tais ligações como risco constante.

Os amigos não ligados ao crime remontam a histórias anteriores à vinculação dos jovens na infração. Relacionam-se à escola ou a atividades de lazer como jogo de bola, empinar papagaio e freqüentar balneários, enquanto os colegas ligados aos atos infracionais reúnem-se para cometer atos violentos, freqüentar festas e consumir drogas. Os amigos não relacionados à infração são mencionados também como aqueles com quem se pode conversar e trocar idéias interessantes.

Possuir ou não possuir namorada não foi mencionado como um fator expressivo na vulnerabilidade. Todavia, a fala de jovens como a destacada entre os fatores individuais, demonstra que na opinião dos mesmos, garotas bonitas e interessantes preferem estar com rapazes vinculados ao crime, por possuírem “status” e vantagens financeiras. Foi também mencionada a vinculação com namorada ligada ao mundo infracional, com a qual um dos jovens havia residido. Em geral as namoradas, mesmo não envolvidas com o crime, têm conhecimento da vida infracional do adolescente, ainda que suas famílias não saibam ou não apoiem o namoro.

As falas dos **técnicos e monitores** também apontaram significativamente para as configurações familiares como desencadeadoras de quadros de vulnerabilidade dos

jovens. Para os técnicos e monitores entrevistados, a desestruturação familiar foi apontada como sendo o principal fator relacionado ao ingresso dos adolescentes nas práticas infracionais. Vinculada a fatores afetivo-relacionais e sócio-estruturais, a falta de supervisão parental (que tende a acompanhar a desestruturação familiar) resultaria em pouco suporte afetivo, além de falta de: orientação, transmissão de valores positivos, imposição de regras e limites e de trocas afetivas positivas. Todos estes aspectos apontam para a fragilidade dos vínculos familiares.

A falta do companheiro junto à mãe, vista como aquela sobre a qual recai o ônus e responsabilidade de cuidar da prole sozinha foi relacionada à vulnerabilidade do jovem pelos técnicos. Alguns entrevistados associaram a fragilidade sócio-econômica da mãe como uma das razões para que “desista” do filho, preferindo antes vincular-se com um companheiro que lhe dê suporte, ainda que para isso seja necessário abrir mão do convívio com o adolescente, ocasionando quadros de abandono ou negligência. Uma fala dos adolescentes referindo-se ao fato de ter não ter sido criado pela mãe, reflete o pensamento citado:

Se ela tivesse me criado desde pequeno, como ela criou os outros... Os outros não tão nessa vida não. Até agora. (Alberto)

Um dos técnicos referiu-se à transferência da responsabilidade da educação e cuidado com os filhos para o Estado, como forma de exemplificar o não cumprimento das atribuições parentais. Outro técnico referiu-se mais especificamente à falha na aquisição de um conjunto de regras que possibilitariam ao adolescente manifestar outras condutas que não a infracional. Segundo este, o contexto relacional é que deveria suprir essas regras e normas, tendo sido deficitária tal aquisição nos jovens que cometem delitos.

Um aspecto que diferenciou sobremaneira os relatos produzidos pelos jovens e pelos adultos da instituição (técnicos e monitores), diz respeito a pouca importância dada por estes últimos ao relacionamento com pares vinculados ao crime. As dimensões atribuídas a este aspecto foram bastante diminuídas, se comparada às falas dos jovens, sugerindo que a importância que tais vínculos possuem para os adolescentes não é percebida pelos adultos que com eles atuam como fator altamente significativo para a vulnerabilidade face ao envolvimento ou não com atividades infracionais.

4.4. Vulnerabilidade Sócio-estrutural

Os **adolescentes** de ambas as instituições apresentaram opiniões muito semelhantes no que se refere aos fatores de vulnerabilidade sócio-estrutural que permeiam suas vidas. Observou-se, a partir da fala dos mesmos, que o local de moradia figura como um dos aspectos de maior relevância ao ingresso e permanência do jovem na prática infracional. Alguns jovens relataram que o marco determinante consistiu justamente na mudança de domicílio para local de elevada criminalidade.

Eu trabalhava, estudava, quando eu morava na Redenção. Ai depois que... foi o tempo que ela comprou a casa lá nos Oliveira, ai se 'mudemo' pra lá. Ai já começou , comecei pirar a cabeça(...). Comecei a conhecer novas pessoas assim... tinha um campo lá que, lá perto de casa, no Monte das Oliveiras, depois que eu me mudei, que comecei a, tipo assim, conhecer os pessoal lá, as pessoas lá, aí lá fumavam droga, lá, eu comecei a fumar droga lá. (Alberto)

Outros relataram estarem expostos desde que nasceram a contextos de violência em seus bairros de moradia. Considerando que todos os adolescentes entrevistados, assim como os demais adolescentes, pertencem a classes pobres, entende-se que a estrutura dos bairros onde residem também deixa a desejar, não apenas no que se refere à segurança, mas também em outros dispositivos sociais importantes, tais como bibliotecas, creches, áreas de lazer em boas condições de utilização, boa infra-estrutura urbana, etc. Associou-se à questão do local de moradia outros dados, como: presença de redes de tráfico funcionando em alguns bairros citados e acesso facilitado/oferta de armas, drogas, bebidas, cigarro.

Porque lá perto de casa onde eu moro, aquela área pra onde eu moro, pra onde o cara anda é droga, cara saiu de uma esquina, na outra esquina tem outros fumando, ai chamam, chamam, parece uma coisa, quando o cara não quer usar droga, não quer usar é o que mais aparece, que o pessoal faz é dá. (Alberto)

Relatos de jovens de famílias provenientes do interior do estado (e mesmo de estados vizinhos) também sinalizam que dificuldades sócio-estruturais desta ordem estariam relacionados a vulnerabilidade destes no envolvimento com o ato infracional.

Desemprego familiar, empregos informais, separação dos pais, arranjos familiares que incluem prole de diferentes pais e mães associa-se à insuficiência de recursos materiais para atendimento das necessidades da família. O fato dos pais possuírem

emprego também foi mencionado por alguns adolescentes como fator que vulnerabilizou para o ingresso na prática infracional. Tal fato é percebido pelo adolescente como ‘causa’ da falta de acompanhamento, por não conseguirem identificar a ausência de estrutura de uma rede social de apoio que incorporasse outros cuidadores ou outras atividades para o período em que os pais/responsáveis estivessem trabalhando.

Tanto os jovens que possuíam pais empregados quanto outros que mencionaram desemprego de seus cuidadores, relataram vivenciar longos períodos de permanência nas ruas, em companhia de pares vinculados ao tráfico e expostos à oferta de drogas e assédio do narcotráfico. A experiência de rua – ainda que apenas um tenha referido-se a si próprio como jovem que já morou nas ruas – é uma realidade na vida dos jovens, que apresentaram este contexto como perigoso, onde a aprendizagem do crime ocorre.

Eu fui criado só com a minha mãe e ela tinha que trabalhar pra me sustentar. Fui criado pela minha avó, criado ali naquela, na rua ali onde tinha o movimento grande de droga, de polícia, sempre eu via a polícia indo lá, indo por lá e eu via a malandragem botando a polícia pra correr. Também eu era muito pequeno e tava olhando tudo aquilo e tal, assim, .a questão da minha mãe também, que ela trabalhava assim, eu num falava com ela, eu num tive assim um, o meu pai num chegava “olha e tal, chega de sair, não vai pra rua agora não, fica em casa e tal” (Ângelo)

Baixa escolaridade e pouca informação paterna/materna foi visto como fator de vulnerabilidade, segundo os jovens. O desconhecimento acerca das drogas ou falta de “conselhos maternos” adequados foram vistos como itens que fragilizaram a condição de melhor enfrentamento do jovem à realidade infracional. No tocante à escolarização dos jovens, a evasão escolar foi vista como fator associado ao ingresso e/ou permanência na prática infracional. Sem pretender estabelecer nexos causais, a falta de interesse pela escola – escolas pouco atrativas – está relacionada ao abandono da mesma, ao uso de drogas, à busca de atividades mais prazerosas. Repetência, evasão e baixa escolaridade (distorção idade X série) são comuns em todas as trajetórias aqui investigadas.

A associação dos jovens ao tráfico envolve complexas vinculações. A falta de oportunidade em empregos de melhor remuneração para o adolescente foi mencionada como predispondo o jovem a buscar alternativas mais atraentes e de retorno mais imediato para suprir sua demanda de consumo, em geral associado a festas, roupas de “marca” (grife), bebidas, drogas e namoradas. A associação ao tráfico supre a demanda

imediate do jovem, que, por sua vez, não dispõe de um projeto de vida consistente que se contraponha às facilidades que o narcotráfico oferece.

(...) por causa que eu me amarro, eu só gostava de andar arrumadinho. Eu tinha minha namorada lá fora e eu só andava arrumadinho, que as roupas que eu comprava é cara. Aí ela [a mãe] podia comprar duas num mês, aí quando eu vendia droga eu comprava um monte em cinco dias. Eu comprava roupas pra mim, foi por isso que me levou a vender droga. (Bernardo)

Os jovens não desconhecem os riscos que envolvem a vinculação com o narcotráfico, contudo não consideram tais riscos suficientes para afastá-los desta perspectiva. As dívidas adquiridas nesta rede também são mencionadas como um fator que vulnerabiliza e impede a desvinculação do rapaz com a prática infracional. Assaltos são mencionados como meio de levantar montante para liquidar dívidas no narcotráfico. A continuidade da inserção no mercado das drogas como vendedores também se mostra importante para quitar as dívidas assumidas.

Poucos adolescentes mencionaram participação em algum programa social. Dentre estes, apenas um mencionou receber ajuda financeira pela inserção no programa. Ainda assim, referiu-se à ajuda como insuficiente, destacando os benefícios de vinculação afetiva como mais significativos que a bolsa recebida.

Entende-se como fator de vulnerabilidade os programas/ações desenvolvidos junto aos jovens, cujos resultados não evidenciaram promover as mudanças às quais se propõe. Adolescentes referem-se de modo jocoso a alguns programas os quais participaram, incluindo algumas MSE que cumpriram. A medida de semi-liberdade foi citada, especialmente, por não ser eficaz no impedimento ao acesso do adolescente às drogas. A falta de orientação e continuidade quando do desligamento do adolescente em programa também foi identificado no momento de uma entrevista no qual o jovem desvinculava-se da instituição.

A desigualdade social e as facilidades resultantes do ingresso dos jovens no mundo infracional foram mais mencionadas pelos jovens, sugerindo que o mundo do crime torna-se mais atrativo quanto menos condições de satisfação eles identificam por outras vias que não a infracional.

A tendência observada na fala dos jovens foi de maior ênfase à vulnerabilidade individual e afetivo-relacional, e menos a sócio estrutural, ainda que tais aspectos sejam, de fato, inter-relacionados.

No que diz respeito às **falas dos técnicos e monitores**, o local de moradia não foi apontado como forte fator de vulnerabilidade sócio-estrutural, tal como apresentado pelos jovens. O fator de maior destaque segundo os informantes adultos, foi a longa permanência nas ruas, vista como “excessiva liberdade” resultante da falta de limites dos responsáveis. Esta falta de limites foi articulada à falta de condições de supervisionar filhos, devido à necessidade de ausentar-se por trabalho, fator de origem sócio-estrutural. Contudo, o excesso de liberdade e falta de supervisão não foi explicitamente associado pelos adultos como predisponente à exposição dos jovens a contextos perigosos pelo contato com pessoas vinculadas ao crime.

A falta de estrutura religiosa foi mencionada pelos técnicos/monitores como fator que vulnerabiliza. Contudo muitos jovens diziam que freqüentavam igrejas, eles próprios, ou seus familiares.

A “contingência do destino” foi apontada por um técnico como fator que levou ao crime, podendo ser um jovem ou outro, sugerindo um determinismo social combinado com força do acaso.

A diferença mais significativa observada no discurso dos técnicos referiu-se ao estabelecimento de relações causais mais complexas no quadro de vulnerabilidade, com menor grau de culpabilização familiar. A fala dos monitores foi a que mais associou a vulnerabilidade dos jovens à falta de políticas públicas que permitam inserção destes em atividades laborais que o afastem do universo infracional e possa assegurar remuneração.

Técnicos das duas instituições abordaram a vulnerabilidade do adolescente resultando em agravos à saúde, como doenças de pele, problemas odontológicos, oftalmológicos, o que demonstraria falta de políticas públicas que alcancem o adolescente, assegurando os direitos fundamentais expressos no Estatuto. O não atendimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente foi apontado como fator que vulnerabiliza adolescentes ao crime.

CAPÍTULO 5

Fatores de proteção ao envolvimento do adolescente em atos infracionais no contexto do desenvolvimento infanto-juvenil

Neste capítulo apresentaremos os fatores de proteção no contexto de desenvolvimento dos adolescentes, a partir das falas dos adolescentes, monitores e técnicos.

5.1. Escutando os jovens

Os fatores de proteção não são protetivos por si, mas dependem de uma relação complexa com outras variáveis, para que sejam, por fim, compreendidos como “proteção” efetiva²¹. Entre estas variáveis, a noção ou percepção de que algum aspecto possui potencial para prover proteção é significativa. Deste modo, os dados apresentados neste tópico refletem *quais fatores são percebidos pelos adolescentes entrevistados como sendo importantes na proteção contra o envolvimento com o ato infracional na vida de um jovem*.

Nas entrevistas, foi sugerido que os jovens refletissem em torno de suas próprias vidas e na vida de outros jovens que não seguiram trajetórias de conflito com a lei. A seguir, indagava-se o que, segundo suas experiências e visões do mundo, dificultaria ou impediria o envolvimento com atos infracionais, sem abordar a questão da medida socioeducativa.

Observou-se que as falas dos entrevistados das instituições A e B não se diferenciaram sobremaneira. Como observado no capítulo anterior, o contexto geral de desenvolvimento dos jovens de ambas as unidades – local e condições de moradia, proximidade com atividades ligadas ao crime, associação com pares vinculados a atividades ilegais, abandono escolar, pobreza, falta de supervisão e fragilidade nos vínculos familiares, entre outros aspectos – possui grandes semelhanças, o que certamente contribui para que a percepção dos mesmos acerca dos fatores protetivos seja também bastante próxima.

As diferenças observadas entre as falas individuais foram mais de ênfase sobre um ou outro aspecto, do que de conteúdo. As categorias e subcategorias extraídas apontaram para uma hipótese convergente acerca do que pode proteger contra o ingresso no mundo infracional.

5.1.1. Dimensão da proteção individual para os adolescentes

Os adolescentes citaram os seguintes fatores capazes de proteger ou diminuir a vulnerabilidade face ao risco de envolvimento com ato infracional.

- **Autonomia:** descrita muitas vezes como “força de vontade”, capacidade interna de não ceder à pressão e influência negativa de terceiros, discernimento e estar preparado para decidir entre o “certo” ou o “errado”, não ter a “mente fraca”, ou seja, recusar-se ao envolvimento com infrações. O livre arbítrio foi apontado como importante para realizar escolhas adequadas, como não acompanhar-se de pares envolvidos com infrações e decisão pessoal para resistir às drogas.

“... como a pessoa, se apaixonou, ama. A pessoa demora esquecer mas esquece. É tipo a droga. Vê a droga em qualquer canto, olha vira de costa, sai de perto. Se tão fumando, usando por aí, finge que num tá nem vendo. Se oferecer, diz que não quer. Porque tem pessoa que diz: “não”. E o outro diz: “ tu é gay”. “ Tu nem parece aquele considerado, que topava fazer aquelas paradas e tal”, “Vamos lá meter essa bronca assim..”. É só dizer não e não. Pronto mesmo! Penso logo na família, e penso se eu chegar em casa a minha mãe me vê drogado, é arriscado até eu ser expulso de casa, a pessoa pensa logo assim.” (Benício)

Observa-se que na fala do adolescente, a vontade individual surge como proteção na recusa das drogas e do cometimento infracional, mesmo sob pressão de pares. A experiência de proteção não se evidencia segmentada, mas reúne dimensões diversas. Além da autonomia, o jovem refere-se também à preocupação com os familiares e a possíveis sanções que poderia vir a receber, como aspectos que funcionariam como protetivos em tais situações.

A autonomia, força de vontade, autodeterminação foi, portanto, aspecto individual significativamente identificado na fala dos jovens, indicando que os mesmos atribuem a si próprio grande responsabilidade no ingresso ou não junto a atividades infracionais;

- **Tendência natural, disposições individuais** também foram apontadas pelos jovens como fator que protege contra o envolvimento. Expressões do tipo “não ter nascido” para a vida infracional, ser “do bem” ou “do mal”, demonstram que os jovens atribuem certo determinismo à condição de infrator. Tal aspecto revela-se contraditório com o sentido da autonomia apresentado, muitas vezes presentes nas falas dos mesmos meninos, sugerindo que a experiência pessoal de envolvimento com o ato infracional impõe-se parcialmente como derivada da falta de recursos internos (autônomos) para fazer melhores escolhas e parcialmente como algo que transcende sua vontade pessoal, como se o crime pré-existisse ao criminoso, numa condição invariante e determinista de contextos que construiriam infratores, independente da vontade pessoal dos mesmos⁴⁰;
- **Possuir hábitos e gostos saudáveis** de modo a não “acostumar-se” à vida relacionada com infração. O gosto pelos estudos e por esportes foi mencionado como protetivo neste sentido, diferenciando tendências individuais que tornariam o jovem suscetível ao crime;
- **Possuir um autoconceito positivo** associado a “ser do bem” foi visto como algo que protege, por favorecer uma identificação do jovem com condutas pró-sociais, positivamente valoradas.

“ Rapaz... eu acho que um moleque, posso dizer um moleque que vive numa vida assim, que ele já sabe o que ele faz, sabe que ele vai matar, sabe que vai assaltar, ele sabe que aquilo é ruim pra ele, ele sabe que uma vez ele vai ser preso, ele já sabe, ele é acostumado a ser preso, sabe que vai preso, sabe o veneno mesmo, e a diferença de um rapaz que é “do bem”, assim, que estuda, que mora com a mãe, acho que ele vai ser diferente”. (Antônio)

A fala do jovem acima mostra que aspectos afetivo-relacionais e sócio-estruturais, como morar com familiares e estudar também surgem associados à tendência natural de ser do bem ou da construção de hábitos.

- **Sensibilização** para com a vítima potencial, ou preocupação para com o outro também foi apresentado como fator inibidor de realização de atos infracionais, tal como na fala de um jovem:

“Uma vez ia, eu e meu colega, matar um cara que me deu um pino. Eu fui mesmo pra matar eu cheguei arrombei o carro dele engatilhei a arma na cabeça dele e na hora eu congelei e não tive coragem,

olhando o olho dele. Nesse dia, todo mundo na rua me chamou de gay disse que não tinha mais atitude não era mais aquele Benício de antes.” (Benício)

Novamente observa-se que características e/ou recursos individuais encontram-se presentes como protetivos contra o cometimento de um ato infracional, mesmo diante de fatores predisponentes como a influência ou pressão exercida pelos pares.

- **Atributos pessoais** como recursos cognitivos que levem a um bom desempenho escolar e “esperteza”, no sentido de encontrar outras alternativas para resolução de problemas, também foram mencionados como fatores protetivos;
- Possuir um **projeto de vida** não relacionado à vida infracional, projetar-se em um futuro havendo concluído os estudos, constituindo sua própria família, usufruir de lazeres saudáveis, profissionalizar-se, sustentar-se e ser valorizado em seu potencial, ter vontade de viver e adotar medidas de autocuidado também foram mencionados como fatores de proteção no nível individual.
- **Fé e espiritualidade** como atributos pessoais também foram identificados como fatores de proteção auxiliando a construção de recursos internos que funcionariam como freios, evitando as más escolhas. A modificação da vontade pessoal e da vida explicada por forças e poderes divinos e espirituais pode ser visto também como aspecto de heteronomia, ou seja, a atribuição do controle e condução da vida a instâncias outras, que não sua própria determinação.

Os exemplos abaixo demonstram tal dimensão na fala dos jovens, associada também a questões de vínculos familiares.

“Foi quando fui assaltar um supermercado. Eu fui sozinho, tava com varias pessoas dentro. Eu fingi que ia comprar um chiclete e na hora de pagar eu dei o dinheiro pro homem, eu ia puxar a arma do outro lado do bolso. Alguma coisa me chamando dentro de mim que não era pra mim fazer. Ele me deu o chiclete e fiquei olhando pra ele, eu não sei se ele percebeu. Eu saí de lá e fiquei me perguntando o que aconteceu comigo. Eu já meti bronca e essa vez deu vontade de ir embora. Eu voltava lá na frente varias vezes e acabei indo embora. [...] Falei pra minha namorada. Ela disse: “Sabia que a tua mãe tava orando por ti?” Eu disse: “Será que foi por isso que eu não quis?” [...] Acho que foi sim. Eu sair assim e não fazer nada. Várias vezes aconteceu isso .” (Benício)

A heteronomia ainda vigente, característica do estágio do desenvolvimento moral apresentado pelos adolescentes, remete ao que propõe Piaget & Kohlberg (*apud*

Freitas⁸⁴) A justificativa para a realização ou não das ações recai sobre uma ação ou força externa, quer seja proteção de terceiros diretamente ou sob forma divina/espiritual.

- **Disposição de acatar orientação de terceiros**, demonstrada sob forma de “obediência” aos pais foi vista como um recurso pessoal importante. Acatar orientação dos colegas “do bem” também foi referido. Observa-se novamente o estágio da heteronomia ainda muito fortemente identificado nos jovens entrevistados. Parece contradizer-se novamente com a autonomia, também apontada como forte fator de proteção. Contudo, explicita mais que uma contradição. Revela a noção que possuem de sua real condição enquanto indivíduos em desenvolvimento: necessitam de orientação para desenvolverem recursos adequados sob perspectivas sociais aceitáveis, mas esperam alcançar autonomia necessária para sozinhos discernirem e escolherem entre as diversas possibilidades de agir no mundo.

A importância de se observar tal aspecto é que os jovens demonstram a relevância do controle externo para que não cometam atos inadequados. Mostra a dificuldade que os mesmos possuem, demandando orientação para atitudes pró-sociais e alternativas positivas para conduzir-se na sociedade, como se não dispusessem de elementos para tomar decisões acertadas que lhes favoreçam. São adolescentes ainda muito suscetíveis à voz externa, mesmo que tenham alguns dispositivos internos que freiem o ato infracional, como a citada empatia com a vítima potencial, sentimento de culpa e medos.

5.1.2. Fatores de proteção mencionados pelos adolescentes, relacionados ao nível afetivo-relacional

Estes fatores afetivo-relacionais foram privilegiados pelos adolescentes como sendo de grande importância ao não envolvimento com ato infracional. As subcategorias encontradas nas falas foram:

- **Supervisão familiar:** receber cuidados e orientação por parte de membro da família, em especial das figuras parentais, sem excluir, todavia, a participação de outros parentes como avós, foi explicitado pelos jovens entrevistados como fator

de proteção de grande importância. Esta supervisão forneceria a necessária disciplina e organização da rotina diária, dificultando a permanência nas ruas, o envolvimento com pares inadequados por falta de orientação e o abandono escolar. Receber conselhos, orientações e sanções por parte da família – disciplina familiar –, sobretudo provenientes da figura materna que mostra “como é a vida”, foram identificados como investimentos familiares junto ao jovem, protegendo contra o envolvimento com ato infracional.

- **Fortes vínculos afetivos com familiares** evidenciam, segundo os garotos, um fator importante para o não-envolvimento com o mundo infracional. A qualidade deste vínculo foi apresentada sob a forma de: convívio com os pais (crescer junto aos mesmos e receber apoio); ser acolhido pela família; vínculos positivos com familiares em geral (irmãos, primos); exercício de diálogo com os familiares; estrutura familiar agradável com a presença de pais e irmãos gerando gratificação por estar no âmbito familiar; ser sensível ao bem estar familiar, evitando danos e “sofrimento” à família; maior vinculação afetiva com a figura paterna.

“Às vezes quando penso, os meninos ficam bagunçando, xingando. A pessoa pensa na família. Pensa no pai, na mãe, como era antes, brincava com os irmãos, saía. Pessoa esquece, aquela pessoa que tava bagunçando, oferecendo droga, sai de perto, evita, evita muito pensar assim” (Benício)

- **Associação com pares não envolvidos com infração** também foi apresentado como forte fator de proteção geral contra o ato infracional. O estabelecimento de amizades em contextos não associados à infração, como igreja, escola e programas sociais como “Agente Jovem” auxilia, segundo os jovens, o envolvimento com atividades de lazer saudáveis (jogar bola, soltar “papagaio”, “trocar idéias”). A associação com colegas não vinculados ao crime é vista também como importante fator de influência para a não realização de delitos, conforme exemplo explicitado no diálogo reproduzido na fala de um adolescente, o qual disse ter sido fundamental o envolvimento com um colega para “quebrar-lhe as forças”, ou seja, retroceder ante ao desejo de cometer um ato infracional:

“Uma vez eu tava com um colega meu que, ele me chamou pra gazetar aula. Nós entramos dentro do mercadinho, eu pensei em roubar, mau costume mesmo. Ele, não fazia nada, tudo o que ele fazia era com

medo. Nós gazetamos, ele com medo, "não, a mamãe vai me ver" todo com medo. Aí eu falei pra ele: "- nós vamos lá no mercadinho roubar uma bolacha"; aí ele: "- não, Tonho, não que a polícia vai prender nós", todo com medo, eu falei:

- "Não rapaz. A polícia não vai prender nós não por causa de uma bolacha".

- "Não eu nunca fiz isso não" - Ele só faltou chorar - "Não, Tonho, não!"

Aí ele pegou e puxou o dinheiro: "Não! Eu tenho dinheiro aqui pra gente comprar a bolacha".

[...] Ele queria pagar a bolacha, aí eu falei pra ele:

- " Não meu irmão. Deixa esse dinheiro pra gente jogar videogame."

- "Não, Tonho. Eu tenho mais dinheiro aqui. Eu tenho dez reais, posso comprar a bolacha e ainda jogar videogame."

Aí eu peguei e ninguém roubou a bolacha não. Nós 'paguemos' a bolacha, aí fomos jogar videogame." (Antônio)

Outra fala demonstra ação semelhante:

"... aí toda vez que nós ia com a intenção de matar ele, nós três, tinha uma pessoa que "quebrava as forças", não deixava ir e tal, um outro meu colega." (Augusto)

Ainda que se possa identificar na fala de alguns a existência de fatores socio-estruturais como recursos financeiros para custear produtos de consumo e atividades de lazer, torna-se bastante clara a força que os entrevistados atribuem à dimensão afetivo-relacional, exemplificada através da presença de colegas "do bem", influenciando positivamente em seu cotidiano.

Importância semelhante foi atribuída ao vínculo afetivo com namoradas não relacionadas ao mundo infracional, como significativo aspecto que evitaria o envolvimento em atos ilícitos.

- **Convivência com adultos que funcionem como modelos positivos não relacionados ao crime:** o contato com adultos de referência não ligados ao crime foi apontado como importante fator protetivo contra o envolvimento com atos infracionais. Essas figuras ostentam valores admirados pelo jovem (modelos positivos) sob a forma de vínculos afetivos de qualidade. Exercem, além da função de educar através de exemplos, função complementar à família na supervisão e orientação para a vida.
- **Ser valorizado por grupos de referência positivos** é apontado pelos adolescentes como um fator de proteção, que se associa ao autoconceito positivo

que o adolescente gostaria de ter. Valorização e aceitação por grupos de referências como família, escola, familiares da namorada, que atribuam aos mesmos características de pessoa “do bem”, é visto como algo que protege por gratificar o jovem na dimensão das relações e inserção positiva nos contextos sociais.

- **Ter constituído família**, ou seja, possuir esposa e filhos foi mencionado como fator que impede o ingresso no mundo infracional, devido ao vínculo afetivo e responsabilidades para com o núcleo familiar constituído. Ainda que tal questão traga à cena a complexidade de assumir funções relacionadas a uma paternidade precoce, este aspecto não é apresentado pelos jovens como um problema, mas como fator de proteção. Tal dado sugere que a constituição de fortes vínculos afetivos relacionados a núcleos familiares é de fundamental importância na representação dos jovens quanto a não envolver-se com situações de risco na vida infracional.

No nível afetivo-relacional, portanto, observou-se a importância dada aos vínculos positivos com familiares cuidadores e orientadores, bem como com adultos de referência e pares jovens (colegas e namoradas) não associados ao universo infracional.

5.1.3. Fatores de proteção sócio-estrutural mencionados pelos adolescentes

Foram relatados pelos adolescentes com menor ênfase ou menor detalhamento, sugerindo que os mesmos ocupam um lugar diminuído ou percebido em menor grau de participação no amplo processo que reduziria a vulnerabilidade dos mesmos na trajetória de cometimento de atos infracionais.

Pode-se entender tal fato pelo grau de abstração e pela dificuldade reflexiva por parte dos jovens em pensar o contexto sócio-estrutural mais amplo, devido às experiências vivenciadas pelos mesmos possuírem registros subjetivos mais intensos na dimensão imediata pessoal (individual) ou afetivo-relacional. Contudo, foram destacados alguns aspectos de ordem sócio-estrutural como favorecendo o não-ingresso do jovem na vida infracional.

- **Escolaridade** e outros aspectos associados foram apontados como fatores que protegem contra envolvimento com ato infracional. O não-abandono escolar, concluir o ensino médio em escolas de boa qualidade, possuir uma referência positiva da escola como local que promove lazer e oportunidade de construir bons vínculos, foram mencionados pelos jovens. Todavia, a importância da formação, aquisição de valores e conteúdos do currículo formal ou outros conhecimentos, não emergiu na fala dos jovens como fator significativo, sugerindo que os mesmos não possuem uma experiência concreta da escola como responsável por este papel.
- **Trabalho** foi um dos fatores sócio-estruturais mencionados, sendo destacada a importância de boas oportunidades e melhor remuneração ao trabalho dos jovens como via de redução de sua vulnerabilidade.
- **Programas sociais com auxílio de bolsas e apoio por parte do governo** foi mencionado por um jovem da instituição A, que, diferente dos demais entrevistados, demonstrava idéias de maior reflexão sobre fatores sócio-estruturais, atribuindo relevância a estes no destino dos jovens. Entre estes programas foram destacados cursos profissionalizantes como computação e cursos de inglês, acessíveis a jovens de baixa renda.
- **Instituições religiosas** que auxiliem na orientação dos jovens. As igrejas evangélicas foram mencionadas por alguns como grupo/instituição que favorece a diminuição da vulnerabilidade do jovem que ali se integra.
- **Centro de tratamento para dependentes químicos** foi mencionado pelos jovens, sendo significativo, sobretudo, por quase todos são usuários de drogas lícitas e ilícitas por longo período. A insuficiência de instituições voltadas para este fim gera dificuldade de inserir os jovens que necessitam de tratamento adequado. A existência de tais instituições, portanto, favoreceria o tratamento, diminuindo as possibilidades de continuidade do consumo e o possível envolvimento com outras práticas ilícitas.
- **Programas/projetos esportivos** que favoreçam o envolvimento do jovem em atividades saudáveis e pró-sociais.

- **Boa estrutura econômica do pai/família** foi mencionada como fator protetivo por possibilitar a satisfação de necessidade, consumo de bens e qualidade de vida doméstica, como possuir uma boa moradia, TV, aparelho de DVD, videogame, etc.

Observou-se que o estudo e o trabalho foram os mais citados como fatores de proteção geral, capazes de diminuir a vulnerabilidade do jovem ao ato infracional. Contudo, as referências além de pouco aprofundadas, diziam respeito ao seu próprio grau de instrução, oportunidade de trabalho e melhores salários, e não às condições objetivas de seus pais ou cuidadores. Este aspecto demonstra que os jovens não possuem uma visão de estrutura social clara que permita compreender o impacto de tais aspectos ao longo de sua vida, favorecendo ao envolvimento com o crime. Outro aspecto que chamou atenção foi o fato dos jovens não terem citado, a exemplo do capítulo anterior sobre vulnerabilidade, as condições do local de moradia (bairro) como fator de vulnerabilidade. Nenhum aspecto equivalente a estrutura social e urbana dos bairros foi citado como possível fator de proteção, centrando mais suas falas aos aspectos de ordem subjetiva, conforme observado acima.

Considerando as três categorias principais avaliadas neste capítulo de proteção no contexto do desenvolvimento infanto-juvenil – individual, afetivo-relacional e sócio-estrutural – e as subcategorias emergentes destas, observou-se que receber orientação na e para a vida é apontada pelos mesmos como importante fator de proteção, levando a supor que os mesmos não têm oportunidades de acesso a informações qualitativamente significativas que os ajudem a evitar o envolvimento com o ato infracional, quer seja no âmbito familiar ou através das instituições.

A escola, que é uma das instituições de maior acesso à população em geral, foi muito pouco freqüentada pelos adolescentes ao longo de suas vidas, possuindo estrutura e funcionamento pouco atraentes, de acordo com a fala dos mesmos. Foram constatados poucos registros positivos desta instituição na vida dos garotos. Os registros mais significativos acerca da escola diziam respeito às amizades ali realizadas.

Como proteção geral na vida contra o envolvimento com ato infracional, os adolescentes referiram-se mais a aspectos individuais e afetivo-relacionais e menos aos aspectos sócio-estuturais, possivelmente pela não compreensão da competência e influência deste nível na organização da vida. Em termos de vivências afetivas e de aspectos relacionados às suas características pessoais, os jovens tendem a desenvolver uma fala mais rica e detalhada. Assim, reclamam por mais controle por parte de seus adultos de referência, bem como do atendimento de necessidades afetivas.

Não falam tanto das necessidades materiais, mas apontam o aspecto presencial e de cunho de orientação. A demanda por supervisão sugere grande ausência neste aspecto, interferindo significativamente no processo de socialização e no aprendizado de normas pró-sociais de respeito, valorização da própria vida e do outro. O desenvolvimento cognitivo, moral, afetivo e social tende a acontecer em espaços não supervisionados, em geral com outros jovens que compartilham iguais experiências de negligência.

Quando referem-se às experiências de supervisão, apresentam seus pais ou cuidadores como não possuidores de preparo ou conhecimento suficiente para prover-lhes orientação protetiva. Também expressam a fragilidade dos vínculos com cuidadores, não sendo estes percebidos como capazes de fornecer outros referenciais. A falta de vínculos e apoio por parte de instituições que pudessem fortalecer ou complementar tal orientação também foi identificada nas falas.

Os jovens mencionam a necessidade de possuírem mais autonomia, mas que, observado junto às demais demandas, pode ser entendido como um desejo de receber mais orientação para que possam fazer escolhas autônomas mais certas, mais orientadas. Acreditam que podem decidir cometer ou não atos infracionais, mas reclamam a falta de cuidados ao longo do desenvolvimento, para que possam ter melhor discernimento e força de vontade para escolher entre o certo e o errado. Sugerem a dificuldade de formular um projeto de vida sem esse suporte. As amizades são mostradas como a base do suporte social dos jovens e, se estão envolvidas com crime, valorizam os atos infracionais.

A comparação e contrastação entre as hipóteses geradas a partir das falas dos meninos neste item – seguindo a metodologia proposta ao presente estudo – permitiu a elaboração do seguinte construto:

Protegem contra o envolvimento com o ato infracional, segundo os adolescentes

- *Supervisão e provisão familiar, caracterizadas por investimento afetivo;*
- *apoio material;*
- *orientação parental pautada em princípios éticos e condutas pró-sociais que favoreçam discernimento entre certo e errado;*
- *valorização e obediência às regras;*
- *fortes vínculos afetivos com cuidadores e outros pares não envolvidos com ato infracional auxiliam na construção de um projeto de vida não relacionado ao crime;*
- *sensibilização para o bem estar da família aliados à não-utilização de drogas;*
- *permanência na escola;*
- *trabalho para o jovem;*
- *envolvimento com atividades esportivas;*
- *conviver e ser educado por uma família “estruturada”; (referida pelo entrevistados como núcleos familiares onde há presença de membros que desempenham eficientemente os papéis parentais; sem desagregação de seus membros)*
- *ser auto-determinado para realizar escolhas adequadas.*

5.2. Escutando os profissionais

A visão dos profissionais - técnicos e monitores – acerca da proteção geral ao adolescente, aponta para aspectos também de ordem individual, afetivo-relacional e sócio-estrutural, contudo sob outra perspectiva. O conhecimento e a percepção dos adultos entrevistados do que, para eles, consiste em *fatores protetivos ao longo da vida do jovem que dificultam o envolvimento com ato infracional* é visto neste tópico como uma outra nuance do mesmo fenômeno, de modo a favorecer uma compreensão mais complexa, porém mais abrangente dos fatores protetivos.

As falas aqui não se organizam por categorias profissionais distintas, mas agrupadas segundo as categorias e subcategorias explicitadas. De um modo geral não houve diferenças muito significativas de conteúdo entre os dois grupos profissionais estudados, e sim de ênfase nas falas individuais. Por essa razão, serão apresentados em destaque os segmentos de fatores de proteção identificados; a categoria profissional ou

instituição pesquisada somente estará apontada quando o dado for identificado como possuidor de relevância no contexto da análise.

De um modo bastante amplo, percebeu-se que as falas dos monitores traziam exemplos que remetiam a vivências mais próximas daquelas apresentadas pelos jovens, talvez por maior semelhança entre seus contextos sociais. Todavia, tal observação não descolou a fala dos monitores do contexto dos profissionais. Comparando as falas dos monitores e técnicos, observou-se maior carga afetiva na fala dos primeiros, o que pode ser explicado por tempo mais prolongado de experiência e convívio com jovens em situação de risco.

Perguntados acerca do que constitui *proteção geral na vida de um adolescente que dificulta o envolvimento com ato infracional*, foram geradas falas que apontaram para existência dos três níveis de fatores.

5.2.1. Fatores de proteção da dimensão individual, mencionadas pelos monitores/técnicos

Os monitores/técnicos mencionaram os seguintes fatores de proteção na dimensão individual: autoconceito positivo, fé/espiritualidade, não uso de drogas, projeto de vida, autonomia e controle dos impulsos internos.

Comparativamente à fala dos adolescentes, os profissionais também identificaram *autonomia, autoconceito positivo, projeto de vida e fé/espiritualidade*. O não-uso de drogas pode ser identificado na fala dos jovens na referência feita a possuir hábitos saudáveis de modo a “não acostumar-se” com a vida infracional. Enquanto os jovens apresentaram a autonomia e também a disposição de acatar orientação por terceiros como fatores individuais de proteção, os profissionais destacaram mais o valor do autocontrole, revelando tendência a atribuírem maior responsabilização ao adolescente, no tocante à dimensão individual.

- **Autoconceito positivo:** as falas dos profissionais entrevistados ressaltam: autoestima elevada, boa referência que o adolescente tem de si mesmo, sentimento de ser valorizado em suas habilidades e vivenciar a adolescência como período de descoberta, ampliação de novos horizontes e experiências positivas. Todos esses

aspectos geram satisfação pessoal com aquilo que se é e com as atividades que realiza, evitando que adolescentes ingressem em atividades infracionais.

- **Fé e espiritualidade**, expressos sobre a forma de crença, esperança e otimismo, também foram destacados como fatores passíveis de proteger contra o envolvimento com ato infracional.
- **Não uso de drogas** foi citado pelos profissionais como condição individual protetora, diminuindo a vulnerabilidade ao cometimento de atos infracionais.
- **Projeto de vida**, expresso sob a forma de possuir sonhos futuros e ter objetivos que incluem formação, profissionalização, auto-realização e felicidade.
- **Autonomia** ou autodeterminação: descritos como força de vontade, autonomia, livre-arbítrio, autodisciplina, resultantes do processo de introjeção de regras pró-sociais, normas, valores positivos, discernimento, levando o jovem a conduzir-se segundo estas regras. Este fator de proteção relaciona-se diretamente ao desenvolvimento moral para autonomia, cujo processo dá-se no âmbito das relações sociais, mas leva à aquisição de responsabilidade individual e social, tal qual propõe Piaget⁸⁴. O trecho abaixo exemplifica este posicionamento, segundo um dos técnicos entrevistados:

“Eu acredito que as orientações básicas das conseqüências dos atos deles e a responsabilidade sobre todos os atos deles, porque a orientação básica, a questão do esclarecimento, a clareza entre a causa e o efeito - “se você fizer isso vai acontecer isso”. Essa reflexão clara que ele tem que ter de todos os atos dele, essa responsabilidade que todo ser humano tem que ter em relação aos seus atos, porque nós estamos falando em ser em desenvolvimento, mas é um ser inteligente que tem a capacidade de escolher entre o certo e o errado, entre o bem e o mal.” (P9)

- **Controle dos impulsos internos** figurou em determinadas falas de profissionais como um fator que protege o adolescente de envolver-se em atos infracionais. Não foi explicitado pelos profissionais se tal controle resulta de características inatas ou adquiridas ao longo do desenvolvimento. Contudo, estaria ligado à dimensão individual de proteção.

5.2.2. Fatores de proteção na dimensão afetivo-relacional, apontados pelos técnicos/monitores

Os aspectos mais valorizados disseram respeito aos vínculos familiares e com adultos positivos de referência, diferenciando-se da fala dos jovens, que atribuíram, além da importância da família, grande ênfase aos relacionamentos com os pares. As categorias apresentadas como protetivas na dimensão afetivo-relacional foram as mesmas mencionadas pelos jovens, diferenciando-se apenas pela ênfase dada a algumas.

- **Fortes vínculos afetivos com familiares** foi visto como fator protetivo, sobretudo no sentido de prover carinho aos meninos e outras trocas afetivas positivas entre estes e seus pais/cuidadores.
- **Supervisão Familiar** sob forma de orientação, apoio e comprometimento por parte dos educadores, no sentido de empreender uma educação pautada em regras e limites foi um dos aspectos mais citados pelos profissionais como capazes de prover proteção ao adolescente contra o envolvimento com atos infracionais. Tal aspecto de âmbito afetivo-relacional corrobora a opinião dos mesmos profissionais quanto ao desenvolvimento de recursos individuais no jovem para realização de escolhas e condutas pro-sociais. A figura materna foi a mais citada como sendo de fundamental importância na participação deste processo, segundo os profissionais.

“Eu acho que tudo tá na base da família. Se a família deixou a criança crescer livre, solta na rua, ele só vai aprender, tender pra esse caminho. Então eu acho que a base está na estrutura familiar [...] Muitas vezes se confunde um pouco essa questão da estrutura familiar e a desagregação familiar, porque muitas vezes a mãe cria um filho ali sozinha, mas que tem regras, tem limites e consegue encaminha-lo. Por outro lado tem aquela que quanto mais cedo se livrar daquela situação, melhor. Se livrar entre aspas, porque ela vai estar jogando o filho pra esse caminho. Então é quando ele vem cometer um ato infracional e ele vem parar numa instituição.” (P8)

“Eu vejo a família como base de tudo, dentro de uma sociedade. É a formação do indivíduo, é o começo da vida dele, não se aprende na escola. Na escola se aprende o português, a matemática, mas essa formação do indivíduo cidadão, por mais simples que seja, o pai e a mãe, a família, vem da casa, do lar, do convívio familiar.” (P5)

- **Convivência com adultos que funcionem modelos positivos.** Conviver e ser orientado por adultos de referência que constituam modelos positivos, favorece a

aquisição de valores positivos, evitando vinculação com ato infracional. Os modelos citados, familiares ou não, auxiliariam o processo de identificações positivo. Perguntado acerca do que acontece na vida de um jovem que o protege contra o envolvimento com ato infracional, um dos monitores posicionou-se desta forma:

“Acho que não entraram porque o pai mostrou outro tipo de personalidade pra eles, fez com que criassem uma nova personalidade, que tivessem uma visão, uma cultura diferente, uma visão de estudo diferente, as informações que são passadas pra eles são corretas, não é só passar “não use drogas”, mas informar pra eles o que é droga, são muitos tipos de droga, o que as drogas afetam você e levam para o mundo do crime, é ter uma família, um pai e uma mãe que ensine o que é droga e como ela funciona, e ele já vai crescer sabendo que isso não serve para ele, que vai acabar com ele. É muito difícil um jovem que vem sendo trabalhado pela própria mãe cair no mundo desses.” (P.6)

- **Vínculos afetivo/sociais positivos** foi mencionado como fator de proteção, indicando que trocas sociais gratificantes com pessoas não envolvidas com ato infracional reduz a vulnerabilidade ante o envolvimento com a infração. Todavia, não foi enfatizado pelos profissionais especificamente os vínculos entre pares, mas, sobretudo, vínculos com adultos e familiares.
- **Constituir família** consistiria um dos fatores identificados como sendo protetivos. Corresponderia, segundo técnicos/monitores, a um reconhecimento de si próprio como assumindo novos papéis sociais e responsabilidades, de modo a não envolver-se mais com situações de risco, segundo uma fala na qual um dos monitores reproduz o depoimento de um adolescente.

“Minha namorada, minha mulher vai ter filho, já que ela está assim, vou largar disso, vou arrumar um emprego decente, vou trabalhar pra criar meu filho que eu não quero ver meu filho assim”.
Muitas vezes, até uma mulher, uma companheira que eles arrumam...”
 (P6)

- **Valorização do jovem por grupos de referência ou adultos de referência positivos** foi um dos fatores também mencionados pelos profissionais. Segundo os mesmos, a valorização das habilidades dos jovens, por seus pais ou pessoas representativas, auxiliam no fortalecimento da auto-estima, combinando, assim um fator de dimensão afetivo-relacional e um individual, favorecendo o não envolvimento com ato infracional.

5.2.3. Fatores de proteção na dimensão sócio-estrutural presentes nas falas dos técnicos/monitores

Diferente da fala dos jovens, houve maior referência por parte dos profissionais aos fatores sócio-estruturais como capazes de proteger. Por certo que a condição cognitiva e vivencial dos últimos ao considerar aspectos mais amplos da realidade social, permitiu uma análise mais ampla neste sentido.

As categorias assemelharam-se, ainda que a ênfase e sentido atribuído a algumas delas diferenciavam-se nos discursos de jovens e profissionais. No que diz respeito à escola, os adolescentes mencionaram “escolarização”, enquanto os profissionais referiram-se à instituição escolar e sua proposta. No tocante a programas de suporte social, ambos os grupos referiram-se a bolsas, a atividades esportivas, sendo que a conotação de “políticas sociais de proteção” foi dos profissionais. Diferenciam-se nas falas de adolescentes e profissionais a Instituição Religiosa e a Educação Religiosa. Para os jovens, a Instituição protege, com sua função social e de orientação direta, por meio do contato, dos vínculos com integrantes de um grupo religioso. Para os profissionais, é através da oferta de Educação Religiosa – apresentação de valores religiosos e ética de relações humanas – necessária numa dimensão sócio-estrutural para proteger o adolescente. No tocante às condições socioeconômicas dos familiares, profissionais transcendem a fala dos meninos, remetendo não apenas a ser possuidor ou não de uma boa condição financeira, mas de ser a família capacitada ao desempenho de funções materiais adequadas à vida.

Um aspecto que foi bem destacado na fala dos profissionais foi a ocupação do tempo dos jovens através de dispositivos sócio-estruturais diversos, como trabalho, escolas diferenciadas e programas que incluam profissionalização e valorização de atividades esportivas. Fatores vinculados à estrutura familiar, contextos de desenvolvimento e papel de outras instituições também foram mencionados. Os ambientes saudáveis não foram destacados por adolescentes neste item, mas o foram pelos profissionais, assim como somente estes apresentaram a integração entre família, escola e sociedade como fator de proteção. Os fatores foram apresentados segundo detalhamento abaixo:

- **Trabalho:** este fator foi visto não apenas como modo de ocupação do tempo do jovem, mas também como meio de prover financeiramente algumas das necessidades de sustento deste e sua família. Igualmente destacou-se o papel do trabalho como meio de valorização das habilidades pessoais.
- **Políticas sociais** para jovens que resultem na criação e efetivação de programas de proteção que envolvam profissionalização e realização de atividades esportivas. Foi citada a importância de oferta de bolsa como incentivo financeiro à participação dos jovens.
- **Escola de tempo integral** é um fator de proteção por preencher o tempo dos alunos com atividades formativas e saudáveis. Contudo, para que funcione como proteção seria necessário fortalecer e valorizar a instituição escolar. Esta, bem como o processo educacional, ainda foram citados pelos profissionais como poderoso veículo de mudança social.
- **Famílias fortalecidas e capacitadas ao atendimento das necessidades dos jovens:** a fala dos profissionais remetia muitas vezes às “famílias estruturadas” como fator protetivo. Neste sentido compreendiam a família bem estruturada tanto em sua composição – figuras parentais presentes e atuantes, filhos, etc. - como no desempenho de suas funções básicas. Tal aspecto foi agrupado como de ordem sócio-estrutural por envolver os diversos arranjos familiares, e também por implicar na capacitação do núcleo familiar para o atendimento das necessidades dos adolescentes.

“É um grau de revolta, de revolta que ele tem, tanto com a mãe quanto com o pai, então não consegue estabelecer, nem com o pai e nem com a mãe, ele não tem, ele disse que chegou ao ponto de dizer: “se eu tivesse uma casa com um quarto pra mim, eu não vivia na rua”. (P5)

As falas neste sentido sugerem que famílias com maior grau de informação e escolaridade, maior orientação sobre o risco das drogas e outros agravos, aliados à maior capacidade de auto-sustento, protegeriam os jovens face ao risco de envolvimento com o ato infracional.

“Eu vejo a nossa sociedade e as nossas famílias muito frágeis, diante dessa potencialidade que a droga está tendo, essa forte benção, então hoje eles são minha preocupação, meu filho é minha preocupação, meu vizinho é minha preocupação, então eu vejo que, eu me revolto, eu me revolto, aqui te confesso, eu não sei com quem, eu não acho culpado,[...] porque eu vejo que na sociedade as famílias tão ficando fragilizadas diante dessa potencialidade dessa droga, que todo mundo já diz: essa droga”. (p5)

- **Integração família, escola e sociedade** foi registrado na fala de alguns profissionais como um fator que protege o adolescente contra o envolvimento com a prática infracional. Tal integração favoreceria uma rede eficiente de atendimento das necessidades desenvolvimentais do jovem, além do compartilhamento da responsabilidade de orientação do mesmo.
- **Ambientes sociais saudáveis** foram mencionados como protetivos contra o envolvimento com ato infracional, sendo referido especialmente o espaço da rua como não adequado ao desenvolvimento positivo do jovem, como espaços institucionais e outros desvinculados com atividades relacionadas ao crime.
- **Educação religiosa** foi citada como uma possibilidade de prover proteção por reunir um conjunto de valores de determinados grupos sociais, os quais são compartilhados.

A diferença de ênfase observada entre as falas de monitores e técnicos é que, para os primeiros, maior destaque foi atribuído à supervisão familiar, escolarização e profissionalização como fatores gerais de proteção ao jovem contra envolvimento com atos infracionais. Para os técnicos observou-se sutil diferença entre as ênfases apresentadas pelos psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. De um modo geral todos privilegiaram a autodeterminação e supervisão familiar com estabelecimento de regras e limites, fortalecimento de vínculos afetivos como potencialmente mais protetores contra o envolvimento de jovens em práticas infracionais, sendo que os assistentes sociais enfatizaram sobremaneira aspectos relacionados à supervisão familiar.

A hipótese geral - obtida através da contrastação e síntese das hipóteses individuais de cada profissional entrevistado - está apresentada a seguir:

O que protege um adolescente ao longo de sua vida contra envolver-se em atos infracionais, na opinião de técnicos/monitores

- *Supervisão familiar com ênfase em modelos adequados de parentalidade capazes de prover apoio e acompanhamento revela-se a base da educação familiar. Esta inclui o processo de orientação positiva visando ao aprendizado de limites e regras pró-sociais suprimento das demandas afetivas.*
- *Vínculos afetivos positivos com pessoas não associadas ao crime que também desempenhem função formativa e ocupação do tempo dos adolescentes em atividades educativas ou formativa/ocupacionais (remuneradas ou não, sob forma de trabalho, cursos ou atividades esportivas), favorecem a o fortalecimento da autodeterminação e a construção de um projeto de vida para o jovem.*
- *Tais aspectos, associados à existência de uma estrutura social que permite o suprimento das necessidades materiais, constituem fatores que protegem contra o envolvimento com o ato infracional.*

5.3 Adolescentes e Profissionais: “dialogando” sobre a proteção ao adolescente contra envolvimento com atos infracionais

Comparando as falas dos adolescentes e dos profissionais, foram observadas, como dito anteriormente, semelhanças nas sub-categorias agrupadas nas categorias prévias. Contudo, faz-se necessário observar como dialogam entre si estas visões, aparentemente semelhantes, mas provenientes de universos vivenciais distintos.

No tocante à **dimensão individual** tornou-se evidente que possuir um *autoconceito positivo* destaca-se como fator de proteção, segundo ambas as classes de entrevistados. Tanto na perspectiva dos adolescentes quanto dos adultos que com ele atuam nas instituições pesquisadas, o envolvimento com o ato infracional relaciona-se a imagem negativa de si. Jovens, em suas falas, demonstraram episódios em suas trajetórias em que evidenciavam um autoconceito negativo e diminuído, desprovido de um valor que remetesse a perspectivas de vida mais positivas. De igual modo, os profissionais referiam-se a adolescentes cujo autoconceito, se positivo, vinculava-se ao mundo

infracional, mas, de modo geral, com experiência junto a jovens que desacreditavam sua própria imagem.

Possuir um *projeto de vida* foi categoria destacada também entre ambos os grupos. Planejamento, perspectiva de futuro e realização parecem, portanto, favorecer que o adolescente vislumbre uma dimensão temporal marcada por eventos positivos, os quais exigem distanciamento de situações de risco. Outro aspecto refere-se à *autonomia* ou à capacidade de autodeterminar-se. Adolescentes e profissionais reconheceram que o exercício do livre arbítrio determina, em parte, envolver-se ou não com o universo infracional. É interessante que este aspecto permite assumir parte da responsabilidade pelas próprias ações, no que diz respeito aos jovens, e também situa a fala dos profissionais distante das posturas paternalistas.

Um aspecto interessante que diferenciou a fala dos jovens da fala dos profissionais, diz respeito ao reconhecimento por parte de monitores e técnicos de que os jovens necessitam paralelamente exercitar sua autonomia e acatar e valorizar regras, como condição individual para o não-envolvimento com o ato infracional. Aceitar orientação externa auxilia o aprendizado de normas as quais irá considerar quando da tomada de decisões autônomas. Esta associação auxilia na proteção contra riscos.

Em ambos os grupos surgiram falas nas quais se imputam o não envolvimento com atos infracionais devido a atributos internos ou à capacidade de controlar impulsos.

Na dimensão **afetivo-relacional** as categorias relacionadas foram as mais semelhantes, dentre todos os níveis, sugerindo uma correspondência entre as percepções dos dois grupos. A *supervisão familiar*, com destaque às figuras parentais, foi fator que congregou maiores opiniões semelhantes, quer entre adolescentes quer entre adultos. Este dado sugere que, na experiência pessoal dos jovens e na observação das trajetórias pelos profissionais entrevistados, este fator de proteção tem estado ausente na vida dos mesmos, sendo identificada a sua presença como forte impeditivo ou redutor da vulnerabilidade ao envolvimento com o crime.

Os *vínculos afetivos* com familiares foram também percebidos como necessários, no sentido da proteção. Outros vínculos, como pares e outros adultos de referência, foram apontados como eficazes na proteção do adolescente. Os jovens deram muito mais destaque ao papel dos pares não envolvidos com drogas e crime, enquanto que os

profissionais praticamente relegaram a questão da proteção através do vínculo à presença de adultos com valores pró-sociais. Nota-se que este aspecto – grupos jovens de referência – tem sido negligenciado, ao menos entre os profissionais entrevistados, como importante fator, segundo os jovens, para o não envolvimento com o ato infracional.

Os modelos positivos – adultos de referência – necessários e protetivos aos adolescentes podem estar relacionados a figuras de professores, orientadores, entre outros, possivelmente mais dotados de um conjunto de valores importantes à não vinculação com drogas, entre outros agravos.

No aspecto afetivo relacional, ambos os grupos destacaram que ser valorizado por grupos positivos (e não ligados ao crime) protege o jovem. Assumir responsabilidades com um núcleo familiar próprio serviria como proteção, segundo a visão de todos. Todavia, nenhum dos entrevistados mencionou outras implicações desfavoráveis quando o jovem necessita assumir papéis de grande responsabilidade e complexidade, como o é o papel parental. No contexto afetivo, de modo geral, ser cuidado, orientado, ter vínculos afetivos fortes com familiares, amigos, adultos de referência ou mesmo esposa e filhos, possibilita uma organização afetiva que mantém o jovem mais distante de práticas infracionais.

Na **dimensão sócio estrutural** as falas aproximam-se, em alguns aspectos, e diferenciam-se em outros. Categorias se assemelham, mas possuem sentidos um tanto particulares, na visão de cada grupo. Aspectos ligados à escola foram citados pelos jovens mais no sentido da preparação que esta provê, em termos de aquisições de conhecimento transformando em capacidade para ocupar melhores espaços. Para os adultos entrevistados, a escola inclui tal aspecto, mas será protetiva se possuir uma estrutura atrativa, se integrar atividades que mantenham o aluno ocupado (tempo integral), assumindo responsabilidades de formação mais ampliadas que a transmissão de conteúdos. A menção que os mesmos faziam acerca dos programas sociais capazes de proteger contra o ato infracional era em torno da oferta de bolsas, oportunidade de trabalho e projetos esportivos. A falta de acesso a bens básicos, à profissionalização e atividades de lazer torna-se evidente responsável pela vulnerabilidade, segundo os meninos. Para os profissionais, tal dado é verdadeiro, mas a análise transcende ao

imediate, numa reflexão mais ampliada acerca da ineficácia das políticas públicas de proteção.

De um modo geral observou-se que jovens e profissionais coincidiram mais acerca da proteção geral contra o envolvimento de adolescentes em práticas infracionais na dimensão **afetivo-relacional**. Os jovens tiveram mais propriedade de apontar a proteção na dimensão afetivo-relacional e individual, enquanto que os profissionais destacaram o afetivo-relacional e o sócio-estrutural.

Comparando as duas hipóteses dos adolescentes e profissionais geradas pelo método de contrastação, observou-se convergência no sentido que **supervisão, orientação familiar, vínculos afetivos positivos e formação educacional e profissional** foram vistos como fatores protetivos importantes na redução da vulnerabilidade dos adolescentes em relação ao envolvimento com atos infracionais.

CAPÍTULO 6

Fatores de proteção ao adolescente no contexto socioeducativo

Sendo o objetivo geral do presente estudo a investigação do potencial de promoção de proteção no contexto socioeducativo a partir do ponto de vista dos adolescentes e profissionais em duas unidades de internação masculina do Amazonas, procurou-se explorar ao máximo quais experiências e fatores no contexto educativo eram percebidos pelos entrevistados como positivas, no sentido de favorecer-lhes novos direcionamentos e diminuir a vulnerabilidade à reincidência.

Adotar outra perspectiva de vida que incorpore a desvinculação com o ato infracional, o desenvolvimento de potencialidades e a inserção social através da plena condição de sujeito de direitos após o cumprimento da medida é o ideal almejado pelo Sistema Socioeducativo. Buscou-se, portanto, identificar: a) *quais fatores existentes ao longo da aplicação da medida contribuíram positivamente para as mudanças observadas na vida dos jovens considerados bem sucedidos no cumprimento da medida;* b) *quais fatores propiciariam a diminuição da vulnerabilidade dos mesmos ao cometimento de novos atos infracionais,* após a saída da instituição.

Nas falas dos profissionais entrevistados observou-se mais manifestações sobre a proteção no contexto socioeducativo do que na dos jovens. Este fato sugere não apenas distinções entre as concepções dos jovens e dos adultos, mas também diferenças significativas no modo de vivenciar e avaliar as experiências ocorridas no contexto socioeducativo. Serão apresentadas, portanto, as falas em blocos distintos, a saber: adolescentes e adultos entrevistados.

6.1 “O que mudou para mim aqui”? As vozes dos adolescentes bem-sucedidos acerca da proteção contra o envolvimento com ato infracional no contexto da medida socioeducativa de internação

A grande importância de ouvir o jovem acerca do que ele identifica como mudanças positivas ocorridas ao longo do cumprimento da medida, contra a vulnerabilidade de envolvimento com ato infracional, consiste justamente no fato de que

estes são os que recebem a medida e vivenciam diretamente as ações socioeducativas. Todas as reflexões acerca do papel e eficácia das medidas socioeducativas, em especial da medida de internação, convergem para as impressões trazidas no contexto da fala dos adolescentes, de modo que possa ser identificado ou não potencial para promover as mudanças desejadas. As respostas foram também agrupadas segundo as categorias já explicitadas – dimensão de proteção individual, afetivo-relacional e sócio-estrutural.

6.1.1. Fatores de proteção do nível individual existentes no contexto socioeducativo, na fala dos adolescentes.

Diversos fatores em nível individual estiveram presentes nas falas dos adolescentes internos nas instituições para cumprimento de medidas de internação.

- **Desenvolvimento de recursos internos/maturidade emocional:** o momento de cumprimento da medida foi descrito por alguns jovens como oportunidade de: estar amadurecendo; tomar consciência de si mesmo e de suas potencialidades; desenvolver habilidades pessoais que favorecem contatos sociais, como melhor expressão e postura corporal; desenvolver a sensibilidade; diminuir a agressividade; e aumentar a autoconfiança, sentindo-se mais preparado para enfrentar a vida.

“Pra mim o que eu acho [que mudou] foi o meu comportamento, o jeito de falar, de ouvir, de dar atenção pros outros e fazer os mandados certo. [...] Eu continuava na safadeza direto, bagunçando, ninguém ia acreditar em mim mesmo, depois que eu comecei a mudar, ‘se’ tocar, eu pensei pra mim mesmo no alojamento: “eu tô preso, o que eu quero da minha vida? Minha mãe tá lá fora, ainda fico aqui dentro bagunçando, brigando com os meninos, mamãe ainda vai ficar chamando atenção, ainda por causa de mim. Não adianta a mãe querer botar um filho no mundo que nem eu assim. Eu tenho que me tocar, se continuar assim, é arriscado eu morrer.” (Benício)

Mudança no conteúdo dos pensamentos também foi relatada. Um dos adolescentes mencionou que o período da medida o ajudou a pensar em “coisas boas”, coisas que não pensava antes, mudando as prioridades e assuntos que ocupam o pensamento. (Bernardo). Vale mencionar que alguns jovens também

relataram que a instituição favorece o pensamento oposto, de maior envolvimento com crime, sobretudo entre conversas com outros adolescentes nos alojamentos.

A valorização da liberdade também foi destacada como mudança significativa que incide na dimensão subjetiva, como dispositivo de proteção contra envolvimento com ato infracional futuro.

“A pessoa se cansa de estar preso. Eu to preso desde pequeno. não tive infância. Têm outros que falam: minha infância foi todo tempo grade, grade, grade, grade... Eu to a fim de sair dessa vida, não quero mais. É muito pra mim, cara. É... o cara sai tendo força de vontade”.
(Augusto)

O relato de um dos jovens evidencia uma trajetória onde ele situa os pensamentos e atitudes predominantes em período anterior e inicial do cumprimento da medida e as mudanças por ele percebidas ao longo do período de internação. O mesmo é apontado pelos técnicos da instituição e pelos demais adolescentes como alguém cujas mudanças comportamentais demonstram amadurecimento e melhora, além do desenvolvimento de habilidades artísticas e ocupacionais.

“... Eu fui pra delegacia [...] pessoal me colocando medo e tal. Eu: “não tenho medo de apanhar não [...] Tudo bem, eu nasci foi pra morrer bicho”.

- *“Tu é sangue frio né? Tem medo não?”*

- *“Tenho não pessoal”*

Não demora eu fui julgado. Aí ele falou assim: “ tu vai pegar 6 meses e cada 6 meses vão mandar o teu relatório”. Eu tava sendo ameaçado direto, os familiares dele diziam que se pegasse iam me matar. Tava nem aí! Mamãe chorava: “Meu filho, será que eu ainda vou te ver?”

- *“ Vai nada mãe. Eu vou morrer.”*

Aí ela chorava quando eu falava isso. Cheguei aqui, eu baguncei, briguei com outros, não tava nem aí [...] os meninos olhavam assim pra mim e eu perguntava “o que foi”? Já saía do alojamento dando porrada. [...] Comecei a pegar corda dos outros, a puxar rebelião... comecei a me tocar quando tinha atividade fora da unidade. Os meninos mais comportados iam e eu não. Eu ficava falando: “Porque esse bicho vai e eu não vou?”.

- *“ Tu tá vendo?Tu se comporta, não, vive brigando...”*

- *“Tô nem aí, não, eu não quero fazer esse curso, não. Se fosse pelo menos curso de outras coisas...”* (Benício)

Ao longo do relato, o jovem demonstra visível emoção e envolvimento pessoal com as mudanças na dimensão individual por ele vivenciadas, prosseguindo a narrativa de sua trajetória institucional:

“Eu não pensava em nada. Só pensava: “vão me matar, tô preparado, se me matarem não vou sozinho. Vou puxar arma de alguém, vou querer fazer onda”. Pensava só assim: “ Se ele quiser vir me atirar, vou pegar a arma dele, vou atirar nele.” [...] Aí lá de fora [...]eles ficavam com medo de mim, lá fora quando eu passei natal e ano novo aqui dentro, todo mundo pensava que eu ia passar lá fora, todo mundo ficou com medo.[...] eu mandei recado: “ pode ficar sem medo, que eu não sou nenhum bicho, quando eu sair lá fora, eu não sou mas o de antes, não.” (Benício)

As atividades mais citadas por estes como favorecendo estes aspectos individuais foram: psicoterapia, atividades artísticas e vínculos com os adultos na instituição.

- **Elaboração de um projeto de vida:** as mudanças que evidenciaram a elaboração de um projeto de vida dizem respeito aos planos e objetivos que os jovens dizem ter traçado para si a partir das vivências no contexto da internação. Nem sempre o projeto consistia em algo bem elaborado, mas evidenciava uma perspectiva de vida preenchida por desejos de realização. Um dos aspectos significativos mencionados foi o *desejo de viver*. Frequentemente mencionado pelos jovens, a vida vinculada à infração os remeteria, invariavelmente, à “cadeia ou cemitério”. A idéia de restrição da vida é algo bastante presente na fala dos adolescentes entrevistados, de modo que poder vislumbrar um futuro diferenciado indica um desejo de romper com esta trajetória, oportunizando-se sonhar com outras possibilidades, ter diante de si outras alternativas.

Este momento de elaboração de projeto de vida também foi representado como “*achei um caminho melhor*” (Ângelo). Constituir família, cursar Enfermagem, desejo de ser reconhecido e incluído em outros contextos sociais, positivamente valorizados, aprender a tocar violão, podem ser rudimentos de um projeto de vida, mas indicam a perspectiva de uma vida mais longa, ou ao menos, de uma vida que ultrapasse os limites antes reconhecidos pelos mesmos como impeditivos ao seu desenvolvimento.

Retomando a trajetória institucional e mudanças de nível individual narrada pelo adolescente Benício, este mostra com entusiasmo o fato de ter retomado o desejo pela vida.

“Eu tenho é medo de morrer... vai que vou fazer um assalto, a polícia atira e me mata? Tá doido! Tenho medo de morrer que só! De primeiro falavam assim: “vamos fazer um assalto?” Eu dizia assim: “O que que tu tá fazendo aí sentado? Vam’bora logo lá!” (Benício)

Questionado sobre o porquê da mudança e para que o jovem agora desejava viver, respondeu:

“Construir uma família... ter uma família. Quero que minha mãe tenha muito orgulho de mim, e eu já fiz tanta raiva pra mamãe. Mudar, ser um cidadão. Eu vejo tanta gente ser feliz, gente que já disse pra mim que já fez pior, já passou por situação dessa, conseguiu sair, tem família, tem carro, tem tudo, porque que eu não consigo? [...] Pelo menos a pessoa vive com dignidade, constrói uma família, vive sossegado, não vive correndo da polícia, se escondendo por aí. Pra pessoa viver, ver a polícia e se esconder. Num pode ir pra taberna, nem nada, nem sair por aí com colega e namorada.. se sair por aí, é escondido. Pra mim num vale mais isso!” (Benício)

- **Autoconceito:** sentir-se valorizado como ser humano e cidadão reconhecido pela sociedade como pessoa de bem, desejar ser visto como pessoa do bem, mudar autoconceito e conceito perante os outros: “eu sei que sou bastante capaz. Sou capaz de fazer essas coisas” (Bernardo). Sentir-se valorizado na instituição,

A gente olha assim, tem o prazer de olhar assim e vê o quadro de um pintor famoso, pode ficar até inspirado? “Já pensou se fosse eu que tivesse pintado esse quadro, eu tava lá com a minha mãe.”, coisa assim. (Antônio)

- **Adoção de medidas de autocuidado,** demonstrada como postura individual, ou seja, como valor positivo para o próprio jovem mostrou-se fator de proteção contra a continuidade de envolvimento com ato infracional. Este aspecto relaciona-se fortemente com o autoconceito e auto-estima. Ao valorizar-se e desejar fortalecer uma auto-imagem positiva, e, de igual modo, apresentar-se de modo positivo aos outros, o adolescente adota de modo mais consciente e autônomo medidas pessoais de higiene, boa alimentação, cuidados com a aparência, evitando riscos à sua vida e sua saúde. Um dos jovens que durante a entrevista revelou não dispor de muita atenção a si próprio antes da internação, demonstrou claramente sentimentos de auto-estima positiva, através do autocuidado dispensado por ocasião das visitas recebidas na instituição:

Até 'Óleo Paixão' eu uso quando eu vou pra visita. Eu passo quando venho aqui pra cima também, quando me avisam. (Augusto)

- **Descoberta e desenvolvimento de habilidades** foram mencionados como ganhos na dimensão individual, que, segundo os jovens, favorece a um projeto de vida que não incluía envolvimento com infração. As principais atividades que favoreceram este processo foram os cursos e as oficinas oferecidas no âmbito da instituição. Tanto habilidades artísticas quanto de cunho de capacitação profissional foram destacadas.
- **Não uso de drogas**, ou seja, a abstinência obrigatória vivenciada pelos adolescentes em internação é vista como protetiva pelos mesmos. Os jovens, em sua maioria usuários de drogas, relatam que chegaram às unidades bastante comprometidos em sua saúde física e desempenho cognitivo devido ao uso contínuo de drogas como pasta de cocaína, maconha e álcool. Mesmo referindo-se ao período de desintoxicação como sendo de bastante dificuldade, destacam o ganho de peso, melhor disposição física e aparência como ganhos que não conseguiam obter fora do contexto da medida. Contudo, alguns temem a saída da instituição, caso não estejam suficientemente fortes para recusar as drogas.
- **Autonomia** foi mencionada por adolescentes entrevistados como um fator de proteção fortalecido ao longo do cumprimento da medida. Referiram-se a uma percepção pessoal de que se sentem mais capazes de fazer escolhas adequadas, ou seja, orientados pela autodeterminação. Força de vontade para mudar, consciência das regras sociais e da consequência de seus atos foi também demonstrado em falas, a exemplo do jovem que disse espontaneamente recusar-se a participar de “casinhas” dentro da instituição, ou seja, ser envolvido pelos outros para formar grupos de influência entre adolescentes. Observou-se um discurso que evidenciava indícios de autonomia moral, avaliando a dimensão de ações pessoais no contexto coletivo e a possibilidade de optar por alternativas mais adequadas ao convívio social, sabendo sair de situações potencialmente geradoras de ‘confusão’.

Eu acho que tô mudando assim porque de primeiro eu fazia uma coisa, eu não pensava não, mas agora eu já penso duas vezes, já penso já no que vai acontecer e já penso nas consequências que vêm depois. Eu tô

pensando assim, já não penso mais, eu vou fazer um plano, decidir o que eu vou fazer. (Augusto)

A autonomia e autodeterminação também foi verificada em falas onde jovens disseram saber avaliar o contexto para aproveitar oportunidades positivas.

Aconteceu, vária vezes assim de eu puxar rebelião pra sair fora. [...] Deu certo mas num presta. Aí se eu não me tocasse assim, arriscado eu não estar aqui mais, e ser transferido lá pra [Instituição A], pegar mais processo. Aí fui me tocando. Todo mundo aqui trabalha, são pai de família. Eu vou me prejudicar e prejudicar eles. Querer fazer certas coisas. Aí eu me toquei. O pessoal conversa que só comigo. (Benício)

Ninguém vai te ameaçar: “tu vai sair, tu vai dormir” e tal. Ninguém faz isso não. A pessoa sai se quiser, a pessoa briga se quiser. (Augusto)

- **Desenvolvimento da espiritualidade** também foi um fator de proteção apresentado como tendo sido favorecido no contexto de cumprimento da medida de internação. Segundo um dos jovens entrevistados, desenvolver valores religiosos ajuda a dar outro rumo à vida.

6.1.2. Fatores de proteção do nível afetivo-relacional existentes no contexto socioeducativo, na fala dos adolescentes.

A despeito de no primeiro momento da entrevista os adolescente demonstrarem certa dificuldade em refletir acerca das experiências ou aspectos integrantes do contexto socioeducativo de internação que favorecessem à promoção de fatores protetivos contra o a continuidade de envolvimento com a infração, os fatores relacionados à dimensão afetivo-relacional foram bastante relatados pelos jovens e vistos como positivos e geradores de mudanças significativas, ao enfrentamento de sua vulnerabilidade.

Maior destaque foi atribuído aos vínculos afetivo estabelecidos com alguns adultos na instituição e a importância do fortalecimento dos vínculos familiares.

- **Vínculos afetivos positivos com monitores e técnicos** foi o aspecto mais presente na fala dos adolescentes. Os adolescentes fizeram referências positivas aos técnicos (sobretudo da Instituição A) e aos monitores que, em sua opinião, possuem uma postura diferenciada e interesse real em auxiliá-los a mudar de vida.

Há claro processo de identificação dos jovens com os profissionais, que chegam a ocupar lugares de referência no universo relacional dos adolescentes.

Um dos exemplos remete à fala de um jovem cujo comportamento varia positivamente se o plantão da monitoria contar com a presença dos adultos que o aconselham e se interessam pelo seu bem estar. A estes, o jovem diz não ter intenção de prejudicar, além de acatar suas orientações. O tratamento dos técnicos e dos monitores valorizados pelos adolescentes é descrito como respeitoso, marcado pela valorização do potencial/condição humana dos jovens, pela disposição de atendimento de suas necessidades e pela função transferencial que tais adultos desempenham na vida dos jovens, promovendo ‘alívio da ansiedade’ pelo oferecimento da escuta institucional, incentivo, estímulo e valorização dos talentos. Os diálogos com adultos de referência dentro das unidades foram apontados como atividade de grande potencial na construção destes vínculos.

Faz [diferença] porque eu gosto muito de conversar [com os técnicos e monitores]. [...] Quando a pessoa tá muito sozinha e não tem ninguém pra conversar, pelo menos a pessoa se distrai, já não pensa mais no que ele queria. Eu já penso assim: conversar pelo menos. Se eu tava com raiva, a minha raiva já passou, se eu tava com ódio, já se passou. A minha memória assim se desenvolveu mais” (Augusto)

Os adolescentes demonstram valorizar as relações estabelecidas na instituição em que há claro investimento feito em relação a eles. O fato de alguns jovens da Instituição B usufruírem da confiança do corpo profissional da unidade e serem convidados a participar de tarefas na instituição (organização e limpeza do espaço, pequenos serviços), é visto como positivo na relação do jovem com a instituição, elevando sentimentos de vínculo.

Registro de adolescente da Instituição A revela o sentimento de proteção e valorização que o corpo técnico proporcionava, zelando pela segurança e integridade física dos jovens em condição de internação. A postura cuidadora e a valorização dos jovens demonstrada pelos adultos da instituição parece ser o que os adolescentes identificam como positivo para o estabelecimento de bons vínculos afetivos.

Contudo, é necessário estabelecer diferenças no que diz respeito às referências citadas entre jovens da Instituição A e da Instituição B: o relacionamento positivo com os técnicos foi mais destacado na Instituição, enquanto que na instituição B tal relacionamento não se mostrou negativo, e sim mais distanciado. De modo inverso, o contato com monitoria foi mencionado como sendo mais positivo na instituição B. O que cabe observar é que, independente da função do adulto na instituição – monitor ou técnico – ou de pertencer à instituição A ou B, os aspectos que favoreceram o estabelecimento de vínculos afetivos favoráveis e protetivos aos jovens foram os mesmos: disponibilidade, interesse em orientar e atender às necessidades e valorização dos adolescentes.

Outros adultos na instituição foram mencionados também em desempenho de função afetivo-relacional semelhante à atribuída aos monitores e técnicos, como cozinheiros e diretor da unidade. No exemplo abaixo, observa-se a fala de um adolescente que demonstra a importância das orientações recebidas para o desenvolvimento de uma atitude autônoma de decisão por condutas pró-sociais.

O [diretor e os técnicos] conversam que só comigo, aí eu fui me tocando, me davam conselho, aí eu tinha que ouvir. Às vezes me davam conselho assim, eu ficava assim e num tava nem aí. Entrava de um lado e saía do outro. Agora não. Agora eu sou mais pensativo. As pessoas falam assim pra mim, aí eu penso duas vezes antes de fazer as coisas erradas, assim. As coisas boas não, eu faço logo. Com ajuda só que quando eu saí daqui eu quero mudar, não é mudar só porque eu to aqui dentro não. É desde aqui de dentro até lá fora. Saí daqui e mostrar pra minha mãe, que eu não mudei só aqui dentro, como lá fora. Não ser aquele Benício que eu era antes. Com aqueles colegas. Eu já fiz um teste comigo mesmo.

Quando eu fui lá fora passar natal e ano novo, ‘passemos’ quatorze dias, eu bebi, mas usar droga eu não usei não. Os meninos ofereciam lá assim pra mim, mas eu num dei a mínima, beber, fumar... não. Não quero não! [...] Foram doze comigo, [...] chegaram tudo magro, eu num cheguei magro. [O diretor] ficou me olhando assim: “Agora eu boto fé em ti que tu vai mudar mesmo!” Quero mais não! (Benício)

- **Apoio e orientação dos professores das oficinas.** Os professores da escola convencional não foram mencionados pelos adolescentes. Contudo, os professores dos cursos extras, em especial das oficinas de violão e teatro, surgem nas falas dos jovens como importantes no percurso de desenvolvimento ao longo da medida. O

vínculo desenvolvido com os professores permite, tal qual o contato com os monitores e técnicos, ainda que em menor escala, a troca de experiências através de diálogos, orientação para a vida, além do ensino específico da atividade em questão. A valorização, apoio e incentivo que os jovens dizem também receber destes profissionais é destacadas como positiva.

Vale ressaltar que estes profissionais não possuem vínculo com a instituição. A grande maioria presta serviço junto a estas através de convênio com uma ONG que, segundo dados obtidos durante o período de observação e permanência nas unidades, indica e encaminha professores possuidores de perfil adequado ao trabalho junto com jovens em situação de risco social. O fato das aulas também possuírem número não elevado de alunos também favorece o estreitamento e qualidade do vínculo entre professor e aluno.

De modo geral, os contatos com os adultos na instituição são vistos como positivos e protetores quando estes constituem modelos de referência aos adolescentes. O adolescente Benício é apontado pela instituição e reconhecido pelos demais adolescentes pelo excelente desempenho na oficina de teatro, a qual tomou outra configuração após o grupo haver obtido primeira colocação em um Festival de Artes Cênicas na cidade, representando todas as escolas da Zona Norte. Referindo-se à importância do vínculo estabelecido com o professor de teatro, o jovem proferiu frases como “*vê se alguém lá fora me dava atenção*” e “*Ele acreditou em mim. [...] Tô provando pra ele*”.

- **Fortalecimento e melhora da qualidade dos vínculos afetivos com familiares** durante o período do cumprimento da visita foi mencionado por jovens como um aspecto positivo e importante na construção de uma trajetória não vinculada à prática infracional. A visita dos familiares na instituição, atendimentos técnicos reunindo adolescente e seus familiares (mães, cuidadores, irmãos) e contatos telefônicos foram destacados pelos jovens. Referindo-se à importância da presença dos familiares na instituição, um dos jovens emociona-se ao relatar:

Tem alguém que gosta de mim ainda, que vem aqui me dar uma força, me ajudaram demais nesse tempo que eu fiquei aqui, na hora mais difícil. [...] minha vó é a primeira que chega. [...] eu me arrumo todinho, todo cheirosinho pra visita que vem. Chego lá ta minha mãe e minha vó. Nunca faltaram graças a Deus. (Augusto)

A observação de campo feita pela pesquisadora corroborou a fala de alguns jovens da instituição A, acerca da importância do atendimento familiar com técnicos no fortalecimento dos vínculos entre o adolescente e seus responsáveis. Esta dinâmica institucional favorece mais aproximação, envolvimento e capacitação dos pais/familiares.

Mais citado por jovens da instituição A e corroborado pelo registro das observações efetuadas, o atendimento e suporte familiar realizado pelos técnicos desta unidade, favorecem mais à aproximação dos pais/familiares com o adolescente, bem como a capacitação destes para exercerem função cuidadora. O trabalho técnico é, neste sentido, mais eficiente nesta unidade. Na Instituição B, o que favorece maior envolvimento dos familiares com os adolescentes é a participação destes junto aos adolescentes nas atividades como cursos e oficinas que ocorrem na unidade.

Os vínculos com familiares são mencionados na fala dos jovens como fortalecidos a partir de favorecimento do contexto socioeducativo, que além de contribuir para melhor qualidade na relação, gera nos jovens a percepção de que recebem maior apoio e orientação familiar, sobretudo da figura materna, a partir do período de cumprimento da medida.

O resgate e fortalecimento de vínculos com a figura paterna foi mencionado como experiência significativa no contexto socioeducativo, favorecido pela atuação dos técnicos que se empenharam em localizar e convidar o pai do adolescente a participar do processo da medida. Como observado no perfil dos jovens em situação de internação, a figura paterna não se faz muito presente na vida dos mesmos, tendo estes maior convívio com suas mães. Ainda que um jovem tenha mencionado o fato de que o pai não demonstrara anteriormente interesse por ele, atribuiu conotação positiva a isso quando retomado o contato através dos técnicos da instituição, acreditando ser a retomada de contato com a figura paterna um ponto de apoio futuro, após a saída da instituição.

- **Contato com namorada** ou a manutenção de vínculo afetivo neste formato foi mencionado como um fator positivo por um dos jovens, sugerindo constituir proteção por favorecer vínculos externos significativos, não relacionados com o mundo infracional e passíveis de auxiliar na consolidação de um projeto de vida a curto prazo – a saída da instituição – como estímulo à desvinculação com o crime. O jovem em questão mencionou o efeito positivo que possui manter correspondência através de cartas com sua namorada, a qual espera encontrar quando cumprir integralmente sua medida.
- **Novos modos de relacionamento baseado no respeito às normas:** alguns adolescentes mencionaram que o contexto socioeducativo favorece o aprendizado de novos modos de convivência grupal. Ângelo, um dos adolescentes entrevistados, afirmou que seu modo de respeitar as pessoas o estava fazendo melhorar. Os adolescentes identificam espaços para construção de relações dialógicas entre pares e adultos, a exemplo da reunião que fazem com monitores, sendo avaliado por eles, além dos próprios adolescentes disporem da possibilidade de efetuar registro no livro de ocorrência diário, expressando qualquer situação que acredite merecer nota institucional. Tal exercício favorece uma experiência de respeito mútuo significativa para o convívio social do jovem em contextos além da instituição.
- **Estabelecimento de vínculos positivos com outros adolescentes** ainda que mencionado com pouca profundidade, foi visto como favorável à desvinculação com o ato infracional. A observação feita pelo jovem que apresentou esta experiência positiva no contexto socioeducativo sugere que as parcerias que incentivam às mudanças positivas entre adolescentes são aquelas entre meninos dispostos a empreender novos rumos.

Agora nossa conversa é só sobre festas, sobre mulher, só sobre isso mesmo, antes não, nós só conversava sobre assalto, sobre morte, homicídio, as coisas que acontecem dentro de uma cadeia [...] Mudou o tipo de conversa que nós 'tinha'. (Antônio)

6.1.3. Fatores de proteção do nível sócio-estrutural existentes no contexto socioeducativo, na fala dos adolescentes.

Observou as seguintes subcategorias, segundo as falas dos jovens:

- **Prática de esportes** foi mencionada como um aspecto da dimensão individual, especialmente relacionada ao gosto pessoal e sentido lúdico atribuído às atividades esportivas realizadas na proposta socioeducativa. Está associada a retomada a uma condição de saúde mais saudável, em especial pelo estado precário que grande maioria dizia encontrar-se em função da dependência química. Percebiam as atividades esportivas como um fator gratificante com potencial de desviar o pensamento e propósitos das atividades infracionais.
- **Oficinas e cursos** realizados no contexto socioeducativo constituem às vezes o único acesso que os jovens possuem para o aprendizado de ofícios, descoberta e desenvolvimento de potencialidades, tal como expressa um dos entrevistados: *“vim fazer informática melhor aqui. Tive que ir preso pra fazer um curso desse”*. (Ângelo) A Instituição B oferece maior diversidade de cursos e oficinas, ainda que esta possua menor número de adolescentes internados.

Foram destacadas as seguintes atividades como sendo as mais relevantes, segundo os jovens: curso de violão; teclado; informática; panificação; teatro; dança; auxiliar administrativo; auxiliar de lanchonete; panificação; *pizzaiolo*; serigrafia; artes plásticas e vime. Tais atividades são vistas pelos jovens como úteis para impulsionar a construção de projeto de vida não vinculado ao crime. Os adolescentes falam com mais interesse das atividades com as quais mais se identificam, dizendo participar das restantes apenas como forma de ocupação do tempo. Este aspecto sugere que a simples oferta de cursos não constitui um fator protetivo significativo para incidir em mudanças na vida do adolescente, mas que escolher quais cursos são mais significativos aos jovens é aspecto fundamental para estimular resultados positivos. Envolvido na proposta, o adolescente relata ter melhor desempenho, devido ao aspecto motivacional, auxiliando de modo mais consistente na organização de etapas do projeto de futuro.

- **Atuação dos técnicos.** Este aspecto foi destacado principalmente pelos entrevistados da Instituição A, onde observou-se, de fato grande integração dos profissionais da pedagogia, serviço social e psicologia na dinâmica cotidiana da unidade. Vistos como sendo todos de “sangue bom”, os técnicos são mencionados positivamente pelos jovens devido ao comprometimento com o bem-estar dos mesmos, através do trabalho atencioso. De um modo geral referem-se aos atendimentos realizados pela equipe técnica indistintamente, mencionando os “conselhos” e “conversas” que estes mantêm com os jovens, que resultam, segundo estes, em reflexões valiosas para redefinir posturas, orientando um novo projeto de vida.

Perguntados sobre o que acontece no contexto da instituição que, segundo eles, os auxiliaria a interromper a trajetória infracional, alguns jovens destacaram a ação dos técnicos do seguinte modo:

Tem os técnicos, esse pessoal que já ajuda, que chama o cara pra conversar, chama o cara pra dialogar, ver o que o cara quer pra sua vida, e tal. A pessoa abre, a sua vida pra ele, e tal. (Augusto)

Acho que foi a orientação aí que a gente andou pegando, escutando orientação, as palestras, tudo fica um pouquinho gravado na mente. [...] Guarda um pouquinho na mente, conversa, conselho, aí vai pensando. (Antônio)

Distinção em especial foi feita ao atendimento psicológico na fala de vários adolescentes da Instituição A, mencionando a atuação do profissional que atuava diretamente com eles como importante propiciador de mudanças em suas vidas. Os atendimentos psicoterápicos foram descritos como possibilitando uma nova percepção de si, melhor enfrentamento da realidade institucional, resgate da auto-estima, e mudanças no modo de relacionar-se com os demais.

[o que me ajuda a mudar aqui] pra mim é mais a pintura às vezes, e assim, o atendimento do [psicólogo]. (Antônio).

Na instituição A também foi mencionado um outro trabalho técnico, realizado por um profissional da psicologia que realizou um trabalho pontual em

todas os centros socioeducativos de internação e semi-liberdade na cidade de Manaus, visando informar os adolescentes sobre o uso e efeito das drogas, através de grupos de reflexão. O trabalho, realizado com apresentação de vídeos, debates, computador, dinâmicas de grupo e contratos, incluindo compromisso de participação dos jovens aos encontros propostos, atribuiu pontuação e premiação aos mesmos, produziu efeitos positivos a nível de informação e sensibilização sobre o tema, segundo jovens usuários que responderam às entrevistas. Também referindo-se às atividades existentes na unidade que favoreceram as mudanças pessoais percebidas em si próprio, o mesmo adolescente acrescentou:

Foi muita palestra porque eu tava tendo aqui um.. Nós tinha um grupo dia de segunda-feira, só que não vou poder mais participar não, que a ..ela sempre trazia vídeo com o que a droga faz na mente, faz no corpo, aí ela dava palestra também como sair da droga, aí de vinha na minha mente aí eu falei "pô", aí eu pude perceber que a droga não servia mesmo pra mim e pra ninguém(...) aí veio essa idéia pra mim de parar.
(Antônio)

Outra referência específica ao atendimento técnico como sendo protetivo diz respeito à função mediadora do Serviço Social, firmando contato com os familiares, no sentido de comunicar as necessidades dos jovens, de modo que a família possa participar no suprimento das demandas sinalizadas pelos mesmos.

Não foi demonstrada grande ênfase à atuação dos técnicos da Instituição B, ainda que mencionada pelos entrevistados. A importância atribuída às conversas e orientações dadas remetia mais à atuação dos monitores que dos técnicos desta unidade. As observações realizadas em ambas as unidades permite inferir sobre tal aspecto, no sentido que, na Instituição A, os adolescentes permanecem por período mais extenso nos alojamentos, em reclusão, sendo, inclusive, o número de cursos e oficinas reduzido, em comparação com a outra unidade. O contato com os técnicos é extremamente valorizado, bem como os recursos que estes utilizam no sentido de minimizar o efeito da reclusão, estando mais diretamente em contato com os jovens, inclusive realizando atendimentos junto aos mesmos nos próprios alojamentos, acompanhando as atividades das oficinas e cursos, etc.

Na Instituição B, ao contrário, os adolescentes permanecem períodos muito mais longos em espaços abertos da unidade, circulando pela área do centro, na sala de televisão, quadra, bancos ou salas de aula onde ocorrem maior número de atividades que na outra unidade. Verificou-se que o contato pessoal maior dos entrevistados desta unidade é com os monitores e professores dos diversos cursos. Os técnicos desta unidade, com exceção do profissional do serviço social, possuem atuação mais restrita ao espaço de suas salas, estando visivelmente menos integrados à dinâmica cotidiana dos jovens, se comparado com os técnicos da Instituição A. Estes fatores possivelmente contribuíram para as poucas referências ao trabalho dos técnicos pelos jovens da unidade B.

- **Clima institucional tranquilo** apontado, sobretudo, pelos adolescentes da Instituição B, favorece a conversa entre os pares, monitores e outros adultos que freqüentam ou atuam na unidade. De acordo com alguns entrevistados, há momentos em que esquecem estar privados de liberdade, sobretudo quando há boa vontade dos monitores em ajudar. Na Instituição A, observação semelhante foi feita atribuindo um clima institucional positivo quando a atuação da monitoria é comprometida com o bem estar dos meninos. Exemplificaram a situação dizendo contarem com os monitores para chamar os técnicos diante das necessidades de atendimento que surgem.
- **Rotina institucional organizada.** Este item foi mencionado por alguns entrevistados como sendo positivo no sentido de apresentar um modo diferenciado de organizar a vida. Relatam o cotidiano institucional com seus horários, agenda semanal, divisão das turmas para cursar as oficinas, hora do lazer, higiene, alimentação e atendimento com os técnicos de forma satisfatória, questionando, inclusive a impossibilidade de tal rotina ser cumprida adequadamente.

O sentido de organização foi observado não apenas na fala dos jovens, tal qual exemplificado no relato abaixo, mas na própria apresentação dos mesmos quer em sala de aula, quer nos atendimentos com os técnicos ou momento de realização das entrevistas, quer nas visitas efetuadas aos mesmos em seus alojamentos.

Agora nós estamos assim: [...] hoje nós 'limpemos' nossas celas bacana, e tal. A minha cela é todo tempo limpinha aqui. A coisa arrumadinha, e tal, xampu, creme essas coisas. (Augusto)

- **Cumprimento de regras** é destacado na fala dos jovens como um fator protetivo, organizador interno e das relações interpessoais na instituição. O regulamento da “casa” funciona tanto para garantir direitos quanto para cobrar deveres dos jovens, em especial referente à questão disciplinar. Ainda que questionem algumas medidas disciplinares tomadas como a retirada do aparelho de televisão do corredor dos blocos de alojamento devido ao número de indisciplinas registradas em períodos anteriores, incluindo brigas entre jovens, tentativas de fuga e rebeliões, mencionam que as regras são necessárias e orientam a agir de modo mais positivo.

Algumas outras regras disciplinares estabelecem a participação dos jovens em atividades extra-muros, como competições, apresentações, visitas a instituições e festas abertas à comunidade, realizadas no próprio centro socioeducativo. Adolescentes de ambas as unidades mencionaram ter sido privados de tomar parte em festividades e atividades externas devido ao não cumprimento das regras, demonstrando reflexão sobre o fato e atribuindo papel educativo às sanções impostas.

De modo semelhante, algumas concessões são oferecidas aos adolescentes como premiação por conduta elogiada no contexto institucional. Alguns jovens da Instituição A realizaram viagem à Brasília por ocasião da comemoração da SEMANECA no ano de 2005, atribuindo valor positivo ao fato. Na unidade B há um acordo entre a direção e os jovens, que permite aos que apresentam condutas mais adequadas segundo avaliação dos monitores e técnicos, serem convidados para desempenhar tarefas na unidade, ficando o período matutino e vespertino fora do alojamento como ‘ajudantes’. Tal nomeação é vista como privilégio e status pelos adolescentes. Um dos jovens mencionou já ter realizado pequenos serviços fora da instituição, a pedido dos adultos responsáveis, expressando grande satisfação pelo grau de confiança depositado nele. Tal informação não foi, contudo, confirmada por nenhum profissional no contexto.

A ocupação dos alojamentos em melhores condições físicas também é uma das regras extra-oficiais as quais os jovens mencionam como sendo impulsionadora de mudanças positivas. Observou-se na fala de alguns deles a clara noção de que alojamentos adequados constituem direito inalienável, independente da conduta individual. Outros, contudo, consideram esta uma regra que possibilita aquisição de melhoria nas condições de permanência, articulada ao aspecto disciplinar.

Alguns mencionaram a reclusão e a própria medida em si como positiva, no sentido de conter-lhes impulsos e impedir novos atos infracionais. A medida de internação também foi referida como proteção à vida daqueles que estavam ameaçados devido o envolvimento com o tráfico, rixas com grupos rivais ou pela comoção social pelo ato infracional cometido. As regras que impõem transferência de unidades são vistas como sanções eficazes para conter condutas inadequadas internamente.

Outra regra institucional vista como protetiva é a proibição do uso de drogas durante a permanência na unidade. Alguns jovens reincidentes expressaram a dificuldade de manterem-se ‘limpos’ quando encaminhados à unidade de semi-liberdade, com acesso mais livre à comunidade e às drogas.

- **Atividades culturais e esportivas abertas à comunidade** são realizadas dentro das unidades ou em outras dependências do Sistema Socioeducativo na cidade de Manaus, nas quais os adolescentes tem participação ativa. Estas atividades, assistidas diversas vezes durante o período de observação e coleta de dados, mobilizam de forma significativa os adolescentes. Estes integram-se em grupos e participam, em maior ou menor grau segundo a unidade, discutindo as idéias, sistematizando as propostas juntamente com os técnicos e professores, preparando material, ensaiando as apresentações artístico-culturais ou treinando para eventos esportivos.

Uma das atividades presenciadas que produziu grande impacto para os jovens, sobretudo da Instituição A, foi a “Vitrine cultural”, que envolveu todos os

profissionais que atuavam na instituição - professores da escola regular, professores das oficinas, técnicos, monitores, demais servidores - e os adolescentes que não se encontravam em contenção. As atividades da “Vitrine” congregavam conteúdos da educação formal com temas regionais, amostras das atividades das oficinas de artes relacionadas com os temas geradores. Tal experiência era mencionada com significativo entusiasmo pelos adolescentes entrevistados, destacando a gratificação pelo reconhecimento do trabalho e apoio recebido pelos profissionais. Contudo, os jovens da Instituição B não atribuíram semelhante importância a este evento específico. Referiram-se, todavia, às apresentações do Grupo de Teatro formado a partir da oficina como sendo de grande importância por permitir à comunidade conhecer o potencial e talento dos mesmos para realizar coisas positivas.

- **Direito à saúde.** Alguns adolescentes relataram terem sido atendidos diretamente na instituição ou encaminhados a outros espaços para atendimento de suas demandas de saúde. Em ambas as unidades há a presença diária de uma enfermeira, que administra a medicação prescrita pelos médicos e realiza atendimentos dentro de sua competência. Os demais atendimentos – saúde bucal, serviços ambulatoriais, exames em geral, consultas psiquiátricas – são viabilizados pelo corpo técnico, o qual programa a saída dos jovens da instituição para receberem o atendimento devido.
- **Atividades ocupacionais** são favorecidas nas instituições sob forma de artesanatos passíveis de serem realizados nos alojamentos (trabalhos manuais) e lazer coletivo (esporte). O origami e trabalho com miçangas é estimulado pelo corpo técnico que busca meio de obtenção do material necessário, visto pelos adolescentes como um modo positivo de ‘ocupar a mente’ e o tempo, distraindo e ajudando no cumprimento do tempo da medida de modo menos negativo. O futebol é destacado como atividade esportiva e de lazer que mais agrada e ajuda a passar o tempo. Contudo, alguns entrevistados que disseram não ter afinidade com este esporte, dizem participar apenas como forma de não ficarem confinados.
- **Retorno à educação formal** foi apontado por poucos como um fator de proteção. Ainda que tenha sido alvo de críticas devido ao modelo adotado – turmas com

alunos cumprindo diferentes programas, metodologia desinteressante e dificuldade de acompanhar matéria - alguns adolescentes disseram ter retomado interesse pelos estudos e estarem apresentando bom desempenho, o que, segundo estes, possibilitaria melhores condições para seguir outros rumos após a saída da instituição.

- **Apoio ao egresso** foi citado por um entrevistado que já havia recebido autorização judicial para sair da unidade de internação. Este adolescente, cujo último momento da entrevista se deu momentos antes de sua saída, mencionou a importância da continuidade do vínculo que a instituição estava assegurando ao mesmo, como forma de proteção. O medo de enfrentar a realidade após a saída do centro socioeducativo era minimizado, na fala do jovem, pela garantia de que este continuaria a frequentar as oficinas e cursos os quais estava matriculado, mesmo após sua saída. Este mencionou também que os profissionais prontificaram-se a atendê-lo em momentos futuros que viesse a buscar apoio na instituição.

Ainda que esta situação específica tenha sido relatada, alguns entrevistados da Instituição A expressaram sentir falta de um apoio efetivo após a saída da instituição, atribuindo grande potencial de proteção contra a continuidade na trajetória infracional ao acompanhamento de egressos.

Ao escutar os jovens de um modo geral, observou-se que muitas falas remetiam às dificuldades vivenciadas no contexto socioeducativo e as críticas pertinentes realizadas ao sistema. Todavia, ampliando a escuta e focando a entrevista nos fatores protetivos do contexto, observou-se que ações são percebidas neste sentido, sobretudo no que diz respeito à valorização, orientação e cuidado dispensados a estes. Ainda que aparentemente chegando em momento tardio - na condição de privação de liberdade - estes aspectos são percebidos positivamente, ainda que insuficientes para suprir o déficit no processo de desenvolvimento, na socialização e construção de regras e valores pró-sociais.

É a seguinte a hipótese-síntese gerada a partir das falas obtidas de todos os jovens:

O potencial de proteção contra o envolvimento com ato infracional ao adolescente no contexto socioeducativo de internação depende de:

- *Vínculos afetivos positivos (com familiares, pares não envolvidos com crime, em especial com os adultos da instituição com os quais se possa estabelecer relação de confiança mútua) e convivência com adultos cuidadores que orientem ao aprendizado de regras pró-sociais. Favorecem a um sentimento de valorização, adoção de medidas de autocuidado, autodeterminação e discernimento na realização de escolhas adequadas e construção de um projeto de vida não relacionado à vida infracional.*
- *Ações no contexto socioeducativo que oportunizam a construção do projeto são: psicoterapia, conselhos, informações, desenvolvimento de habilidades através de cursos e oficinas, acesso a serviços fundamentais (saúde e educação), rotina organizada e normas. Estes aspectos, somados ao apoio ao jovem através de um programa de egressos, constituem fatores potencialmente protetivos do contexto socioeducativo de internação contra a continuidade de envolvimento com ato infracional.*

6.2 Pensando a Proteção contra o ato infracional ao adolescente em cumprimento de medida de internação. Visões dos técnicos e monitores

Alguns aspectos específicos foram introduzidos no roteiro da entrevista dos técnicos e monitores, visando obter informações acerca de sua experiência profissional e identificação com a atividade que desempenham nas unidades. A formação dos quadros profissionais é sobremaneira importante e poderia, por si só, constituir um fator positivo na promoção de proteção aos mesmos, ou contribuir negativamente, em caso de inadequação.

Observou-se que os profissionais que reuniam maior tempo de experiência junto a adolescentes envolvidos com ato infracional, de um modo geral e também na própria unidade onde foram entrevistados, eram os **monitores**. Estes também traziam em sua fala maior envolvimento com o cotidiano institucional, relatos de maior envolvimento afetivo com a própria unidade pesquisada e com os jovens, além de reunirem maior quantidade

de exemplos acompanhados ao longo da atividade profissional. Observou-se também que a rotatividade no quadro da monitoria é menor que no quadro dos técnicos.

A importância do monitor no processo socioeducativo foi classificada pelos mesmos como de grande relevância, em especial por serem os adultos que convivem maior tempo e em maior proximidade com os jovens. As atribuições da função concentram-se em promover segurança a todos na área interna da unidade e participar ativamente na organização da rotina diária dos jovens, atendendo suas necessidades, conduzindo-os e acompanhando-os em todas as atividades previstas (aulas, higiene, refeição, lazer, atendimentos, etc.). É também responsabilidade dos monitores efetuarem registro acerca de todas as situações ocorridas na unidade, bem como realizar uma avaliação dos internos, a qual é encaminhada ao corpo técnico e à direção. O regime dos mesmos é organizado em plantões de vinte e quatro horas, alternados com folgas de setenta e duas horas.

Os **técnicos** por sua vez, possuíam em sua maioria, menor tempo de experiência junto a jovens em risco social, à exceção de dois técnicos da Instituição A e um técnico da Instituição B. Os demais possuem experiências em torno de um ano e meio no setor, passando por outros tipos de aplicação de medida socioeducativa, como Liberdade Assistida e Semi-liberdade. No que se refere ao tempo nas duas unidades, a maioria não tinha sequer experiência de um ano completo na casa. Os relatos destes, não raro, relacionavam experiências com jovens em situação de risco em outros contextos e refletiam, algumas vezes, menor conhecimento de suas atribuições técnicas no processo socioeducativo. Quando perguntados acerca da importância de sua função no processo como um todo, as respostas tendiam a ser menos precisas que aquelas apresentadas pelos monitores.

Um destaque no sentido inverso pode ser conferido às profissionais do Serviço Social, cujas atividades foram assinaladas de modo bastante objetivo, na verificação das necessidades pessoais dos adolescentes, contato/localização dos familiares, organização da documentação geral dos internos e dos prontuários, contato com programas/projetos sociais para inserção dos jovens, acompanhamento dos mesmos aos atendimentos fora das unidades, contatos com o juizado, visitas domiciliares, entre outras situações.

Os técnicos da área psicológica situaram seu fazer no âmbito direto de atendimento aos jovens, sob forma de psicoterapia individual ou em grupo. Na área pedagógica verificou-se maior lacuna na própria compreensão e dimensão de seu papel no processo. Destacam como tarefa de maior importância a distribuição dos jovens entre as diferentes atividades desenvolvidas na instituição e viabilizar cursos, oficinas, atividades complementares para os mesmos.

Dados obtidos durante o período de observação e as falas coletadas revelam uma rotatividade entre estes profissionais no próprio sistema socioeducativo, quer como proposta de administração do Departamento, quer devido à opção do profissional de desvincular-se da atividade. A exemplo disto, observou-se que nenhum dos profissionais permaneceu nas unidades pesquisadas durante o período integral em que a coleta foi feita – de 2005 a 2006. A jornada de trabalho dos técnicos nas unidades é de oito horas diárias, com folga nos finais de semana. Contudo, há uma escala de plantões na unidade A, onde os profissionais assumem a direção da casa em finais de semana e nos dias de visita, reunindo, com isso, uma compreensão ainda mais abrangente da realidade institucional.

Seguindo a lógica de agregar as falas por semelhança e não por diferenças, os fatores que constituem as subcategorias classificados a partir das três categorias principais de proteção, foram aqui novamente agrupados, não havendo, a princípio, distinção entre falas de técnicos e monitores ou profissionais das Instituições A e B. Uma observação geral pode ser feita no que diz respeito à ênfase e maior detalhamento contido nas falas dos técnicos da Instituição A, demonstrando maior propriedade reflexiva no que diz respeito às ações socioeducativas, se comparados aos técnicos da Instituição B. Os monitores de ambas as unidades, por sua vez, assemelharam-se em termos de conteúdo e ênfase em suas falas. No caso de algum aspecto específico evidenciar diferença significativa atribuída à categoria ou vinculação institucional do sujeito, tal destaque será apresentado ao longo dos resultados.

Apresenta-se, a seguir, quais os fatores importantes salientados pelos profissionais entrevistados acerca do potencial para proteção do adolescente contra envolvimento com ato infracional no contexto socioeducativo.

6.2.1 Proteção na dimensão individual contra o envolvimento com ato infracional no contexto da medida socioeducativa de internação, sob a perspectiva dos monitores/técnicos

Foi mencionado um conjunto expressivo de fatores potencialmente capazes de proteger os jovens face à possibilidade de prosseguimento na trajetória infracional.

- **Desenvolvimento de recursos internos/maturidade emocional.** Mudanças como controle dos impulsos, da agressividade, dos temas das conversas, valorização da liberdade, autoconhecimento e mesmo modificações na postura corporal e no modo de falar foram identificadas pelos profissionais como resultantes de processos internos, favorecidos ao longo do período de permanência na instituição.
- **Auto-conceito** dos adolescentes pode ser favorecido, segundo os profissionais ouvidos. Segundo estes, os jovens com histórico de melhora nas instituições puderam desenvolver, a partir do auto-conhecimento e valorização de si próprios, uma auto-estima mais elevada, reconhecendo sua condição de humanidade, cidadania e potencialidade para realização de feitos positivamente valorados.
- **Autonomia** também foi referida pelos profissionais como a possibilidade do adolescente autodeterminar-se ante as escolhas que deve realizar. A força de vontade, o livre arbítrio e o desejo de vencer foram apontados como aspectos necessários à mudança do jovem.

Quando ele começa a perceber isso, as coisas ficam melhores. Tem adolescente que [...] eu nem imaginava [...] trazer ele pra informática. Não porque ele não quisesse. [...] Um adolescente que sempre foi um perigo para a monitoria, um perigo para o educador, porque ele era sempre alguém que tava sinalizando alguma coisa no sentido: “se eu tiver a oportunidade eu vou fugir, se eu tiver a oportunidade, eu vou pegar, se eu tiver oportunidade eu vou fazer uma ‘onda’”. Então era aquele adolescente que sempre se ficava com um pé atrás. Nunca ele pode, nunca ele vai poder ser aquele. [...] De repente hoje eu vejo ele na informática e por algo que não foi eu que quis, não foi eu que trouxe ele pro que é. (P3)

O ensino de regras, os novos relacionamentos estabelecidos na instituição funcionariam como meios de prover os jovens de recursos necessários ao desenvolvimento da autonomia.

A vontade de querer mudar depende muito deles [jovens]. Pra ter mudança em nossa vida nós temos que querer, nós temos que procurar fazer, se eu não quero mais aquilo eu vou me afastar, eu não preciso fazer aquilo, eu preciso deixar de falar com as pessoas, a vontade de querer mudar ajuda muito. [...] A gente vê que aquele que quer mudar ele muda, sinto até orgulho quando a gente se encontra por aí trabalhando, que tem família, mulher, é tão bonito ver aquela mudança que ele fez com ele, reconhecem a nossa ajuda, que a vida não era aquela que ele levava, mas que é essa que ele está levando agora. (P6)

- **Descoberta e desenvolvimento de habilidades** durante o período de cumprimento da medida colabora para a construção de um autoconceito mais positivo e da construção de um projeto de vida baseado nas características pessoais as quais sabe possuir.
- **Elaboração de um projeto de vida** é considerado um fator da dimensão individual que resulta de outros fatores, individuais e das demais dimensões. O conhecimento que o jovem possui de si mesmo, o apoio recebido em forma de orientação, afeto e cuidados, um autoconceito positivo integram-se, favorecendo ao jovem estabelecimento de objetivos, metas. A capacidade de ‘sonhar’, acreditar ou ter esperança em um futuro diferente em que não esteja envolvido com atos infracionais é um dos propósitos institucionais mencionados como alcançados nos exemplos de adolescentes bem sucedidos na ruptura com a trajetória infracional.

Nesse processo de desenvolvimento, de perspectiva, de projeto de vida, de sonhos, de emoções diferentes, de situações que eles muitas vezes nem se sentiam capazes de fazer, eles mesmos diziam: “Puxa, [...] nós fizemos aquilo que é tão bacana!” Quer dizer, [o adolescente] se dá aquele ‘ clic’ de dizer: “Puxa vida! Eu sou capaz então de...” como posso dizer? De acreditar neles mesmos, entendeu? (P9)

- **Não-uso de drogas.** A abstinência química obrigatória na instituição protegeria o jovem contra a continuidade na vida infracional por possibilitar aos mesmos condições cognitivas de retorno à escola, melhor saúde física e desempenho em geral.

- **Adoção de medidas de autocuidado** é identificada como fator desenvolvido pelos jovens ao longo do cumprimento da medida, vindo a favorecer a não reincidência em atos infracionais pela valorização da vida e da liberdade. Os profissionais, tal qual os jovens, relacionaram as medidas de autocuidado à autoestima mais elevada e à existência de um projeto de vida. Segundo os profissionais, ao desejarem e acreditarem serem capazes de seguir novos rumos, os jovens passam a cuidar-se mais, evitando, assim, situações de risco pessoal.

6.2.2. Fatores de proteção do nível afetivo-relacional existentes no contexto socioeducativo, na fala dos monitores/técnicos

Os monitores e técnicos identificaram como fatores protetivos no contexto socioeducativo os seguintes aspectos:

- **Vínculos afetivos positivos com adultos de referência na instituição.** Mencionado como fator de grande potencial protetivo a adolescentes visando sua desvinculação com atos infracionais. Monitores, técnicos, professores, diretor da unidade e demais adultos foram apontados como responsáveis pelo processo socioeducativo, que inclui o ensino de valores positivos e dispensação de cuidados aos jovens. Para tal, os profissionais dizem ser necessário estabelecer laços afetivos gratificantes, que permitam ao jovem identificar estes adultos como referências positivas no seu desenvolvimento.

Permitir um vínculo transferencial por parte do adolescente para com os profissionais é visto como positivo no processo de identificação, como exemplificado no trecho a seguir:

O monitor aqui dentro é o pai, é a mãe, é o companheiro, é o irmão, o amigo.[...] Após esses cinco itens, ele passa a ser um inimigo. [...] Aí ele passa a atingir o monitor com palavras. [...]eu já tenho conversado com nossos monitores aqui e dizendo pra eles que só é um momento de desabafo, problemas que [os meninos] sentiam lá fora, antes de vir pra cá. (P1)

Outra forma de vínculo transferencial visto como favorável no estabelecimento de bons vínculos com os adolescentes é a identificação que os

mesmos fazem com a figura paterna, sendo atendidos em suas demandas afetivas e de orientação pela figura dos monitores. Interessante observar que o vínculo afetivo é mútuo, tal qual citado:

Tem deles que até gostam de estar aqui [...]que querem ser bem tratados,[...] agradam a gente, às vezes chamam de pai. [...] Teve um que [já] morreu que me chamou: "o senhor quer ser meu pai?" Eu respondi: "Quero". Ele disse que toda manhã ia tomar a bênção. Quando ele saiu daqui mataram ele. Eu fiquei até com aquele sentimento de ter perdido um filho. (P6)

A existência de vínculos afetivos positivos, sobretudo entre os adolescentes e monitores, reflete-se também no modo informal e familiar com o qual um dos entrevistados disse conversar com os jovens, em clima de bom humor, mas realizando a função educativa.

Eu sou uma pessoa que trabalho com esses meninos, mas eu dou muito conselho pra esses meninos, quando eu falo alguma coisa, que eu esculhambo, esculhambo em termos de tentar incentivar eles, por exemplo, se ele está de castigo hoje digo "rapaz tu é muito besta, numa idade dessa aqui dentro de uma coisa dessa aqui que não presta, ainda ficar de castigo aqui dentro, está sendo besta, não está entendendo a coisa, um negócio desse aqui pra idade de vocês não é bom. Imagina ficar de castigo aqui dentro? (P6)

Os profissionais destacaram a importância dos vínculos positivos por funcionarem como adultos de referência, cuidadores e modelos para estabelecimento de relações interpessoais com base na confiança mútua, na orientação e na escuta das demandas dos jovens.

- **Novos modos de relacionamento baseado no respeito às normas.** A existência de vínculos afetivos positivos não deve diminuir a função que estes possuem no processo de educar os jovens para novas formas de estabelecer contato através de respeito mútuo e reconhecimento da hierarquia nas relações. Estes novos modos de relacionamento experienciados pelos jovens no contexto socioeducativo auxilia os mesmos ao aprendizado de valores pró-sociais, limites e regras.

Eu também não sou daqueles de demonstrar assim pra eles um coração mole, porque também tem uns que já levam a coisa para um outro lado, não respeitam. Tem caso de menino aqui com monitor que parece assim menino discutindo com o outro. Nem um e nem o outro se respeitam. Nem o monitor impõe a autoridade dele que está aqui para mostrar o dever para o adolescente em termos de lei e se deixa levar pela discussão com um menino desses, se trocando. (P6)

- **Valorização do jovem** em suas habilidades, seu potencial de realização de atividades positivas e socialmente valorizadas, é algo que, segundo os profissionais, é realizado nas instituições, promovendo proteção ao mesmo, um vez que auxilia o suprimento das demandas de reconhecimento em situações não vinculadas ao crime. Um profissional do corpo técnico citou o caso de um adolescente que demonstrou mudanças significativas durante sua permanência na instituição, destacando o papel da valorização das habilidades do mesmo como impulsionador das mudanças.

Ele conseguiu perceber que ele tinha alguma coisa dentro dele. Ele sabia expressar através de uma música. [...]Ele não tem habilidade pra pintar, pra fazer origami mas ele fala muito. Então eu digo: “rapaz, aproveita isso e faz alguma coisa.” [...]Essa valorização que foi feita em cima dele, de que ele pudesse construir alguma coisa. [...] Na última aula a professora disse: “ Eu só quero que suba o Augusto”. Então de repente, quando se viu ali dentro ele disse: “Eu não acredito. Ninguém vem? Só vem eu?” “É. Só vem você, porque você hoje é a pessoa mais importante. Você tá fazendo uma música e [...] precisa de silêncio” . [...] Ele percebeu isso, as pessoas perceberam isso nele.[...] Ele parou de falar um pouco bobagem, de que queria ‘fazer uma onda’, de que queria fugir. Ele começou a transformar isso em arte, em música. Ele tem participado de outras atividades de educação física também que era complicado ele ir. Nunca a gente conseguia mandar um relatório dele porque ele sempre teve fugas na instituição. A gente nunca conseguia mandar porque ele fugia. Então hoje a gente teve o prazer de mandar um relatório dele. (P3)

- **Fortalecimento e melhora dos vínculos afetivos com familiares**, Vários profissionais referiram-se ao período em que o jovem passa pela instituição como importante no resgate, valorização e fortalecimento dos vínculos entre estes e seus familiares ou cuidadores. Segundo os profissionais, tanto o adolescente quanto sua família são sensibilizados para a retomada dos laços afetivos, em geral difíceis anteriormente.

Lembrei agora de um menino que foi menino de rua e que a mãe não quis saber, a madrinha não quis saber, o pai, o padrasto, ninguém quis saber e ele veio parar aqui conosco. Hoje ele já saiu, e durante o período que ele esteve aqui nós conseguimos resgatar uma irmã [dele]. [...] Depois de um trabalho feito, ela se sensibilizou e disse que a partir daquele momento do desligamento do irmão, ela assumiria o irmão, e hoje a gente percebe quando fala com ela ao telefone, o interesse dela em procurar uma escola, o interesse dela em estar dando o apoio e que até agora ta dando certo. (P8)

Uma coisa muito interessante que me veio agora à cabeça é que talvez eles nunca tenham tanta necessidade de querer ver a mãe , o pai,

mesmo afastados, do que quando eles chegam aqui.[...]Eles pedem: “Dá pra ligar pra minha mãe? Minha mãe já sabe que eu to aqui? Minha mãe já sabe que me pegaram? Quero ver minha mãe. Diz pra ela vim aqui. Se ela vier diz pra ela trazer uma bermuda ou diz pra ela vim me ver. Diz pra ela vir me visitar.” [...]Talvez eles não tenham tanto essa vontade de ver a família, talvez [...] eles passam a perceber que naquele momento eles só vão contar com essas pessoas. (P3)

- **Favorecimento da supervisão familiar.** Ainda que os profissionais afirmem assumir funções junto aos adolescentes antes destinadas às famílias, algumas falas apontam para o potencial que a instituição possui de favorecer que estas participem em modo mais ativo na orientação dos mesmos. A integração entre os familiares e a instituição na aplicação da medida socioeducativa é vista como fundamental para o alcance de respostas positivas junto ao jovem. Contudo, reconhece-se que, mesmo sendo possível, a tarefa é difícil.

Nós percebíamos famílias que realmente estavam empenhadas em ajudar o filho. Em contrapartida tinha outras que iam muitas vezes porque a gente praticamente obrigava a participar, mas que quando saía dali, acabou! Então aí tá a grande diferença: da família que acompanha, que quer o resgate, e da outra que não tá ligando muito pra isso. (P8)

Acaba sendo feito um trabalho junto com a família é, uma vez ao mês a gente procura reunir, fazer uma reunião com a família onde a gente trabalha essa família, faz com que essa família veja a importância dela na vida desse adolescente. (P3)

- **Distanciamento do contexto relacionado à infração.** Os profissionais mencionaram, no que se refere aos adolescentes com envolvimento denso com atos infracionais, ser difícil o cumprimento de medidas em meio aberto. O contexto de internação protetivo favorece a ruptura com grupos negativos de influência. Em contrapartida, foi mencionado que há necessidade de atentar para formação de novos grupos com as mesmas características dentro da própria instituição.

6.2.3. Fatores de proteção do nível sócio-estrutural existentes no contexto socioeducativo, na fala dos monitores/técnicos

Foram destacados os seguintes fatores como potenciais promotores de proteção no contexto da internação:

- **Proteção da vida e integridade física do jovem.** A medida socioeducativa e alguns dispositivos restritivos de direitos foram citados como protetivos por assegurar a permanência do jovem na unidade de internação até o término do período estabelecido pelo Juiz, garantindo inclusive a manutenção da vida no caso em que os mesmos encontram-se ameaçados por grupos ou por atos de vingança pela infração cometida. Técnicos da Instituição A evidenciaram maior preocupação com os direitos do adolescente em cumprimento de medida, dizendo haverem feito denuncia de maus-tratos ocorridos na própria instituição, bem como posicionando-se contra as más condições de abrigo oferecidas. Tais medidas possuem potencial protetor, segundo estes, por zelar pelo direito à vida em condições dignas, oportunizando a construção de novas perspectivas.
- **A atuação dos técnicos** foi vista pelos mesmos e pelos monitores como importante fator gerador de mudanças, provendo proteção ao jovem. Tal atuação é desenvolvida de diversas maneiras. Os atendimentos psicossociais remetem ao contato direto entre técnico e adolescente, em atividades específicas como avaliação pedagógica, entrevista social, psicoterapia, visando desenvolvimento de recursos pessoais e auxiliando a enfrentar mais positivamente a própria situação de reclusão. A atuação do psicólogo foi significativamente valorizada em ambos os sentidos.

Acho que a psicóloga tem um papel muito importante, fundamental e necessário nesse sentido de fazer esse resgate [do adolescente]. Não só a psicóloga, como todos os demais que trabalham com eles, fazer com que ele se sinta valorizado, com que ele se sinta importante. (P8)

O atendimento psicossocial é muito importante [por] aliviar a tensão dos meninos. Imagina você ficar quatro, cinco horas ou então dormir numa cama dura, muitas vezes destroem o colchão, longe da sua família, nesse calor intenso, nessa própria ansiedade... (P9)

Outro exemplo de como a atuação dos técnicos resulta em fatores que contribuem positivamente para a construção de um contexto protetivo ao adolescente em cumprimento de medida de internação reflete-se na orientação deste face às normas internas, tanto em sua acolhida, quanto no descumprimento de alguma das regras.

Quando tem alguma situação com adolescente que ele comete [...] alguma coisa que realmente fuja o lado disciplinar, a gente tem um boletim de ocorrência [e] passa trabalhar com ele. Então isso é feito pelos técnicos. Nada é feito sem a gente ouvir os adolescentes. [...] A gente [técnicos] tem essa autonomia de poder ouvir o adolescente, dar um posicionamento pra ele, receber esse adolescente que chega, atender, falar da nossa postura de trabalho, como é feita a nossa filosofia de trabalho. (P3)

- **Autonomia dos técnicos para realização de propostas socioeducativas.** Os técnicos especificamente referiram-se à liberdade que os mesmos usufruem na instituição como um fator que resulta em proteção aos adolescentes por permitir que as atividades mais adequadas às necessidades dos socioeducandos possam ser viabilizadas. Aliada à questão da autonomia dos técnicos, foi mencionada a integração entre os mesmos. Estes aspectos não são contraditórios, uma vez que a autonomia diz respeito à liberdade de propostas segundo o conhecimento especializado e a integração entre estes e os demais profissionais da unidade. Refere-se à composição de equipes multiprofissionais visando o mesmo fim. A proteção identificada neste aspecto diz respeito ao maior alcance e eficácia das ações direcionadas aos jovens durante o período de permanência na instituição.

- **Oficinas e cursos** oferecidos são vistos como parte essencial de um contexto socioeducativo. Segundo os profissionais, a participação dos jovens em programas de formação profissional (panificação, informática, auxiliar administrativo, entre outros), além das oficinas de teor artístico (teatro, violão, artes plásticas, artesanato, dança, teclado) oportunizam reconhecimento e desenvolvimento de habilidades as quais seriam de difícil acesso a eles fora da unidade.

Aqui eles têm tudo o que uma [...] família quer pra criar um menino desse e não tem porque, se você ver aqui é curso de informática, é aula normal, é panificação, é música, é artes, tem uma série de coisas que tem muita gente aí fora que não tem. [...] Agora, geralmente o interesse deles é pouco. [...] Às vezes eu fico incentivando. (P6)

Os meninos que estão aqui dentro hoje, nenhum deles lá fora, teve oportunidade, por exemplo, de fazer um curso de informática. [...] Um curso de informática desses, por exemplo, é caro lá fora. A condição financeira da família, muitas delas não têm pra pagar um curso de informática pra eles. (P8)

A profissionalização – cuja importância foi bastante destacada como capaz de prover proteção no nível sócio-estrutural, segundo os profissionais, em especial os monitores – tem sido desenvolvida mesmo com críticas dos mesmos profissionais, possibilitando algumas opções de trabalho após a saída da instituição.

O curso, de panificação, que eles saem com um aprendizado daqui – ele pode lá fora arrumar um emprego numa panificadora. [...] Desenvolvendo habilidade que ele conseguiu adquirir aqui dentro [...] eu acredito que isso seja muito positivo. (P8)

As atividades artísticas são vistas tanto como visando desenvolvimento de sensibilidades e expressão, quanto sob forma de capacitação para realização profissional. Uma experiência que vem sendo mantida por demonstrar grande potencial de mudanças positivas no desenvolvimento do jovem, é a Oficina de Teatro na Instituição B. Esta atividade é destacada como de grande importância por várias pessoas na unidade, demonstrando ser uma espécie de ‘cartão de visitas’ institucional. A resposta de um dos profissionais acerca do que existe na instituição capaz de auxiliar os adolescentes na redução de sua vulnerabilidade ao cometimento de novos atos infracionais esta respondeu do seguinte modo:

O teatro. [...] Dou o maior apoio [...] Tem despertado muitos talentos aqui dentro. Até me surpreendi agora recentemente eles [...] Tiraram em primeiro lugar no Festival de Teatro da Zona Leste [...] representando [o bairro] inteiro. Talvez [o] próprio [bairro], as próprias escolas não saibam que aqui dentro tem uma escola. [...] Você se pergunta: “Se eles são capazes de fazer coisas tão bem em pouco tempo, e nas condições que nós temos aqui, mínimas, porque não desperta-los? [...] Talento e dons todos nós temos, muitas vezes falta um toque. Quem que vai dar esse toque? [...] Eu acredito que toda essa atividade de suporte social - o teatro, a música, o violão, o teclado, a percussão - que eles tem aqui, mas sobretudo o teatro [...] foi uma revelação, por causa dessa comunicação com eles, dele com ele mesmo, entendeu, o professor é muito bom e faz muito bem essa parte de expressão. E eles viram resultado. (P9)

As atividades oferecidas atualmente, ainda que algumas delas tenham sido destacadas por alguns profissionais, foram mencionadas como insuficientes e não adequadas a uma proposta de formação profissional capaz de

efetivamente proteger os adolescentes de reincidirem nos atos infracionais. Contudo, o potencial de proteção é reconhecido como existente neste aspecto.

- **A inclusão escolar** foi apontada como fator protetivo no contexto socioeducativo com maior ênfase pelos profissionais que pelos jovens. A formação regular é oferecida pela Escola Estadual Josefina de Melo, através de professores que vão às unidades de internação e desenvolvem o programa respectivo de cada grupo de aluno, segundo a série/segmento e modalidade ao qual se encontram. Assim, independente do momento em que o jovem ingressa na instituição ou sai desta, a Escola Josefina de Melo possui modo de funcionamento capaz de absorver tal demanda, incluindo-o novamente na educação formal.

A 'Josefina' [é uma] escola que atende de imediato em qualquer período. Ela foi até criada no sentido de atender porque na realidade é muito complexo: o adolescente tá e não tá [no centro socioeducativo] [...] Então uma escola assim 'normal', não receberia assim [os adolescentes] porque tem um período de matrícula. Então a 'Josefina' traz pra gente essa flexibilidade de atender esses adolescentes. (P3)

O fato de grande parte dos adolescentes possuir histórico de abandono escolar e distorção idade/série, consiste no argumento principal, aliado ao crédito atribuído à educação como veículo de transformação, de perceber tal aspecto como protetivo contra novo envolvimento com atos infracionais.

- **Fortalecimento/capacitação familiar.** Os profissionais de ambas as unidades demonstraram grande preocupação com a capacidade dos pais ou responsáveis engajarem-se ao processo socioeducativo, dando prosseguimento ao mesmo após a saída do adolescente da instituição. Reconhecendo que a proteção contra o envolvimento com ato infracional deve transcender a pessoa do adolescente, são realizadas algumas atividades visando fortalecer a família ao desempenho de sua função cuidadora, educadora e provedora.

Palestras sobre qualidade de vida são dirigidas aos pais dos socioeducandos, que recebem apoio institucional sob forma de orientação.

Atendimentos com os técnicos também visam o mesmo fim. Tais atividades são desenvolvidas predominantemente na Instituição A.

Visando modificação da estrutura sócio-econômica das famílias – desemprego, empregos mal remunerados, pouca qualificação profissional e baixa escolarização – a Instituição B oferece vagas nos cursos e oficinas destinadas aos jovens. A modificação do contexto sócio-estrutural imediato do jovem – a família – dar-se-ia à medida em que esta se encontrasse mais capacitação, alternativas lícitas de sustento.

- **Aprendizado e convivência com normas sociais** foi um aspecto compreendido no âmbito sócio-estrutural, embora reúna princípios individuais e afetivo-relacionais. O estabelecimento de regras (formais ou informais) é um fenômeno de ordem social que incide sobre grupos, instaurando uma dinâmica específica que leva à adoção de condutas referentes àquele convívio grupal.

Segundo os profissionais entrevistados, os adolescentes que cometem atos infracionais apresentam defasagens decorrentes de um processo confuso ou incipiente de valores, normas e regras, em especial as que dizem respeito ao convívio social. O fato de que, a partir do momento de ingresso na instituição, os jovens passam a conviver com um conjunto de regras as quais devem ser seguidas, representa uma possibilidade de fornecer recursos que faltaram nesta área de seu desenvolvimento. A rotina institucional e o cumprimento de normas é, portanto, visto como importante fator protetivo contra a continuidade de práticas infracionais.

Ele tem um limite aqui, ele tem um horário, ele tem um acordar, ele tem um horário de refeições. [...] Essa regra que eu acho legal pra eles porque eu penso que isso aí é uma coisa que a família da gente - o pai, a mãe - nos dá essa regra. Imagina se a gente levanta, quando é criança ainda ou quando é adolescente e não tem aquela regrinha de ir no banheiro fazer a higiene, lavar o rosto, tomar banho, escovar os dentes, tomar o café, se a gente não tiver esse horário. Eu acho que isso aí é o que é positivo para eles no primeiro momento.

No primeiro acolhimento a gente fala que existe isso, então a partir de momento que ele percebe que tem uma regra ele começa a entender que a vida da gente ela tem algumas coisas que a gente não pode deixar extrapolar. [...] O ser humano tem um momento de amor, ele tem um momento de raiva, ele tem um momento de ódio e você precisa saber controlar isso e nada melhor do que os limites que [...] a

família deveria dar e não deu. Então infelizmente ou felizmente ele vai encontrar isso num lugar como esse, é por isso que é chamado Centro Sócio educativo. (P3)

A vivência da rotina institucional foi vista na fala de um dos entrevistados como sendo possível geradora de mudanças na rotina familiar do adolescente, quando ele desligar-se instituição. A base explicativa deriva da vivência de novos modos de organização do cotidiano e das ações individuais e coletivas, a partir de acordos consistentes.

Aqui ele vai ter vários cursos, vai ter uma recuperação diferente e vai ter também, uma forma de se alimentar, uma forma de ser trabalhado da melhor maneira possível, uma forma diferente de como se estivesse com a família dele. Quando ele retorna à família, ele quer melhorar ainda, ele precisa de uma trabalho, às vezes ele encontra o pai, a mãe desempregados, ele vai em busca do sustento e às vezes ele começa a se misturar também. Se der total apoio, ele não volta mais. (P6)

- **Valorização de atividades externas visando à integração com comunidade.** A preocupação de integrar os jovens na comunidade foi mais evidente na fala dos técnicos. Alguns monitores foram explícitos em argumentar que a saída dos jovens para qualquer lugar fora da instituição constitui risco. Todavia, os argumentos apresentados em favor da valorização das atividades externas apoiavam-se na autonomia do corpo técnico para sugerir tais atividades, as quais passam a depender do grau de confiança que os profissionais depositam no jovem para que possam incluí-lo em tais programações.

Este aspecto teria como ganhos a possível diminuição do estigma sofrido pelos adolescentes em conflito com a lei e inclusão do jovem em espaços sociais permitindo a eles a experiência de pertencimento a grupos sociais não vinculados ao crime.

Eles precisam estar integrados. Eles estão privados de liberdade mas podem estar fazendo uma atividade de um teatro, de um campeonato. [...] Isso é muito significativo pra eles, porque eles não vão se sentir tão excluídos assim. O que a gente quer nesse processo não é excluir mais os meninos, nem torná-los mais marginais. É incluí-los. (P9)

- **Atividades culturais e esportivas abertas à comunidade** é apontado pelos profissionais como outro modo de favorecer a integração dos socioeducandos com a comunidade. Também é visto como protetivo por contribuir para a diminuição do preconceito dirigido aos adolescentes em internação, favorecendo a estes, inclusive, melhor representação de si.

Tivemos também o torneio de futebol que foi muito significativo. [...] Foram convidadas outras escolas pra [...] essa integração, pra que o menino se sinta [...] parte dessa comunidade, dessa sociedade. Ele não ta excluído. (P9)

- **Acesso a serviços de saúde** assegurado tanto através dos recursos existentes nas unidades como através de encaminhamento às unidades existentes na rede pública da cidade, é visto como protetivo por oportunizar ao adolescente atendimento em todas as modalidades que se fizer necessário, incluindo receitas oftalmológicas e confecção de óculos, medicamentos, consultas, tratamento dentário, atendimento neurológico e psiquiátrico, entre outros. Os profissionais dizem não haver dificuldades de agendamento dos serviços nas instituições.
- **Organização da vida civil.** Segundo os profissionais, a passagem do adolescente pelas unidades socioeducativas de internação resgatam ou oportunizam, às vezes pela primeira vez, uma dimensão do exercício da cidadania referente à documentação civil. Adolescentes sem registro de nascimento ou outro tipo de documentação, tem tal demanda atendida através da ação do serviço social das unidades. Estes também orientam as famílias sobre seus direitos, encaminhando ou inserindo-os em projetos sociais.

Quando a mãe, quando um adolescente recebe um desligamento que vem buscar seu filho [...] ele sai daqui com vários certificados de cursos que eles participaram, ele sai devidamente documentado. Quando ele chega [...] muitas vezes até ele não tem registro. Tinha, perdeu e a instituição providencia. [...] Eu acho muito positivo. (P8)

- **Atendimento das necessidades básicas dos adolescentes** foi citado como um dos aspectos em que o contexto socioeducativo provê proteção aos jovens. São dispensados cuidados com a saúde e higiene pessoal dos adolescentes, bem como assegurada qualidade alimentar, horas de repouso e realização de atividades

físicas. As mudanças que evidenciam melhoras do ponto de vista físico dos jovens foram relatadas pelos entrevistados e observadas durante a permanência nas unidades, quando da chegada de um novo socioeducando, comparando sua aparência - ganho de peso e higiene – em período posterior.

Um dos profissionais relata que após a saída da instituição os adolescentes tendem a retornar à condição anterior.

Hoje mesmo veio um aqui, magrinho, pedir para comer aqui, aí quando eles vêm, o diretor ajuda. Mandou fazer um prato para dar pra ele, mas a gente vê que talvez seja a necessidade. Aqui ele é bem tratado, ele não passa fome, tem cinco refeições durante o dia, brinca, faz tudo. (P6)

- **Acompanhamento/apoio a egressos** foi um fator protetivo visando à ruptura da trajetória infracional do adolescente que cumpre medida de internação. Em grande parte das vezes, o corpo técnico recomenda ao juiz que encaminhe o jovem à uma medida socioeducativa em meio aberto – em geral a Liberdade Assistida – como forma de manter uma estrutura de apoio e acompanhamento dos mesmos após a saída das unidades de internação. Segundo os profissionais entrevistados, este seria um dos fatores principais na consolidação do processo socioeducativo, de modo a não se perder o investimento realizado nos jovens e as mudanças conquistadas pelos mesmos e seus familiares durante o período de internação.

Contudo, este aspecto foi citado como um dos mais deficitários, segundo os próprios entrevistados. Algum apoio é prestado no sentido de viabilizar vale-transporte para alguns adolescentes darem continuidade nos cursos ou freqüentarem a sede da Escola Josefina de Melo até a conclusão do ano letivo, ou, ainda, alguns encaminhamentos a programas sociais de inclusão desenvolvidos por empresas privadas, entidades governamentais e ONG's.

Contrastando as hipóteses dos profissionais entre si, elaborou-se uma síntese resultante dos discursos de monitores e técnicos acerca do potencial existente no contexto socioeducativo para prover proteção contra cometimento de atos infracionais aos adolescentes que cumprem medida de internação:

O contexto socioeducativo de internação oferece suporte social ao adolescente (atendimento médico-odontológico, educação, atenção às necessidades básicas, documentação civil) diretamente ou por intermédio dos serviços existentes na cidade, através de uma dinâmica institucional que privilegie ações autônomas por parte da equipe técnica. Os membros da equipe técnica, integrados aos demais profissionais da unidade capacitados ao trabalho com os jovens, podem realizar atividades de incentivo à participação das famílias no processo socioeducativo, auxiliando-as a exercer mais adequadamente sua função cuidadora e favorecendo o fortalecimento de vínculos afetivos entre familiares e adolescentes.

Laços de confiança mútua entre os jovens e os adultos da instituição os quais constituam modelos positivos de referência, favorecem ao aprendizado e vivência de regras pró-sociais e limites, no contexto de uma rotina organizada. As atividades educacionais, culturais e esportivas devem visar, além do desenvolvimento das habilidades e profissionalização, a valorização de suas potencialidades e integração dos mesmos com a comunidade. Tais atividades devem, tanto quanto possível, ser realizadas em meio aberto, asseguradas a proteção e a integridade do socioeducando. Este contexto revela-se favorável à melhoria do autoconceito do adolescente, à elaboração de um projeto de vida e recursos internos que possibilitem autodeterminação necessária para realização de escolhas não relacionadas à infração.

Tais condições, passíveis de promoção no contexto socioeducativo de internação, tendem a ser otimizadas e proteger adolescentes contra novos envolvimento com o ato infracional, se combinadas a mudanças positivas na estrutura social e a um programa efetivo de acompanhamento do egresso.

6.3 Articulando as falas: Adolescentes e Profissionais identificando o potencial de proteção existente no contexto socioeducativo

De modo semelhante à proteção geral contra envolvimento infracional destacada por adolescentes e profissionais, observou-se de que modo se articulam ou se diferenciam

as falas dos mesmos sujeitos, no tocante às categorias e sub-categorias de proteção no contexto socioeducativo contra a continuidade de envolvimento com o ato infracional.

Quanto à **dimensão individual** uma única categoria não foi comum aos dois grupos de entrevistados: o desenvolvimento da espiritualidade. Este fator surgiu apenas entre a fala dos jovens, sendo coincidentes todos os demais fatores a seguir, como passíveis de promoção no contexto da internação: desenvolvimento de recursos internos/maturidade emocional; autonomia; não uso de drogas; elaboração de um projeto de vida; descoberta e desenvolvimento de habilidades; melhora do autoconceito e adoção de medidas de autocuidado.

No contexto socioeducativo, os fatores vinculados à dimensão **afetivo-relacional** apresentado por adolescentes e profissionais foram menos frequentes que no contexto geral do desenvolvimento. Assemelharam-se as falas relativas aos vínculos afetivos positivos com adultos de referência na instituição, estabelecimento de novos modos de relacionamento baseado em respeito mútuo às normas, fortalecimento e melhora na qualidade dos vínculos afetivos com familiares.

Novamente os adolescentes destacam a importância de vínculos positivos com outros adolescentes – pares – como fator de proteção. Esta categoria não surgiu na fala dos profissionais, demonstrando ser de importância aos adolescentes, mas não percebida pelos profissionais. Neste caso, os jovens dizem ser possível novas amizades no contexto socioeducativo, com pares que não desejam continuar cometendo infrações, e, por conseguinte, são vistas como relações protetivas. O contato com a namorada durante o período da medida também foi mencionado entre os jovens como um fator de proteção, que auxilia a desconstruir a trajetória de continuidade no crime. O apoio e a orientação também foram também consideradas pelos jovens como proteção passível de ser promovida no contexto socioeducativo.

Dentre as categorias surgidas exclusivamente nas falas dos profissionais destaca-se a capacitação da família, favorecendo que esta se torne melhor cuidadora. Uma proteção apontada pelos profissionais remete-se à oportunidade que a medida de internação oferece de desvincular o jovem de modo imediato do contexto que o envolveu em práticas infracionais. Este fator corresponde ao nível socioemocional por romper com as amizades e contatos negativos do jovem. Articula-se ao aspecto apresentado pelos

jovens, que o contexto protege por favorecer novas amizades. Rompendo amizades e estabelecendo-se novas formas seria um modo de proteger.

A valorização do jovem por terceiros foi destacada pelos profissionais como um fator que é proporcionado institucionalmente e protege contra a continuidade de envolvimento em ato infracional.

Aspectos pertinentes à **dimensão sócio-estrutural**, como poderia ser previsto, foi mais referido pelos adultos que pelos jovens. Como pontos comuns, os entrevistados destacaram a importância das oficinas e cursos oferecidos. Há diferença na fala dos sujeitos quanto à percepção do que protege, em termos de oficinas e cursos: para os adolescentes, estes possibilitam contato com habilidades que desconheciam em si, além de preparar melhor para outras atividades, quando cumprirem a medida. As percepções de adolescentes e profissionais diferem na análise desse fator, uma vez que os profissionais acreditam que todo curso já tem, inicialmente, uma vantagem por ser atividade aberta na instituição e ocupar o tempo do adolescente. Para estes, por sua vez, o curso precisa ter pertinência e valor de capacitá-los de modo imediato ao trabalho; reclamam das ofertas existentes e do número de vagas.

A atuação do corpo técnico foi destacada em ambos os grupos também. Isso implica em que tanto jovens quanto profissionais reconhecem que o fazer técnico tem potencial para promover mudanças positivas através de suas ações. No que se refere à saúde, adolescentes e profissionais utilizaram termos diferenciados: os adolescentes disseram que o contexto protege por conferir aos jovens “direito à saúde”, enquanto os profissionais apontaram para “excesso” de saúde. O apoio ao egresso revela a clara noção por parte de jovens e dos profissionais, acerca dos limites da medida socioeducativa. A não-continuidade de medidas eficazes precipitaria vulnerabilidades, comprometendo os avanços obtidos.

De um modo geral, adolescentes e profissionais apresentaram maior convergência de fatores de proteção na dimensão **individual**. Mesmo havendo variações entre as categorias de proteção apresentadas, observou-se que não são excludentes entre si, mas complementares, permitindo a composição de um quadro amplo, que contempla aspectos diversos de cada uma das dimensões, como observado no nível afetivo-relacional e no sócio-estrutural.

As duas hipóteses - adolescentes e profissionais – resultantes do método de comparação constante, ao sofrerem nova contrastação, mas dessa vez entre si, apontam para aspectos convergentes e complementares: os profissionais destacaram o potencial que o contexto socioeducativo possui de oferecer suporte social ao adolescente na área da saúde, educação, vida civil e atendimento de outras necessidades básicas. Também foi específico da fala dos adultos o potencial positivo que deriva dos contextos nos quais os técnicos possuem autonomia para planejar e desenvolver tarefas, sem esquecerem da importância de integração entre todos os profissionais do contexto socioeducativo. Profissionais integrados e com autonomia para um fazer técnico próprio certamente levará a ações mais apropriadas junto aos meninos.

Comum às hipóteses foi o destaque dado à vinculação do adolescente com adultos de referência no âmbito da instituição, favorecendo aprendizado de normas, numa relação próxima e positiva. A valorização do jovem e seu potencial e a construção de um projeto de vida foram identificados como fatores protetivos que efetivamente foram desenvolvidos no contexto de internação. Os adultos mencionam que mudanças na dimensão socio-estrutural, além de programa de egressos, se fazem necessárias para efetividade das ações socioeducativas.

6.4. “Por incrível que pareça!” – Qualificando o potencial de proteção existente nos contextos socioeducativos estudados

6.4.1 Mergulhando no contexto socioeducativo da instituição A - “mande notícias do mundo de lá”

“Assim como nem toda felicidade é para sempre, nem todo sofrimento é eterno”. (Alberto)

Sem dúvida alguma, o Centro Socioeducativo aqui referido como Instituição A é a unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei no Amazonas que mais próxima estaria do modelo remanescente das antigas FEBEM's ou, mesmo, da cultura penitenciária. Adolescentes e adultos mencionam o fato de que a Unidade é vista como

“o terror” do sistema socioeducativo, como a ponta do sistema ou a última tentativa de “ressocializar” os meninos. O fato de abrigar adolescentes mais velhos, com maior histórico de participação no mundo do crime também reforça o discurso de periculosidade que perpassa o cotidiano da ‘casa’. Contudo, a permanência no campo permitiu identificar aspectos outros, apontando contradições à própria atmosfera de fracasso previamente anunciada a instituições como estas e aos jovens que as ocupam, a exemplo da percepção no primeiro dia de observação em campo realizado na unidade:

Tive bastante curiosidade acerca da história de Artur, o jovem de etnia indígena que possui um tipo de deficiência mental, que vive na instituição desde os 5 anos. Todos, sem exceção, parecem cuidar dele como se fossem parentes ou responsáveis. [...] Fui sendo apresentada pelo psicólogo. Todos os adolescentes me foram apresentados pelo nome, durante a visita aos alojamentos. Antes de entrarmos no espaço deles, o técnico pedia “licença” por levar uma “visitante” ao local. O aspecto físico dos alojamentos é horrível, mas vi que as “celas” eram ocupadas individualmente e me pareceu que havia um esforço para que cada adolescente pudesse ter um espaço seu, pessoal, a ser respeitado ali. [...] Quando estávamos saindo do alojamento C, um dos meninos perguntou ao técnico: “Por que o senhor é legal?”*

[...] Durante um dos atendimentos na psicologia, acompanhei um dos jovens, que não se opôs à minha presença ali. Eu identificava a postura técnica e as intervenções do psicólogo, que pareceram bem adequadas com o menino. Mas o tempo todo tive a impressão de que ouvia um pai conversando com um filho. Pensei nas palavras que o técnico dizia ao jovem, sobre o investimento nas aulas, na escola e me dei conta de que ele estava falando o mesmo que nós diríamos aos nossos filhos, aqui fora...

[...] Depois do dia de observação saí da unidade com tudo certo pra voltar. Gostei de estar lá. Dá vontade de voltar, embora, a grosso modo, tudo parece ser ruim.

[...] Hoje acompanhei o desligamento de um dos meninos. Uma despedida, na verdade. Achei curioso o fato de que cada profissional que passava por ele (e alguns até iam até a sala de atendimento com esse fim), despediam-se e diziam palavras de incentivo e confiança. O garoto parecia ter dificuldades de se despedir do local e se emocionou por muitos momentos”.

(Notas do Diário de Campo da Instituição A, em 02 de setembro de 2005)

A despeito da preocupação excessiva por parte da Direção da Unidade e do Departamento de Ações Socioeducativas (DASE) no sentido de conter rebeliões, fugas, e, de certo modo, manter a instituição fora do foco da mídia, é possível identificar um clima protetivo que se contrapõe ao insistente discurso de segurança e periculosidade dos internos por parte da direção da casa.

Uma contradição existente entre a estrutura física e a “fama” de periculosidade e de maus-tratos aos jovens que a instituição possui é um sentimento de que ali há investimentos na perspectiva do “cuidado” para com todos ali. O jovem indígena que ali mora, em um quarto individual, é frequentemente abordado com bom humor pelas pessoas, que perguntam se ele precisa de algo, lhe orientam a calçar-se, a lanchar, emprestam CD’s, aparelho de som, revistas. Ainda que tal jovem não seja um “infrator” e, portanto, não seja alvo das ações socioeducativas, revela um ‘potencial protetor’ que perpassa atitudes, a despeito dos muros e da estrutura prisional que predomina na instituição A.

A ‘casa’ que assume a representação de ‘última’ possibilidade de recuperação dos jovens no sistema socioeducativo tem sido bastante desacreditada devido às rebeliões anteriores e denúncias de maus-tratos. Grande parte dos adolescentes internados já vivenciou outras formas mais brandas de medida, e mesmo medidas de internação. O contato com os atores sociais no cotidiano da instituição permitiu ver que a postura individual de técnicos era determinante ao estabelecimento do clima amistoso e cuidador percebido.

Como pesquisadora, identifiquei como parte de um “contexto de proteção” a preocupação cotidiana com os jovens. A unidade demonstra grande preocupação com o cumprimento das normas e a segurança de todos no local. Os jovens ficam predominantemente reclusos em suas “celas”, saindo apenas para as atividades, o que, certamente não constitui a situação ideal. Contudo, talvez por esta limitação, seja explicado o fato de que a equipe técnica tenha desenvolvido estratégias de ação mais flexíveis, estabelecendo um contato “corpo-a-corpo”, como se referiam, com os jovens. Talvez pelo fato da instituição exigir tanta segurança, os técnicos transcendem suas ações, estabelecem contato direto, valorizam o tempo aberto dos jovens, estão mais presentes nas atividades que os meninos desenvolvem. Se os mesmos não podem transitar mais livremente pela casa, os técnicos estabeleceram (e cumpriam) uma rotina que incluía visita diária de “bom dia”, momento em que não só ouviam as demandas, anotando o que fosse necessário, como também estabeleciam boa relação com os adolescentes, valorizando-os como pessoas que possuem necessidades.

Os técnicos são bem presentes na instituição, sendo raro um momento em que não se encontrem em atividade junto aos jovens ou seus familiares. A valorização da família e da participação desta no processo foi percebida em várias ocasiões nas quais parentes chegavam para obter notícias ou levar algum objeto (roupa, pilhas para rádio, CD's) e eram sempre acolhidas, favorecendo, inclusive, o contato com o adolescente – ainda que breve – mesmo fora dos dias de visita. Esta prática não é entendida como desrespeito às normas, mas um reconhecimento de que nem sempre os familiares têm disponibilidade de comparecer no dia de visita, e que esses familiares, quando aparecem durante a semana, dispõem, talvez, dos únicos momentos livre, além do investimento com passagem de ônibus, para estar ali com o jovem. Daí não perderem tal oportunidade de aproximar e favorecer os contatos. Os técnicos se mostram criativos, autônomos e comprometidos com a proposta. Dão “voz” ao adolescente através do “Livro da Monitoria”, onde as coisas que acontecem diariamente devem ser registradas, quer por adolescentes, quer por monitores, quer por técnicos.

A monitoria é mais reservada, voltando-se mais ao atendimento pontual das demandas dos jovens e à segurança. Há monitores que atuam como educadores. Há outros que são ex-agentes penitenciários e mantêm não apenas a postura, mas comentam ser melhor e mais fácil fazer com que os adultos “obedeçam”, que aos adolescentes. Há um relativo clima de tensão entre os monitores que não partilham da proposta socioeducativa e os técnicos. A monitoria assume mais propriamente a função “segurança” e os técnicos a função “proteção”.

Durante o período de permanência na instituição A houve denúncia por parte dos técnicos acerca de algumas situações entendidas como negligência e maus-tratos aos internos, revelando uma preocupação ética com seu papel ali. Mas observa-se um contraponto que tende ao equilíbrio. Oscila entre os dois discursos. Da segurança e da proteção.

Nesse dia chegou na unidade um menino que estava evadido há quase um ano. Chegou bastante machucado, ferido de terçado. Foi atendido na rede de saúde depois de ter se machucado. O hospital comunicou à delegacia, que o trouxe de volta à 'casa'. Por conta do machucado não podia andar direito e por isso o colocaram no Bloco C, por ter melhores condições. Apesar da enfermeira da unidade não ter que cumprir jornada diária de trabalho, disse que enquanto o ferimento não estiver bem sarado, que ela irá todos os dias fazer o curativo do

adolescente. (Notas de Diário de Campo da Instituição A, em 15 de setembro 2005)

Importância cotidiana é dada ao cumprimento das regras por todos. Os técnicos fazem valer a escala, e, quando algo é impedido, o jovem é comunicado. É incentivado ao jovem que possa resolver seus problemas com autonomia, reclamar, dirigir-se à Direção da Instituição, usar o livro, fóruns adequados e modos eficientes de manifestar-se em seus direitos.

As oficinas e cursos realizados não são os aspectos mais favoráveis da unidade. Há poucas oficinas e os espaços não são adequados. Como destaque positivo, observou-se que o fato de existir um número pequeno de internos na unidade permite que se possam propor atividades mais direcionadas, como aulas de violão, e maior atenção individual. Esse dado – 31 jovens em internação – ainda que não tenha sido citado por nenhum dos sujeitos, foi percebido como fundamental para que os desdobramentos da medida funcionassem. Traz vantagem para as oficinas, pois o profissional tem maior proximidade com o jovem, estabelece relações mais próximas e transferenciais. Os monitores participam do curso de informática junto com os adolescentes.

Por possuir número reduzido de internos, é possível estabelecer vínculos pessoais, diretos e singulares, minimizando um dos fatores mais nocivos da institucionalização: a perda da subjetividade. Como atenção à subjetividade dos adolescentes, percebeu-se a tentativa de personalizar espaços, humanizar, mostrar respeito, respeitar as regras e acordos feitos com eles. Algumas propostas em desenvolvimento na ocasião intitularam-se “mande notícias do mundo de lá”, incentivando a presença de parentes nas visitas e “Canta Instituição”, promovendo momentos de atividade musical informal, com fins de socialização, lazer e desenvolvimento da sensibilidade.

A higiene dos meninos é observada, a despeito das roupas simples, às vezes rasgadas, roupas doadas por instituições. Os jovens que estão há mais tempo na instituição possuem aparência limpa e de saúde mais cuidada. Os que chegam recentemente estão magros e com a saúde comprometida.

Por ter poucos meninos, a instituição A foi vista com potencial pra promover proteção. Pode proteger porque os vínculos são valorizados (família), ainda que falte incrementar parcerias e ações que cheguem à família e à comunidade.

6.4.2 – Mergulhando no Contexto socioeducativo da Instituição B – Monitores em ação.

A instituição B possui estrutura física e uma dinâmica significativamente diferente da instituição A. Torna-se evidente, desde a chegada na unidade, que esta não possui preocupação tão grande acerca da segurança. Mesmo possuindo muros altos e circuito fechado de câmeras, os portões não são fechados e o acesso de pessoas, visitante ou funcionário, não exige rigor, a priori. Os adolescentes circulam mais pela casa, que lembra uma escola tradicional.

Contudo, a despeito de certa “suavidade” da estrutura física, a dinâmica que caracteriza a unidade é marcada pela centralização. A direção da casa mantém controle mais direto sobre as ações. Não implica que haja rigidez. Observa-se técnicos menos atuantes e menos próximos aos jovens. Há políticas de privilégio que são usadas como incentivo para a melhora dos jovens. O espaço lembra uma escola, ou uma casa. O problema é que a ação dos técnicos tende a ser pontual e distante. Estes são vistos com menor frequência na unidade, sendo as salas de atendimento pouco frequentadas. Os jovens ocupam mais a sala de TV a cabo. Assistem DVD, frequentam a sala da monitoria, conversam nas salas de aula. Não foi citado o fato de que ter poucos jovens na instituição pode ser um fator que protege à aplicação das medidas. Foi mencionado que a unidade B, por ter jovens menores, mais novos, possui a capacidade de fazer as propostas chegarem mais rápido aos meninos, mesmo pela compleição física destes.

Em relação aos profissionais, nessa instituição o monitor tem papel preponderante e até mesmo mais força diante da direção. Decidem mais, estão mais juntos aos jovens e isso esteve refletido nas falas dos adolescentes internados, que mencionaram mais os vínculos com os monitores que o vínculo com os técnicos. Nota-se a existência de proteção para os adolescentes, observada, por exemplo, no menino que se desligou e chorou na saída, falando claramente que não estava pronto pra sair. A Técnica Social e os monitores se emocionam e têm orgulho de participar de um projeto de mudança. Os monitores têm idéias mais concretas, são mais participativos das decisões da direção, talvez pelo esvaziamento dos técnicos.

O atendimento técnico deixa a desejar, sendo, praticamente substituído pelo contato com monitoria. Não aproveitam pra assistir filme juntos, fazer trabalho. Exceção é a participação da Assistente Social e pedagoga no grupo do teatro. Essa instituição protege também, quanto aos vínculos e inserção. Envolve a comunidade, traz a comunidade pra dentro da unidade. Leva o menino pra fora. Deixa a desejar quanto ao investimento nos vínculos mais profundos, com a mãe, com técnicos.

Considerando o potencial protetivo deste contexto, foi possível observar os modos de relação de proximidade entre adolescentes e monitores, a abertura que a comunidade tem na instituição e a possibilidade que os jovens têm de participar em atividades abertas. Os cursos oferecidos na instituição também merecem destaque. Nesta instituição há um investimento maior em termos de cursos, ou há maior favorecimento de participação dos jovens ali. A oferta é maior que a demanda, permitindo abrir vaga para familiares e membros da comunidade. Os cursos que ali ocorrem são oferecidos por instituições reconhecidas e possuem qualidade, bem como as oficinas de arte. Destaca-se outro ponto positivo que é a oferta de vagas para familiares nos mesmos cursos e oficinas oferecidos pra os jovens. Este aspecto envolve a família na instituição, no processo socioeducativo, favorece vínculos mais fortes entre adolescente e família, além de auxiliar na capacitação de novas habilidades visando exercício profissional e melhora na qualidade de vida do adolescente e sua família.

Um aspecto que é percebido em termos de proteção nesta unidade é a valorização do adolescente. Há um investimento visível no desenvolvimento de potencialidades diretamente ao jovem. Por ser uma unidade que possui ainda numero mais restrito de jovens – 12 ao todo, no momento da pesquisa – as relações tornam-se muito próximas e pessoais. Esta instituição possui como contexto protetor, sobretudo, o investimento no resgate do autoconceito do jovem, por meio da valorização, ensino/vivência das normas e inserção do jovem no maior numero de espaços sociais possíveis. Talvez pelo fato de atenderem adolescentes mais jovens, os profissionais que atuam com eles ainda mantêm “crença” de que o sistema possa ajudá-los.

Ainda que não tenha sido objetivo comparar instituição A e B, pela diferença entre as dinâmicas, idade dos jovens atendidos, observou-se que nesta, a ação do técnico é menos significativa que na instituição A. É possível que a “abertura” já conferida aos

jovens, suscite menos ações por parte dos profissionais. Neste sentido, são os monitores e não os técnicos, que estão mais diretamente ligados à aplicação da medida socioeducativa.

Como síntese das percepções obtidas através da permanência no campo, observou-se os seguintes aspectos como os mais evidentes enquanto configuração de contextos socioeducativo nas unidades de internação A e B:

Cada unidade possui uma característica própria, em termos de população atendida, perfil da direção, dos profissionais, estrutura física e dinâmica de relacionamentos. A Unidade A revela, sobretudo, um potencial para promoção de fatores na dimensão individual e afetivo-relacional, dada a ênfase na ação do corpo técnico e valorização dos vínculos, quer com profissionais quer com os familiares. São os técnicos os principais profissionais a atuar junto com os adolescentes, que sentem-se autônomos e respeitados em suas posições.

Na Unidade B, o potencial da proteção está mais voltado aos fatores afetivo-relacionais e socioestruturais. Nesta, os monitores possuem maior e melhor qualidade no contato com os adolescentes. A liberdade maior que usufruem dentro da instituição também se estende à maior possibilidade de inserir-se, gradualmente, na vida lá fora.

CAPÍTULO 7

“Robôs-de-aço” ou adolescência protegida?

7.1 Conclusões

Retomando os propósitos do presente estudo, lembramos que o mesmo teve como **objeto** a promoção de proteção existente em duas unidades de internação para adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida sócio-educativa da cidade de Manaus, a saber, Instituição A e Instituição B. O **objetivo geral** contemplou a investigação do potencial de promoção de proteção no contexto socioeducativo destas unidades de internação, a partir do ponto de vista dos adolescentes em conflito com a lei e profissionais que com eles convivem no cotidiano dessas instituições.

Do ponto de vista metodológico pode-se afirmar que o caminho percorrido possibilitou o alcance dos objetivos, entendendo que as escolhas metodológicas determinam e limitam, por certo, a natureza dos resultados e a força de sua generalização, bem como o poder predição do fenômeno investigado. Nem por isso torna-se inválido ou de menor importância as conclusões obtidas, sendo tão somente necessário considerar criticamente os pontos fortes e os de maior vulnerabilidade de todo o processo realizado.

No estudo em questão, a metodologia essencialmente qualitativa visou descrever um fenômeno circunscrito na problemática enunciada, qualificando a fala dos entrevistados e os demais dados coletados de modo que, ao compreender a manifestação do fenômeno no seu contexto observacional, se tornasse possível inferir sobre outras expressões do mesmo fenômeno em contextos diversos. Apesar de supostamente reduzido em seu poder prescritivo, o modelo da *Grounded Theory* permitiu compreender as interações complexas que permeiam o contexto socioeducativo de internação, quando pensado a partir de seu potencial protetivo.

Mesmo tendo-se partido de algumas categorias prévias de análise, a saber a vulnerabilidade e proteção a partir das dimensões **individual**, **afetivo-relacional** e **sócio-estrutural**, grande parte do caminho explicativo foi sugerido a partir dos próprios fatos. Dentre os teóricos clássicos das ciências sociais, Weber¹⁰⁹ confere grande relevância ao

que os sujeitos atribuem como sentido às suas ações no contexto social. Sob tal enfoque é que considerou-se a fala dos agentes - sujeitos entrevistados e da própria pesquisadora - enquanto dotadas de significados com carga explicativa acerca do que constitui proteção contra o envolvimento de adolescentes com o ato infracional no contexto das instituições investigadas.

Em Saúde Pública, há muito já se enfrenta o problema epistemológico da causalidade linear, a qual tem se revelado insuficiente pra lidar com a natureza de alguns fenômenos, sobretudo os mais imbricados com as ciências sociais. Embora seja um recurso do qual o campo da Saúde Pública lance mão com grande frequência, fenômenos como o investigado neste estudo desafiam a lógica da causalidade. Novos paradigmas têm permitido produzir conhecimento neste campo sem necessariamente adentrar na lógica estrita de uma racionalidade com a qual a Saúde Pública tradicionalmente opera. Fenômenos multideterminados ou complexos, por exigirem diferentes abordagens em seu estudo e manejo, fazem avançar em outras perspectivas de compreensão e intervenção.

Pelas razões expostas, as conclusões aqui apresentadas não se restringem a apontar para quadros simplistas de um conjunto de fatores de proteção a serem promovidos em todos os contextos de internação existentes como forma de reduzir a vulnerabilidade dos jovens ao cometimento de atos infracionais. Antes, permitem contemplar o fenômeno como dotado de sentidos diversos, complementares ou semelhantes, nas falas dos diversos atores, em contextos singulares que, por possuírem uma história e dinâmica próprias, precisam ser observados em suas configurações específicas, de modo a permitir compreender o que pode consistir em proteção aos jovens em cada contexto socioeducativo de internação existente.

Mais que obter respostas que delimitem sobre a proteção existente nos contextos socioeducativos de internação, este estudo consistiu numa sistemática que permitiu identificar e analisar o potencial protetivo existente em cada contexto distinto, tal qual percebido pelos sujeitos que constroem o cotidiano das instituições. A partir da identificação e análise do potencial, é factível pensar em otimizar tal proteção, de modo a obter resultados mais favoráveis ao desenvolvimento dos adolescentes autores de atos infracionais, gerando respostas positivas não só individualmente, a cada jovem, mas à sociedade de um modo mais amplo.

Contemplando os **objetivos específicos**, pode-se afirmar ter sido possível alcançá-los seguindo a proposta metodológica e orientação das questões norteadoras mencionadas no capítulo introdutório. Assim, em resposta a cada objetivo estabelecido, obteve-se as conclusões a seguir.

- O **quadro de vulnerabilidade** ao ato infracional existente na vida dos adolescentes, segundo a visão dos sujeitos pesquisados, confirma os dados gerais referentes ao perfil de adolescentes em conflito com a lei no país^{27,67}. Trata-se de jovens predominantemente oriundos de famílias de baixa renda, residentes em bairros pobres e de alto índice de criminalidade. Cerca de 65% residem com a mãe. A atividade de trabalho de seus responsáveis tende a ser informal, de baixa remuneração e qualificação, havendo também desemprego entre os provedores familiares. Em torno de 95% é usuário de drogas e 100% consomem álcool. Suas principais atividades de lazer envolvem festas e clubes noturnos, além de esportes e atividades de rua. Apenas cerca de 20% participaram de programas sociais. Dentre os que possuíam atividade de trabalho, estes atuavam na informalidade, sendo mal remunerados. Possuem baixa escolaridade. Em sua maioria cometeram atos infracionais graves, sendo expressivo o contingente que já cumpriu outras medidas junto ao sistema socioeducativo.

Na dimensão individual, a vulnerabilidade ao envolvimento com ato infracional apontada pelos sujeitos revela a drogadição, curiosidade em vivenciar emoções relacionadas ao crime, suscetibilidade à orientação de terceiros e identificação com a imagem de infrator.

No nível afetivo-relacional a vulnerabilidade centrou-se basicamente no vínculo com pessoas envolvidas com o crime, perda de um parente significativo, fragilidade nos vínculos parentais, falta de supervisão parental e ausência de um cuidador.

No nível sócio-estrutural destacou-se a cultura de consumo, exposição ao contexto de violência, local de moradia, desemprego familiar, configurações familiares, evasão escolar, falta de emprego para os jovens, baixa escolaridade, vinculação com narcotráfico, desigualdade social, não cumprimento ao ECA.

Embora didaticamente separados, os fatores de vulnerabilidade são dotados de dinamicidade e complexidade a qual dificulta, por vezes, distingui-los ou perceber isoladamente a ação de um deles. No que diz respeito aos aspectos individuais, percebe-

se estes amplamente imbricados com outros, de ordem afetivo-relacional e sócio-estrutural. O consumo de drogas é algo que passa a integrar a vida destes jovens ainda muito cedo. Mesmo sendo de dimensão individual, supõe a longa permanência dos meninos em espaços como a rua, geralmente em locais de elevada criminalidade, estando os mesmos desprovidos de supervisão adequada. A ausência de supervisão relaciona-se também a dificuldades de ordem sócio-estrutural como desemprego ou falta de instituições de apoio às famílias.

O excesso de liberdade é vivenciado desde muito cedo por estes jovens e os meninos envolvendo muitos aspectos. Associados a pares vinculados ao crime e, tendo desenvolvido estrutura pouco eficaz no sentido de uma orientação autônoma e pró-social, tendem à suscetibilidade à voz de terceiros, envolvendo-se mais facilmente no universo infracional. Este contexto passa a ser, em grande medida, provedor de várias necessidades do adolescente. Os vínculos afetivos com familiares tendem a ser frágeis e conflituosos. A identificação com o perfil do “delinqüente” acaba sendo uma consequência previsível, diante do quadro que se configura.

- Do ponto de vista da identificação e análise dos **fatores de proteção existentes na vida dos adolescentes que dificultariam sua inserção em trajetórias infracionais**, os sujeitos pesquisados, contemplando dinamicamente os níveis individual, afetivo-relacional e socioestrutural, apontaram ser eficientes os seguintes aspectos: supervisão e provisão familiar, orientação doméstica pautada em princípios éticos e condutas pró-sociais que favoreçam discernimento entre certo e errado, o ato de valorizar e obedecer às regras, fortes vínculos afetivos com cuidadores e outros pares não envolvidos com ato infracional, permanência na escola, trabalho para o jovem e sua família, convívio com uma família “estruturada”, não-utilização de drogas, envolvimento com atividades esportivas e formativas, autodeterminação para escolhas adequadas, construção de um projeto de vida e estrutura social que possibilite atendimento das necessidades básicas.

Como visto nas conclusões referentes à vulnerabilidade, as fortes representações do mundo infracional - ter nesse universo uma associação com fontes de satisfação de necessidades (poder, fama, vínculos afetivo), parecem entrar muito cedo na vida dos meninos. A orientação na vida é apontada pelos mesmos como importante fator de proteção, o que supõe não haver muitas informações disponíveis ou acesso às mesmas,

seja no âmbito familiar ou através das instituições. A escola, instituição pela qual todos tiveram passagem, ainda que por pouco tempo, foi descrita como possuindo uma estrutura e funcionamento pouco atraentes, trazendo poucos registros positivos aos garotos. Os registros mais significativos acerca da escola diziam respeito aos amigos. De modo preocupante, a instituição escolar em si não foi citada pelos jovens como protetora.

Os adolescentes reclamam por mais controle e atendimento de suas necessidades afetivas por parte de seus adultos de referência. As necessidades materiais não foram tão sinalizadas nas falas, sugerindo que o aspecto presencial e a orientação têm peso determinante em um quadro de proteção. O processo de socialização e aprendizado ou falha no aprendizado de normas de conduta social, de respeito e valorização da vida, de si e do outro, acontece em espaços não supervisionados, em geral com outros jovens que compartilham igual negligência. Tal dado reforça a demanda por supervisão. Quando a recebida por parte dos pais ou cuidadores, observa-se que estes parecem não possuir preparo suficiente ao desempenho de sua função protetiva e nem estão vinculados ou recebendo algum tipo de apoio de instituições que pudessem fortalecer ou complementar tal orientação.

A adolescência é freqüentemente associada a um período do desenvolvimento onde o sujeito requer maior autonomia. Ainda assim, observa-se que este desejo contempla, de modo não excludente, um outro desejo: receber mais orientação e cuidados ao longo de suas vidas, para que possam fazer escolhas autônomas mais certas, mais orientadas. Adolescentes acreditam que supervisionados e orientados, podem decidir com mais segurança e autonomia por sua entrada ou não no mundo infracional. Reclamam, pois, a dispensação de cuidados que não ocorreu ao longo do seu desenvolvimento para que chegassem a melhores decisões autônomas.

A ausência de supervisão e orientação incidindo sobre o próprio desenvolvimento da autonomia parece interferir diretamente na capacidade de formular um projeto de vida. As amizades - base do suporte social - se estão envolvidas com infrações, valorizarão e reforçarão comportamentos neste sentido. A fragilidade de vínculos com os cuidadores distancia ainda mais os adolescentes de outros referenciais e modelos não associados ao crime. A proteção geral contra o envolvimento com ato infracional fica, deste modo, severamente comprometida. Ainda assim, os mesmos fazem referência a conhecidos que,

devido aos aspectos protetivos citados, situam-se entre aqueles que são “do bem”. Esta divisão pode denotar a necessidade de demarcar diferenças entre as trajetórias de envolvimento e não envolvimento com o ato infracional, abrigando, talvez, a perspectiva de um dia pertencerem só ao lado “do bem” e não ter mais vinculação ou não reconhecerem a si próprios do lado “do mal”.

- A **identificação e qualificação dos fatores de proteção passíveis de serem promovidos no contexto socioeducativo aos adolescentes** em cumprimento de medida de internação, segundo os sujeitos pesquisados consistiu no cerne do presente estudo. Curiosamente, ainda que tenham sido entrevistados apenas jovens com histórico de trajetórias institucionais bem sucedidas, os mesmos tendiam a não perceber a medida como um momento socioeducativo, muitas vezes chegando a expressar que “de socioeducativo” não se teria nada. A ênfase no caráter punitivo da medida ainda prevalece nos discursos dos jovens, a exemplo de citarem estar internados para “pagar a pena” ou “puxar o veneno” que lhes cabe. Contudo, foram identificados fatores dentro do contexto socioeducativo de internação, na contramão da lógica do fracasso, vistos como protetivos e eficazes na modificação de aspectos de vulnerabilidade ao envolvimento com ato infracional.

Há potencial de proteção contra o envolvimento de adolescentes com atos infracionais no contexto socioeducativo de proteção nas instituições pesquisadas no Amazonas. Podem ser promovidos e exercem função protetiva, nos níveis individual, afetivo-relacional e sócio-estrutural, os seguintes fatores: vínculos afetivos positivos com familiares, pares não envolvidos com crime, em especial com os adultos da instituição com os quais possa estabelecer relação de confiança mútua, convivência com adultos cuidadores que orientem ao aprendizado de regras pró-sociais, valorização do adolescente, adoção de medidas de autocuidado, autodeterminação e discernimento na realização de escolhas adequadas e construção de um projeto de vida não relacionado à vida infracional, ações no contexto socioeducativo que oportunizam a construção do projeto são: psicoterapia, conselhos, informações, desenvolvimento de habilidades através de cursos e oficinas, acesso a serviços fundamentais (saúde e educação), rotina organizada e normas. Estes aspectos, somados ao apoio ao jovem através de um

programa de egressos, constituem fatores potencialmente protetivos do contexto socioeducativo de internação contra a continuidade de envolvimento com ato infracional.

Foi destacada também a oferta de suporte social em saúde, educação e atenção às necessidades básicas e vida civil aos jovens durante a internação, reduzindo-lhes a vulnerabilidade social. A autonomia da equipe técnica favorece desenvolvimento de ações socioeducativas adequadas e integração com demais profissionais. Atividades de incentivo à participação das famílias no processo socioeducativo foram citadas como eficazes no auxílio às mesmas visando melhor adequação da função cuidadora que deve desempenhar junto ao jovem, além de favorecer o fortalecimento de vínculos afetivos entre familiares e adolescentes ao longo da internação.

O aprendizado e vivência de regras pró-sociais e limites, no contexto de uma rotina organizada e a realização de atividades educacionais, culturais e esportivas levam ao desenvolvimento do jovem, valorização de suas potencialidades e integração dos mesmos com a comunidade. A realização de atividades em meio aberto também foi vista como importante na promoção de mudanças positivas.

Melhorar o auto-conceito do adolescente e promover a elaboração de um projeto de vida, bem como desenvolvimento de recursos internos que possibilitem autodeterminação necessária para realização de escolhas não relacionadas à infração são aspectos que, se realizados no contexto socioeducativo, otimizam a proteção do adolescentes contra novos envolvimento com o ato infracional. Alguns limites institucionais foram mencionados pelos sujeitos. Um diz respeito à necessidade de um programa efetivo de acompanhamento aos egressos, o qual está em fase de implementação. O outro refere-se às condições socioestruturais que, se não observadas, tendem a diminuir a contrapor-se aos fatores de proteção promovidos.

Referindo-se aos aspectos mais positivos identificados no contexto da medida, os adolescentes reforçam os vínculos positivos desenvolvidos com os adultos de referência, contato com os familiares, valorização pessoal, melhora no autoconceito, possivelmente derivada de maior conhecimento (ampliação do conhecimento) de suas potencialidades e direcionamento das habilidades para ações mais construtivas. Este cuidado parece relacionar-se à possibilidade das instituições proverem atenção mais direta, pessoal a cada jovem, como um investimento individualizado. A proteção de nível afetivo-

relacional, já evidenciada enquanto demanda, segundo o quadro de vulnerabilidade identificado e os fatores de proteção geral ao desenvolvimento citados pelos entrevistados, confirmou-se como sendo de grande impacto para os adolescentes, tal como também verificado no estudo de Pacheco¹¹⁰ sobre modelos de parentalidade e adolescentes autores de atos infracionais. As atividades que promoveram maior envolvimento e participação dos familiares com o processo socioeducativo e as características institucionais e individuais dos técnicos e monitores na atenção aos adolescentes, foram assinalados como positivos e carregados de valor protetivo aos mesmos.

Quanto aos cursos e oficinas existentes, tais atividades foram vistas como possibilidades de aprendizado, de descoberta de potencial, de desenvolvimento de habilidades, de direito de cidadania, oportunidades, mas não necessariamente profissionalização. As exceções a este fato apontam para os cursos que, segundo os entrevistados, mais puderam capacitar para um exercício profissional, próximo às condições objetivas de vida dos jovens. Cursos como “panificação”, “pizzaiolo” e “auxiliar de lanchonete” foram citados como capazes de abrir perspectivas de inserção profissional de modo mais imediato, possivelmente por não exigirem níveis de escolarização mais elevados ou aprimoramento técnico de grande complexidade.

Outros cursos e oficinas promoviam bastante satisfação pessoal entre aqueles que tinham identificação com a atividade, como “artes plásticas”, “música”, “teatro” e “dança”, despertando e desenvolvendo habilidades, mas não gerando expectativas de inserção profissional a curto prazo. Outros proporcionavam condições de trabalhar aspectos da socialização, do desenvolvimento de habilidades sociais e pessoais (expressão, controle das emoções, convivência grupal) e direito ao aprendizado de novos conhecimentos (informática). Os cursos no geral não são articulados com as ações técnicas. Destacam-se os cursos onde o professor/instrutor realizava investimentos pessoais nos alunos (teatro e violão), caracterizando momentos de trocas afetivo-relacionais, estreitamento de vínculos com adultos de referência. Outros, como vime e serigrafia, foram vistos apenas como forma de ocupação do tempo. De um modo geral, a “formação profissional” oferecida no contexto socioeducativo não foi mencionada com

grande ênfase, ainda que o valor protetivo contra a continuidade de envolvimento com o ato infracional de tais atividades tenha sido reconhecido.

No que se refere ao retorno à escola, ainda que a questão da formação escolar e vinculação com essa instituição formadora tenha sido mencionada por adolescentes e profissionais como fator sócio-estrutural que protege, a experiência de estar novamente estudando não foi citada como significativa ou positivo para evitar a reincidência. Ao contrário, críticas ao modo como se organiza a formação escolar oferecida e sua pouca atratividade ao jovem foram apresentadas.

- Foi possível identificar e analisar, a partir do relato dos sujeitos, mudanças ocorridas no quadro de vulnerabilidade à prática infracional dos adolescentes internos, resultantes de processos vivenciados no decorrer do cumprimento da medida. É importante registrar que os dados que sustentam estas conclusões remetem às experiências subjetivas dos sujeitos. Trata-se, portanto, do sentido que os entrevistados atribuíram às experiências e os impactos que estas produziram na diminuição do que os próprios compreendem como vulnerabilidade ao ato infracional.

As respostas ao questionamento acerca do que mudou, a partir do período de internação, que pudesse ser entendido como mudança geradora de melhores condições de enfrentar a vulnerabilidade ao envolvimento com o crime, apontaram para o sentimento de valorização, ou seja, perceber-se, a partir do olhar dos outros (familiares, profissionais, comunidade), como alguém de valor positivo. Passar a pensar mais na família, perceber-se pertencente a grupos (família, grupo de teatro, escola, comunidade), comprometendo-se com o bem estar coletivo de modo participativo e responsável. Falas notadamente preocupadas com o bem-estar coletivo (familiar, institucional, social) surgiram, como expressão de mudanças. Em alguns casos, o entrevistado espontaneamente abordou alguns dos atos infracionais cometidos, sensibilizado pelo dano causado à vítima, realizando exercício de empatia e reflexão pessoal acerca de sua responsabilidade social.

O aprendizado de regras sociais, citado como “aprender a viver em sociedade”, exercício da autonomia, tomar decisões acerca de sua conduta dentro e fora da instituição (recusar-se às rebeliões, retornar para a unidade após o período de natal), escolher os pares com quem fazer associações, foram citadas como mudanças efetivamente em curso na vida dos adolescentes.

A valorização da liberdade também foi mencionada pelos entrevistados como mudança a partir do período de internação. As medidas judiciais, a despeito da essência socioeducativa, possuem também o caráter retributivo e clara intenção de conter atos infracionais futuros através da supressão temporária do direito à liberdade¹². Esta supressão de direitos, por certo, contribui para produzir o efeito da valorização da liberdade. Todavia, não é desejável que esta valorização dependa de experiências de restrição à liberdade, mas que derive de outras experiências de reconhecimento do valor da vida.

Esboçar projetos pessoais, apresentar expectativas no tocante à realizações futuras, ao sair da instituição, implicam na experiência de elaboração de um Projeto de Vida. Os projetos político-pedagógicos de ambas as unidades apresentam este como um dos principais objetivos da instituição. Os adolescentes entrevistados revelaram, sob diversas formas (esboços de pensamento, lampejos, estabelecimento de metas, etc.) projetos calcados em perspectivas concretas, realistas, mas que traziam, além da positiva idéia de continuidade da existência sob patamares mais saudáveis, a semente do sonho, já em fase germinativa, em oposição aos discursos fatalistas anunciando o “inevitável” destino a eles antes reservado: “cadeia ou caixão”.

Algumas das mudanças ocorridas no quadro de vulnerabilidade do adolescente são bastante concretas. Estar vivo (no caso de adolescentes sob ameaça de morte), apresentar melhoras em aspectos relacionados à saúde física e psicológica, ganho de peso, cura de doenças e sintomas os quais apresentavam ao chegar na instituição, melhoria na aparência pessoal devido a cuidados estéticos, higiênicos e pela abstinência das drogas, postura corporal e modo de falar, parecem associar-se, segundo a fala dos meninos, à desvinculação com a imagem de “infrator”. As mudanças incidem, portanto, na valorização da própria vida e na adoção de medidas de auto-cuidado, todas relacionadas a uma modificação no autoconceito.

De um modo geral, os adolescentes entrevistados confirmaram vivenciar mudanças as quais atribuem como positivas e eficazes na construção de condições mais favoráveis ao enfrentamento da vulnerabilidade aos atos infracionais. Em uma das instituições, cujos alojamentos dividem-se em blocos, as letras que distinguem tais espaços adquiriram sentido de progresso pessoal dentro da instituição: o bloco “A”,

destinado ao período de chegada e adaptação do adolescente na unidade, bem como à contenção em casos disciplinares, é classificado como o espaço dos “abusados”, ou seja, adolescentes que ainda se encontram em condições críticas relacionadas ao mundo do crime. O bloco “B”, intermediário em termos de localização e já dotado de melhor estrutura, se comparado ao anterior, é intitulado como bloco dos “bacanas” – adolescentes que já possuem bom relacionamento entre os demais e diante da instituição. O bloco “C”, melhor situado em termos do espaço físico, é conhecido como o bloco dos “considerados”. Ainda que o sentido comum atribuído ao termo remeta a experiências de ser considerado respeitado no mundo infracional, neste contexto foi explicitado como referindo-se aos adolescentes que conquistaram o respeito por parte dos profissionais da instituição, por outros jovens e por si próprios.

O momento da saída da instituição é referido por alguns jovens como um problema. Apesar de reconhecerem ganhos adquiridos ao longo da medida - mudanças significativas sobretudo no nível individual e afetivo/relacional -, alguns adolescentes cujo término da medida ocorreu durante a fase de coleta de dados, disseram temer pela não-continuidade do suporte extra-muros e retorno à acentuada condição de vulnerabilidade. Foi claramente identificada a sensação de proteção que o período de internação pode, de algum modo, prover ao adolescente.

A prática do juizado especial que trata da questão do adolescente e ato infracional no Amazonas é de não desligar imediatamente os jovens que cumprem internação. Tendem a ser conduzidos à Liberdade Assistida ou Semi-liberdade. Esta última foi citada por alguns como de difícil cumprimento, sugerindo que os mesmos não se encontram plenamente confiantes da possibilidade de fazerem escolhas adequadas ou lutar contra influência de pares e retorno às drogas, além das dificuldades a serem enfrentadas pela vinculação já existente com o mundo infracional (dívidas, risco de vida, rixas, facilidade de obtenção de ganhos via infração, etc.).

A demanda por condições mais protegidas para dar continuidade às suas trajetórias de vida, revela-se de modo explícito através do desenho de um dos adolescentes que cumpriam medida de internação na Instituição B. Durante atendimento psicológico, foi solicitado ao mesmo que desenhasse algo no intuito de representar uma cena da “vida feliz”, após sua saída da unidade.



Figura 1 – “Robô de aço”. Desenho feito por adolescente na Instituição B durante atendimento psicológico, quando solicitado ao mesmo que expressasse como imagina uma **vida feliz**, após a saída da Instituição.

O “robô de aço” desenhado pelo jovem parece, em plena liberdade na rua e simultaneamente sob supervisão de um sol brilhante, brincar feliz em um *skate*. A “blindagem” que o robô possui remete à reflexão de que a felicidade, para jovens com experiências adversas de vida, dependeria grandemente de possuir uma estrutura protetiva para assegurar que pudessem, simplesmente, viver seus desejos de adolescentes.

- Como esperado, houve variações entre os **discursos gerados a partir das diferentes categorias de sujeitos**, mais precisamente entre as falas dos adolescentes e as falas dos profissionais (monitores e técnicos).

Os jovens identificaram a situação tanto de vulnerabilidade quanto de proteção, fora e dentro do contexto socioeducativo, de modo muito próximo e vivencial. As dimensões mais abordadas, tanto em quantidade de aspectos levantados quanto em qualidade de narrativa, foram as de nível afetivo-relacional e individual. O fato de abordarem de forma menos aprofundada a dimensão sócio-estutural, pode ser justificada pela falta de reflexão sobre como os impactos resultantes deste nível afetam suas vidas. Já em termos de vivências afetivas e das perspectivas pessoais, estes vivenciam de modo bastante direto qualquer ação ou omissão nestes níveis. Deste modo, foram valorizados

pelos jovens os fatores protetivos de nível afetivo-relacional e individual na redução da vulnerabilidade ao envolvimento e/ou continuidade em trajetória infracional.

As falas de monitores e técnicos foram agrupadas e analisadas conjuntamente por possuírem semelhança em quase sua totalidade, sendo referidos estes como o grupo dos “profissionais”. Contudo, cabe destacar que o discurso dos monitores diferiu sutilmente por revelar-se predominantemente sócio estrutural, enfocando mais as dificuldades de ordem material e de configurações familiares, enquanto os técnicos, dividiram suas falas entre a dimensão sócio-estrutural e afetivo-relacional.

Chamou atenção o fato de que, mesmo que os aspectos afetivo-relacionais tenham sido abordados por todos os sujeitos, com destaque à participação da família e adultos de referência positiva aos jovens, os profissionais entrevistados não atribuíram importância aos pares dos jovens – colegas e amigos – tanto referente ao risco que estes podem constituir, quanto ao papel protetivo que possam desempenhar. Esse aspecto, enfatizado pelos jovens, parece ser negligenciado pela equipe de profissionais.

Em termos de diferenças entre as falas de indivíduos das unidades A e B, cabe destacar que não era objetivo estabelecer comparações, mas, dentro do possível, compreender como instituições com estruturas e dinâmicas distintas, que atendem populações também distintas, podem prover proteção sob formas diversas. As categorias apresentadas não variaram em tipo, segundo a unidade. Contudo, diferença de ênfases foram percebidas, bem como a tendência presente nos discursos em acreditar mais fortemente nas mudanças de vida dos adolescentes mais novos. Porém, de um modo geral, todos os sujeitos convergiram ao ponto de que os jovens autores de atos infracionais necessitam de cuidado e proteção para reduzir as chances de novos agravos.

7.2 Recomendações

Ao concluir acerca do potencial de proteção contra envolvimento com o ato infracional existente e percebido pelos sujeitos – adolescentes e profissionais – entrevistados em duas unidades de internação masculina no Amazonas, tantas outras questões são levantadas, como: que tipo de instituição pode promover fatores de proteção? Como se organizam para pensar e efetivamente promover a proteção? Face aos quadros de vulnerabilidade citados, chega-se a refletir acerca do tipo de instituição que se

organiza para pensar a proteção? Qual o diferencial entre as instituições protetoras e as que não são?

É importante destacar que as instituições estudadas demonstraram ser possuidoras de fragilidades, à semelhança de tantas outras cujos efeitos negativos têm sido – com razão – divulgados¹⁷. Assim como as instituições demonstram fragilidades semelhantes, os adolescentes autores de atos infracionais no Brasil revelam compartilhar trajetórias que se aproximam em muitos aspectos, marcadas nitidamente de grande vulnerabilidade à violência e outros agravos. De igual importância também é ressaltar que a passagem do descritivo ao prescritivo no processo de construção do conhecimento não se dá de modo tranqüilo, em especial relativo aos fenômenos sociais. Deste modo, as recomendações aqui apresentadas revelam as sugestões que emergem dos dados, atreladas à forte presença dos determinantes do caminho interpretativo do pesquisador acerca desses dados¹¹¹.

Sendo a família a instância que agrega os maiores indicadores de demanda de proteção relativos à fragilidade nos vínculos afetivo-relacionais, deve tornar-se alvo direto das ações socioeducativas. A expectativa por parte dos jovens de que vinculação familiar constitui proteção é grande, revelando-se, inclusive, no desejo que muitos possuem de constituir sua própria família por verem aí um modo de manter-se em uma trajetória mais saudável. A idéia de que ter uma família organizada é suficiente pra sair dessa vida, sem refletir muito sobre a questão sócio-estrutural, ainda que seja simplista, revela o impacto que a desagregação dos vínculos familiares, associadas à falta de supervisão parental e outros agravos, produz em termos de percepção de vulnerabilidade e proteção. O dado subjetivo quanto a “sentir-se” protegido e amparado é fundamental para o resultado final dos processos desenvolvimentais. Portanto, ainda que a medida seja aplicada ao adolescente, não pode esgotar-se nele. Neste sentido, a perspectiva de Bronfenbrenner, como citado nos trabalhos de Koller¹¹² e Moraes & Koller¹¹³ nos auxilia a pensar numa perspectiva ecológica, onde vários níveis – micro, meso, exo e macrossistemas - precisam ser pensados e integrados visando à modificação dos quadros de vulnerabilidade de adolescentes em risco social.

Sendo, então a família - seus vínculos afetivos e a supervisão que deve exercer aos filhos – um poderoso fator de proteção, cabe buscar modos de prover **proteção** à

família dos jovens. Neste sentido, cada unidade de internação necessita refletir o que pode ser feito pela família do adolescente. Algumas sugestões neste sentido seriam:

- Identificar e buscar meios de prover as famílias dos autores de atos infracionais de um suporte sócio-estrutural suficiente para que as mesmas possam exercer de modo mais direto sua cuidadora, socializadora, educadora e provedora, auxiliada por instituições que funcionam complementando isso (escolas, creches, programas sociais);

- Envolver a família na aplicação da medida, através de cursos específicos ou em conjunto com os socioeducandos, torná-las parceiras do processo, discutir e elaborar em conjunto o Plano Individual de Atendimento do adolescente;

- Mediar a reconstrução/fortalecimento de vínculos entre familiares e adolescentes estimulando as visitas à instituição, criando alternativas para receber a família em horários mais flexíveis.

Outros aspectos afetivo-relacionais que podem ser promovidos no contexto da medida, não necessariamente ligados à família, mas a outras vinculações:

- Articular as redes relacionais significativas ao jovem (amigos não vinculados ao ato infracional, namoradas, filhos, parentes distantes), favorecendo contatos ou perspectiva de continuidade de vínculo;

- Favorecer novos grupos de inserção, experiências de novos modos de inserção pessoal através da valorização em contextos comunitários;

- Favorecer o contato do adolescente com a comunidade, extra-muros ou abrindo as portas da instituição para maior participação social em algumas atividades realizadas nas unidades.

- Promover atividades que envolvam grupos, ouvir o outro, trabalhar em conjunto, negociar, discutir regras, de modo a favorecer experiências de vinculação e compartilhamento de espaços coletivos.

Em termos de cuidados, é evidente que os adolescentes, sobretudo face à sua vulnerabilidade, demandam atenção especial. Seu desenvolvimento ocorre em contextos e circunstâncias particulares, que muitas vezes impelem a assumir posturas mais relacionadas ao mundo do adulto, outras revelam demandas da criança e do adolescente, ou ainda, tudo ao mesmo tempo. Sugere-se atenção às possibilidades do contexto de internação promover fatores de nível individual através de:

- Estabelecimento de vínculos positivos (profissionais e jovens), dispendo-se à escuta, atenção individualizada, de modo a prover cuidados;

- Promover auto estima, autonomia, autoconhecimento;

- Prover supervisão e orientação. Estes aspectos, em geral faltantes na vida dos jovens, ainda que aparentemente chegando tardiamente em suas vidas, são percebidos positivamente. Mesmo que não sejam por si só suficientes para modificação de aspetos complexos no prejudicado processo de socialização e construção de regras e valores pró-sociais aos quais vivenciaram, revelam-se úteis e protetivos.

Algumas formas de proteção parecem estar além da possibilidade de ação das instituições socioeducativas. Contudo, ainda que a medida pareça ter maior potencial de promover proteção nas dimensões individual e afetivo-relacional, também possui condições de incidir sobre o nível sócio-estrutural. Uma das vias possíveis seria a ampliação e estabelecimento de parcerias com outras instituições. Ainda que não possa diretamente modificar os locais de moradia dos jovens, é possível estar articulada com segmentos da sociedade que visem à melhoria da segurança, de criação de rede de apoio social, programas sociais de inserção para o adolescente e sua família, entre outras coisas.

Algumas ações diretas também podem ser realizadas, na dimensão sócio-estrutural, a exemplo de verificar, qual a melhor escola para receber os jovens após a saída da internação, como forma de continuidade de suporte ao mesmo.

Algumas recomendações destinam-se diretamente à organização das instituições socioeducativas ou seus departamentos diretores. A observância destes aspectos possui potencial de proteger, senão de modo direto, mas de modo indireto os jovens em cumprimento de medida. Para tal sugere-se:

- Rigor e qualidade nos registros sobre os adolescentes. A precariedade dos registros vulnerabiliza os adolescentes, que passam muitas vezes pelas instituições sem usufruírem de benefícios possíveis, devido a pouca importância atribuída a registros de qualidade. É importante, não apenas em nível institucional, mas para o próprio jovem, que ele visualize o registro de sua própria história, trajetória institucional. Fazer isso para ele, junto à ele e à sua família pode abrigar, inclusive, recursos terapêuticos, no sentido de permitir um acompanhamento concreto da evolução do jovem e das condições circundantes, na construção de outra trajetória;

- Evitar rotatividade dos profissionais nas unidades. A construção e aprofundamento de vínculos nestes processos revelam-se instrumentos poderosos na promoção de proteção;

- Conferir autonomia, investir na capacitação de técnicos e monitores ao trabalho específico com adolescentes em condição de vulnerabilidade;

- Integração entre membros do corpo técnico e entre os profissionais em geral que atuam com os jovens;

- Manter instituições com número restrito de adolescentes em condição de internação. A experiência resultante do presente estudo permite afirmar que instituições com número reduzido de adolescentes revelam potencial maior de prover proteção. Foi visto que número pequeno de atendidos favorece formação de vínculos mais sólidos entre profissionais e jovens.

Qualificar experiências é, portanto, um modo de avaliar a medida socioeducativa de internação em seu potencial protetivo. Não se trata de uma apologia ou defesa às medidas privativas de liberdade. De fato, promover a idéia de internar mais jovens seria um retrocesso aos avanços do ECA. A medida de internação ainda figura enquanto uma **necessidade**, diante de casos onde adolescentes cometem atos infracionais graves, e, simultaneamente, denota uma **incapacidade** coletiva de evitar e lidar com o autor de ato infracional de modo menos extremado. Todavia, extinguir a medida seria, em tese, concordar também com o ingresso de muitos jovens ao sistema penal, o que representaria, por si só, o maior dos retrocessos diante da questão.

Não se guarda nenhuma visão ingênua acerca das instituições estudadas. Estas não possuem perfil de tornarem-se exemplos de unidades socioeducativas no cenário nacional. Ao contrário, os aspectos negativos presentes no contexto das Unidades de internação no Amazonas, bem como em todas as regiões do país, devem ser – e são – continuamente alertados, no intuito de sensibilizar instâncias diversas à urgente modificação deste quadro¹⁷.

A medida de internação, tal como propõe o ECA, deve ser aplicada em casos extremos, observados os princípios de excepcionalidade e brevidade. Contudo, sua aplicação não deve prescindir da essência da proteção. A passagem do jovem pelo sistema necessariamente deve converter-se em benefícios para ele, para o contexto

próximo no qual está inserido, e para a sociedade como um todo. A condição de internação é, ainda que indesejável a princípio, um contexto sob o qual ocorrerá parte do desenvolvimento de jovens, cujas vidas estão marcadas de vulnerabilidades⁷³. Entendido como um contexto de desenvolvimento, deve ser cuidado para que as melhores condições possíveis reduzam a vulnerabilidade a agravos, protegendo os adolescentes de eventos negativas à sua própria vida e à sociedade em geral. Neste aspecto, proteger o autor de ato infracional é um modo eficaz de promover proteção à sociedade.

Como experiência mediada pelo encontro humano, a medida socioeducativa de internação reúne, tanto potencial de converter-se em algo negativo, quanto positivo. O presente trabalho, tal qual a busca por corpos microscópicos em uma lâmina de laboratório, buscou identificar processos saudáveis na contramão do fracasso evidenciado pelos resultados do sistema socioeducativo em vários estudos. Os contextos pesquisados demonstraram possuir, sem dúvida, um potencial de proteção.

O potencial de proteção pode ser visto sob diversos ângulos, dos mais objetivos aos mais complexos e intrincados. Nos casos em que há um comprometimento muito grande do adolescente com o mundo do crime, no qual o jovem corre risco de vida, ou por vinculações profundas com o narcotráfico, ou mesmo por ter cometido ato infracional gerador de grande mobilização ou revolta social, a internação surge como única forma de protegê-lo e empreender algum processo de desvinculação com o crime.

A falta de outras instituições que possam dar conta de demandas como a dependência química, também acaba sendo resolvida, ainda que não do melhor modo e apenas em caráter temporário, pela aplicação de medida de internação. Durante o período de internação alguns dos efeitos danosos da continuidade de uso das drogas são minimizados pela abstinência forçada. O fato de proteger a vida, o fato de desvincular temporariamente com o mundo do crime ou uso das drogas, não justifica a defesa de sua existência e muito menos a proclama enquanto medida socioeducativa por excelência. Factualmente, o ideal seria poder estender o potencial de proteção contra o ingresso ou continuidade de envolvimento com o ato infracional em outros programas de cunho social, ou mesmo nas medidas de meio aberto.

A contribuição desse trabalho é pensar que as medidas socioeducativas – quer de internação quer as de meio aberto -, podem ser potencializadas e estar oferecendo uma

proteção para que a internação seja cada vez mais a última das medidas, em casos extremos, diferente de como tem ocorrido na realidade. É interessante constatar que nos contextos estudados, a despeito de suas fragilidades e inadequações, há promoção de proteção a adolescentes que cometeram atos infracionais graves, e que tal proteção pode reverter ou minimizar danos bastante graves, advindos de processos sociais longos, quiçá anteriores ao nascimento dos próprios autores das infrações.

Grande parte dos autores de atos infracionais no cenário nacional contam com um contexto de vulnerabilidade que os “acolhe” desde o nascimento. Cabe à sociedade construir um contexto de proteção que os acolha. O sentido de proteção que perpassa o presente estudo em nenhum momento assemelha-se aos discursos assistencialistas e paternalistas que se apóiam numa idéia simplista de um ‘governo provedor’. Tais programas pouco contribuíram para a reversão de quadros mais complexos como a vulnerabilidade do jovem à violência e outros agravos¹³. O sentido de “proteção” tal qual descrito na revisão teórica, remete à uma categoria científica de um fenômeno que se contrapõe aos riscos, e que interage dinamicamente com outros fatores, resultando em condições de melhor enfrentamento das adversidades próprias da condição de estar vivo, sobretudo em contextos de desigualdade sócio-econômica como o é o Brasil.

Como categoria do pensamento científico, a *proteção* revela-se enquanto possibilidade de contribuir para a modificação de quadros de vulnerabilidade, tal como o descrito na vida dos adolescentes em conflito com a lei que compuseram a amostra deste estudo. Transcendendo o contexto científico e buscando contornos na sensibilidade humana, é interessante pensar na medida socioeducativa de internação à luz do Artigo 2º dos “Estatutos do Homem”, proferido pelo poeta Thiago de Mello¹⁴:

*“Fica decretado que todos os dias da semana, mesmo as
terças-feiras mais cinzentas, têm direito a converter-se em
manhãs de domingo”*

Tentar converter a medida socioeducativa de internação em “manhãs de domingo” é lutar contra a persistência da tonalidade gris que o contexto destas instituições tem assumido historicamente. É, de igual modo, conceder aos adolescentes, o direito de tornarem-se “não-infratores”, a compreender mais sobre si, sobre a sociedade. É conceder a eles o direito de serem cuidados.

Um dos modos possíveis de ocorrer aprendizagem social é através da experimentação direta. Torna-se possível àquele que recebeu cuidados, vir a ser um cuidador. Não é eficiente, portanto, cobrar posturas pró-sociais adequadas aos adolescentes com histórico de comprometimento no desenvolvimento de habilidades sociais sem que se ofereçam ações que permitam aos mesmos um convívio não conflituoso com a sociedade. Cabe destacar que a relação de conflito não se dá apenas em via única – do adolescente para com a sociedade-, mas que ambos, sociedade e adolescentes, estão em descompasso no cumprimento de atribuições que possuem um com o outro.

Por certo que no balanço da dívida social que possuem os adolescentes autores de atos infracionais e a sociedade, esta última revela-se como portadora da dívida de maior valor. Portanto, é preciso estar verificando e fortalecendo o sistema socioeducativo para que não se culpabilize isoladamente o adolescente em conflito com a lei, diante da impossibilidade que o mesmo encontra, muitas vezes, de percorrer uma trajetória diferenciada. A culpabilização do jovem tem transcendido seu ato infracional: ao serem aplicadas a ele medidas que não promovem proteção adequada ao enfrentamento das condições que o tornaram vulnerável ao cometimento da infração, este continua mergulhado nas mesmas condições - ou ainda piores – que não proporcionaram aprendizado de valores pró-sociais, experiências de inserção, comprometimento e cuidado para com o contexto coletivo, desenvolvimento da autonomia entre outros fatores. A autoria de atos infracionais revela a dificuldade de adolescentes estarem inseridos em um contexto social mas não conseguirem ser parte do mesmo sem destruí-lo de algum modo e, em última instância, destruir-se a si próprios.

É possível que a medida socioeducativa de internação, por mais protetora que possa constituir-se, não seja suficiente para transformar autores de atos infracionais em “robôs de aço”. E ainda que o fossem, tal fato não seria desejável nesta dimensão, sob risco de literalmente “blindá-lo” ou robotizá-lo. Visar à promoção de proteção do adolescente autor de ato infracional é remeter-se à perspectiva do cuidado. Assim, mesmo reconhecendo as adversidades que o próprio sistema socioeducativo vivencia, é necessário que as medidas passem da virtualidade à realidade em sua proposta de atenção integral.

Como proposta ancorada no paradigma da promoção da saúde, cuidar implica diretamente em vislumbrar patamares mais saudáveis nas trajetórias destes jovens. Implica em que os serviços a eles destinados focalizem perspectivas e potenciais que gerem processos criativos e solidários de melhoria de vida. Promover os fatores de proteção aqui apresentados, ou outros, pode resultar na aquisição de importantes recursos para que adolescentes em situação de risco social desenvolvam a capacidade de resistir à destruição e a capacidade para se reconstruir. Em síntese, promover proteção ao adolescente é favorecer a superação do impacto negativo resultante do histórico de fracasso, bem como possibilitá-lo à reconstrução, à produção de novos e melhores sentidos, encontrando formas criativas e positivas de dar continuidade a existência do jovem, valorizando sua participação no amplo projeto coletivo de saúde e cidadania.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Formação de Pessoal em Segurança Pública. O que fazer para prevenir o crime e a violência? [Brasília]: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ;Federação das Indústrias do Rio de Janeiro; 2004. (Relatório sobre a prevenção do crime e da violência e a promoção da segurança pública no Brasil; Versão Preliminar 4.4).
- 2.Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R, editors. World Report on Violence and Health. Geneva: World Health Organization; 2002.
- 3.Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Formação de Pessoal em Segurança Pública. A situação atual: o crescimento do crime e da violência e as respostas do governo e da sociedade no Brasil. [Brasília]: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Federação das Indústrias do Rio de Janeiro; 2004. (Relatório sobre a prevenção do crime e da violência e a promoção da segurança pública no Brasil; Versão Preliminar 4.2).
4. Minayo MCS, Souza ER. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva* 1999; 4: 7-23.
- 5.Burt MR. Reasons to invest in adolescents. *Journal of Adolescent Health* 2002; 31: 136-152.
6. Sant'Anna A, Aerts D, Lopes MJ. Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. *Cadernos de Saúde Pública* 2005; 21: 120-129.
7. Silva E, Guerres S. Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil. Brasília: IPEA; 2003. (Texto para discussão, 979).
8. Brasil. Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, 1990.
9. Brito LMT. Encruzilhadas do sistema socioeducativo. *Psicologia Clínica: Revista de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* 2003; 15: 75-89.
- 10.Oliveira ER. Ensinando a não sonhar: a anti-pedagogia oficial destinada a adolescentes infratores no estado do Rio de Janeiro. *Katálisis* 2003; 6: 85-95.

11. Xaud GB. Os desafios da intervenção psicológica na promoção de uma nova cultura de atendimento do adolescente em conflito com a Lei. In: Brito LMT. Temas de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1999.
12. Ishida VK. Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas; 2003.
13. Bazon MR. Psicoeducação: teoria e prática para a intervenção junto a crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial. Ribeirão Preto: Holos Editora; 2002.
14. Murad JGP, Silva RC. O jovem em conflito com a lei: conhecendo e compreendendo o significado de suas trajetórias em instituições e programas de atendimento na cidade de Ribeirão Preto. In: IV Seminário de Pesquisa. Ribeirão Preto, SP: Universidade de São Paulo; 2001. p.151.
15. Rocha WS. Cultura e Políticas de Atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Estado do Amazonas. Amazonas: Universidade Federal do Amazonas; 2003. (Relatório de pesquisa PIBIC/CNPq).
16. Oliveria MB, Assis SG. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”: a perpetuação do descaso. Cadernos de Saúde Pública 1999; 15: 831-844.
17. Conselho Federal de Psicologia. Ordem dos Advogados do Brasil. Direitos Humanos: um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a Lei. 2.ed. [S.l.:s.n]; 2006.
18. Feijó MCC. Raízes da violência: a importância da família na formação da percepção, motivação e atribuição de causalidade de adolescentes infratores e de seus irmãos não infratores [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2001.
19. Ayres JRCM, França Jr. I, Calazans GJ, Saletti Filho HC. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003.
20. Vicente C. Promoção de Resiliência. Brasília: Ministério da Justiça. Departamento da Criança e do Adolescente; 1998. (Coleção Garantia de Direitos, Série Subsídios, Tomo II).
21. Yunes MAM, Szymanski H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: Tavares J, organizador. Resiliência e Educação. São Paulo: Cortez; 2001.
22. Pereira MAS. Resiliência, personalidade, stress e estratégias de coping. In: Tavares J, organizador. Resiliência e Educação. São Paulo: Cortez; 2001. p.77-94.

23. Ralha-Simões He. Resiliência e desenvolvimento pessoal. In: Tavares J, organizador. Resiliência e Educação. São Paulo: Cortez; 2001. p.95-113.
24. Rutter M. Psychosocial Resilience and protective mechanisms. American Orthopsychiatric Association 1987; 57: 316-331.
25. Pesce RP, Assis SG, Santos N, Oliveira RVC. Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. Psicologia: Teoria e Pesquisa 2004; 20: 135-143.
26. Celia S, Souza RP. Risco e Resiliência. In: Costa MC, Souza RP. Adolescência: aspectos clínicos e psicossociais. Porto Alegre: Artmed; 2002.
27. Assis SG. Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de infratores e de seus irmãos não infratores. Rio de Janeiro: Fiocruz; Unesco; 1999.
28. Todis B, Bullis M, Waintrup M, Shultz R, D'Ambrosio R. Overcoming the odds: qualitative examination of resilience among formerly incarcerated adolescents. Exceptional Children 2001; 68: 119-139.
29. Veronese A. A socialização através da arte. In: Brito LMT, coordenador. Responsabilidades: ações socioeducativas e políticas públicas para a infância e juventude no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduerj; 2000.
30. Gurgel MCL. LerUERJ e Cria: uma leitura em parceria. In: Brito LMT, coordenador. Jovens em conflito com a Lei. Rio de Janeiro: Eduerj; 2000.
31. Teixeira MLT. As histórias de Ana e Ivan: boas experiências em liberdade assistida. São Paulo: Fundação Abrinq; 2003.
32. Bocco F, Lazzarotto GDM. (Infr)atores juvenis: artesãos de análise. Psicologia & Sociedade 2004; 16: 37-46.
33. Lancelotti J. Construindo esperança em tempo de violência. In: Levisky DL, organizador. Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2002. p.257-264.
34. Bock AMB. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: Bock AMB, Gonçalves MG, Furtado O, organizadores. Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez; 2001. p.15-35.
35. Assis SG, Pesce RP, Avanci JQ. Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed; 2006.
36. Blum RW. Risco e Resiliência: sumário para o desenvolvimento de um programa. Adolescente Latinoamericano 1997; 1: 16-19. .

37. Brasil. Prêmio Sócio-Educando. O atendimento sócio-educativo ao adolescente autor de ato infracional no Brasil. Brasília: Nações Unidas/Ilanud; 1998. (Coleção Garantia de Direitos, Série Leia).
38. César MRA. A invenção da “Adolescência” no discurso psicopedagógico [Dissertação de Mestrado em Educação]. Campinas,SP: Universidade Estadual de Campinas; 1998.
39. Ozella S. Adolescências construídas: a visão da Psicologia Sócio-Histórica. São Paulo: Cortez; 2003.
40. Silva APS. (Des)continuidade no envolvimento com o crime: construção de identidade narrativa de ex-infratores. São Paulo: IBCCRIM; 2003.
41. Castro LR. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: Castro LR. Crianças e jovens na construção da cultura. Rio de Janeiro: Nau Editora; 2001.
42. Aguiar WNJ, Bock ABM, Ozella S. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: Bock AMB, Gonçalves MG, Furtado O, organizadores. Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez; 2001.
43. Macedo RMS. O jovem e seu mundo: escola e família In: Oliveira VB, Bossa NA, organizadores. Avaliação psicopedagógica do adolescente. 5. ed. Petrópolis,RJ: Vozes; 2001.
44. Rolf JE, Johnson J. Opening doors to resilience: intervention for prevention research. In: Glantz M, Johnson J. Resilience and development: positive life adaptations. New York: Kluwer Academic/Plenun Publishes; 1999.
45. Sherman LW et al. Prevention crime: what works, what doesn't, what's promising: a report to the United States Congress. Washington, DC: National Institute of Justice; 1997.
46. Silva RC, Pereira FRP. Violência e drogas segundo os internos da Febem-RP. In: Biasoli Alves ZMM. Cadernos de Artigos de Pesquisa do IV Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação da FFCLRP-USP. Ribeirão Preto,SP: Universidade de São Paulo; 2001. p.369-380. (Legis Summa, v.1).
47. Kotliarenco MA, Cáceres I, Fontecilla M. Estado de arte em resiliência. Washington: OPAS; 1997.
48. Garbarino J. Lost boys: why our sons turn violent and how we can save them. New York: The Free Press; 1999.

49. Cunha JM. A saúde do adolescente no contexto da ação socioeducativa. In: Brito LMT, coordenador. *Jovens em conflito com a Lei*. Rio de Janeiro: Eduerj; 2000.
50. Shoemaker DJ. *Theories of delinquency: an examination of explanations of delinquent behavior*. New York: Oxford University Press; 1996.
51. Negreiros J. *Delinquências juvenis*. Lisboa: Editorial Notícias; 2001.
52. Ayres JR. Norma e formação. Horizontes filosóficos para as práticas de avaliação no contexto da promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* 2004; 9: 583-592.
53. Silva RC. *Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania*. São Paulo: Vetor; 2002.
54. Santos IA, Costa CH. LAC: liberdade e acesso à cultura: uma proposta sócio-educativa para os adolescentes em conflito com a Lei. In: Levisky DL, organizador. *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2002. p.257-264.
55. Diniz AP. O discurso psicológico nos pareceres sobre adolescentes com medida judicial de internação [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2001.
56. Volpi M, Saraiva JBC. *Os adolescentes e a Lei: o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e sua responsabilização*. São Paulo: Ilanud/Comissão Européia; 1998.
57. Costa ACG. Um histórico do atendimento socioeducativo aos adolescentes autores de ato infracional no Brasil: mediação entre o conceitual e o operacional - políticas públicas e estratégias de atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a Lei. [S.l.]: Ministério da Justiça/SNDH-DCA; 1998. (Coleção Garantia de Direitos, Série Subsídios, Tomo II).
58. Cecconello AM, De Antoni C, Koller SH. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo* 2003; 8(n. especial): 45-54.
59. Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, I. Carta de Ottawa. Ottawa, Canadá: Opas; 1986. <http://www.opas.org.br/promoção/uploadArq/Ottawa.pdf>
60. Garmezy N. Reflections and commentary on risk, resilience, and development. In: Haggerty RJ, Sherrod LR, Garmezy N, Rutter M, editors. *Stress, risk and resilience in children and adolescents: processes, mechanisms, and interventions*. Cambridge: Cambridge University Press; 1996.
61. Sanchez ZVM, Oliveira LG, Nappo SA. Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade. *Ciências & Saúde Coletiva* 2004; 9: 43-55.

62. Bronfenbrenner U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed; 1996.
63. Sapienza G, Pedromônico MRM. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo* 2005; 10: 209-216.
64. Haggerty RJ, Sherrod LR, Garmezy N, Rutter M, editors. *Stress, risk and resilience in children and adolescents: processes, mechanisms, and interventions*. Cambridge: Cambridge University Press; 1996.
65. Masten AS, Coastworth JD. Competence, resilience and psychopathology. In: Cicchetti D, Cohen DJ. *Developmental psychopathology*. New York: Wiley; 1995. p.715-752.
66. Luthar SS, Cicchetti D, Becker B. The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development* 2000; 71: 543-562.
67. Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. *Por uma política nacional de saúde para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade*. Brasília: Grupo de Trabalho Saúde e Justiça; 2002. (Caderno 5).
68. Morrison GM, Robertson L, Laurie B, Kelly J. Protective factors related to antisocial behavior trajectories. *Journal of Clinical Psychology* 2002; 58: 277-290.
69. Abramoway M, coordenadora. *Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas*. Brasília: Unesco; 2003.
70. Assis SG, Souza ER. Criando Caim e Abel: pensando a prevenção da infração juvenil. *Ciência & Saúde Coletiva* 1999; 4: 131-144.
71. Silva DFM, Hutz CS. Abuso infantil e comportamento delinqüente na adolescência: prevenção e intervenção. In: *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção* São Paulo: Casa do Psicólogo; 2002. p.151-185.
72. Yunes MA., Miranda AT, Cuello SS. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: Koller SH. *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenções no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004. p.197-218.
73. Neiva-Silva L, Koller SH. A rua como contexto de desenvolvimento. In: Lordelo ER; Carvalho AM, Koller SH, editores. *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2002. p.205-230.

74. Siqueira AC, Dell'Aglio DD. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia e Sociedade* 2006; 18: 71-80.
75. Munist M, Santos H, Kotliarenco MA, Ojeda ENS, Infante F, Grotberg E. Manual de identificación y promoción de la resiliencia em niños y adolescentes. [S.l.]: Organización Panamericana de La Salud; Organizacion Mundial de La Salud;. Fundación W.K. Kellogg; 1998.
76. Huebner ES. Best practices in assessment and intervention with children with low self-esteem. In: Thomas A, Grimes J, editors. *Best practices in school psychology*. [S.l.: S.n.]; 1997. p. 831-839.
77. Hampton RL, Jenkins P, Gullota TP. *Preventing violence in America*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications; 1996.
78. Bloom M. Primary prevention and resilience: changing paradigms and changing lives. In: Hampton RL, Jenkins P, Gullota TP. *Preventing violence in America*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications; 1996. p.86-113.
79. Weiss BP. A public health approach to violence prevention: the Los angeles coalition. In: Hampton RL, Jenkins P, Gullota TP. *Preventing violence in America*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications; 1996. p.197-207.
80. União Brasileira de Educação e Ensino. *Província Marista do Brasil Centro-Norte. Medidas socioeducativas: uma prática humanizada*. Belo Horizonte: Editora Leitura; 2004.
81. Yunes MAM. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo* 2003; 8(n. especial): 75-84.
82. Bardagi MP, Arteché AX, Neiva-Silva L. projetos sociais com adolescentes em situação de risco: discutindo o trabalho e a orientação profissional como estratégias de intervenção. In: Hutz C, organizador. *Violência e risco na infância e na adolescência: pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2005. p.101-146.
83. Paugam S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: Sawaia B, organizador. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis,RJ: Vozes; 2001.
84. Freitas L. *A moral na obra de Jean Piaget: um projeto inacabado*. São Paulo: Cortez; 2003.
85. Piaget J. *O juízo moral na criança*. 2.ed. São Paulo: Summus Editorial; 1994.

86. Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra; 2003.
87. Souza LL, Vasconcelos MS. Modelos organizadores do pensamento: uma perspectiva de pesquisa sobre o raciocínio moral com adolescentes autores de infração. *Psicologia em Estudo* 2003; 8: 47-59.
88. Kottow M. Enseñando las paradojas de la autonomía. *Revista Brasileira de Educação Médica* 2000; 24: 40-45.
89. Rosa EZ. Da rua para a cidadania: a construção de sentidos na construção da travessia. In: Ozella S. *Adolescências construídas: a visão da Psicologia Sócio-Histórica*. São Paulo: Cortez; 2003. p.167-200.
90. Denzin NK, Lincoln YS. *Handbook of qualitative research*. 2.ed. Thousand Oaks: Sage Publications; 2000.
91. Schaendt TA. Constructivist, interpretivist approaches to human inquiry. In: Denzin NK, Lincoln YS. *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications; 1994.
92. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento*. 5.ed. São Paul; Rio de Janeiro; Hucitec; Abrasco; 1998.
93. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE; 2000. <http://www.ibge.gov.br>
94. Triviños ANS. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas; 1992.
95. Deslandes SF. Concepções em pesquisa social: articulações com o campo da avaliação em serviços de saúde. *Cadernos de Saúde Pública* 1997; 13:103-107.
96. Lincoln Y, Guba EG. *Naturalistic inquiry*. California,USA: Sage Publications; 1985.
97. Zaluar A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense; 2002.
98. Scandroglio B, López J. Métodos cuantitativos e cualitativos: de la disputa a la integración. In: Alchieri J, et al. *Evaluación psicológica*. Petrópolis: Vozes; [2007]. (no prelo).
99. Silva RC. A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas de pesquisa. In: Romanelli G, Biasoli-Alves ZMM, organizadores. *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa*. Ribeirão Preto,SP: Legis Summus; 1998.

100. Valles MS. Técnicas cualitativas de investigación social: reflexión metodología y práctica profesional. Madrid: Síntesis; 1997.
101. Trinidad A, Carrero V, Soriano RM. Teoría fundamentada: “Grounded Theory” - la construcción de la teoría a través del análisis interpretacional. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas; 2006. (Cuadrenos Metodológicos, no. 37).
102. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977.
103. Bauer MW. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer MW, Gaskell G, editores. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis,RJ: Vozes; 2002.
104. Glaser BG, Strauss A. Discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research. [S.l.]: Sociology Press; 1967.
105. Graminha SV. Recursos metodológicos para pesquisas sobre riscos e problemas emocionais e comportamentais na infância. In: Romanelli G, Biasoli-Alves ZMM. Diálogos metodológicos sobre práticas de pesquisa. Ribeirão Preto,SP: Legis Summa; 1998. p.73-75.
106. Brasil. Ministerio da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no. 196 de 10 de Outubro de 1996. Brasília,1996. <http://conselho.saude.gov.br/docs/Resolucoes/Reso196.doc>
107. Aberastury A, Knobel M. Adolescência normal: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas; 1998.
108. Davis C. Modelo da aprendizagem social. In: Rappaport CR, Fiori WR, Davis C. Teorias do desenvolvimento humano: conceitos fundamentais. São Paulo: EPU; 2003. (v.1).
109. Weber M. Economia y Sociedad. Mexico: Fondo de Cultura Economica; 1979.
110. Pacheco JTB. A construção do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais: uma análise a partir das práticas educativas e dos estilos parentais [Tese de Doutorado]. Porto Alegre,RS: Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2004.
111. Oliva A. À espera da ciência: um mundo de fatos pré-interpretados. Revista Episteme 2001; 13: 17-43.
112. Koller SH. Conversando com Bronfenbrenner. In: Koller SH, organizador. Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004. p. 43-50.

113. Morais NA, Koller SH. Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, Psicologia Positiva e Resiliência: ênfase na saúde. In: Koller SH, organizador. Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004. p.91-107.

114. Mello T. 3.ed. Estatutos do Homem. Manaus: Valer; 2001.

ANEXO I

FORMULÁRIO DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE INTERNAÇÃO

1. Código do entrevistado: _____ 2. Idade: _____ 3. Cidade de nascimento: _____
 4. Cidade de moradia antes da internação: _____ 5. Bairro : _____
 6. Pessoas com quem morava:

PARENTESCO/VINCULO	IDADE	OCUPAÇÃO

7. Tipo de moradia: (própria, alugada, cedida, outros) _____
 8. Possui namorada: (sim/não) _____ 9. Filhos: (sim/não) _____ 10. com quem vive(m)? _____
 11. Escolaridade: (última série cursada) _____ 12. Repetências: _____ 13. Abandono: _____
 14. Trabalho antes da internação:

ATIVIDADE	ANO	TEMPO DE DURAÇÃO	REMUNERAÇÃO

15. Atividade(s) de lazer preferidas: _____

16. Inserção em programas de suporte social: (Bolsa-escola, Agente-jovem, etc.)

NOME DO PROGRAMA	PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO

17. Tempo de cumprimento da medida de internação (atual): _____

18. Número de vezes que cumpriu medida de internação (incluindo a atual): _____

19. Outras medidas socioeducativas cumpridas: _____

20. Motivo da(s) internação(ões)

Motivo	Roubo	Furto	Quebra de medida	Tráfico de drogas	Homicídio	Latrocínio	Porte de arma	Estupro	Lesão corporal	outros	Idade no cometimento da infração
No. Da internação											
1											
2											
3											
4											
5											

21. Visitas na instituição:

PARENTESCO/VINCULO	FREQUENCIA DA VISITA

22. Instituição pesquisada: _____ Data: _____

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ADOLESCENTES

(Rapport, apresentação da pesquisadora, convite para a participação na pesquisa, esclarecimento de possíveis dúvidas, solicitação do sujeito para gravar a entrevista, a qual terá início após a devida autorização)

I- DADOS DE HISTÓRIA DE VIDA

- 1) Quantos anos você tem?
- 2) De que cidade você é? Onde você morava antes de vir pro Centro Socioeducativo.... ? **(explorar local e condições de moradia, com quem morava, etc.)**
- 3) Fale um pouco como era sua vida antes de vir pra cá. **(explorar se namorava, trabalhava, em que, quanto ganhava, se praticava esporte, passatempo, amizades, vínculos afetivos mais fortes, se gostava da vida que tinha, pontos positivos e negativos)**
- 4) Você estudava antes de vir pra cá? **(explorar série, se sabe ler e escrever, se houve interrupção/repetência na trajetória escolar e os motivos, boas e más experiências relacionadas ao contexto escolar)**
- 5) Fale um pouco da sua família **(explorar se os pais moram juntos, se trabalham, tipo de atividade, relacionamento entre familiares, irmãos, namorada/companheira, filhos, quantos e com quem mora, se recebe visitas dos familiares no Centro Socioeducativo, quais)**
- 6) Fale um pouco sobre seus amigos **(explorar relacionamento com pares, atividades desenvolvidas junto com colegas, amigos, companheiros, ato infracional, etc.)**

II- PROCESSOS DE PROTEÇÃO CONTRA O ENVOLVIMENTO COM PRÁTICA INFRACIONAL **(motivos ou razões para o não-envolvimento)**

- 7) Existe alguma diferença na vida de um jovem que se envolve e o que não se envolve em problemas com a lei (práticas infracionais)? **(explorar as dimensões disposicional/individual, relacional e sócio-estrutural)**
- 8) Alguma vez você já deixou de cometer infração por alguma razão? **(explorar como foi a experiência, os fatores que ajudaram a alterar o rumo da situação)**
- 9) Conhece alguém que se envolveu com infração e depois saiu dessa situação? O que você acha que levou a isso? **(explorar a percepção de processos de proteção contra a prática infracional em sujeitos que já praticaram atos delituosos)**

III- VULNERABILIDADE AO ATO INFRACIONAL **(o objetivo é investigar como percebem sua vulnerabilidade ao ato infracional)**

- 9) Por que veio parar no Centro Socioeducativo? (**explorar como considera a infração que deu causa à medida, se já esteve internado antes, quantas vezes, quais os motivos, quando**)
- 10) No caso de reincidentes: o que fez com que voltasse novamente? (**explorar o que aconteceu quando ou o que deixou de acontecer para que voltasse**)
- 11) No seu ponto de vista, o que faz os jovens acabarem vindo pra cá? (**explorar causas em geral, vistas como facilitadoras à prática infracional**)
- 12) No seu caso, especificamente, olhando ou pensando em toda a sua vida desde pequeno, o que você acha que aconteceu na sua vida (quais os fatores que existiram ou existem) que levou você a vir pra cá? (**pedir ao entrevistado uma análise retrospectiva**) Você poderia ter feito diferente?

IV- **POTENCIAL DE PROTEÇÃO DO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO (investigar aspectos positivos da medida na promoção de fatores de proteção)**

- 15) Fale como é seu dia-a-dia aqui no Centro Socioeducativo. (**explorar as rotinas, o que gosta e o que não gosta, relacionamento com administrador, técnicos, monitores e os demais adolescentes, como tem sido a experiência**)
- 16) Qual o significado para você dessa experiência de estar internado aqui no Centro Socioeducativo..... (**explorar o ponto de vista do adolescente sobre “como é estar na instituição”, ter sido pego pelo ato infracional e ter sido levado para lá**)
16. Existe alguma coisa aqui na instituição que pode mudar pra melhor a vida de adolescentes que se envolvem com ato infracional?
17. Você sente que alguma coisa mudou na sua vida pelo fato de estar aqui? (**explorar em quais aspectos/dimensões da vida as mudanças foram percebidas de modo mais positivo**)
- 18) Nesse tempo que você está na instituição alguma situação ou experiência parece poder te ajudar a não se envolver em delitos? Fale sobre ela(s).(**explorar a experiência, pessoas envolvidas na experiência, sentimento anterior e posterior à vivência mencionada, aspectos positivos**)

V- **PROPOSTAS (como melhorar a medida, idealizações)**

- 19) O que poderia ser feito aqui para ajudar os jovens que vem pra cá, ao saírem, a terem uma vida melhor? (**explorar mudanças internas, atividades, relacionamentos, possibilidades de alcance da medida na vida do adolescente**)

(Finalizar a entrevista oportunizando ao adolescente acrescentar alguma coisa que gostaria, perguntando o que achou de ter participado da pesquisa e agradecendo a participação.)

ANEXO III

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MONITORES/TÉCNICOS

(Rapport, apresentação da pesquisadora, leitura do termo de consentimento, esclarecimento de possíveis dúvidas, solicitação do sujeito para gravar a entrevista, a qual terá início após a devida autorização)

ROTINA E ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS

1. Há quanto tempo trabalha com adolescentes em conflito com a lei? E nessa instituição?
2. Como é seu dia-a-dia no Centro Socioeducativo? **(explorar suas atribuições, tempo que permanece no trabalho, o que gosta e o que não gosta de fazer, relacionamento com os internos, relacionamento com demais profissionais envolvidos na aplicação da medida)**
3. Qual é, na sua opinião, a participação/importância do monitor no processo socioeducativo?

VULNERABILIDADE DO ADOLESCENTE AO ATO INFRACIONAL **(o objetivo é investigar como percebem a vulnerabilidade do jovem ao ato infracional)**

4. No seu ponto de vista, o que faz os jovens acabarem vindo para cá? **(explorar causas em geral – disposicionais, afetivo/relacionais, estruturais - vistas como facilitadoras à prática infracional)**
5. O que você acha que significa pro adolescente se pego em ato infracional e vir para essa instituição? **(explorar as opiniões acerca do impacto da medida na vida do adolescente)**
6. No caso dos reincidentes, o que, na sua opinião, fez com que estes jovens acabassem cometendo outros atos infracionais, retornando ao sistema socioeducativo? **(explorar se a postura do interno melhorou ou piorou com o retorno à instituição, o que ele acha que aconteceu ou deixou de acontecer para que ele voltasse)**

PROCESSOS DE PROTEÇÃO CONTRA O ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTE COM PRÁTICA INFRACIONAL **(motivos ou razões para o não-envolvimento)**

6. O que, de um modo geral, faz com que o jovem não se envolva em problemas com a lei (práticas infracionais)? **(explorar as dimensões disposicional/individual, relacional e sócio-estrutural de fatores protetores)**
7. Conhece algum adolescente que se envolveu com infração e depois saiu dessa situação? O que você acha que levou a isso? **(explorar a percepção de processos)**

de proteção contra a prática infracional em sujeitos que já praticaram atos delituosos)

POTENCIAL DE PROTEÇÃO DO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE INFRATOR (investigar aspectos positivos da medida na promoção de fatores de proteção)

8. Existem aspectos aqui que pode mudar pra melhor a vida de adolescentes que se envolvem com ato infracional?

9. Existem aspectos que podem ser melhor ‘trabalhados’ na execução da medida pra promover mudança na vida do adolescente infrator? **(explorar os aspectos positivos, identificando em quais dimensões da vida as mudanças foram percebidas de modo mais positivo)**

10. Alguma experiência que você tem acompanhado ou tenha conhecimento mostrou que é possível modificar positivamente a vida dos adolescentes que tiveram envolvimento com a prática infracional? **(explorar a experiência, pessoas envolvidas na experiência, percepção da vida do adolescente antes e depois da vivência mencionada)**

PROPOSTAS (como melhorar a medida, idealizações)

11. O que poderia ser feito aqui para ajudar os jovens que vem pra cá, ao saírem, a terem uma vida melhor? (explorar mudanças internas, atividades, relacionamentos, possibilidades de alcance da medida na vida do adolescente)

(Finalizar a entrevista oportunizando ao profissional acrescentar alguma coisa que gostaria, perguntando o que achou de ter participado da pesquisa e agradecendo a participação.)

ANEXO IV

<i>Sujeito</i>	<i>HIPÓTESE DE PROTEÇÃO GERAL, SEGUNDO ADOLESCENTES</i>
Adriano	Possuir vínculos afetivos positivos, pares não associados ao crime e vontade (autodeterminação) protegem contra envolvimento com ato infracional.
Alberto	Supervisão familiar caracterizada por investimento afetivo, fortes vínculos afetivos com cuidadores e orientação familiar, aliada à companhia de pares não envolvidos com crime, não-utilização de drogas, permanência na escola, trabalho para o jovem e autodeterminação para realizar escolhas adequadas protege o adolescente contra envolvimento com ato infracional.
Ângelo	Autonomia, permanência na escola, inclusão em projetos sociais para jovens, possuir projeto de vida envolvendo atividades contrárias ao mundo infracional, supervisão e provisão familiar (apoio material e afetivo por parte dos pais, conselhos, orientação), conviver e ser educado por uma família estruturada protegem contra envolvimento com ato infracional.
H1	Supervisão e provisão familiar caracterizada por investimento afetivo e apoio material, fortes vínculos afetivos com cuidadores e orientação familiar, aliada à companhia de pares não envolvidos com crime, não-utilização de drogas, permanência na escola, trabalho para o jovem, possuir projeto de vida envolvendo atividades contrárias ao mundo infracional, conviver e ser educado por uma família estruturada, ser autodeterminado para realizar escolhas adequadas protege o adolescente contra envolvimento com ato infracional.
Antônio	Conviver com a família, possuir vínculo com pares não associados ao crime (namorada, amigos), não-uso de drogas, receber orientação, ter um projeto de vida não associado ao crime e autodeterminação protegem o adolescente contra envolvimento com ato infracional.
Américo	Supervisão familiar provendo conselhos e orientação, permanência na escola (formação) e trabalho para o jovem protege contra o envolvimento com ato infracional.
Armando	Autodeterminação (autonomia moral), bons vínculos com familiares, sensibilização para o bem estar da família, possuir projeto de vida cujas prioridades não estão relacionadas ao mundo infracional protegem contra envolvimento com ato infracional.
H2	Supervisão e provisão familiar caracterizada por investimento afetivo e apoio material ao adolescente, fortes vínculos afetivos com cuidadores e orientação familiar, sensibilização para o bem estar da família aliados à companhia de pares não envolvidos com crime, não-utilização de drogas, permanência na escola, trabalho para o jovem, possuir projeto de vida envolvendo atividades contrárias ao mundo infracional, conviver e ser educado por uma família estruturada, ser autodeterminado para realizar escolhas adequadas protege o adolescente contra envolvimento com ato infracional.
Augusto	Vínculos fortes com família, força de vontade (autodeterminação), discernimento (princípios éticos), participação de familiares, pares e namorada na firmiação de propósitos (projeto de vida) não relacionados ao crime e não-uso de drogas, protegem contra envolvimento com ato infracional.
H3	Supervisão e provisão familiar caracterizada por investimento afetivo, apoio material e orientação de valores ao adolescente, fortes vínculos afetivos com cuidadores e outros pares (amigos e namorada) que auxiliem a construção de um projeto de vida não relacionado ao crime, sensibilização para o bem estar da família aliados à companhia de pares não envolvidos com crime, não-utilização de drogas, permanência na escola, trabalho para o jovem, conviver e ser educado por uma família estruturada, ser autodeterminado para realizar escolhas adequadas protege o adolescente contra envolvimento com ato infracional.
Benício	Vínculos afetivos positivos com familiares, ser valorizado por grupos de referência não associados ao crime, sensibilização para o bem estar familiar, obediência aos adultos de referência, ser valorizado em suas habilidades, ter força de vontade (autodeterminação) receber investimentos afetivos por parte da família e da sociedade através do reconhecimento e medidas de cuidado, valorização da própria vida e adoção de medidas de auto-cuidado protegem contra envolvimento com ato infracional.
H4	Supervisão e provisão familiar caracterizada por investimento afetivo, apoio material e orientação de

	valores ao adolescente, fortes vínculos afetivos com cuidadores e outros pares (amigos e namorada) que auxiliem a construção de um projeto de vida não relacionado ao crime, sensibilização para o bem estar da família aliados à companhia de pares não envolvidos com crime, não-utilização de drogas, permanência na escola, trabalho para o jovem, conviver e ser educado por uma família estruturada, ser autodeterminado para realizar escolhas adequadas protege o adolescente contra envolvimento com ato infracional.
Bento	Supervisão familiar (orientação e controle por parte dos adultos de referência) protege contra envolvimento com ato infracional, autonomia.
H5	Supervisão e provisão familiar caracterizada por investimento afetivo, apoio material, controle e orientação de valores pró-sociais ao adolescente, fortes vínculos afetivos com cuidadores e outros pares (amigos e namorada) que auxiliem a construção de um projeto de vida não relacionado ao crime, sensibilização para o bem estar da família aliados à companhia de pares não envolvidos com crime, não-utilização de drogas, permanência na escola, trabalho para o jovem, conviver e ser educado por uma família estruturada, ser autodeterminado para realizar escolhas adequadas protege o adolescente contra envolvimento com ato infracional.
Bernardo	Aprendizado de normas pró-sociais, discernimento entre certo e errado (princípios éticos), valorização e obediência às regras e orientação das figuras parentais, auto-determinar-se (ter força de vontade), não-uso de drogas, aprendizado das normas, protegem contra envolvimento com ato infracional.
H6	Supervisão e provisão familiar caracterizada por investimento afetivo, apoio material, discernimento entre certo e errado (princípios éticos), valorização e obediência às regras e orientação das figuras parentais, fortes vínculos afetivos com cuidadores e outros pares (amigos e namorada) que auxiliem a construção de um projeto de vida não relacionado ao crime, valorização e obediência às regras e orientação dos pais, sensibilização para o bem estar da família aliados à companhia de pares não envolvidos com crime, não-utilização de drogas, permanência na escola, trabalho para o jovem, conviver e ser educado por uma família estruturada, ser autodeterminado para realizar escolhas adequadas protege o adolescente contra envolvimento com ato infracional.
Bruno	Associação com pares não envolvidos com crime, envolvimento com esporte, supervisão e apoio familiar, valorização e obediência às regras e orientação dos pais protegem contra envolvimento com ato infracional.
HIPGA*	Supervisão e provisão familiar caracterizada por investimento afetivo, apoio material, orientação parental pautada em princípios éticos e condutas pró-sociais que favoreçam discernimento entre certo e errado, valorização e obediência às regras, protegem contra o envolvimento com ato infracional. Fortes vínculos afetivos com cuidadores e outros pares não envolvidos com ato infracional auxiliam na construção de um projeto de vida não relacionado ao crime, sensibilização para o bem estar da família aliados à não-utilização de drogas, permanência na escola, trabalho para o jovem e envolvimento com atividades esportivas, conviver e ser educado por uma família estruturada, ser autodeterminado para realizar escolhas adequadas protege o adolescente contra envolvimento com ato infracional.

* Hipótese Integradora acerca da Proteção Geral segundo Adolescentes

ANEXO V

Sujeito	HIPOTESE DE PROTEÇÃO GERAL, SEGUNDO PROFISSIONAIS
P1	A existência de bons vínculos afetivos com pessoas que possam prover o adolescente de orientação positiva em sua vida, aliado à profissionalização e oportunidade de trabalho, protegem contra o envolvimento com o ato infracional
P2	A ocupação do tempo da criança/adolescente (escola de tempo integral e outras atividades construtivas) protegem contra o envolvimento com o ato infracional
H1	A existência de bons vínculos afetivos com pessoas que possam prover o adolescente de orientação positiva em sua vida, a ocupação do tempo em atividades educativas/formativas ou ocupacionais positivas remuneradas ou não, protegem contra o envolvimento com o ato infracional.
P3	Projeto de vida envolvendo atividades como esportes, regras e limites, supervisão e orientação familiar protegem contra o envolvimento com o ato infracional.
H2	Supervisão Parental e existência de bons vínculos afetivos revelam-se importantes no processo de orientação positiva na vida do adolescente, incluindo o aprendizado de limites e regras pró-sociais. Juntamente com a ocupação do tempo em atividades educativas/formativas ou ocupacionais positivas remuneradas ou não (trabalho, esportes) que favorecem a construção de um Projeto de Vida, constituem fatores protetivos contra o envolvimento com o ato infracional.
P4	O atendimento das demandas materiais e afetivas e existência de vínculos afetivo-relacionais positivos com pessoas não associadas ao crime, protegem o adolescente contra o envolvimento com o ato infracional.
H3	Supervisão Parental e existência de bons vínculos afetivos com pessoas não associadas ao crime revelam-se importantes no processo de orientação positiva e suprimento das demandas afetivas do adolescente, incluindo o aprendizado de limites e regras pró-sociais. Aliados ao suprimento das necessidades materiais do jovem e à ocupação do tempo em atividades educativas/formativas ou ocupacionais positivas remuneradas ou não (trabalho, esportes) que favorecem a construção de um Projeto de Vida, constituem fatores protetivos contra o envolvimento com o ato infracional, .
P5	Supervisão familiar (apoio e acompanhamento) e trabalho protegem contra o envolvimento com o ato infracional.
H4	Supervisão Parental capazes de prover apoio e acompanhamento e a existência de bons vínculos afetivos com pessoas não associadas ao crime revelam-se importantes no processo de orientação positiva e suprimento das demandas afetivas do adolescente, incluindo o aprendizado de limites e regras pró-sociais. Aliados ao suprimento das necessidades materiais do jovem e à ocupação do tempo em atividades educativas/formativas ou ocupacionais positivas remuneradas ou não (trabalho, esportes) que favorecem a construção de um Projeto de Vida, constituem fatores protetivos contra o envolvimento com o ato infracional, .
P6	Ocupação, profissionalização, supervisão familiar protegem contra o envolvimento com o ato infracional.
P7	Orientação, modelo de parentalidade positivo, estrutura social protetiva (provedora) protegem contra o envolvimento com o ato infracional.
H5	Supervisão Parental relacionadas a modelos <i>adequados</i> de parentalidade capazes de prover apoio e acompanhamento, bem como a existência de bons vínculos afetivos com pessoas não associadas ao crime, revelam-se importantes no processo de orientação positiva e suprimento das demandas afetivas do adolescente, incluindo o aprendizado de limites e regras pró-sociais. Aliados a uma estrutura social <i>protetiva</i> que permita o suprimento das necessidades materiais do jovem e ocupação do tempo

P8	em atividades educativas/formativas ou ocupacionais positivas remuneradas ou não (trabalho, esportes) favorecendo a construção de um Projeto de Vida, constituem fatores que protegem contra o envolvimento com o ato infracional.
H6	A autodeterminação do adolescente em não entrar em conflito com a lei, aliado à supervisão e acompanhamento familiar e oferta de educação e profissionalização ao jovem protege contra o envolvimento com o ato infracional.
H6	Supervisão familiar com ênfase em modelos <i>adequados</i> de parentalidade capazes de prover apoio e acompanhamento, bem como a existência de bons vínculos afetivos com pessoas não associadas ao crime, revelam-se importantes no processo de orientação positiva e suprimento das demandas afetivas do adolescente, incluindo o aprendizado de limites e regras pró-sociais. Aliado a uma estrutura social <i>protetiva</i> que permita o suprimento das necessidades materiais do jovem e ocupação do tempo em atividades educativas/formativas ou ocupacionais positivas remuneradas ou não (trabalho, esportes) favorecendo a construção de um Projeto de Vida e combinado à autodeterminação do jovem a não colocar-se em conflito com a lei, constituem fatores que protegem contra o envolvimento com o ato infracional.
P9	A autodeterminação do adolescente (força de vontade), educação de base familiar e acompanhamento por parte da família aliados à oferta de educação e profissionalização protegem contra o envolvimento com o ato infracional.
H7	Supervisão familiar com ênfase em modelos <i>adequados</i> de parentalidade capazes de prover apoio e acompanhamento revelam-se para a base da educação familiar, que inclui o processo de orientação positiva, aprendizado de limites e regras pró-sociais. Somado à existência de bons vínculos afetivos com pessoas não associadas ao crime tem o potencial de suprir demandas afetivas e formativas importantes ao adolescente. Juntamente com a existência de uma estrutura social <i>protetiva</i> que permita o suprimento das necessidades materiais do jovem e ocupação do tempo em atividades educativas/formativas ou ocupacionais positivas remuneradas ou não (trabalho, esportes) que favoreçam a construção de um Projeto de Vida e a autodeterminação do jovem a não colocar-se em conflito com a lei, constituem fatores que protegem contra o envolvimento com o ato infracional.
P10	Aprendizado adequado de regras protegem contra o envolvimento com o ato infracional.
HIPGP**	A supervisão familiar com ênfase em modelos adequados de parentalidade capazes de prover apoio e acompanhamento, revela-se a base da educação familiar. Esta inclui o processo de orientação positiva visando ao aprendizado de limites e regras pró-sociais suprimento das demandas afetivas. Vínculos afetivos positivos com pessoas não associadas ao crime que também desempenhem função formativa e a ocupação do tempo em atividades educativas ou formativa/ocupacionais (remuneradas ou não, sob forma de trabalho, cursos ou atividades esportivas), favorecem a o fortalecimento da autodeterminação e a construção de um projeto de vida para o jovem. Tais fatores, associados à existência de uma estrutura social que permite o suprimento de suas necessidades materiais, constituem fatores protegem contra o envolvimento com o ato infracional.

** Hipótese Integradora acerca da Proteção Geral, segundo os profissionais

ANEXO VI

<i>Sujeito</i>	<i>HIPÓTESE DE PROTEÇÃO NO CONTEXTO, SEGUNDO ADOLESCENTES</i>
Adriano	Bons vínculos, companhia de pares não envolvidos com crime e força de vontade (autodeterminação), resgate dos vínculos familiares, desenvolvimento de habilidades, construção de um projeto de vida não vinculado ao crime, protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
Alberto	Cursos, informação sobre drogas, resgate e fortalecimento de vínculos afetivos com familiares, orientação dentro da instituição, construção de um projeto de vida, força de vontade (autonomia), convivência com adultos de referência (modelos positivos), desenvolvimento da auto-estima protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
H1	Vínculos afetivos positivos, resgate e fortalecimento dos vínculos com familiares, companhia de pares não envolvidos com crime, resgate dos vínculos familiares, força de vontade (autodeterminação), desenvolvimento de habilidades através de cursos e oficinas, construção de um projeto de vida não vinculado ao crime, convivência com adultos de referência (modelos positivos), conhecimento sobre drogas protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
Ângelo	Valorização do jovem, valorização do ser humano, oportunidades de formação (cursos, oficinas), auxílio na elaboração de um projeto de vida, autodeterminação, conselhos dos profissionais, protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
H2	Vínculos afetivos positivos, resgate e fortalecimento dos vínculos com familiares, companhia de pares não envolvidos com crime, resgate dos vínculos familiares, força de vontade (autodeterminação), conhecimento sobre drogas, conselhos e orientações por parte dos profissionais na instituição, desenvolvimento de habilidades através de cursos e oficinas, construção de um projeto de vida não vinculado ao crime, convivência com adultos de referência (modelos positivos), ser valorizado e auxiliado na construção de projeto de vida protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
Antônio	Psicoterapia ajuda a mudarr modo de pensar, novas prioridade, vínculos positivos com familiares, namorada, técnicos, ser valorizado nas suas habilidades, desenvolver habilidades, protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional, adoção de medidas de auto cuidado, orientação, conversa.
H3	Vínculos afetivos positivos, resgate e fortalecimento dos vínculos com familiares, companhia de pares não envolvidos com crime, resgate dos vínculos familiares, força de vontade (autodeterminação), conhecimento sobre drogas, adoção de medidas de auto-cuidado, psicoterapia, conselhos e orientações por parte dos profissionais na instituição, desenvolvimento de habilidades através de cursos e oficinas com os quais o adolescente se identifica, construção de um projeto de vida pautado em novas prioridades não vinculadas ao crime, convivência com adultos de referência (modelos positivos), ser valorizado e auxiliado na construção de projeto de vida protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
Américo	Projeto de vida, prioridades, vincular-se à família, fortalecer vínculos, valorizar liberdade, protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
H4	Vínculos afetivos positivos, resgate e fortalecimento dos vínculos com familiares, companhia de pares não envolvidos com crime, resgate dos vínculos familiares, força de vontade (autodeterminação), conhecimento sobre drogas, adoção de

	medidas de auto-cuidado, psicoterapia, conselhos e orientações por parte dos profissionais na instituição, desenvolvimento de habilidades através de cursos e oficinas, ser valorizado e auxiliado construção de um projeto de vida pautado em novas prioridades não vinculadas ao crime, convivência com adultos de referência (modelos positivos) e valorização da liberdade protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
Armando	Mudar o pensamento e autodeterminar-se protege contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
H5	Vínculos afetivos positivos, resgate e fortalecimento dos vínculos com familiares, companhia de pares não envolvidos com crime, resgate dos vínculos familiares, força de vontade (autodeterminação), conhecimento sobre drogas, adoção de medidas de auto-cuidado, psicoterapia, conselhos e orientações por parte dos profissionais na instituição, desenvolvimento de habilidades através de cursos e oficinas com os quais o adolescente se identifica, construção de um projeto de vida pautado em novas prioridades não vinculadas ao crime, convivência com adultos de referência (modelos positivos), ser valorizado e auxiliado na construção de projeto de vida protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
Augusto	Formação de vínculos positivos com adultos que escutam, orientam, valorizam e ajudam o jovem a ter força de vontade de mudar, construção de um projeto de vida (construir família), receber investimento afetivo institucional, autonomia, trabalho técnico de escuta e orientação (psicoterapia, serviço social e pedagogia) auxiliam na mudança comportamental e do pensamento, (cursos, etc.) protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
H6	Vínculos afetivos positivos, resgate e fortalecimento dos vínculos com familiares, companhia de pares não envolvidos com crime, em especial com os adultos da instituição, resgate dos vínculos familiares, força de vontade (autodeterminação), conhecimento sobre drogas, adoção de medidas de auto-cuidado, psicoterapia, conselhos e orientações por parte dos profissionais na instituição, desenvolvimento de habilidades através de cursos e oficinas, construção de um projeto de vida pautado em novas prioridades não vinculadas ao crime, convivência com adultos de referência (modelos positivos), receber investimentos afetivos, ser valorizado e auxiliado na construção de projeto de vida protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
Benício	Auto-cuidado, auto conceito, Valorização e fortalecimento dos vínculos, apelo familiar, boas relações com adultos de referência, convivência com modelos positivos, investimento afetivo institucional, vínculos de confiança mútua, ser valorizado, reconhecido socialmente, desenvolvimento de habilidades, cursos profissionalizantes e de desenvolvimento de habilidades (artísticas), valorização do jovem por parte da instituição e da sociedade, protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
H7	Vínculos afetivos positivos, resgate e fortalecimento dos vínculos com familiares, companhia de pares não envolvidos com crime, em especial com os adultos da instituição e outros modelos positivos, resgate dos vínculos familiares, força de vontade (autodeterminação), vínculos de confiança mútua no âmbito da instituição, conhecimento sobre drogas, adoção de medidas de auto-cuidado, psicoterapia, conselhos e orientações por parte dos profissionais na instituição, desenvolvimento de habilidades através de cursos e oficinas, construção de um projeto de vida pautado em novas prioridades não vinculadas ao crime, convivência com adultos de referência (modelos positivos), ser valorizado socialmente, receber investimentos afetivos e ser auxiliado na construção de projeto de vida protegem contra

Bento	continuidade de envolvimento com ato infracional. Ter maior controle por parte de adultos significativos, ser valorizado, fazer cursos protege contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
Bernardo	Aprender regras, aprender a conviver em sociedade, saber escolher entre certo e errado, auto-determinar-se, não-uso de drogas, protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
H8	Vínculos afetivos positivos, resgate e fortalecimento dos vínculos com familiares, companhia de pares não envolvidos com crime, em especial com os adultos da instituição e outros modelos positivos, resgate dos vínculos familiares, força de vontade (autodeterminação) e discernimento para realizar escolha certas, vínculos de confiança mútua no âmbito da instituição, conhecimento sobre drogas, aprendizado de regras pró-sociais, adoção de medidas de auto-cuidado, psicoterapia, conselhos e orientações por parte dos profissionais na instituição, desenvolvimento de habilidades através de cursos e oficinas, construção de um projeto de vida pautado em novas prioridades não vinculadas ao crime, convivência com adultos de referência (modelos positivos), ser valorizado socialmente, receber investimentos afetivos e ser auxiliado na construção de projeto de vida protegem contra continuidade de envolvimento com ato infracional.
Bruno	Supervisão familiar , orientação por parte de adultos, inclusão em programas de esporte, acompanhamento de egressos, protegem continuidade de envolvimento com ato infracional.
HIPCA***	Vínculos afetivos positivos (com familiares, pares não envolvidos com crime, em especial com os adultos da instituição com os quais se possa estabelecer relação de confiança mútua) e a convivência com adultos cuidadores que orientem ao aprendizado de regras pró-sociais são identificados pelos adolescentes como investimentos positivos durante o cumprimento da medida. Estes favorecem a um sentimento de valorização, adoção de medidas de auto-cuidado, autodeterminação e discernimento na realização de escolhas adequadas e construção de um projeto de vida não relacionado à vida infracional. As ações no contexto socioeducativo que oportunizam a construção do projeto são a psicoterapia, conselhos, informações, desenvolvimento de habilidades através de cursos e oficinas, acesso a serviços fundamentais (saúde e educação), rotina organizada e normas. Estes aspectos, somados ao apoio ao jovem através de um programa de egressos, constituem fatores potencialmente protetivos do contexto socioeducativo de internação contra a continuidade de envolvimento com ato infracional.

*** Hipótese Integradora acerca da Proteção no Contexto, segundo adolescentes

ANEXO VII

<i>Sujeito</i>	<i>HIPÓTESE DE PROTEÇÃO NO CONTEXTO, SEGUNDO PROFISSIONAIS</i>
P1	Profissionalização aliada ao trabalho dos técnicos na instituição são fatores dentro do contexto socioeducativo que protegem o adolescente contra a continuidade de envolvimento com o ato infracional, sendo necessária oferta de trabalho após o cumprimento da medida não reincidir.
P2	O estabelecimento de vínculos positivos com os adultos da instituição e com os familiares, aliado à orientação dada aos jovens ao longo do cumprimento da medida de internação, bem como a formação profissional oferecida (profissionalização) no protegem o adolescente contra a continuidade de envolvimento com o ato infracional.
H1	O contexto socioeducativo pode prover proteção contra a continuidade através da oferta de profissionalização e orientação aos adolescentes, estabelecimento de vínculos positivos com adultos educadores e trabalho técnico realizado junto aos mesmos na instituição, aliando a estes fatores a oferta de trabalho após a saída dos jovens da instituição.
P3	Uma dinâmica institucional que favoreça ações autônomas e integradas por parte da equipe técnica e demais profissionais na unidade de internação, favorecem a realização de trabalho eficiente no sentido no qual as relações familiares são valorizadas, resgatadas e fortalecidas. Juntamente com o estabelecimento e vivência de regras e limites e uma rotina organizada ao jovem, constituem fatores fundamentais na proteção dos jovens contra o envolvimento com o ato infracional, os quais não são suficientes sem a inserção dos mesmos em projetos profissionalizantes e acompanhamento dos mesmos após a saída da instituição.
H2	O contexto educativo cuja dinâmica institucional favoreça ações autônomas e integradas por parte da equipe técnica e demais profissionais na unidade de internação, permite a realização de atividades que valorizam o resgate e fortalecimento das relações familiares, profissionalização, estabelecimento de vínculos positivos com adultos na orientação, vivência de regras, limites e uma rotina organizada aos jovens. Tais fatores consistem em proteção contra a continuidade de envolvimento do adolescente com o ato infracional, os quais necessitam ser inseridos em projetos ou atividades de cunho profissional e acompanhamento após a saída da instituição.
P4	O estabelecimento de relações de confiança mútua entre jovens e os adultos cuidadores da instituição (técnicos, monitores, funcionários administrativos), incluindo o acordo e seguimento de normas pró-sociais que possibilitem o desenvolvimento digno e o respeito ao outro, permite ao jovem experimentar novas bases de relações dos adolescentes com os outros, protegendo contra a continuidade de envolvimento com o ato infracional.
H3	O contexto educativo cuja dinâmica institucional favoreça ações autônomas e integradas por parte da equipe técnica e demais profissionais na unidade de internação, permite a realização de atividades que valorizam o resgate e fortalecimento das relações familiares, profissionalização, estabelecimento de vínculos positivos sob forma de relação de confiança mútua com adultos na orientação vivenciam regras pró-sociais junto aos adolescentes, orientando, estabelecendo limites e apresentando uma rotina organizada aos jovens. Tais fatores consistem em proteção contra a continuidade de envolvimento do adolescente com o ato infracional, os quais necessitam ser inseridos em projetos ou atividades de cunho profissional e acompanhamento após a saída da instituição.
P5	Suporte social ao adolescente (serviços médicos, educação, atendimento das necessidades básicas, direitos de cidadania, documentação), valorização dos vínculos familiares e incentivo à participação da família como cuidadora e co-responsável pelo processo socioeducativo são ações oferecidas pela unidade de internação como proteção contra a continuidade de envolvimento do adolescente com o ato infracional. Contudo, tais aspectos são insuficientes se a família não corresponder com apoio, incentivo e carinho às demandas dos jovens.

H4	O contexto educativo provê suporte social ao adolescente (serviços médicos, educação, atendimento das necessidades básicas, direitos de cidadania, documentação). Através de uma dinâmica institucional que privilegie ações autônomas por parte da equipe técnica que atue de modo integrado aos demais profissionais na unidade, podem ser realizadas atividades de valorização do resgate e fortalecimento das relações familiares, incentivo à participação da família como cuidadora e co-responsável pelo processo socioeducativo, profissionalização e estabelecimento de vínculos positivos de confiança mútua entre jovens e adultos na instituição, os quais orientam e permitem ao jovem vivenciarem regras pró-sociais reconhecendo limites e experienciando uma rotina organizada. Tais fatores consistem em proteção contra a continuidade de envolvimento do adolescente com o ato infracional, os quais necessitam ser inseridos em projetos ou atividades de cunho profissional e acompanhamento após a saída da instituição.
P6	Todas as atividades desenvolvidas na instituição (formativas educacionais/profissionalizantes, relacionais e assistenciais) possuem potencial para proteger o adolescente contra a continuidade no envolvimento com o ato infracional. Contudo são insuficientes sem um acompanhamento do egresso até três meses da saída da instituição.
H5	O contexto educativo provê suporte social ao adolescente (serviços médicos, educação, atendimento das necessidades básicas, direitos de cidadania, documentação). Através de uma dinâmica institucional que privilegie ações autônomas por parte da equipe técnica que atue de modo integrado aos demais profissionais na unidade, podem ser realizadas atividades de valorização do resgate e fortalecimento das relações familiares, incentivo à participação da família como cuidadora e co-responsável pelo processo socioeducativo, profissionalização e estabelecimento de vínculos positivos de confiança mútua entre jovens e adultos na instituição, os quais orientam e permitem ao jovem vivenciarem regras pró-sociais reconhecendo limites e experienciando uma rotina organizada. Tais fatores consistem em proteção contra a continuidade de envolvimento do adolescente com o ato infracional, os quais necessitam ser inseridos em projetos ou atividades de cunho profissional e acompanhamento após a saída da instituição.
P7	A existência de rotina organizada, orientação para construção de valores pró-sociais e de um projeto de vida e vínculos positivos desenvolvidos com adultos na instituição são fatores oferecidos na instituição que contribuem para a não-continuidade no envolvimento com o ato infracional. Articulados à autodeterminação do jovem (força de vontade), mudanças positivas na estrutura sócio-familiar do adolescente através de apoio do governo tornam-se fatores que protegem o autor de atos infracionais contra a reincidência.
H6	O contexto educativo provê suporte social ao adolescente (serviços médicos, educação, atendimento das necessidades básicas, direitos de cidadania, documentação). Através de uma dinâmica institucional que privilegie ações autônomas por parte da equipe técnica que atue de modo integrado aos demais profissionais na unidade, podem ser realizadas atividades de valorização do resgate e fortalecimento das relações familiares, incentivo à participação da família como cuidadora e co-responsável pelo processo socioeducativo, profissionalização e estabelecimento de vínculos positivos de confiança mútua entre jovens e adultos na instituição, os quais orientam e permitem ao jovem vivenciarem regras pró-sociais reconhecendo limites e experienciando uma rotina organizada. As atividades e experiências confluem para a elaboração de um projeto de vida por parte do jovem. Articulando tais fatores à sua autodeterminação e a mudanças positivas na estrutura sócio-familiar, obtem-se fatores protetivos contra a continuidade de envolvimento do adolescente com o ato infracional, os quais necessitam ser inseridos em projetos ou atividades de cunho profissional e acompanhamento após a saída da instituição.

P8	A instituição valoriza o jovem no desenvolvimento de suas habilidades e como pessoa, favorecendo o aumento de sua auto-estima. Favorece o resgate dos vínculos familiares e sensibiliza a família ao desempenho da função cuidadora. Provê formação educacional e profissional, além de providenciar exercício de alguns direitos de cidadania como documentação civil. Tais fatores protegem o adolescente contra a continuidade de envolvimento com práticas infracionais.
H7	O contexto educativo provê suporte social ao adolescente (serviços médicos, educação, atendimento das necessidades básicas, direitos de cidadania, documentação). Através de uma dinâmica institucional que privilegie ações autônomas por parte da equipe técnica que atue de modo integrado aos demais profissionais na unidade, podem ser realizadas atividades de valorização do resgate e fortalecimento das relações familiares, incentivo à participação da família como cuidadora e co-responsável pelo processo socioeducativo, profissionalização e estabelecimento de vínculos positivos de confiança mútua entre jovens e adultos na instituição, os quais orientam e permitem ao jovem vivenciarem regras pró-sociais reconhecendo limites e experienciando uma rotina organizada. As experiências e atividades de suporte social relacional e individual favorecem aumento da auto-estima e a elaboração de um projeto de vida por parte do jovem. Articulando tais fatores à sua autodeterminação e a mudanças positivas na estrutura sócio-familiar, obtem-se fatores protetivos contra a continuidade de envolvimento do adolescente com o ato infracional, os quais necessitam ser inseridos em projetos ou atividades de cunho profissional e acompanhamento após a saída da instituição
P9	O trabalho integrado da equipe técnica favorece a realização de ações que melhoram o aspecto afetivo e a integração do adolescente através de inserção na escola, redes sociais de apoio, família, grupos religiosos, comunidade. Os cursos e oficinas oferecidos (teatro, música, panificação, etc.) juntamente com o bom relacionamento, cuidado e estratégias socioeducativas que valorizam atividades extra-muros e maior permanência possível fora do confinamento, valorização do jovem e desenvolvimento de habilidades auxiliam na construção de um auto-conceito positivo, sendo estes os fatores de proteção favorecidos pela instituição contra a continuidade de envolvimento do adolescente à prática infracional.
H8	O contexto educativo provê suporte social ao adolescente (serviços médicos, educação, atendimento das necessidades básicas, direitos de cidadania, documentação), inserção em redes de apoio, com destaque às atividades em meio aberto, menor período de confinamento e maior interação com a comunidade. Através de uma dinâmica institucional que privilegie ações autônomas por parte da equipe técnica que atue de modo integrado aos demais profissionais na unidade, podem ser realizadas atividades de valorização do resgate e fortalecimento das relações familiares, incentivo à participação da família como cuidadora e co-responsável pelo processo socioeducativo, profissionalização e estabelecimento de vínculos positivos de confiança mútua entre jovens e adultos na instituição, os quais orientam e permitem ao jovem vivenciarem regras pró-sociais reconhecendo limites e experienciando uma rotina organizada. Além do desenvolvimento e valorização das habilidades do jovem por meio de cursos e oficinas, as experiências e atividades de suporte social relacional e individual melhoram o auto-conceito do jovem, favorecendo aumento da auto-estima e a elaboração de um projeto de vida. Articulando tais fatores à sua autodeterminação e a mudanças positivas na estrutura sócio-familiar, obtem-se fatores protetivos contra a continuidade de envolvimento do adolescente com o ato infracional, os quais necessitam ser inseridos em projetos ou atividades de cunho profissional e acompanhamento após a saída da instituição
P10	A psicoterapia favorece mudanças comportamentais, através da internalização de regras pró-sociais. Contudo, a eficácia dos fatores protetivos depende de mudanças na estrutura da instituição, incluindo nova equipe de funcionários e realização de trabalho integrado.
HIPCP*****	O contexto socioeducativo de internação oferece suporte social ao adolescente

(atendimento médico-odontológico, educação, atenção às necessidades básicas, documentação civil) diretamente ou por intermédio dos serviços existentes na cidade. Através de uma dinâmica institucional que privilegie ações autônomas por parte da equipe técnica, esta, integrada aos demais profissionais da unidade capacitados ao trabalho com os jovens, podem realizar atividades de incentivo à participação das famílias no processo socioeducativo, capacitando-as a um exercício mais adequado de sua função cuidadora e favorecimento do fortalecimento de vínculos afetivos entre estas e os adolescentes. Laços de confiança mútua entre os jovens e os adultos da instituição os quais constituam modelos positivos de referência, favorecem ao aprendizado e vivência de regras pró-sociais e limites no contexto de uma rotina organizada. As atividades educacionais, culturais e esportivas devem visar, além do desenvolvimento das habilidades e profissionalização, a valorização de suas potencialidades e integração dos mesmos com a comunidade. Tais atividades devem, tanto quanto possível, ser realizadas em meio aberto, assegurada a proteção a integridade do socioeducando. Este contexto revela-se favorável à melhoria do auto-conceito do adolescente, à elaboração de um projeto de vida e recursos internos que possibilitem autodeterminação necessária para realização de escolhas não relacionadas à infração. Tais condições, passíveis de promoção no contexto socioeducativo de internação, tendem a ser otimizadas e proteger adolescentes contra novos envolvimento com o ato infracional, se combinadas a mudanças positivas na estrutura social e a um programa efetivo de acompanhamento do egresso.

**** Hipótese Integradora acerca da Proteção no Contexto, segundo os profissionais

ANEXO VIII

Tabela das Categorias e sub-categorias emergentes no estudo

Unidades/ Entrevistados	Vulnerabilidade			Fatores de Proteção		
	Ind. ¹	Afe/Rel. ²	Soc/Est. ³	Ind. ¹	Afe/Rel. ²	Soc/Est. ³
Adolescentes	<ul style="list-style-type: none"> - uso de drogas; - curiosidade com as drogas; - vivenciar emoções positivas relacionadas ao ato infracional; - impossibilidade de fazer diferente; - suscetibilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - vínculo com pessoas envolvidas com o crime; - perda de um parente (separação, casamento, etc) - fragilidade nos vínculos parentais; - falta de supervisão parental; - ausência de um cuidador; - trabalho materno; 	<ul style="list-style-type: none"> - necessidade de consumo. - local de moradia; - exposição ao contexto de violência; - desemprego familiar/ cuidadores; - trabalho materno; - separação dos pais; - baixa escolaridade; - evasão escolar; - falta de emprego para os jovens; - vinculação com o narcotráfico; - desigualdade social; 	<ul style="list-style-type: none"> - autonomia; - tendência natural / disposições individuais; - possuir gostos e hábitos saudáveis; - possuir um autoconceito positivo; - sensibilização; - atributos pessoais; - possuir um projeto de vida; - fé e espiritualidade; - disposição de acatar orientação de terceiros; 	<ul style="list-style-type: none"> - supervisão familiar; - fortes vínculos afetivos com familiares; - associação com pares não envolvidos com infração; - convivência com adultos que funcionem como modelos positivos não relacionados ao crime; - ser valorizado por grupos de referência positivos; - ter constituído família; 	<ul style="list-style-type: none"> - escolaridade; - trabalho; - programas sociais com auxílio de bolsas e apoio por parte do governo; - instituições religiosas; - centro de tratamento para dependentes químicos; - Programas/ projetos esportivos; - boa estrutura econômica do pai/família.
Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> - drogadição; - autonomia; - identificação com o infrator; 	<ul style="list-style-type: none"> - desestruturação familiar; - falta de supervisão parental; - falta do companheiro junto à mãe; - abandono pela mãe; - transferência de responsabilidade de educação ao Estado; 	<ul style="list-style-type: none"> - necessidade de consumo; - local da moradia; - permanência nas ruas; - falta de supervisão parental; - falta de estrutura religiosa; - determinismo social; - falta de políticas públicas; - falta de atendimento ao ECA; 	<ul style="list-style-type: none"> - autoconceito positivo; - fé/espiritualidade; - não uso de drogas; - projeto de vida; - autonomia; - controle dos impulsos internos. 	<ul style="list-style-type: none"> - fortes vínculos afetivos com familiares; - supervisão familiar; - convivência com adultos que funcionem modelos positivos; - vínculos afetivos/sociais positivos; - constituir família; - Valorização do jovem por grupos de referência ou adultos de referência positivos; 	<ul style="list-style-type: none"> - trabalho; - políticas sociais; - escola de tempo integral; - Famílias fortalecidas e capacitadas ao atendimento das necessidades dos jovens; - integração família, escola e sociedade; - ambientes sociais saudáveis; - educação religiosa;

1 – Dimensão individual; 2 – Dimensão afetivo/relacional; 3 – Dimensão sócio-estrutural

**Tabela das Categorias e sub-categorias emergentes no estudo
(continuação)**

Fatores de Proteção no Contexto Socioeducativo			
Unidades/ Entrevistados	Ind.¹	Afe/Rel.²	Soc/Est.³
Adolescentes	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de recursos internos/maturidade emocional; - Autoconceito; - Adoção de medidas de autocuidado; - Descoberta e desenvolvimento de habilidades; - Não uso de drogas; - Autonomia; - Desenvolvimento da espiritualidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Vínculos afetivos positivos com monitores e técnicos; - Apoio e orientação dos professores das oficinas; - Fortalecimento e melhora da qualidade dos vínculos afetivos com familiares; - Contato com namorada; - Novos modos de relacionamento baseado no respeito às normas; - Estabelecimento de vínculos positivos com outros adolescentes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Prática de esportes; - Oficinas e cursos; - Atuação dos técnicos; - Clima institucional tranquilo; - Rotina institucional organizada; - Cumprimento de regras; - Atividades culturais e esportivas abertas à comunidade; - Direito à saúde; - Atividades ocupacionais; - Retorno à educação formal; - Apoio ao egresso.
Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de recursos internos/maturidade emocional; - Autoconceito; - Autonomia; - Descoberta e desenvolvimento de habilidades; - Elaboração de um projeto de vida; - Não uso de drogas; - Adoção de medidas de autocuidado; 	<ul style="list-style-type: none"> - Vínculos afetivos positivos com adultos de referência na instituição; - Valorização do jovem; - Fortalecimento e melhora dos vínculos afetivos com familiares; - Favorecimento da supervisão familiar; - Distanciamento do contexto relacionado à infração; 	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção da vida e integridade física do jovem; - A atuação dos técnicos; - Autonomia dos técnicos para realização de propostas socioeducativas; - Oficinas e cursos; - A inclusão escolar; - Fortalecimento/capacitação familiar; - Aprendizado e convivência com normas sociais; - Valorização de atividades externas visando a integração com comunidade; - Atividades culturais e esportivas abertas à comunidade; - Acesso a serviços de saúde; - Organização da vida civil; - Atendimento das necessidades básicas dos adolescentes; - Acompanhamento/apoio a egressos.

1 – Dimensão individual; 2 – Dimensão afetivo/relacional; 3 – Dimensão sócio-estrutural

ANEXO IX

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AO JUIZ DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE MANAUS/AM PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA JUNTO A ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE

**Ao Excelentíssimo Dr. Antônio Celso da Silva Gióia
Juiz de Direito da Vara Infracional do Juizado da Infância e Juventude do Amazonas**

Eu, **Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa**, professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas e doutoranda em Ciências/Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ-RJ, venho respeitosamente solicitar a V. Exa. a autorização para realizar um trabalho de pesquisa, que tem por objetivo conhecer o potencial do contexto socioeducativo na promoção de fatores de proteção a adolescentes em conflito com a lei entrevistando jovens, monitores e técnicos dos centros socioeducativos *Senador Raimundo Parente* e *Assistente Social Dagmar Feitoza*.

O presente estudo intitulado “Contexto socioeducativo e a proteção a adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas”, será realizado seguindo um roteiro de atividades assim disposto: observação participante, levantamento de dados sociodemográficos da população internada nas instituições através de formulário construído pela pesquisadora, realização de entrevistas individuais com adolescentes, monitores e técnicos das duas instituições, os quais serão selecionados a integrarem esta etapa.

Considerando a condição de minoridade e custódia dos adolescentes privados de liberdade pelo poder judiciário do estado e, em respeito e defesa ao Estatuto da Criança e do Adolescente, faz-se necessário a devida autorização por parte do Juiz de Direito para que o referido estudo seja realizado dentro de princípios legais e éticos.

Serão observados os princípios éticos contidos na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe de diretrizes para pesquisa envolvendo seres humanos. Assegurar-se-á a participação voluntária, o anonimato e o sigilo em relação a autoria das respostas dadas. Prevê-se a apresentação dos resultados à instituição pesquisada (participantes do estudo) e ao programa de doutorado sobre forma de defesa de tese.

Nesta pesquisa não haverá qualquer vínculo empregatício entre o pesquisador e a instituição *locus* do estudo.

Sem mais, antecipadamente, agradeço a atenção e colaboração.

Manaus, 02 de maio de 2005.

Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa

Doutoranda ENSP/Fiocruz

CPF: 291.125.322-15

Fones: (92)233-1336/9983-7026

ANEXO X
AUTORIZAÇÃO DO JUIZ



234

PODER JUDICIÁRIO
JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

ANEXO X

Ofício n.º 468/05 – Sec. Crim./JIJ

Manaus, 04 de maio de 2005.

Senhora Diretora:

Dirijo-me a V. Sa. com a finalidade de comunicar-lhe que, conforme pedido firmado pela Sra. **CLÁUDIA REGINA BRANDÃO SAMPAIO FERNANDES DA COSTA**, professora do Departamento de Psicologia da UFAM e doutoranda em Ciências/Saúde Pública na ENSP/Fiocruz - RJ, comunico-lhe que a mesma ficará autorizada a realizar estudo/trabalho de pesquisa junto aos *Centros Sócio - Educativos Senador Raimundo Parente e Dagmar Feitoza*, que tem por objetivo conhecer o potencial do contexto sócio-educativo, através de realização de entrevistas individuais com os adolescentes internos, monitores e técnicos das duas instituições.

Atenciosamente,


ANTONIO CELSO DA SILVA GIOIA
Juiz da Infância e da Juventude Criminal

À
Ilm^a. Sra.
MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
N E S T A

RUA LÓRIS CORDOVID, Nº 200 - ALVORADA I
FONE: 657-1384

ANEXO XI

RAPPORT

(para ser lido aos adolescentes)

Sou da Universidade Federal do Amazonas e também aluna da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz. Estou realizando um estudo para conhecer o potencial que o contexto socioeducativo tem para promover fatores de proteção ao adolescente infrator que cumpre medida de internação.

Meu objetivo é conhecer melhor o alcance positivo das medidas socioeducativas, estudando os centros socioeducativos aqui do Amazonas, para que possamos colaborar, pensando em como essas medidas socioeducativas podem trazer benefício pra vida de vocês e de outros jovens.

Para chegar a esse objetivo, preciso realizar entrevistas individuais com alguns de vocês. Por isso eu peço a sua cooperação.

Os jovens que aceitarem participar serão entrevistados por mais ou menos uma hora, em um ou dois encontros, onde responderão questões sobre sua vida, sobre o que pensam em relação à medida socioeducativa. Estas entrevistas serão gravadas. Todas as informações que vocês apresentarem serão mantidas em sigilo e, serão utilizadas somente para este estudo. Não existe necessidade de vocês se identificarem e eu posso garantir completo anonimato. Não existe nenhum vínculo entre o trabalho que estou fazendo e as decisões que são tomadas pelos técnicos e pelo juiz sobre o tempo e as atividades de vocês aqui. Quando eu for escrever meu trabalho, não vou colocar o nome de nenhum dos participantes. Ninguém vai saber quem deu as opiniões. A participação é voluntária e você está livre para desistir em qualquer momento da entrevista. Não há nenhum risco em participar deste estudo.

Quero me colocar à disposição para conversar sobre qualquer dúvida que possa surgir durante a entrevista.

Quero a sua atenção e sua participação neste estudo.

ANEXO XII

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Aos técnicos e monitores da Instituição)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Contexto Socioeducativo como Promotor de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Judicial de Internação no Amazonas”. Você foi selecionado por mim através de um método onde se convidam pessoas a quem o pesquisador identifica como tendo maior envolvimento com o tema, podendo, assim, contribuir para compreender melhor a questão. Nesse caso, busco entrevistar pessoas que tenham vivido ou tido conhecimento de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo.

Sua participação não é obrigatória. Mesmo que concorde em participar, você poderá desistir em qualquer momento e retirar o seu consentimento. A sua recusa ou desistência não irão trazer nenhum prejuízo em sua relação comigo, com a instituição em que você ou a instituição que eu estou vinculada.

O objetivo deste estudo é investigar o potencial de promoção de proteção ao adolescente infrator no contexto socioeducativo das unidades masculinas de internação da cidade de Manaus, a partir do ponto de vista dos jovens internados e dos profissionais que com eles convivem no dia-a-dia. Deseja-se ouvir a opinião de vocês sobre o que deixa os adolescentes vulneráveis e o que os protege de se envolverem em atos infracionais.

Sua participação nessa pesquisa consistirá em responder algumas perguntas que eu farei no sentido de conhecer a sua visão a respeito da questão que mencionei há pouco.

Este estudo não apresenta risco para você ou para os demais participantes. O benefício que se espera alcançar com essa pesquisa a contribuição para que as medidas socioeducativas sejam aplicadas de modo mais eficiente e positivo para os adolescentes em conflito com a lei e para a sociedade.

As informações que serão colhidas nessa pesquisa serão confidenciais, ou seja, é assegurado que todos os dados que forem transmitidos a mim vão estar sob sigilo e a sua identidade vai estar preservada. Nenhum dado vai ser divulgado de forma a possibilitar sua identificação. As entrevistas serão gravadas em fita cassete, se você permitir, mas em momento nenhum eu irei mencionar o seu nome ou de outras pessoas. Eu usarei um código para catalogar as fitas e todo o material, mas esse código não terá nenhuma informação ou dado que leve a saber quem foi entrevistado.

Você receberá uma cópia deste termo com o número do telefone e endereço onde poderá me encontrar, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre a sua participação, agora ou a qualquer momento.

Manaus, _____ de _____ de 2005.

Cláudia Regina Brandão Sampaio F. da Costa
Pesquisadora
Av. Gen. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000.
Departamento de Psicologia – Coroado.
Fone: (92) 647-4360

ANEXO XIII

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA À DIREÇÃO DO DCA E AOS DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES

Eu, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa, professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas e doutoranda em Ciências/Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ, venho respeitosamente solicitar a V. Exa. A permissão para realizar um trabalho de pesquisa, que tem por objetivo conhecer o potencial do contexto socioeducativo na promoção de fatores de proteção a adolescentes em conflito com a lei entrevistando jovens, monitores e técnicos dos centros socioeducativos *Senador Raimundo Parente* e *Assistente Social Dagmar Feitoza*.

O presente estudo será realizado seguindo um roteiro de atividades disposto da seguinte maneira: observação participante, levantamento de dados socioeconômico da população internada nas instituições através de formulário, realização de entrevistas individuais com adolescentes, monitores e técnicos das duas instituições, os quais serão selecionados a integrarem essa etapa.

Serão observados os princípios éticos contidos na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe de diretrizes para pesquisa envolvendo seres humanos. Será garantida a participação voluntária, o anonimato e o sigilo em relação a autoria das respostas dadas, ficando os dados disponíveis após o término do mesmo. Prevê-se a apresentação dos resultados a Instituição sobre forma de defesa de tese, à instituição pesquisada e aos participantes do estudo.

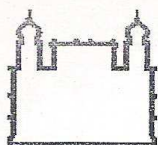
Nesta pesquisa não haverá qualquer vínculo empregatício entre o pesquisador e a Instituição, não havendo qualquer custo para a Fundação.

Considerando a condição de minoridade e custódia dos adolescentes privados de liberdade pelo poder judiciário do estado, faz-se necessário a devida autorização por parte do juiz de direito para que o referido estudo seja realizado dentro de princípios legais e éticos.

Sem mais, agradeço sua atenção e colaboração.

Manaus, _____ de _____ de 2005.

Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa

ANEXO XIV**PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA**

Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Comitê de Ética em Pesquisa



Rio de Janeiro, 06 de julho de 2005.

Parecer Nº: 49/05
CAAE: 0102.0.031.000-05

Título do Projeto: “Contexto Socioeducativo e a Promoção de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Judicial de Internação no Amazonas”

Classificação no Fluxograma: Grupo III

Pesquisadora Responsável: Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa

Orientadora: Simone Gonçalves de Assis

Tipo do projeto: Projeto de Tese de Doutorado em Saúde Pública/ENSP

Data de qualificação: 26 / 04 / 2005

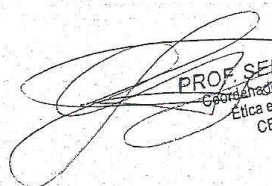
Data de recebimento no CEP-ENSP: 20 / 05 / 2005

Data de apreciação: 06 / 07 / 2005

O projeto “Contexto Socioeducativo e a Promoção de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Judicial de Internação no Amazonas”, da pesquisadora Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública e considerado aprovado.

Parecer do CEP: Aprovado com recomendação

Recomendação: Inserir também o endereço do CEP/ENSP no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para técnicos.


PROP. SERGIO REGO
Coordenador do Comitê de
Ética em Pesquisa
CEPI/ENSP